

8 ARTIGOS
ACADÉMICOS

RESENHA
ANTROPOLOGIA DA VIAGEM

ENTREVISTA
BRUNO CARDOSO E
WALLACE MORAES

VOLUME 12 - Nº 1 - ED. 2014

revista
habitus

ISSN: 1809-7065



www.habitus.ifcs.ufrj.br



Volume 12 – Número 1 – Edição 2014

www.habitus.ifcs.ufrj.br

A Revista Habitus é uma publicação eletrônica semestral, cujo objetivo é oferecer aos jovens pesquisadores uma oportunidade de divulgação de seus trabalhos, de socialização às regras do mundo acadêmico e de produção do desejo de escrever e de ser reconhecido pelo campo científico brasileiro.

Desde 2003, a Revista Habitus se organiza para que estudantes de Ciências Sociais de todo o país possam ter um espaço para a publicação de seus artigos e resenhas. Trata-se de um trabalho voluntário, realizado pelos alunos de graduação em Ciências Sociais (IFCS/UFRJ), que estimula a produção acadêmica nas áreas de Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

Ao longo de todas as nossas edições, contamos também com uma sessão de Entrevistas, onde estabelecemos uma conversa franca com pesquisadores e professores para compreender os novos rumos da disciplina. Para acessar as datas para a entrega de artigos, assim como nossos procedimentos editoriais, consultar nossas [Normas 2013](#).

Periodicidade: Semestral | ISSN: 1809.-7065 | Contatos: revistahabitus@gmail.com

© Instituto de Filosofia e Ciências Sociais | Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Expediente – Comitê Editorial

Augusto César Rocha de Alencar, Bárbara Lima Machado, Bárbara Rossin Costa, Caio César de Azevedo Barros, Caio Pereira Lobato, Camila Bevilaqua Afonso, Ceci Penido da Cunha, Danielle Araujo Bueno dos Santos, Edelson Costa Parnov, Elisa Mendes Vasconcelos, Íria de Carvalho e Borges, Isaura de Aguiar Maia, Joyce Pires, Lidiane dos Anjos Matos, Lília Maria Silva Macêdo, Paulo Roberto do Couto Filho, Paulo Leme Gonzalez Büll, Rachel Gomes Barquette.

Conselho Editorial

Adam Ramey, André Pereira Botelho, Christina Toren, Cristina Buarque de Hollanda, Cybelle Salvador Miranda, Emerson Alessandro Giumbelli, Fernando Rabossi, Kátia Couto, Luís Felipe Miguel, Michael Burawoy, Paula Lengueta, Ruy Braga.

ÍNDICE / CONTEÚDO

Editorial 2014.....	4
Mulheres da Paz: um estudo sobre as noções de empoderamento no contexto do investimento social.....	7
Retórica Distintiva do Funk Ostentação.....	20
O sistema burocrático e o funcionário público: um estudo sobre as principais características deste personagem no âmbito burocrático.....	35
O Nascituro enquanto ator: a agência do Projeto de Lei 478/2007.....	53
Fundamentos teóricos e metodológicos em Norbert Elias e Pierre Bordieu para uma socioestética do modernismo no Brasil.....	68

O espaço ambiental e suas diferentes formas de apropriação: Um estudo a partir das relações de poder.....	81
Teatro da agressão: a guerrilha artística ‘combativa e combatida’ na obra de José Celso Martinez Correa.....	93
Da Exclusão à Presidência da República: avanços e obstáculos à participação efetiva das mulheres na política brasileira.....	104
Resenha Antropologia da Viagem – Escravos e libertos em Minas Gerais no Século XIX.....	118
A rua às portas da Universidade: Entrevista com Bruno Cardoso e Wallace Moraes.....	122

EDITORIAL | VOL. 12 – N° 1 – ANO 2014**RETRATO**

*Eu não tinha esse rosto de hoje
assim calmo, assim triste, assim magro,
nem estes olhos tão vazios,
nem o lábio amargo.*

*Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração
que nem se mostra.*

*Eu não dei por esta mudança,
tão simples, tão certa, tão fácil:
- Em que espelho ficou perdida
a minha face?*

MEIRELES, Cecília. *Cecília de bolso: uma antologia poética*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

Os dois editoriais anteriores foram autênticos “retratos” do trabalho da Revista *Habitus*. Esse não será igual, apesar do título insinuar ou prenunciar isso. Não cansemos nossos leitores com eternos *ritornellos*. É verdade que uma das lições elementares da escrita acadêmica é que o título precisa sintetizar o conteúdo do texto. O título é feito uma carta de apresentação. Mas esse editorial não é igual aos dois anteriores porque não é um retrato do que fomos ou do que somos, mas do que seremos. Se no editorial da primeira edição de 2013 celebramos, em edição comemorativa dos dez anos, nosso passado, e no da segunda edição examinamos o presente, agora é hora de dizer: olhemos para o futuro.

Olhar para o futuro é reconhecer serenamente que a *Habitus* já cumpriu o papel inicial almejado por seus idealizadores, e que precisamos avançar mais. Não é porque somos uma produção de graduandos para - em princípio- graduandos, que iremos nos “auto-alijar” das inovações que ocorrem no campo editorial. Não. Tal qual os jovens que foram às ruas em junho do ano passado- exatamente há um ano atrás- temos que ensejar novas mudanças. Nós, que somos jovens. Sempre. Admitindo os inevitáveis percalços de ir além da atividade semifabril descrita no último editorial, é necessário alavancar a pós-fabril. Para aprimorar nosso papel, não

podemos nos deixar reduzir a um objeto heteróclito no campo editorial, sob pena de tornar a revista obsoleta, ultrapassada, desnecessária, inútil.

Afinal, revistas existem aos milhares. Por meio de um tour no Portal de Periódicos da Capes*, pode-se ter acesso a uma infinidade de periódicos de altíssima qualidade, indexados; a bases fantásticas com todo tipo de informação: de todas as áreas de conhecimento, de diversos países do globo. Sem falar naquelas que não estão no portal, ou porque não atendem os requisitos de qualidade e relevância, ou por outras razões quaisquer... É verdade: revistas existem aos milhares...

A *Habitus* precisa, portanto, continuar demonstrando que é uma revista necessária. Nesse cenário, revela-se particularmente crucial o investimento ao aprimoramento. Esse deve ser o nosso princípio inegociável. É próprio da lógica do campo editorial, como de tantos outros da sociedade moderna, a inovação, a transformação. Estancar é extremamente deletério. E isso nós não podemos nos permitir. Ser integrante do nosso comitê é tomar pra si essa tarefa. E isso todos nós sempre soubemos fazer. “*E me fui fazendo teu, e te fui fazendo minha*”**, *Habitus*, poderia um de nós assim dizer, plagiando o verso do poeta uruguaio.

O retrato dessa outra década tem de ser diferente do retrato da década anterior. E será. Quer a gente queira, ou não. Afinal, como nos escrevia e nos espantava Cecília Meireles, a mudança é “*tão simples, tão certa, e tão fácil*”. Mas, diferente do *retrato retratado* por Meireles, em 2023 a *Habitus* terá um rosto alegre, os olhos cheios e o lábio doce. Não que sejamos videntes para antever o futuro. O nosso retrato será assim porque é isso que queremos ver no próximo *retrato retratado*. E temos que trabalhar para tanto.

Nesse novo bloco de dez anos que se inaugura com essa edição, apresentamos os seguintes trabalhos:

No artigo “[Mulheres da Paz: um estudo sobre as noções de empoderamento no contexto do investimento social](#)”, Brena Machado e Thamires Silva buscam compreender a noção de “empoderamento” contida naquilo que apontam como “perspectiva do investimento social”, por meio da análise do programa Mulheres da Paz.

A partir da problematização do consumo enquanto dispositivo de distinção e ainda de agregação de identidades sociais, Felipe Eduardo Braga traz o artigo “[Retórica Distintiva do Funk Ostentação](#)”, fundado nas teses de Veblen e nos escritos de Mary Douglas.

No artigo “[O sistema burocrático e o funcionário público: um estudo sobre as principais características deste personagem no âmbito burocrático](#)”, Luísa Dezopi busca identificar os principais atributos do funcionário público no mecanismo burocrático, tendo como foco de análise as obras centrais de Max Weber.

Em “[O Nascituro enquanto ator: a agência do Projeto de Lei 478/2007](#)”, Ricardo Braga apresenta uma análise do debate legal sobre o aborto e o estatuto do nascituro no Brasil. Essa análise se dá a partir da Sociologia da Ciência e da Teoria Ator-Rede de Bruno Latour.

Camilo Alvarenga nos apresenta no artigo “Fundamentos teóricos e metodológicos em Norbert Elias e Pierre Bourdieu para uma socioestética do modernismo no Brasil”, uma proposta metodológica de leitura da arte brasileira produzida durante o movimento modernista. Para isso, defende que há uma relação entre obra de arte, tendências estéticas de época e artista como mediador entre as condições de produção e de recepção da arte. O estudo é baseado no método sócio-histórico biográfico de Norbert Elias e nos estudos de Pierre Bourdieu sobre a constituição da arte nas sociedades burguesas.

No artigo “O espaço ambiental e suas diferentes formas de apropriação: Um estudo a partir das relações de poder”, Yohanan Barros aborda o conceito de "racismo ambiental" mostrando, sob uma perspectiva econômica, que o conceito de racismo transcende as discussões sobre cor da pele."

Em “Teatro da agressão: a guerrilha artística ‘combativa e combatida’ na obra de José Celso Martinez Correa”, Arthur Fontgaland Gomes e Maíra Pereira da Costa fazem uma análise da leitura que a dramaturgia dos anos 1960 fez do contexto político da época, através do foco na obra de Zé Celso.

A participação das mulheres na política é o mote do artigo "Da Exclusão à Presidência da República: avanços e obstáculos à participação efetiva das mulheres na política brasileira". Aline Campelo Lopes Bandeira analisa a atuação do movimento feminista no processo de luta e conquista das mulheres ao direito de participação e representação política no Brasil. Acentua também os obstáculos que ainda impedem a atuação política das mulheres na conjuntura atual.

A resenha de Bruna Andrade sobre o livro “Antropologia da Viagem – Escravos e libertos em Minas Gerais no Século XIX” de autoria da antropóloga brasileira Ilka Boaventura Leite versa sobre as representações, ideias e imagens que os viajantes europeus presentes em Minas Gerais no período do século XIX, tiveram sobre os negros.

Para essa edição trazemos uma conversa entre dois professores da UFRJ sobre o momento político que vivemos no Brasil, desde as jornadas de junho, com especial foco para a cidade do Rio de Janeiro. Em “Academia e Política”, Bruno de Vasconcelos Cardoso, professor do Departamento de Sociologia, e Wallace dos Santos Moraes, professor do Departamento de Ciência Política, fazem uma análise da conjuntura atual, apontando algumas situações e temas que surgiram a partir dos movimentos recentes.

Desejamos uma boa leitura! 📖

*Disponível em http://periodicos.capes.gov.br.ez91.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_phome

** MORALES, Enrique. **Perseguidor de Vidas**. Ed URCAMP: Bagé; RS, 1983.

Comitê Editorial | Revista Habitus – IFCS/UFRJ

MULHERES DA PAZ: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS NOÇÕES DE EMPODERAMENTO NO CONTEXTO DO INVESTIMENTO SOCIAL

EMPOWERING WOMEN: A STUDY ABOUT SOCIAL POLITICS IN BRAZILIAN'S
CONTEXT

*Brena O'Dwyer Spina da Rosa Machado**

*Thamires de Lima Silva***

Cite este artigo: MACHADO, Brena O'Dwyer Spina da Rosa; SILVA, Thamires de Lima. Mulheres da paz: um estudo de caso sobre as noções de empoderamento no contexto do investimento social. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.7-19, junho. 2014. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de junho. 2014.

Resumo: O artigo examina a noção de “empoderamento” contida na perspectiva do investimento social, fruto de discursos institucionais que revalorizam as mulheres como beneficiárias das políticas. A partir do estudo de caso do programa Mulheres da Paz, implementado no Rio de Janeiro entre 2011 e 2012, que, através de capacitações, visa empoderar mulheres, observamos os diversos significados da noção de “empoderamento feminino” em disputa. A pesquisa combina os métodos qualitativos: documental, trabalho de campo e entrevistas. Conclui-se que o empoderamento feminino, pode ser percebido em três níveis de mudanças de subjetividade: a relacionada ao indivíduo, ao gênero e a comunidade.

Palavras-chave: investimento social; gênero; empoderamento.

Abstract: The paper examines the notion of empowerment contained in the Social Investment policies, consequence of institutional discourses that revalue women as policy beneficiaries. From our object of research the program Mulheres da Paz, implemented in Rio de Janeiro between 2011 and 2012, which, through capacitating methods, tries to empower these women, we observed a quarrel regarding the notion of feminine empowerment in dispute. This research combines qualitative methods such as documental and interviews. We concluded that this feminine empowerment can be seen in three different levels of subjectivity change: an individual one, a gender one and one related to the community.

Keywords: social investment, gender, empowerment

Introdução

A década de 80 foi marcada pela crise e pela liberalização da economia com o agravamento da situação social decorrente do aumento das desigualdades sociais e da pobreza. Em decorrência disto, nos anos 1990, observa-se uma revalorização das políticas sociais ocorrida no âmbito de um novo paradigma institucional de políticas públicas chamado de “pós-Consenso de Washington”, “cidadão consumidor” ou “investimento social” (JENSON, 2009: p.447).

Segundo Mauriel (1998: p.10), essas políticas levam ao desmonte da proteção social já que a pobreza passa a ser entendida como uma questão individual e não estrutural. Assim, no paradigma do investimento social, há uma redistribuição das responsabilidades de modo que o Estado não é mais o único responsável pelo bem-estar dos cidadãos. O Estado não exerce mais o controle direto da implementação das políticas públicas; agora, existem formas de parcerias com ONGs, igrejas, comunidades e os próprios beneficiários das políticas. A descentralização da implementação das políticas públicas faz com que o compartilhamento de responsabilidades seja crucial para o desenvolvimento das políticas sociais deste novo tipo, já que há uma desresponsabilização por parte do Estado abrindo uma lacuna para a participação da sociedade civil.

Além de mudanças institucionais, o investimento social delinea os objetivos e conteúdos das políticas presentes de acordo com os resultados que deseja alcançar no futuro, ao investir nas crianças e nas famílias para romper com a transmissão intergeracional da pobreza e vulnerabilidade, melhorando assim a inclusão social. Como consequência, as estratégias das políticas se voltam para o desenvolvimento de capital humano ou capacidades, que possam orientar os beneficiários para o seu auto-desenvolvimento, isto é, para a ação produtiva, ativa, responsável e independente no mercado. Aqui, insere-se a noção da cidadania ativa por meio de capacidades desenvolvidas nos beneficiários das políticas sociais através de capacitações, com vistas ao empoderamento dos beneficiários.

No Brasil, como em outros países da América Latina, a reestruturação das políticas públicas, a partir desse novo paradigma, se deu com maior intensidade. É possível perceber a centralidade estratégica assumida pelas mulheres como operadoras e clientes preferenciais desses novos programas sociais (SORJ e GOMES, 2011: p. 148). Isso ocorre porque a valorização de atributos femininos tradicionais surge como um capital que parece ajudar no sucesso da política em combater a pobreza.

O programa Mulheres da Paz, no Rio de Janeiro, pode ser percebido a partir da perspectiva do investimento social e por isso foi definido como o estudo de caso do artigo. O programa foi criado pelo Ministério da Justiça em 2010 dentro do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), destinado a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, através da gestão social do risco.

Segundo as diretrizes do Programa Mulheres da Paz instituídas no artigo 8 da Lei 11.707/2008 o trabalho desenvolvido pelas mesmas tem como foco dois objetivos principais: 1) a mobilização social para afirmação da cidadania, tendo em vista a emancipação das mulheres,

prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres e 2) a articulação com jovens e adolescentes, com vistas na sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras capazes de responder de modo consistente e permanente às suas demandas por apoio psicológico, jurídico e social.

No caso do Rio de Janeiro, o programa foi operacionalizado por articulação entre o governo federal, o governo estadual e a Secretaria de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. O Mulheres da Paz está vinculado ao programa Protejo, cujo foco é “a formação da cidadania” de jovens expostos à violência doméstica ou urbana, por meio de programas de formação, inclusão social, atividades culturais e esportivas, que visem a “resgatar sua autoestima e permitir que eles disseminem uma cultura de paz em suas comunidades” (Ministério da Justiça do Brasil, 2007). A articulação entre os dois programas reside no fato de que são as Mulheres da Paz que identificam esses jovens, encaminham-nos ao Programa Protejo e “acompanham sua trajetória”, “aconselhando-os e orientando-os”. (SORJ e GOMES, 2011:p.151)

O Mulheres da Paz atua em territórios vulneráveis, ou seja, territórios identificados com altas taxas de violência e criminalidade. Às mulheres é oferecido um curso de formação, chamado de capacitação, que tem 230 horas e cujos conteúdos abrangem: cidadania e direitos humanos, identidade feminina, diversidade sexual, homofobia, violências urbana e de gênero (Lei Maria da Penha), mediação de conflitos, entre outros. Além disso, as Mulheres da Paz recebem uma bolsa no valor de R\$190,00.

1. Desenvolvimento

O presente artigo traz reflexões sobre a noção de empoderamento contida na concepção e prática do novo paradigma de políticas públicas em curso no Brasil e globalmente, denominado Investimento Social.

O conceito de empoderamento possui várias interpretações e enfoques. O mesmo é fruto do debate pós-moderno e das análises sobre o conceito de desenvolvimento (OAKLEY e CLAYTON, 2003:p.7). Nessa visão, o conceito de desenvolvimento está atrelado ao conceito de poder e a visão de que a sociedade está calcada numa divisão entre aqueles que têm poder e os que não o têm. Com isso a relação entre “poder” e pobreza” estava localizada na ideia de que somente o acesso ao poder real poderia romper uma cultura de opressão e silêncio, característica dos grupos que encontram-se em dependência e marginalidade. Portanto, falar de empoderamento equivale a sugerir que há grupos que estão totalmente à margem do poder e que necessitam de apoio para “empoderar-se”. Um processo de empoderamento busca intervir nestes desequilíbrios e ajudar a aumentar o poder daqueles grupos “desprovidos de poder”, os grupos vulneráveis.

Nos anos 1990, o empoderamento se converteu num discurso central de agências internacionais como ONU e Banco Mundial e em objetivo operacional nas políticas e programas das ONGs nacionais e internacionais, ou seja, falar de empoderamento equivale a sugerir que há grupos que estão totalmente à margem do poder e que necessitam de apoio para “empoderar-se”. Um processo de empoderamento então, busca intervir nestes desequilíbrios e ajudar a aumentar

o poder daqueles grupos “desprovidos de poder”, no que se refere ao acesso e uso do poder formal e informal, a inserção destes na vida pública e no mercado. Nas políticas sociais que tem como proposta o empoderamento, a pobreza é definida como uma situação em que indivíduos se encontram por falta de certos dotes ou habilidades, sejam carências individuais como escolaridade, aprendizado com autocuidado com a saúde, o conhecimento para lidar com as transferências de renda. Quando possuem estas habilidades, as pessoas podem então pular a linha da pobreza e estar em situação equalizada perante outros indivíduos. Ao aprender tais habilidades, as pessoas realizam novas práticas sociais e escolhas, o que funciona como um mecanismo de empoderamento. Com isso, desenvolve-se as capacidades dos grupos para agir e desempenhar um papel ativo nas iniciativas de desenvolvimento superando décadas de passividade, onde o fortalecimento das habilidades dos grupos marginalizados, colabora para seu envolvimento como atores legítimos no desenvolvimento.

A operacionalização do empoderamento tem como partida atentar que as agências de desenvolvimento têm promovido e apoiado iniciativas de “empoderamento” com propósitos distintos mas inter-relacionados. O vínculo entre participação e empoderamento é o que emerge de maneira mais forte a partir das experiências das diferentes políticas. O Banco Mundial, por exemplo, vê o “empoderamento” como a última etapa nos processos de participação local nos projetos de desenvolvimento. Como objetivo do desenvolvimento, o empoderamento tem sido instrumentalizado por meio de metodologias práticas de projetos, e quanto ao seu efeito e impacto, o empoderamento é direcionado a projetos com objetivos e focos variáveis.

Para refletir sobre o empoderamento, o artigo abarca dois planos de análise: 1) os diferentes discursos institucionais que passaram a revalorizar as mulheres como beneficiárias e ferramentas cruciais da inclusão e do desenvolvimento do país e 2) os significados da noção de empoderamento em disputa na execução do programa Mulheres da Paz.

2. Mulheres e o Empoderamento

O processo de empoderamento situa-se na concepção de cidadania contemporânea dentro das políticas sociais. Seus proponentes partem do pressuposto de que os recursos materiais e o capital social dos sujeitos vulneráveis não são suficientes. Com isso, o empoderamento é visto como fundamental, pois possibilitaria adquirir novas condutas e subjetividades, permitindo que os sujeitos beneficiários consigam reivindicar direitos políticos e sociais e ter maior controle sobre a própria vida. O empoderamento é mais do que um componente da política social, ele constitui-se como um projeto moral e político (SORJ e GOMES, 2011: p.148). O empoderamento norteia um conjunto de valores, posturas e práticas a serem interiorizados pelos beneficiários das políticas públicas contemporâneas.

No caso das mulheres, o empoderamento destas se dá através da mobilização destas como sujeitos que possuem capacidades úteis a esses programas sociais e assistenciais. O papel das mulheres nas políticas sociais é resultado da intersecção entre conhecimento feminista e um projeto político de desenvolvimento das agências internacionais.

O conhecimento feminista relaciona mulheres e políticas sociais visando à emancipação das mulheres e o enfraquecimento dos valores maternalistas através da educação feminista. Por outro lado, as agências de desenvolvimento (como o Banco Mundial) vêem a mulher como um meio de alavancar o desenvolvimento humano das crianças e jovens desempenhando um papel mais tradicional. As demandas feministas da década de 70 penetraram nas agências de desenvolvimento; as duas forças se encontram e se tensionam; ora o maternalismo ora a igualdade de gênero é colocada a serviço do desenvolvimento. O capital social das mulheres nas políticas públicas do investimento social parte dos papéis sociais tradicionais, como a maternidade e os cuidados, embora ao mesmo tempo pretenda inserir perspectivas de autonomia, emancipação feminina e atuação política na esfera pública vinculados à igualdade de gênero decorrentes das demandas de ONGs e movimentos feministas.

Vale destacar que a transformação de mulheres pobres, dependentes e passivas em sujeitos autônomos e responsáveis pelas suas escolhas requer técnicas de desenvolvimento pessoal (MOLYNEUX, 2006: p.430). Centrais para isso são os processos de capacitação que levarão a esse objetivo. Normalmente esses currículos de capacitação, nos novos programas sociais que visam empoderar mulheres pobres, tem um viés feminista. Pretendem superar formas oprimidas de feminilidade e criar uma nova feminilidade autônoma e moderna.

O empoderamento é uma noção controversa que não possui consenso em suas definições e objetivos. Para demonstrar isso, apresentamos as interpretações teóricas sobre o empoderamento de Sadan(1997) e Schild (2007). Para Sadan (1997: p.3), o empoderamento é *“um processo de transição de um estado de impotência onde há ausência de capacidades, conhecimento e auto-estima, para um estado de relativo controle sobre a própria vida, poder de escolha no seu destino e no espaço onde reside”*. O empoderamento consiste na combinação de 3 processos entrelaçados que se complementam e contribuem um ao outro: o empoderamento individual – nível micro-, o empoderamento comunitário – nível macro - e o empoderamento profissional. O empoderamento individual é a agência humana, cujos resultados estruturais não são intencionais e embora a agência humana possa ter consequências estruturais, isto não é a essência do processo. Ou seja, o processo de empoderamento individual pode criar uma reserva de potencial comunitário, isto é, mobilização comunitária à medida que os indivíduos anseiam melhorar sua qualidade de vida, isso pode gerar a necessidade de melhorar o espaço em que se vive. Contudo, o processo de empoderamento individual é condicionado à estrutura social existente, podendo limitá-lo ou estimulá-lo. O empoderamento comunitário está num coletivo estigmatizado e discriminado que adquire capacidade de controlar e influenciar o próprio espaço exercendo específicas críticas e demandas. O processo de empoderamento da comunidade desenvolve um senso de responsabilidade, capacidade, compromisso e cuidado, onde as pessoas atuam na resolução de problemas e na melhora da qualidade de vida. O empoderamento profissional é o processo de intervenção metódica destinado a capacitar indivíduo e comunidade. A prática deste último é uma atividade profissional de capacitação feito por instituições sociais e ONG que têm como justificativa encorajar indivíduos e comunidades a serem autônomos e estimular a inclusão social.

Em contraste, para Schild (2007: p.198) a mobilização de sujeitos femininos nesses programas sociais é alvo de críticas. O problema, para a autora, é que esta é uma forma individualista de empoderamento que transforma mulheres em sujeitos autorreguladores, dentro do contexto capitalista contemporâneo, onde é exigido dessas mulheres que carreguem a responsabilidade de conseguir, ou não, a inserção dentro do mercado após o processo de empoderamento. Dessa forma, o projeto moral e cultural de transformação das subjetividades, orquestrado por instituições estatais, encoraja e cultiva formas de subjetividade que são congruentes com o capitalismo atual nessas mulheres, como a autonomia e a responsabilização pela construção de uma forma de vida específica. Outro ponto de debate é que os discursos e as práticas que constituem o legado do ativismo em relação à emancipação das mulheres se tornaram um poderoso mecanismo para governar mulheres pobres. A responsabilidade do bem-estar passa para o indivíduo, onde numa troca da responsabilidade sobre o risco/vulnerabilidade social dos grupos de indivíduos há uma transformação desse domínio de responsabilidade num problema de 'cuidar de si'. Logo, para a autora, o cidadão empoderado do moderno campo de políticas sociais é, na verdade, uma figura que causa exclusão. Ou seja, o que o empoderamento obscurece é que, algumas pessoas não conseguem se responsabilizar pelo seu bem estar, ficando assim excluídos do mercado e de uma situação real de bem-estar social.

Desta forma, compreender no que consiste o empoderamento é um ponto fundamental da análise, pois o processo de empoderamento explicita a relevância do indivíduo no cenário das políticas sociais atuais.

3. Inspirações do conceito de governamentalidade para pensar o empoderamento

A própria identidade do cidadão empoderado pode ser analisada como um projeto moral/pedagógico com contradições relativas às próprias difusões de esferas de poder e autonomia. Um eixo analítico fundamental para se entender as políticas sociais atuais é através do conceito de governamentalidade de Michel Foucault (2003) que ao problematizar o poder na modernidade "*indica que o governo está ativamente envolvido na produção de atores, de identidade e interesses, não apenas na sua coordenação*" (SORJ e GOMES, 2011: p.148). Dessa forma, a institucionalização de uma forma de racionalidade estatal e as formas de subjetividade a ele associadas estão ligados a projetos morais e políticos em execução, por onde discursos de saberes perpassam a vida social e atuam de forma minuciosa na coletividade.

A governamentalização (ou governamentalidade) do Estado e da sociedade consiste numa forma de racionalidade política que se vincula ao exercício de gestão das coisas e das pessoas, entendido no seu sentido mais amplo de condução, cuidado e sustento dos indivíduos tomados individualmente e coletivamente no conjunto da população. As reflexões em relação às técnicas de governamentalidade referem-se às especificidades nas relações de poder onde há disputa de discursos acerca dos mecanismos e instrumentos coercitivos de condutas. Por este viés, o exercício do poder para Foucault não deve ser entendido como uma instituição, mas como um conjunto de normas, técnicas e procedimentos pelos quais se exerce algum tipo de ação sobre os

indivíduos. Por meio da problematização das formas de poder, notamos a governamentalidade como um complexo exercício de poder político que visa incidir sobre as possibilidades de ação dos indivíduos. Contudo, a gestão sobre as possibilidades de ação dos indivíduos nem sempre é realizada de acordo com as expectativas das decisões governamentais e institucionais das políticas sociais. Isso traz a tona um limite do conceito de governamentalidade inspirador para as reflexões do fenômeno do empoderamento.

O limite do conceito de governamentalidade é que ela não deve ser vista somente nos campos discursivos de documentos oficiais, projetos políticos e escritos (MC KEE, 2009: p. 12). Partindo da noção de que há uma arte concreta - prática - de governar, os estudos sobre políticas sociais devem ir de uma “*governamentalidade discursiva*” para uma “*governamentalidade realista*”, como articula Mc Kee (2009: p.4).

A governamentalidade que se faz presente no contexto das novas políticas sociais indica que a cidadania ativa representa uma forma de liberdade regulada na qual a capacidade do indivíduo é usada como uma estratégia política para garantir os fins das políticas sociais do modelo do Investimento Social. O papel do Estado é reconfigurado quando ele empodera os indivíduos a cuidarem de seus próprios problemas. Valores como autoestima, capacitação individual e obrigações éticas de cidadania se põem como responsabilidade pessoal e social. Ao definir o bem-estar dos indivíduos em termos das tecnologias de cidadania que lhes faltam e que são criadas pelo Estado, as políticas sociais corporificam uma forma produtiva de poder, que visa colocar os outros em ação, direcionando os meios e saídas pelas quais os indivíduos resolvem suas questões de vida, atuando mais profundamente nos indivíduos e moldando as subjetividades.

Percebemos então as reflexões em comum entre a noção de governamentalidade e o fenômeno do empoderamento nas políticas sociais contemporâneas. Ao reconhecer que nem sempre os sujeitos incorporam o discurso acerca do papel que devem exercer, ou seja, o papel de cidadãos-empoderados, é possível que “*exista a sobreposição e pluralidade de novas identidades, mas também é possível que os sujeitos se recusem a envolver-se com a identidade ativa que são convidados a adotar*” (MCKEE, 2009: p.17).

Reconhecendo as múltiplas vozes e a natureza controversa do que consiste o fenômeno do empoderamento e as múltiplas subjetividades que o norteiam é necessário ouvir as múltiplas vozes das práticas do governo e as conseqüências, experiências e perspectivas das populações-alvo, as tensões e conflitos entre os discursos institucionais, dos gestores das políticas e demais atores envolvidos. Este é o nosso objetivo de reflexão.

4. Estudo de caso: o Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro

A pesquisa realizada entre 2011 e 2012 no Rio de Janeiro no Complexo do Alemão e na comunidade do Boréu, combinou métodos qualitativos: documental, entrevistas com as mulheres beneficiárias do programa e coordenadores, observação de atividades do programa, como cursos de capacitação e eventos. A pesquisa de campo foi realizada nas comunidades do Complexo do Alemão e do Boréu, que foram atendidas pelo programa. Na pesquisa documental foi realizado um levantamento de notícias, entrevistas e documentos relativos sobre o Mulheres da Paz

(TEIXEIRA, 2010 e SEASDH, 2011). Foi de destaque a análise dos folders, revistas e do livro “PAZ, substantivo feminino – A experiência do Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro” (2011) que continham divulgação de celebrações e cerimônias de implementação do programa, mostrando a forma pelas quais os elaboradores da política publicizavam os projetos, além de reunir imagens e depoimentos sobre o programa.

Ancorando-se na bibliografia teórica, e no desenvolvimento das questões de pesquisa, elaboramos roteiro semiaberto de perguntas que fora aplicado às Mulheres da Paz. O questionário continha perguntas de referência geral (idade, estado civil, nível de ensino e etc.), sobre a rotina no programa Mulheres da Paz (que redes facilitaram a entrada no programa, quais eram as atividades e como percebiam as capacitações), sobre a seleção e acompanhamento dos jovens atendidos, sobre sua relação com órgãos do Estado e outras instituições (associação de moradores, igrejas, posto de saúde, polícia, etc.) e sobre suas opiniões em relação aos possíveis impactos do Programa em suas relações de gênero, em seus status dentro da comunidade e em suas visões de mundo. Foram aplicadas 16 entrevistas com as beneficiárias e 4 com gestores do programa.

A proposta do programa Mulheres da Paz é que as mulheres se empoderem através do curso de capacitação para atuar no protagonismo da prevenção da violência. A proposta é que elas atuem na mediação de conflitos com os jovens, encaminhando-os a um curso profissionalizante. A representação do gênero mulher é fundamental, pois tipifica um sujeito específico a ser mobilizado na política pública:

O projeto Mulheres da Paz é o ‘coração’ do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI). Por quê? Porque as mulheres sempre tiveram um ‘jeito de ser e fazer’ para criar e manter espaços saudáveis e de paz em todos os cantos, em todas as comunidades e cidades. Uma energia que está sempre pronta para agir, por cada uma e por todas, de forma sensível e inteligente para dar um basta à violência. [1] *Ex-secretário do PRONASCI.*

A justificativa para que se apresentem as mulheres como as beneficiárias da política baseia-se na vitimização da mulher afetada pela situação de violência e no o ideário de “mães da paz”, que no Rio de Janeiro é muito forte, em virtude dos movimentos de mães que perderam seus filhos por mortes violentas.

Dessa forma percebemos a tensão existente, embutida no programa, entre papéis tradicionais de gênero e uma subjetividade feminina moderna. Esta última apareceria, através da capacitação, durante o processo de empoderamento. Entretanto, o termo empoderamento não é utilizado, diretamente, pelas Mulheres da Paz, mas sim na fala dos coordenadores e nos textos oficiais produzidos sobre o programa:

Empoderadas utilizam como instrumentos de trabalho e de socialização as informações e conteúdos apreendidos durante o processo de formação, nas atividades do dia a dia nos seus territórios, e se utilizam da gama de informação adquirida e da experiência de ações sociais para buscar trabalho. [2] *Coordenadora de formação.*

Agentes de empoderamento de si próprias e de suas comunidades, as Mulheres da Paz cumprem papel relevante para a sustentabilidade da paz em territórios já pacificados. **[3]** *Secretário de Assistência Social e Direitos Humanos.*

As Mulheres da Paz empregam termos como mudança de vida e autoestima. As noções de mudança de vida aparecem nas falas sobre autoestima, formação de amizades, conhecimento de direitos, agência na comunidade e desejo de melhor qualificação profissional:

Nós fizemos uns três meses de capacitação, tivemos uma situação também de muitas que nem conhecia a [Lei] Maria da Penha passaram a conhecer, e outra, até na saúde, muitas passaram a conhecer, e saber dos direitos dela e procurar tratar mais a sua saúde, outra capacitação que eu também achei importante foi o, por exemplo sobre lei, tem mulheres que não sabia que existia problemas de lei, mulheres que nem tinham os documentos completo. *[Mulher da Paz A]*

Pra mim foi muito bom porque me ajudou muito, porque eu vivia muito dentro do lar... e depois que eu fui pra esse projeto minha vida melhorou... Me senti alguém. Convivi. Aprendi. Fiz amizades. Fazer o bem também, isso nos faz bem. Ir atrás daquele jovem. *[Mulher da Paz M]*

A fala acima ilustra uma afirmação recorrente em outras entrevistas. Desta forma é possível perceber que uma das mais significativas mudanças vividas pelas Mulheres da Paz, através do processo de capacitação, foi a saída do ambiente doméstico. Isso se dá porque várias das atividades do Programa promoviam uma maior circulação nas redes comunitárias, em instituições do governo, eventos e ONGs. A maior circulação na esfera pública é colocada em contraste com o ambiente doméstico, que passou a ser visto de forma mais crítica. Sair de casa, conhecer amigas e participar de eventos comunitários foram apontados como acontecimentos fundamentais para essa nova percepção. O ganho da autoestima e a valorização pessoal para as mulheres ocorreram quando elas puderam se sentir úteis e presentes na comunidade ao ajudar jovens, intermediarem contatos com instituições e divulgar informações de utilidade pública.

Apesar da ajuda aos jovens ser um aspecto essencial no trabalho delas, elas destacaram o novo papel que desempenham na comunidade. O empoderamento via comunidade (SORJ e GOMES, 2011) se concretiza na atuação como informantes locais e contatos com outras instituições sociais, porque permite que elas consigam ir além da ação tutelar sobre os jovens, inscrita nas diretrizes do projeto.

Há notavelmente uma tensão entre cuidar do jovem e fortalecer a comunidade e o cuidar de si, onde muitas participantes sentem que, depois de terem sido capacitadas, gostariam de uma qualificação profissional, porém esse tipo de qualificação não é fornecido pelo programa. Mostra-se presente uma ligação, pós-programa, entre o acesso ao mundo profissional, a escolaridade e o desejo de 'ser alguém completo' dessas mulheres:

Quanto ao Mulheres da Paz eu acho que poderia continuar com o projeto, já que elas conseguiram um avanço e porque não fazer alguma coisa que desse continuidade pra essas mulheres, capacitações profissionais mesmo pra incluir essas mulheres no mercado de trabalho... Tinha mulheres que nunca trabalharam, que sempre viveram aquela vida de família mesmo, mas que despertou o interesse de ser alguém, de gostar de uma profissão. *[Mulher da Paz G]*

Essa exigência por cursos de capacitação profissional apareceu novamente no Seminário de Avaliação do Projeto Mulheres da Paz que ocorreu na Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos. Nesse seminário as mulheres foram divididas em grupos de trabalho (GTs) para conversar sobre o programa e em todos os GTs houve pedidos para capacitação profissional.

Para os coordenadores o empoderamento é alvo de debates e críticas. Para alguns deles, a própria inserção da mulher em um programa que visa assistir ao jovem explicita que elas são instrumentos para o objetivo final do programa (prevenção da violência urbana) e não beneficiárias finais. Com isso, prevalece a visão tutelar da mulher sobre o jovem, eclipsando aspectos relacionados à desvinculação de papéis tradicionais de gênero.

Trabalho e renda também aparecem como marcadores fundamentais no empoderamento das mulheres, não só para as mulheres beneficiárias, como também para os coordenadores:

A gente tem uma contradição aí que tá colocada, entre outras contradições, por exemplo, como é que a gente quer discutir a perspectiva de empoderamento, de partilha de conhecimento, de informação com a perspectiva de autonomia, mas a gente não discute, o programa não tem como eixo central, na concepção nacional, a discussão sobre trabalho e renda. Como se discute a perspectiva de empoderar as mulheres a partir da discussão de seus direitos e a gente não encaminha numa discussão também sobre trabalho e renda, como é que é isso, como é que se dá na prática? Coordenador A. [*Coordenador do Programa Mulheres da Paz*]

Além disso, é valorizado por alguns gestores do programa que o exercício da cidadania das mulheres dentro do espaço local comunitário afaste-se cada vez mais de uma ordem moral religiosa e cristã - tão presente nas comunidades - à medida que elas têm contato com outras fontes de conhecimento, como direitos humanos e direitos sexuais-reprodutivos através dos cursos de capacitação. A criação de redes de fortalecimento comunitário e autonomia que conseguem ir além de um discurso religioso é visto pelos coordenadores do programa como pontos positivos do fenômeno do empoderamento, na medida em que aponta para um movimento de mudança na formação das redes daquele espaço comunitário. As redes religiosas tinham força tanto no programa e seleção das mulheres, como na resolução de problemas comunitários:

O segundo grande ganho eu acho assim que aí já é opinião pessoal, mas eu fico muito preocupada com a construção de rede ancorada nos princípios religiosos. (...) não há lei e de alguma forma a Igreja tá fazendo esse trabalho (...) me preocupa muito esse discurso da formação da subjetividade imposto pela Igreja. Então eu acho que nesse sentido, o segundo grande ganho que eu vejo. [*Membro da equipe técnica de avaliação*]

Interessante notar que a própria proposta pedagógica da capacitação pretende abranger uma área ampla de conhecimentos e não só a perspectiva do acolhimento e acompanhamento do jovem. Utilizando as palavras de um dos coordenadores que denomina a capacitação voltada somente à formação humana, o objetivo do processo de capacitação é trazer conhecimentos multi-disciplinares. As idas a campo mostram que os capacitadores tentam estender o que se concebe por empoderamento do grupo das mulheres a um nível mais amplo e difuso de práticas locais, visando um empoderamento que atinja também a comunidade, no qual o empoderamento da comunidade local está relacionado ao conhecimento de noções de direitos humanos, cidadania e

reivindicação de direitos construindo uma nova configuração de redes de relações pessoais e institucionais. Contudo, vale lembrar que, apesar de a institucionalização das Mulheres da Paz enquanto cidadãos-ativos da política pública ser fundamental, isso se dá ancorado no fortalecimento do papel maternalista das mulheres que é ressignificado ou reforçado pelos grupos.

Conclusão

O conceito de empoderamento possui diversos significados porque convive com várias moralidades e discursos institucionais e locais. Neste caso, a preponderância das moralidades locais é notável, uma vez que como projeto moral e político, o empoderamento é um novo modo de subjetividade que inevitavelmente passa por uma adaptação às necessidades locais e às realidades dos cidadãos.

Nesse sentido, podemos pensar na ocorrência de três níveis de mudanças de subjetividade provocadas pelo empoderamento. O primeiro desses níveis, das mudanças de subjetividade relacionadas ao indivíduo, está ligado a uma questão da autoestima e de afirmação pessoal. Isso se dá através da participação no Programa Mulheres da Paz, no seguinte sentido: as mulheres participantes sentem sua autoestima crescer porque agora elas têm maior consciência dos seus direitos, elas tomam mais atitudes para resolver seus próprios problemas e há uma melhora na sua comunicação pessoal tornado-as mais desinibidas. Em outro âmbito, essa categoria também aparece em uma vontade de ter uma profissão e na visão crítica atribuída ao lar pela dinâmica rotineira de cuidar da casa e dos filhos em contraste com o sentido positivo dada à circulação pelo espaço público.

O segundo nível, de mudanças de subjetividade relacionadas à gênero, relaciona-se com a percepção dessas mulheres como parte de um coletivo de gênero, como parte de uma categoria oprimida. Especialmente em situações de enfrentamento de violência contra a mulher, e no conhecimento sobre a lei Maria da Penha, um dos eixos temáticos da capacitação. Assim, as Mulheres da Paz distribuíam informações sobre a Lei, locais de denúncia, instituições de acolhimento e aconselhavam mulheres vítimas. Além disso, algumas Mulheres da Paz superaram situações pessoais de violência conjugal e doméstica e suas experiências são relatadas como casos exemplares.

O terceiro nível, de mudanças de subjetividade relacionadas à comunidade, levanta uma questão interessante já que aqui o projeto é sentido, pelas mulheres participantes, através da sua relevância em ajudar a comunidade. Seja com os jovens ou outras mulheres através das informações sobre Lei Maria da Penha ou, então, a comunidade em geral, transmitindo informações, principalmente sobre saúde e direito. Aqui se percebe uma grande importância atribuída pelas mulheres à circulação pelo espaço público atuando na rede comunitária e no contato com instituições.

É imprescindível entender que essas dimensões são fluidas, interconectadas. Por exemplo, a questão da circulação pelo espaço público aparece como relevante tanto no primeiro

como no terceiro nível. O conhecimento sobre direitos também não se encaixa em uma única dimensão, podendo inclusive se encaixar nas três.

Portanto, as mudanças de subjetividade resultantes da participação das beneficiárias evidenciam a coexistência de duas visões sobre o empoderamento. A primeira, localizada nos discursos sobre o programa, documentos oficiais e nas falas dos coordenadores, que privilegia o segundo nível de mudanças, isto é o entendimento das beneficiárias como integrantes de um grupo oprimido. A segunda visão, na percepção das próprias Mulheres da Paz é o aumento da autoestima e seu envolvimento com a comunidade, ou seja, o primeiro e terceiro nível. 📍

NOTAS

*Brena O'Dwyer Spina da Rosa Machado é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolveu o artigo a partir da pesquisa “Gênero e Políticas Públicas” orientada pela Profa Bila Sorj, dentro do Núcleo de Estudos em Sexualidade e Gênero do IFCS-UFRJ. Quando submeteu o artigo, cursava o 7º período em Ciências Sociais. Atualmente é menestranda em Saúde Coletiva no Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. E-mail: brenaspina@gmail.com

**Thamires de Lima Silva é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quando submeteu o artigo, cursava o 8º período e realizava Iniciação Científica no Núcleo de Estudos em Sexualidade e Gênero do IFCS-UFRJ, sob orientação da Profa Bila Sorj. E-mail: thamires.ls91@gmail.com

[1] Governo do Rio de Janeiro; PRONASCI; Ministério da Justiça. Mulheres da Paz. Texto Base para a Conferência Livre Rio Cultura de Paz. 2009

[2] Depoimento retirado do livro: “PAZ, substantivo feminino – A experiência do Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro” de 2011.

[3] Depoimento retirado do livro: “PAZ, substantivo feminino – A experiência do Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro” de 2011.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Governmentality**. In P. Rabinow and N. Rose (eds), *The Essential Foucault: selections from essential works of Foucault 1954-1984*, London, New Press. 2003.

JENSON, Jane; **Lost in translation: The social investment perspective and gender equality**. *Social Politics: International Studies in Gender, State and Society*, Volume 16, Number 4, Winter 2009, pp. 446-483 (Article). [s.l.] Published by Oxford University Press. 2009.

MAURIEL, Ana P. O. **Combate à pobreza na América Latina: impasses teóricos e ideológicos na construção da política social contemporânea**. In. *Revista Ser Social* V.1, n. 1. Brasília, 1998.

MC KEE, Kim, **Post-Foucaultian Governmentality: what does it offer critical social policy analysis?**, *Critical Social Policy*, vol.29. no. 3, [S.l.:s.n.] August, 2009,.

MOLYNEUX, Maxine. **Mothers at the Service of the New Poverty Agenda: Progres/Oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme**. *Social Policy & Administration*, Vol 40, No 4, [S.l.:s.n.] August 2006.

OAKLEY, Peter; CLAYTON, Andrew. **Monitoramento e avaliação do empoderamento (“empowerment”)**. Tradução de Zuleika Arashiro e Ricardo Dias Sameshima. São Paulo, Instituto Pólis, 2003. 96 p.

SEASDH, Secretaria Estadual de Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro. **Paz, substantivo feminino – A experiência do Programa Mulheres da Paz no Rio de Janeiro.** [S.L.:s.n.] Livro oficial do programa produzido pelo Governo Federal. 2011.

SADAN, Elisheva. **Chapter 3: Developing a Theory of Empowerment.** Empowerment and Community. [S.l.:s.n.], 1997.

SORJ, Bila & Gomes, Carla. **O “gênero” da nova cidadania: O programa mulheres da Paz.** Sociologia e Antropologia, Vol. 02, [S.l.:s.n.]2011.

SCHILD, Verónica. **Empowering ‘consumer-citizens’ or governing poor female subjects?: the institutionalization of ‘self-development’ in the Chilean social policy field.** Journal of Consumer Culture, Vol. 7, [S.l.:s.n.] 2007.

TEIXEIRA, Zaqueu. **O PRONASCI é a inteligência que vence a violência: Programa Nacional de Segurança com Cidadania / Zaqueu Teixeira.** —1.ed. — Rio de Janeiro: Z. Teixeira, 2010. ISBN 978-85-910845-0-0.

VIANNA, M. Lucina T.W. **A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica.** In: Revista Praia Vermelha, vol. 1, n.1. UFRJ, Rio de Janeiro, 1997. Pg. 120-145.

TEIXEIRA, Ricardo, V. **Uma crítica a concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea. In: Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n.104. out/dz. São Paulo, Cortez Editora, 2010. Pg. 650- 680. Revista Serviço Social e Sociedade

Recebido em 17 de março de 2013

Aprovado em 25 de fevereiro de 2014

RETÓRICA DISTINTIVA NO FUNK OSTENTAÇÃO

O CONSUMO CONSPÍCUO NA PRODUÇÃO CULTURAL DO JOVEM POBRE

*Felipe Eduardo Lázaro Braga**

Cite este artigo: BRAGA, Felipe Eduardo Lázaro. Retórica distintiva no funk ostentação: O consumo conspícuo na produção cultural do jovem pobre. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.20-34, junho. 2014. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de junho. 2014.

Resumo: O artigo faz um levantamento bibliográfico panorâmico acerca das principais tendências de investigação sociológica sobre a temática do consumo, ancorando-se principalmente nas teses de Veblen e sua defesa do consumo como uma tentativa de ostentar aos pares a posição social, bem como os escritos de Douglas que interpretam o consumo como um elemento de agregação de coletivos e identidades sociais. A partir dessa problematização, o artigo faz uma análise textual das letras do chamado “funk ostentação”, de modo a delimitar as características recorrentes e emblemáticas que identificam o estilo.

Palavras-chave: Funk Ostentação; Sociologia da Cultura; Sociologia Econômica; Jovem pobre; Consumo.

Abstract: The article makes a wide literature survey concerning the main trends of sociological research on the topic of consumption, anchoring mainly on Veblen’s theses and his defense of consumption as an attempt to bear the social status to others, as well as the writings of Douglas who interpret consumption as an element of aggregation of social identities. From this questioning, the article makes a textual analysis of the lyrics of the so-called “funk ostentação” in order to delimit the iconic features that identify the style.

Keywords: “Funk Ostentação”; Sociology of Culture; Economical Sociology; Poor Young; Consumption.

1. A favela e o problema

As favelas são aglomerados de barracos insalubres que se amontoam uns sobre os outros de modo a formar uma miríade de construções inacabadas, esqueletos de pau, lona, barro e tijolo. São becos lamacentos e escorregadios que conectam casebres e casebres, cada qual disputando com o vizinho migalhas de terreno, numa tentativa de tornar a vida menos miserável. Os córregos, fétidos fiapos de água e imundice, deslizam seus dejetos por toda a vizinhança, obrigando aqueles viventes a construir passadiças improvisadas que aumentam ainda mais o desconforto e desolação do inóspito lugar. São o lar das balas perdidas, do tráfico,

da pobreza urbana, do ataque à beleza e à estética que possam remanescer nos aglomerados citadinos brasileiros.

As cores são fortes, mas seu conteúdo é familiar. Existe uma visão amplamente difundida entre os estratos intermediários da população brasileira que costuma associar a favela a todo e qualquer superlativo que denote características depreciativas. Não só isso, há a transferência dos significados pejorativos dos sítios *subnormais* (nomenclatura oficial usada pelo IBGE para caracterizar as favelas) para os próprios moradores das áreas: na melhor das hipóteses, o favelado é um coitado miserável; na pior, é traficante, ladrão, assassino, preguiçoso. Qualquer incursão teórica sobre o mundo das favelas obriga o pesquisador a revisitar essa imagem disseminada e, no mais das vezes, equivocada, de modo a se cercar de um quadro analítico que descreva razoavelmente as características das comunidades, e não o imaginário que se tem dela.

Licia Valladares, por exemplo, contesta essa visão largamente difundida. Argumenta a autora (2005) que, a despeito das características *sui generis* daquele tipo de agregado urbano, não podemos circunscrever muitos dos fenômenos associados à favela como originários e limitados por suas fronteiras: a pobreza engloba a favela, mas não está limitada a ela; a criminalidade engloba a favela, mas não é propriedade privada de seus moradores; a desorganização urbana, ainda que possua características singulares, também não é fenômeno exclusivo dos morros e periferias, muito ao contrário. “Nossa proposta é que as favelas deixem de ser o campo sistematicamente utilizado para estudar as mais variadas questões ligadas à pobreza. Só assim deixaremos de confundir favela e pobreza.” (Valladares, 2005, p. 163).

Além disso, devemos superar a visão de que a favela é um todo homogêneo que pode ser descrito com base em rótulos fixos e últimos. A favela não é isso ou aquilo, mas abarca, dentre outras coisas, isso ou aquilo. Essa advertência é importante para que ressaltemos o erro que cometeríamos caso lidássemos com a favela como se ela fosse o piso social brasileiro e, *a priori*, ignorássemos as assimetrias que existem entre os moradores desses agregados. Esses lugares *subnormais*, membros que são da dinâmica da cidade e dos desdobramentos político-sociais que caracterizam a vida de uma nação, também espelham os rumos e alcances da sociedade. De acordo com a pesquisa “Radiografia da Nova Favela Brasileira”, publicada no dia 04/11/2013, 65% dos moradores pertencem àquela camada intermediária da população que está sendo chamada, equivocadamente, de classe C (a nova, claro), enquanto que apenas 32% pertencem à classe D; a renda média dos domicílios foi de 910 reais, 32% a mais que o salário mínimo nacional; 50% das casas tem acesso à internet, dos quais 41% se conectam pelo celular; 46% tem TV de plasma, 47% tem computador (ou de mesa, ou portátil), 69% tem máquina de lavar, 14% tem ar-condicionado. A favela está no Brasil e seus moradores, como os demais brasileiros, têm suas expectativas de consumo.

Mas é aqui que encontramos um problema de interessante envergadura. O primeiro parágrafo deste texto não reflete a realidade das favelas brasileiras (de todas elas), mas reflete alguma realidade, qual seja, a do imaginário que se tem acerca das favelas. Morar na favela ainda proporciona ao indivíduo um rótulo pejorativo intenso (ao menos entre as classes médias consolidadas), e há toda uma indústria cultural que perpetua a já aludida visão depreciativa da

comunidade. Mas se é assim, nós temos uma razoável pressão positiva (de natureza simbólica) para que os moradores que vivem nas favelas tenham por meta deixar aquele lugar. Além disso, o argumento até aqui esboçado não é o de que há um paraíso idílico por trás dos barracos aparentes; a favela tem sérios problemas de mobilidade e de salubridade que precisam ser combatidos. A questão é que existe uma discrepância entre o real e o imaginário, o que acaba por contaminar não só os juízos cotidianos que se fazem acerca das favelas, mas inclusive a produção intelectual e científica que estuda os morros como se fossem realidades desconectadas de toda a vida nacional.

Esse é o pano de fundo que me fez problematizar uma aparente contradição entre o comportamento de alguns dos moradores das favelas e sua situação econômico-social e simbólica. As favelas estão aquém do ideal de vida que a maioria dos brasileiros anseia para si e, além disso, estão envoltas numa densa nuvem de imagens pejorativas. A despeito disso, alguns consumidores na favela têm optado por adquirir bens que são comumente associados ao consumo de estratos médios da população, como tênis e roupas de certas marcas, acessórios e adereços, artigos eletrônicos, móveis e domésticos diversos. Jornais e revistas estão cheios de reportagens sobre o tema: a revista Exame, em sua edição on-line (Leal, 2002), traz artigos falando do consumo de bens de luxo em comunidades do Rio de Janeiro; O Globo, também em reportagem publicada em site (Carlette, 2013), evidencia a suposta contradição entre a renda das favelas, consideravelmente menor que a do restante dos municípios que as abrigam, e o padrão de consumo realizado, semelhante ao de outras áreas. Em artigo na Folha.com, a repórter (Capriglione, 2013) descrevia um *rolezinho* [1] de jovens num shopping de Guarulhos que causou certo desconforto: eram todos rapazes e moças pobres que entoavam letras do assim chamado “funk de ostentação” e que, além disso, vestiam-se em conformidade com o código estético que se espera deles, incluindo bonés e tênis “de marca”, bermudas caras, óculos chamativos, correntes e relógios brilhantes. Claudia Sciré (2009), em sua dissertação “Consumo popular, fluxos globais”, também percebe essa opção por um tipo de consumo distintivo, descrevendo o código vestuário dos jovens na favela como preferencialmente composto de tênis de marca. Mas se é assim, por que é que esses moradores, ao invés de optarem pela compra de tênis de marca, TV de plasma ou I-phones de última geração, não usam essa renda aparentemente disponível para transferir suas residências a zonas de desenvolvimento urbano mais planejado? Ou, ainda, por que não investir em capital cultural, investimento esse que traz os maiores retornos financeiros quando se pertence à classe mais pobre? Essa questão é duplamente importante: do ponto de vista individual, os recursos auferidos com o aumento da renda mediante incremento dos anos de estudos é bastante significativo, mas é também importante notarmos o resultado do dado agregado: caso verificássemos uma ação massiva da população pobre no sentido de buscar maior qualificação, teríamos, como corolário disso, um aumento nos índices de produtividade dos brasileiros, reconhecidamente inferiores aos de nações desenvolvidas, o que imprimiria um impacto considerável nas possibilidades de geração de riqueza no país. Aqui, contudo, devemos fazer um alerta: o leitor do artigo não deve identificar qualquer laivo normativo que justifique a inclusão desse questionamento. A pergunta “Por que os atores econômicos não fazem isso ou aquilo?” tem por objetivo ilustrar as possibilidades analíticas que o campo da economia fornece ao investigador, numa tentativa de elencar quais seriam as

opções de ação econômica que garantiriam a maximização da utilidade dos bens consumidos e que, portanto, apresentar-se-iam como as escolhas “racionalmente” adequadas. A sociologia demonstra que tais perguntas só são significativas caso adotemos um quadro analítico bastante estreito, qual seja, o do ator econômico inserido num mercado livre perfeito e plenamente conscientes dos resultados de suas escolhas. O mundo social tal qual ele se realiza não permite que restrinjamos o escopo de ação individual à busca da maximização do consumo, dado que ações e relações encerram trocas de identidades, compartilhamentos de ideias, rituais e cerimônias culturais que não são descritíveis com base numa terminologia econômica.

Caso nos valêssemos do arsenal utilitarista, no entanto, poderíamos adotar a hipótese de que eles, os moradores da favela, não conhecem as possibilidades de retorno que esse tipo de investimento cultural lhes legaria; quem sabe, apenas se acomodaram com a vida na favela e seus desafios urbanos; ou ainda, podemos afirmar que esses jovens conscientemente optaram por negligenciar qualquer planejamento futuro a fim de gozarem um consumo distintivo imediato e sem possibilidades de retorno econômico. Tendo a acreditar, no entanto, que esse consumo conspícuo é um canal que nos faz compreender dinâmicas sociais menos aparentes: seria ele meio para a realização de alguma aspiração coletiva? Para a afetação de algum pertencimento que ultrapassa o indivíduo? Para a ostentação de alguma identidade social que congrega pessoas com padrões de consumo similar? Nessa chave, a possibilidade do consumo distintivo que o aumento do crédito para as camadas populares possibilita não pode ser interpretada como “opção errada” de inserção no mundo do consumo, isso com base numa pretensa racionalidade mercadológica, mas sim um mecanismo de ordem social que perpassa a maneira como os indivíduos constroem suas relações intersubjetivas, isso com vista a incorporar, por meio do consumo, significados sociais que estão atrelados às coisas.

2. Consumo Distintivo e Consumo Conspícuo

Existem várias formas de cercar o objeto em questão. Poderíamos entrevistar rapazes ou moças que optaram por utilizar o salário para a compra de bens de consumo conspícuos, de modo a investigar quais são os critérios que subjazem à escolha; poderíamos, também, participar do convívio comunitário, a fim de elencar quais são os momentos em que as coisas possuídas auxiliam a socialização; poderíamos, ainda, propor a execução de um *survey* abrangente que nos possibilitasse coletar dados de uma amostra com o intuito de descrever como a população enxerga determinados padrões de consumo.

Optamos, todavia, por acessar o problema através da produção cultural que se faz sobre o tópico. Existe uma vertente de música popular que tem se notabilizado exatamente por tratar do tema do consumo conspícuo, o chamado funk ostentatório. Sua característica mais marcante é a de fazer uma apologia explícita do consumo de bens distintivos, de modo a enaltecer os adeptos de dado padrão de consumo. Essa opção se nos mostra acertada primeiro porque a produção do funk é feita, em larga medida, por moradores das camadas menos favorecidas da população, o que significa que os indivíduos que produzem esse tipo de música têm todo um *background* cultural que os faz avaliar o consumo conspícuo através de um ponto de vista específico, aquele

influenciado pelo estilo de vida das populações pobres. Em outras palavras: o pobre está cantando aquilo que pensa sobre o consumo ostentatório, isso de acordo com os juízos de valor que formam a base amplamente disseminada de avaliação de seu grupo social.

Além disso, existe a dinâmica própria do fenômeno de produção artística. A arte (a produção artística, cultural), só consegue alguma notoriedade quando aquilo que é produzido pelo artista encontra certo respaldo no público. Se o produtor de arte usar um código, forma ou estilo que seja completamente alheio ao consumidor da arte, então é provável que sua produção seja, no melhor dos casos, negligenciada. Para que artista e público conversem, é necessário que haja um mesmo idioma, ainda que falada de modo original e criativo. “A importância do público será melhor compreendida se nos lembrarmos que o artista deve viver como todo o mundo, e que ele vive de sua arte. Precisa, portanto, agradar àqueles que lhe podem fornecer o dinheiro necessário à sua existência.” (Bastide, 1971, p. 74). Em suma, isso significa dizer que se o funk ostentatório faz sucesso, é porque esse tipo de produção encontrou respaldo entre os jovens pobres, o que nos permite acessar, ainda que indiretamente, suas disposições para com o tema.

Mas esse é um fluxo de mão dupla: se o artista é influenciado pelo público, e a ele deve prestar constantes reverências, não é menos verdade que a arte também exerce importante influência sobre aquelas que a consomem. Se o adepto do funk ostentatório opta por esse estilo de música, então é razoável supor que sua sensibilidade também sofre impacto dessa produção, de modo que o consumidor de arte passa a ser um agente social cujos critérios de julgamento foram em parte influenciados por toda a retórica distintiva que perpassa o estilo ostentatório do funk, reificando, na realidade, a sensibilidade modelada por essa produção artística (Bastide, 1971, p. 195).

Ao optar por cercar o objeto de estudo através de uma análise da produção artístico-cultural dos jovens pobres, fizemo-lo com o intuito de nos valer dessa mútua relação que há entre o consumidor de arte, que é influenciado pela produção que escuta, e o artista, que precisa criar pontes de conexão com o público. Isso não quer dizer que não haja limitações para o nosso método (como, aliás, existem para todos os outros): não estamos acessando o comportamento conspícuo das pessoas reais que vivem em favelas reais e constroem suas opções com base em constrangimentos reais; o modo como o consumo conspícuo aparece nas canções de funk pode estar atrelado à forma de produzir música desse estilo, com cores exageradas e rivalidades acentuadas, e não propriamente com o comportamento econômico dos agentes sociais. Ainda assim, e com base nas características dos fenômenos artísticos, investigaremos os significados e papéis que o consumo conspícuo assume no funk ostentatório, aquilo a que chamarei de “retórica distintiva”, partindo do pressuposto de que a música, enquanto arte, assume um papel de síntese de uma certa sensibilidade que liga consumo e produção artística.

Antes de enveredarmos pelos achados empíricos (e pela descrição do modo como o dado foi levantado), é prudente que exponhamos a literatura que nos possibilitou antever os possíveis papéis que o consumo exerce no processo de socialização.

2.1 De Douglas a Veblen?

De maneira pouco usual, pretendo partir da discussão do consumo distintivo e chegar à discussão do consumo conspícuo, ainda que tal procedimento possa parecer desarrazoado do ponto de vista cronológico. Creio ser capaz de dar uma boa razão para isso. Antes, no entanto, devo colocar uma ideia importante na mesa de discussão: a da multiplicidade de estilos de vida.

De modo geral, as teorias do consumo tentaram demonstrar que o comportamento do consumidor pode ser explicado apelando-se para o conceito de maximização da utilidade, dado que aquele que se insere no mercado tenderia a buscar os objetos que melhor sanassem suas necessidades e que, além disso, se enquadrassem dentro dos limites de recursos disponíveis ao consumidor. A mercadoria, portanto, é valor de uso, e as necessidades que satisfazem estão atreladas ao objetivo por trás de sua fabricação. Outras teorias buscaram situar o consumidor como aquele que está em constante disputa simbólica com os demais, numa busca incessante pelos objetos escassos que garantiriam àquele que os possuiu maior prestígio e conspícuo. Outras, ainda, procuraram ressaltar a capacidade agregadora dos padrões de consumo, de modo que os significados sociais dos bens são parte das relações intersubjetivas que se estabelecem nos contatos sociais (Gonçalves, 2009).

Se creditarmos valor explicativo a essas posturas (ao menos, às duas últimas), somos levados a aceitar o pressuposto de que as coisas consumidas encerram significados sociais. No entanto, não podemos imaginar que as coisas encerrem *o mesmo significado*, independentemente do espaço social na qual ela se encontra. Ademais, grupos distintos, com especificidades próprias, conferem valor diferente aos bens consumidos. Ou seja, precisamos incorporar à análise a dimensão transversal dos significados dos bens: uma chuteira, uma marca, um adereço, um eletrônico, são resignificados de acordo com o espaço social; experimente tirar um tablet no Conjunto Nacional e na Favela de Guaianazes, e perceberá que as reações são diversas. Bourdieu propõe o estudo daquilo que chama de “topologia social”, o estudo do modo como os grupos se distribuem no espaço social de acordo com o acúmulo e natureza dos capitais disponíveis:

Assim o mundo social, por meio sobretudo das propriedades e das suas distribuições, tem acesso, na própria objetividade, ao estatuto de *sistema simbólico* que, à maneira de um sistema de fonemas, se organiza segundo à lógica da diferença, do desvio diferencial, constituído assim em *distinção* significativa. O espaço social e as diferenças que nele se desenham ‘espontaneamente’ tendem a funcionar simbolicamente como *espaço dos estilos de vida* ou como conjunto de *Stände*, isto é, de grupos caracterizados por estilos de vida diferentes. (BOURDIEU, 2010, p. 144).

A conjunção dos tipos de capitais, portanto, aproxima e afasta grupos de indivíduos no espaço social, e essas aproximações acabam gerando estilos de vida diferenciais que engendram, por sua vez, *habitus* de conduta diferenciais. Esses *habitus*, que são “estructuras sociales internalizadas, incorporadas al agente en forma de esquemas de percepción, pensamiento y acción” (Criado, 2009), estão aquém da consciência, e configuram o modo como os agentes percebem o mundo social. Assim, o consumo de grupos sociais distintos deve ser estudado de acordo com os significados sociais estabelecidos pelos estilos de vida, pelas condições objetivas e subjetivas que são próprias de cada lugar dentro do espaço social. Bourdieu (1976), por exemplo, estuda o consumo de bens culturais na França, demonstrando que cada grupo reconhece a

existência de um padrão de consumo que confere maior distinção àqueles que a ele têm acesso. De modo geral, todos percebem como distintivo a ida a museus e a apreciação de música erudita, e os grupos com capitais menos preponderantes tendem a se aproximar desse padrão de consumo, ainda que às vezes de modo desastrado. Não podemos, no entanto, nos cercar de modo demasiado da análise de Boudieu, porque a estrutura social francesa não tem as assimetrias de capital que são tão brutais no Brasil; em outras palavras, se os significados dos bens variam de acordo com o espaço social, e o espaço social se configura de acordo com a conjunção de capitais, então quanto maiores forem as assimetrias de capital, maiores serão as diferenças no modo como se percebe os bens de consumo, dada a diferença maior entre estilos de vida. Assim, para nossa investigação em particular, precisamos chegar não aos significados sociais dos bens de luxo, mas aos significados sociais *que os jovens pobres* conferem aos bens de luxo.

Uma vez incorporada a ideia de transversalidade de significados dos bens de consumo, precisamos entender como é que funciona o mecanismo de apropriação desses significados sociais nas interações intersubjetivas. Walzer, em “As esferas da Justiça” (2003), sistematiza aquilo que chama de “teoria dos bens”. Argumenta ele que os bens de consumo geram significados sociais porque são frutos, eles próprios, de “processos sociais”. Além disso, “homens e mulheres assumem identidades concretas devido ao modo como concebem e criam, e depois possuem e empregam os bens sociais”. (p. 7). Ou seja, a construção da identidade, a criação de pontes significativas entre indivíduos, as interações simbólicas, tudo isso é permeado por padrões de consumo que distinguem certas condutas de outras. E note o leitor a ênfase que coloco na palavra distinguir: não devemos, de modo apressado, interpretá-la como uma tentativa de assinalar um desnível simbólico entre o meu padrão de consumo e o seu padrão de consumo; esse desnível é uma forma de afetação de significado possível, mas não a única. O distinguir deve ser lido como sinônimo de diferenciar, criar padrões de consumo que são qualitativamente diferentes, mas que não precisam estar necessariamente escalonados numa métrica valorativa. Eu posso pertencer à classe média alta e adotar um padrão de vida alternativo, sustentável, equilibrado, bem ao gosto dos colegas da Vila Madalena [2], do mesmo modo que, em idêntico estrato de renda, posso optar por um código estético que caracteriza aqueles mais propensos a buscar recompensas financeiras no mercado; estamos diante de estilos de vida distintos, e não estratos sobrepostos.

Mary Douglas adota postura similar. Para ela, os bens “formam um sistema vivo de informações”, (Douglas, 2006, p. 34), e dão “visibilidade e estabilidade às categorias da cultura”. (p. 105). Os atores mobilizam os bens para demarcar rituais sociais de pertencimento, inclusão, exclusão e agregação, de modo a traçar linhas que demarcam grupos com padrões de consumo singulares e, nesse processo, distinguir quem está dentro e quem está fora do grupo. Esses processos sociais, no entanto, não são estáticos, na medida em que significados são constantemente postos à prova, e a maneira com que os grupos se relacionam com eles também sofre alteração de acordo com a dinâmica de inter-relações. Além disso, Douglas dá ênfase à questão do “padrão de consumo”, dado que as possibilidades significativas dos bens são atingidas não através do consumo circunstancial deste ou daquele item, mas de um conjunto de objetos e serviços que demarcam a coerência de significados entre eles. Assim, não basta que eu compre

um livro ou vá a uma exposição para que minha identidade esteja inexoravelmente atrelada à imagem social do erudito; é necessário todo um padrão coerente de consumo que incorpore os significados atrelados ao pertencimento desse meio simbólico. Streeck, em artigo traduzido pela revista Piauí, edição de número 79, sintetiza bem esse ponto: “O consumo diversificado trazia oportunidades até então desconhecidas para a expressão individualizada da identidade social”.

Mas há também o consumo conspícuo. Note o leitor que toda a estrutura da argumentação foi feita de modo a não excluir o consumo puramente ostentatório das discussões sobre o estilo de vida e os significados sociais dos bens. De fato, o consumo conspícuo não nega uma teoria dos bens como a de Mary Douglas, na medida em que o padrão de consumo ostentatório pode ser um campo de construção de significados através da aquisição de itens, do mesmo modo com que as demais identidades sociais são estruturadas. E quem diz não sou eu, é a própria Douglas:

Os sociólogos acreditaram, com muita rapidez, que a emulação, a inveja e o empenho em fazer melhor do que os vizinhos eram as intenções que alimentavam o consumo. Mas nós dividimos os ambientes sociais possíveis: alguns são individualistas e competitivos, caso em que a percepção de Veblen está correta (...). (DOUGLAS, 2005, p. 39, Grifo meu.)

Mary Douglas reconhece que o padrão de consumo ostentatório é uma possibilidade de ação explicável dentro da sua teoria; o erro de Veblen foi reconhecer esse padrão como aquele universal, e não como um dentre vários possíveis. A postura do estadunidense era a de sustentar que a explicação para o consumo consistia numa disputa simbólica entre os membros de dada comunidade, e que cada qual tinha por meta superar o rival em termos de consumo dignitário, de modo a estabelecer a própria superioridade simbólica através dos padrões de consumo por ele adotado (Veblen, 1899). Os agentes, portanto, assumem um conjunto de ações conscientemente planejadas com vista a reunir o maior número de bens conspícuos possível. Beckert, em artigo publicado em 2010, reconhece essa dinâmica através do conceito de “positional performance of goods”, no qual os bens, diante de significados socialmente compartilhados, atuam de modo a revelar posições e pertencimentos dos agentes, isso no duplo sentido de associá-los a grupos e estilos de vida singulares e, ao mesmo tempo, distribuí-los num *continuum* de estratos de renda. Veblen e Douglas, e não Veblen ou Douglas.

3. Funk Ostentação

Ancorados nessa base teórica, partimos então para a coleta das canções. Para se chegar às que seriam analisadas, criou-se uma matriz de termos relacionados à produção do funk de ostentação, como nomes de músicas, interpretes, compositores e, principalmente, sites especializados. Essa base de termos nos possibilitou reunir um total de 104 canções, das quais 81 se enquadravam no perfil de produção pesquisado. Uma vez reunidas, as músicas foram avaliadas com base num questionário, isso com o intuito de se chegar à estrutura da retórica distintiva presente nas canções. Quando essa estrutura de recorrências foi delimitada, selecionou-se 19 canções, dentre as 81, que de acordo com um crivo qualitativo representavam de modo emblemático algumas das mais típicas características da retórica distintiva.

Já tive oportunidade de explicitar qual é o recorte que se pretende atingir com a expressão “retórica distintiva”: estamos investigando o modo como parte da produção artística do jovem pobre trata do consumo conspícuo, justamente aquele filão de música que promove explicitamente o estilo de vida associado ao consumo de luxo; além disso, é “retórica” porque reflete um discurso idealizado sobre o tema, ou seja, o escopo de investigação não tem por objetivo asseverar a existência de um paralelo entre o conteúdo das canções e o modo de vida de seus interpretes, mas antes delimitar o tratamento simbólico que é dado ao consumo conspícuo. Em outras palavras: a retórica distintiva é um objeto teórico *construído* que revela as características típicas das canções e que, ainda assim, perpassa de modo mais ou menos abrangente a estética por trás do funk de ostentação. Disso decorre que o maior problema que pode surgir dentro dos limites do desenho de pesquisa é a indagação epistemológica sobre a representatividade das canções escolhidas. De fato, é difícil delimitar um critério último que norteie a seleção das canções. Deveríamos ter focado nas que fazem mais sucesso e que, portanto, tem mais abrangência? Pode parecer um critério justo, mas isso excluiria uma porção de outras canções que refletem de modo mais direto o que se passa no piso da produção; canções mais abrangentes tendem a amenizar seu conteúdo para ser consumida por um número maior de pessoas, o que poderia causar distorções. Deveríamos priorizar as canções mais artesanais, aquelas que foram produzidas pelo jovem pobre com equipamento rasteiro? Isso nos levaria direto ao compositor do piso social, sem as amarras do entretenimento, e que poderia nos legar uma visão mais “nítida” do que acontece na favela. Por outro lado, por ser produto de compositores independentes, poderiam estar mais propensas a revelar não a retórica distintiva *típica* da produção do funk ostentatório, mas sim idiossincrasias autorais. É por isso que optamos por construir uma matriz inicial que não priorizasse qualquer tipo de hierarquização, venda, compositor, status do cantor, de modo a pulverizar nosso banco de dados. Isso faz com que acessemos a estrutura da retórica distintiva? Em parte. E isso se dá porque não há critérios de representatividade, dado que as características da população da qual foi retirada a amostra são não conhecidas, de modo que não podemos garantir uma sobreposição entre as descrições da amostra e da população. Desse modo, a investigação do artigo reivindica para si a análise da retórica distintiva não de uma amostra, mas de uma população aleatoriamente reunida, ainda que tal procedimento possa soar pouco usual.

3.1 A retórica distintiva

O nível mais superficial da retórica distintiva contida nas canções pode ser alicerçado em dois pilares: “luxo” e “mulheres”. Basicamente, a mensagem mais recorrente que as produções desse gênero musical nos trazem é a de que se o rapaz possui dinheiro, ele conseguirá acessar as mulheres mais cobiçadas: o universo do funk ostentação é hegemonicamente masculino. Além disso, “acessar as mulheres mais cobiçadas” é um eufemismo para descrever as mais diversas e curiosas relações intersubjetivas que os jovens funkeiros conseguiram imaginar, e cuja explicitação será sensatamente negligenciada. De fato, essa relação foi de longe a mais reivindicada: das 81 canções válidas, 51 tinham como objetivo se distinguir diante das moças (as bandidas, as santinhas, as donzelas, as piranhas, as cachorras). Por outro lado, a distinção

almejada não era simplesmente a afetação de um consumo fora da curva: a retórica enumerava bens de altíssimo padrão, todos eles tratados com uma dissimulada indiferença, já que o objetivo, na maioria dos casos, era a ostentação e os efeitos que ela produz, e não o gozo dos objetos consumidos. Ao longo das canções válidas, foram citados um total de 224 itens, que foram agrupados em categorias correlatas: 24% deles falavam de carros, o bem mais citado (a marca “Camaro” parece exercer um especial fascínio nos meninos), enquanto que 5% falava sobre bens imóveis. Roupas perfaziam 8% do total de citações, enquanto que adereços respondiam por 12%. Os outros itens eram: bebida e alimentação, 12%, dinheiro 8%, balada 11%, outros tipos de locomoção 12%, enquanto que viagens representavam um total de 6%. Saliento ainda outra vez: carro é Porsche, Mercedes, Ferrari; casa é “flat no Rio”, sítio com piscina, “mansão no Guarujá”; outros meios de locomoção são iates, Jet-skis, helicópteros, jatinhos. Isso pode soar um pouco fantasioso, mas estamos falando da retórica, da construção simbólica do ideal de ostentação. Não sei se isso é verdade, não sei se são apenas “liberdades poéticas”, mas o importante é saber o que é esse consumo idealizado.

Até aqui, no entanto, não há nada de novo no *front*. Já sabemos que o funk ostentatório tem por característica ostentar, e que a natureza dessa ostentação ultrapassa a barreira dos recursos da esmagadora maioria dos brasileiros (da esmagadora maioria do globo terrestre, aliás), e que a retórica distintiva incorpora toda a construção que se faz acerca da virilidade incomensurável dos jovens (re)produtores. No entanto, é interessante notar como se constrói o discurso: o consumo distintivo quase nunca é algo que se faz sozinho, um privilégio que o indivíduo atingiu e que agora vai gozar, de modo a se destacar de todas as demais pessoas. A retórica distintiva, antes, reivindica sempre um grupo de consumidores, uma turma que, juntos, ostentam aquilo que conseguiram. Existem 59 menções (dentro da nossa população) que nos permite distinguir se a música fala de um ideal de consumo individual ou coletivo, e em 80% dos casos (47 citações), a conspicuidade é atingida com a reunião em bandos. “É o meu bonde do luxo”, “É a família crazy louco”, “os vida louca”, “fechadão com os meu manos”, “[os] top do momento”, “[os] top de elite”. Na canção “Firma milionária”, o letrista exalta o fato de que a turma migrou “do lixo ao luxo”, e emenda com o verso “revertemos a situação”. “Nós fizemos”, “conseguimos”, “agora podemos”, são todos pronomes e conjugações que refletem alguma sorte de pertencimento. Na retórica distintiva, a ostentação se dá em “bondes”, “gangues”, “maloqueiros”, e quase nunca através do enaltecimento de um indivíduo que conseguiu, por qualquer via, atingir esse padrão de consumo. Além disso, não existem canções dedicadas a um único item de consumo, como uma casa fantástica ou um carro de último modelo: o consumo é descrito sempre através de uma lista de itens caros, dentre carros, casas, tipos de bebidas, baladas, roupas; está é, aliás, uma das características mais emblemáticas das letras, isso porque há ao menos uma estrofe em cada canção dedicada a elencar os itens que a música associa ao consumo de elite. Assim, participar daquele “bonde” significa participar desse padrão de consumo que busca o que há de mais caro em todas as situações da vida dos jovens (sair com garotas, ir para a balada, passear pela favela). Comprar um boné com alto preço não parece soar distintivo o bastante. Essa é aquela mesma ideia de Douglas (2007) que enfatiza a coerência do consumo

como uma maneira de materializar, através dos bens, identidades sociais que são reivindicadas pelos atores.

A retórica distintiva que subjaz às canções deixa entrever o modo como os rapazes atingiram esse padrão coerente de consumo: dentre as 81 músicas avaliadas, 20 faziam referência ao modo como os grupos conquistaram a possibilidade de consumir como consomem. Das 20, 16 traziam relatos de atividades ilícitas, entre tráfico, assalto à mão armada, roubo de caixas eletrônicos, suborno de policiais, porte de armamento de guerra. A canção “Poderoso Chefão” é emblemática neste ponto: o consumo ostentatório traz poder para o grupo que dele goza, e isso só é possível graças ao sucesso da firma (ponto de tráfico); não só isso, a música ainda é clara: “a firma tá contratando”. Fazer parte do negócio ilícito seria, portanto, o caminho para adentrar o bando e, assim, atingir o consumo ostentatório.

Veja que aqui vamos criando o mosaico de análise: o consumo ostentatório é um meio para conseguir as moças; esse consumo, no entanto, é marcado pelo altíssimo custo, e só é usufruído em bandos; além disso, chega-se ao grupo de ostentação pela via da ilegalidade. A retórica distintiva, portanto, é bastante clara: o consumo de luxo é exclusividade dos jovens que compartilham dado estilo de vida. Ostentar, por si só, não é o estilo de vida final, ele faz parte de um quadro maior de inserção no espaço social. Tanto é assim que algumas canções fazem questão distinguir o seu grupo de ostentação daqueles a quem chamam de “playboy”, gíria que designa os rapazes que já nasceram nas classes abastadas. “Deixa o bonde quieto” diz que “não nos compare a ‘playboys’, temos nossa correria”, fazendo alusão ao fato de que existem marcas diferenciais bastante claras entre “o bonde” e o jovem rico; “Na atividade” é ainda mais elucidativa quando conclama: “Minha vida é de rico, mas minha alma é de favelado”, “Um pobre antes em bairro nobre era piada (...) / Pode rir de mim, mas não desacredita não / É só questão de tempo a minha goma (casa) no Leblon”; “(...) Playbozada (sic) alienada nunca me representou”; outro trecho elucidativo está na canção “Vida Bandida 2”, um verdadeiro hino à delinquência: “(...) Com uma vida luxuosa, no cenário da pobreza (...)”; “Ponta a ponta na favela/ que desafiou a morte (alusão à atividade ilícita)/ Para vencer a miséria”. Assim, os bens materiais são parte da existência do indivíduo, mas seu pertencimento em termos de relações e em termos simbólicos continua envolto nas imagens da comunidade, o que resulta numa retórica sincrética em que os termos “favela” e “ostentação” não são mutuamente excludentes, o que contradiz frontalmente a imagem amplamente difundida desses agregados urbanos (aquela a que fizemos referência no parágrafo de abertura do presente artigo). É exatamente por isso que chamo a retórica por trás das canções de “distintiva”, e não “ostentatória”, como pareceria razoável: o consumo de luxo não aproxima o grupo dos ostentadores do grupo dos bem nascidos, mas antes limita uma nova turma, uma nova “gangue”, um outro estilo de vida. Ele distingue com o consumo, diferencia ao ostentar, não estamos falando de uma sucessão de estratos de renda hierarquicamente dispostos, onde os mais baixos empregariam seus recursos para chegar ao cume dos mais altos; na verdade, aquele modo de vida cria um coletivo diferente, *sui generis*. Se considerássemos a estrutura do capital a que a retórica distintiva alude, no campo econômico os rapazes possuem muito dinheiro e buscam tornar essa vultosa quantia visível a todos, enquanto que no campo cultural, suas referências,

linguagens, imagens são todas atreladas à vida e ao convívio na favela, o que os coloca numa posição bem específica no espaço social. Os meninos têm Camaro, Porshe, Ferrari, mas querem exibi-las na favela, e não no Jardim Europa.

Aliás, essa é uma das mais fortes características por trás da retórica distintiva, a descrição do sentido da trajetória individual. Das canções válidas, 21 faziam menção a algum tipo de trajeto, e *todos* eles eram ascendentes: “Já passou muito sufoco, hoje em dia sabe o gosto da vitória”, “Não esqueço das origens”, “Venci a miséria”, “Não nasci em berço de ouro”, “Me lembro (sic) muito bem cada role, quando a gente andava a pé”, “(...) superar tudo as coisas que passei”, são todas expressões que denotam a superação de uma vida de privações. Ostentar, portanto, não é simplesmente jogar na cara o que eu tenho e o que você não tem, é antes demonstrar o percurso ascendente que minha história de vida tomou. O significado dos bens de luxo é apropriado para demonstrar essa curva. Tanto é assim que muitas das letras criam uma situação em que a moça não dava muita atenção para o rapaz enquanto ele era um pobre favelado, mas que se arrepende quando descobre a riqueza daquele a quem esnobara, um clichê que se repete bastante. Os bens de luxo, assim, são as declarações pré-verbais que indicam a curva de sucesso pela qual os rapazes passaram, materializando nos bens de luxo a “volta por cima”. E é justamente esse ponto que costuma dar a justificação moral para a ostentação: se éramos pobres, e hoje temos dinheiro (“malote”, “torro”), então a ostentação é um merecimento. O grupo merece ter o que tem, muito em função da origem: “O que é nosso é por direito”, “Para quem não era nada (...)”, “É por merecimento, e não demonstração [que consumimos]”, “[Antes era] sofrimento trocando almoço para comer na janta”. Dentre as músicas que buscam dar alguma fundamentação ética para o consumo conspícuo, 7 atribuem ao esforço ou a algum tipo de meritocracia o estilo de vida que tem, e outras 7 atribuem essa ascensão a crenças de ordem religiosa (Deus, Jesus, milagre). Por fim, gostaria de fazer referência a um “silêncio significativo” das canções: com exceção de três letras (dentre as 81), nenhuma delas faz menção ao futuro; o consumo de luxo é um consumo imediato, é a possibilidade de gerar admiração naqueles que não fazem parte do “bonde” da grana. O que conta é o aqui e o agora.

Transcrevemos abaixo a letra de uma canção, com acréscimo de alguns comentários, isso para *ilustrar* certos pontos emblemáticos da retórica distintiva. O nome da canção é “Igual Neymar”, interpretada pelo DJ Paulinho do Grima.

Robin Hood da favela [Espaço geográfico/social da favela]

Que fez moeda virar pacote

Venci a miséria, olha que beleza [Trajetória individual ascendente]

Se ‘pá o estouro foi forte.

Não nasci rico nem tive herança, [Não faz parte da classe abastada tradicional]

Mas tive a esperança da vida mudar.

E agora de modelo novo da Civic Honda nós (sic) vai ostentar.

Black Label, Jack Daniels,

Fornece 10 partes de red

Que hoje meu bonde vai comemorar. [Faz referência ao consumo coletivo, e não individual]

E na roda eles 'tão comentando

Que eu encontrei cenas de dragão

Nossa que louco, de um dia pro outro,

Montar minha firma e virar o patrão. [Ponto de tráfico, atividade ilícita]

(Refrão) Igual Jack Sparrow, nós (sic) foi navegar

Encontrar o baú do tesouro só peixe no bolso pra gente gastar.

Tipo Tio Patinhas, joga as mãos pro ar,

E chama todas elas que nós tá igual Neymar.

Apartamento, sítio com piscina, 2 bar (sic) em SP, um flat no Rio,

Pra dar role, xl700, Meiota, Hornet, também Z1000 [Lista os bens de consumo, padrão coerente de consumo]

Choro acabou, vida mudou, [Trajetória ascendente]

E os invejoso (sic) claro não gosto (sic).

Opinião deles é que nem modinha, escuta uma vez, depois enjoou.

Armani no corte, bermuda top, aumenta a “sonzeira” pro som bater forte

E avisa as bandidas que hoje meu bonde só conta malote. [Impressionar as mulheres]

Obrigado Senhor pela distância me fortalece [Elementos religiosos]

Nunca esqueceu dos humildes, fez um funcionário virar chefe [Atividade ilícita].

Conclusão

Assim, se pudesse retrair o esqueleto da retórica distintiva, diria que o consumo ostentatório é uma das características que singularizam um estilo de vida bem próprio, o de jovens pobres que ascenderam através da ilegalidade e que materializam essa ascensão nos bens de luxo. Do ponto de vista material, enaltecem o luxo e as possibilidades do dinheiro, enquanto que no campo cultural e simbólico toda a imagética está atrelada ao ambiente da favela e das comunidades pobres. Saliento mais uma vez, no entanto, que essa é a *retórica distintiva*, ou seja, um objeto simbólico que perpassa a estrutura de parte da produção cultural do jovem pobre; no entanto, devo dizer que adoraria encontrar uma pesquisa que buscasse investigar como essa retórica distintiva contida no funk ostentação influencia a sensibilidade desses jovens, e se essa

produção, com essas *características típicas*, exerce impacto nas opções de consumo daqueles que vivem realmente nas favelas. 🌀

NOTAS

* Felipe Eduardo Lázaro Braga é estudante de graduação do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) e atualmente segue a linha de pesquisa: “Movimentos sociais e ação coletiva racional”.

[1] Encontro de jovens pobres agendados através de redes sociais em shoppings de diversas cidades do país.

[2] Bairro boêmio paulistano conhecido por sua atmosfera progressista e estilo de vida alternativo.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, R. (1945). **Arte e Sociedade**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Editora Universidade de São Paulo, 1971.

BERCKET, J. (2011). The transcending Power of Goods- Imaginative Values in the Economy. In: Bercket, Jens, and Aspers, Park (eds.). **The Worth of Goods. Valuation and pricing in the Economy**. Princeton, Princeton University Press, 2011.

BOURDIEU, Pierre. (1979). **A Distinção- Crítica Social do Julgamento**. Porto Alegre, Editora Zouk, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: Renato Ortiz (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo, Ática, 1983.

CARLETTE, L. **Pesquisa Investiga como vive a população da favela brasileira**. Disponível em: <<http://www.folhades.com/noticia/2013/11/05/pesquisa-investiga-como-vive-a-populacao-da-favela-brasileira.html>> Acessado em 07/12/2013, às 16:35.

CAPRIGLIONE, L. **Mesmo sem crimes, “rolezinho” causou pânico e levou policiais a shopping de Guarulhos**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1386132-mesmo-sem-crimes-rolezinho-causou-panico-e-levou-policia-a-shopping-de-guarulhos.shtml>> Acessado em: 19/12/2013, às 10:30.

CRiado, E. *Habitus*. In: **Diccionario Critico de Ciências Sociales- Terminologia Científico-social**. Roman Reyes, org. Editora Universidade de Madrid, 2009.

DOUGLAS, Mary. O mundo dos bens: vinte anos depois. **Horizontes Antropológicos**, v. 13 n.28, p 17-32, jul-dez de 2007.

GONÇALVES, Eduardo Vicente. Um panorama do consumo a partir da Nova Sociologia Econômica. **Em Tese – Revista Eletronica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 6, n. 3, 24pp, jan-jul, 2009.

LEAL, A. **A Favela quer comprar produtos de alto padrão**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1040/noticias/a-favela-quer-comprar>> Acessado em: 07/12/2012, às 17:03.

SCIRÉ, Claudia. **Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre riqueza e pobreza**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, SP, 2009.

STREECK, W. **O Cidadão como consumidor- Considerações sobre a invasão da política pelo mercado**. Piauí, Editora Abril, 2013.

TRIGG, A. Veblen, Bourdieu and Conspicuous Consumption. **Journal of Economics Issues**, v. 35, n. 1, p. 99- 115, March, 2001.

VALLADARES, L. **A Invenção da Favela: Do mito de Origem a Favela.com**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005.

VEBLEN, T. **The Theory of the Leisure Class- An Economic study of Institutions**. New York, Dover Publications, 1994.

WALZER, M. (1983). **Esferas da Justiça- Uma defesa do pluralismo e da igualdade**. Trad. Jussara Simões. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2003.

Recebido em 19 de fevereiro de 2014

Aprovado em 22 de maio de 2014

O SISTEMA BUROCRÁTICO E O FUNCIONÁRIO PÚBLICO: UM ESTUDO SOBRE AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DESTES PERSONAGENS NO ÂMBITO BUROCRÁTICO

THE BUREAUCRATIC SYSTEM AND THE PUBLIC SERVANT: A STUDY OF THE MAIN FEATURES OF THIS CHARACTER IN BUREAUCRATIC SCOPE

*Luísa Maria Rutka Dezopi**

Cite este artigo: DEZOPI, Luísa Maria Rutka. O sistema burocrático e o funcionário público: um estudo sobre as principais características deste personagem no âmbito burocrático. **Revista Habitus:** revista eletrônica de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.35-52, junho. 2014. Semestral. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de junho. 2014.

Resumo: Esta pesquisa se propõe a apresentar um estudo sobre o funcionamento do sistema burocrático pertencente à estrutura moderna do Estado, de forma a identificar as características do funcionário público no mecanismo burocrático a partir da análise das principais obras de Max Weber. Nesse sentido, os resultados obtidos foram tratados de forma qualitativa e através de análises de conteúdo mediante o contato direto e interativo com obras de Max Weber sobre Sociologia Política e de seus comentadores, proporcionando conclusões acerca do comportamento moral do funcionário público pautado na ética, de sua categoria de estratificação social, de suas principais características e dos motivos da perpetuação da burocracia.

Palavras-Chave: Funcionário público. Burocracia. Sociologia Política. Max Weber.

Abstract: The aim of this research is to study the functioning of the bureaucratic system belonging to the modern structure of the State in order to identify the characteristics of a public servant in bureaucratic mechanism based on the analysis of Max Weber's major writings. In this sense, the results obtained were treated qualitatively and also through content analysis by direct contact and interaction with the literature on Max Weber's Political Sociology and its commentators which provided conclusions about the moral behavior of the public servant guided by ethics, their category of social stratification, their main characteristics and the reasons for the perpetuation of the bureaucracy.

Keywords: Public Servant. Bureaucracy. Political Sociology. Max Weber.

Introdução

Max Weber foi um intelectual alemão que esteve dividido durante toda a vida entre a ciência e a política. Logo na infância, devido à influência do pai, um jurista e político, teve a oportunidade de conviver com figuras de destaque do cenário político e da vida intelectual alemã. Todavia, com passar do tempo e o alcance da maturidade, Weber teve a oportunidade de construir uma ampla trajetória acadêmica, aprofundando seus estudos em diversas áreas do conhecimento – Direito, História, Teologia, Filosofia, Economia e Sociologia – e convivendo com intelectuais renomados como Georg Simmel e Georg Lukács. Desta forma, não tardou a fazer uma escolha definitiva pela vida intelectual, tornando-se, mais tarde, um dos principais nomes das Ciências Sociais (Cf. COHN, 1979b).

No conjunto de suas relevantes contribuições teóricas, pode-se destacar que o foco dos constructos de Weber visa à análise de fenômenos nos quais existe a possibilidade de ação de agentes, isto é, se prioriza o estudo da dinâmica social gerada por agentes que perseguem propósitos, interesses, têm objetivos e atribuem significados aos seus objetivos na relação com outros agentes na sociedade (Cf. COHN, 1979a). No debate metodológico ocorrido nos finais do século XIX, Weber afastou-se da perspectiva positivista e aproximou-se da divisão neokantiana entre as ciências da natureza e as ciências humanas para analisar os fenômenos sociais, buscando construir uma metodologia sociológica que possibilitasse uma melhor compreensão das relações presentes nas ações sociais. Assim sendo, discordava da distinção que Wilderlband e Rickert forneciam às ciências da natureza e às ciências humanas, vinculadas, respectivamente, aos métodos generalizante e individualizante. Assim, o intelectual alemão propõe uma nova abordagem em relação a essa distinção promovendo a ideia de que, dependendo do andamento e da evolução de uma determinada pesquisa, as bases metodológicas podem vir a ser diversas e não somente uma, fixada e invariável (Cf. FREUND, 1980). Nesse sentido, Freund (1980, p. 33) estabelece que *“é falso dizer que na prática as ciências da natureza utilizam-se exclusivamente o método naturalístico ou generalizante, e as da cultura o progresso histórico e individualizante”*.

Afirma Weber (1994, p. 5) que *“deve-se entender por Sociologia [...]: uma ciência que pretende compreender, interpretando-a, a ação social, para dessa maneira explicá-la causalmente em seu desenvolvimento e efeitos.”* No pensamento weberiano, ação social é *“uma conduta humana (seja um fazer externo ou interno, seja um omitir ou um permitir) sempre que o sujeito ou os sujeitos da ação atribuam a ela um sentido subjetivo”* (WEBER, 1994, p. 5), cabendo ao cientista social diferenciar uma ação de uma mera conduta, pois *“é precisamente pelo adicionamento do sentido que uma conduta se converte para o cientista social em uma ação”* (SAINT-PIERRE, 2004, p. 46). Nessa lógica, a posição epistemológica de Weber baseia-se num particularismo metodológico, no qual o ator, que investiga determinada ação, confere sentido à mesma.

Dessa forma, Weber introduz um componente subjetivo nas ciências humanas e, por outro lado, como herança neokantiana, rejeita o conhecimento estritamente empírico (Cf. SAINT-PIERRE, 2004). Não obstante, um elemento de conexão entre esses dois polos pode ser encontrado na categoria do tipo ideal, uma estratégia metodológica que proporciona um

significado histórico e cultural para o fenômeno, assim como estabelece proposições empíricas sobre o mesmo. Sobre o tipo ideal, afirma Weber (1994, p.13):

As construções típico-ideais da ação social feitas pela teoria econômica, por exemplo, são, portanto, ‘estranhas à realidade’ no sentido de que – neste caso – costumam perguntar: como se agiria no caso ideal de uma racionalidade puramente orientada por um fim, o econômico, para poder compreender a ação real determinada também, pelo menos em parte, por inibições ligadas à tradição, por elementos afetivos, por erros, por considerações e propósitos não econômicos.

Saint-Pierre (2004, p. 58) complementa:

O tipo ideal é uma construção racional que, cumprindo com algumas exigências formais, deve apresentar em seu conteúdo as características de uma utopia. De fato, o tipo ideal nunca ou dificilmente pode ser achado na realidade, já que seu conteúdo configura uma arbitrária irrealidade, uma sugerida ficção, ou melhor, atrever-nos-íamos a dizer, uma exageração da realidade, especialmente das tendências de alguns aspectos dela, que tornam o quadro típico-ideal desproporcional com relação à realidade.

Vale ressaltar que o fato do tipo ideal apresentar diferenças com a realidade não é mera causalidade, mas sim de caráter intencional (Cf. SAINT-PIERRE, 2004), pois sua utilidade reside em disponibilizar um referencial analítico que permite a identificação de um fenômeno social que se aproxima ou não de um tipo ideal. Então, pode ser considerado como “*uma ‘intensificação unilateral’ da realidade, ou seja, é a seleção e formulação de certas características seguindo a direção do ‘interesse cultural’ que corresponde a um determinado ponto de vista*” (SAINT-PIERRE, 2004, p. 59).

Sua relação com os fatos empiricamente dados da vida consiste exclusivamente nisso: ali onde na realidade se *comprova* ou se *supõe* que em algum grau operam de fato conexões do tipo abstratamente representado naquela construção, [...] podemos ilustrar e tornar compreensível pragmaticamente a *especificação* de tal conexão em um *tipo-ideal* (WEBER, 1982, p. 79, *apud* SAINT-PIERRE, 2004, p. 59).

Ademais, Weber afirma sobre sua aplicabilidade:

São indispensáveis algumas reflexões sobre o dogma, que ao leitor não-versado em teologia parecem obscuras, tanto quanto serão precipitadas e superficiais para o teólogo. Naturalmente, só podemos fazer isto apresentando certos pensamentos religiosos sob a forma de tipos-ideias, que raramente podem ser encontrados na realidade histórica. Justamente por causa da impossibilidade de traçar limites nítidos na realidade histórica, podemos apenas esperar compreender sua importância específica através de suas formas mais lógicas e consistentes (WEBER, 2004, p. 42).

Tendo em vista o pensamento weberiano e sua análise de fenômenos baseadas em categorias do tipo ideal, o presente estudo, inserido na área da Sociologia Política, tem por objetivo identificar e compreender as características do funcionário público no mecanismo burocrático e retomar discussões sobre o funcionamento tal mecanismo, considerado de suma importância para o desenvolvimento econômico, devido pertencer aos alicerces da estrutura

moderna do Estado, da economia monetária e de sociedades políticas. Para tanto, através do contato com algumas obras de Max Weber, como *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, *Economia e Sociedade*, *Ensaio de Sociologia e Ciência e Política: Duas Vocações* e de seus comentadores – Gabriel Cohn, Julien Freund, Saint-Pierre e Sedi Hirano –, o estudo visa a clareza de conceitos diversos, como dominação, tipo puro do funcionário público, tipos de administração, burocracia, meritocracia, poder, classe social, ética da convicção e da responsabilidade.

1. A dominação legal e o quadro administrativo

O funcionário insere-se num determinado local, interagindo com determinados indivíduos, situações e ordens, nas quais a dominação é um dos recursos ao qual esse personagem é submetido. A dominação[1], segundo Weber (1999), pode ser definida como a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, sendo caracterizada como estável ou instável. A de caráter instável pode fundar-se em diversos motivos de submissão, como no puro afeto, por exemplo, ou depender de costumes e de um conjunto de interesses: considerações utilitárias de vantagens e inconvenientes por parte daquele que obedece. Por outro lado, uma dominação estável e legítima estaria fundada em bases jurídicas, na relação entre dominados e dominantes, cujo abalo de tal legitimidade ocasionaria grandes consequências. Em sua forma pura, há somente três tipos de dominação fundadas em bases de legitimidade, a saber: dominação legal, dominação carismática e dominação tradicional. Nesta seção, será abordada somente a primeira delas.

Assim sendo, a dominação legal reside na ideia básica de que qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma. A relação presente nessa dominação é composta pelo dominante, que é eleito ou nomeado e ocupa os cargos mais altos, e pelo dominado, que obedece ao dominante segundo regras, leis, regulamentos estatuídos. É de suma importância, para a permanência da submissão dos dominados e para execução das ordenações sem interrupções, a existência de um quadro administrativo, o qual é composto pelo funcionário na dominação legal.

A estrutura moderna do Estado corresponde à dominação legal, sendo composta pelo sistema burocrático – identificado como seu tipo puro – e pela relação de domínio numa empresa capitalista privada ou numa organização qualquer que disponha de um quadro administrativo numeroso e hierarquicamente organizado. Tal sistema ou empresa não é autônomo e nem autocéfalo, isto é, os regulamentos e os órgãos executivos não são definidos apenas de forma interna nessas empresas ou no sistema, mas sim definidos pela participação em associações mais amplas.

Em síntese, a competência de algum corpo deve estar fundada sobre regras estatuídas e o exercício do direito de domínio deve ser congruente com o tipo de administração legal para ser taxado de dominação legal.

2. O sistema burocrático e o funcionário público

Os pressupostos sociais e econômicos do moderno sistema burocrático dependem de três elementos, a saber: do desenvolvimento da economia monetária, de uma renda constante para

sua manutenção e de um sistema estável de tributação. Assim sendo, pode-se definir a burocracia como aquilo que é regido por um princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas por normas administrativas ou por leis, que se desenvolve em comunidades políticas, eclesíásticas e na economia privada.

A “autoridade” burocrática e a “administração” burocrática ocorrem, respectivamente, nos governos públicos e legais e nos domínios econômicos privados, e são constituídas por atividades necessárias aos objetivos da estrutura burocrática. Por isso, devem ser distribuídas de forma fixa com encargos oficiais, por autoridades de ordem e por medidas metódicas que regulem a execução destes segundo normas pré-estabelecidas. A hierarquização dos postos e dos níveis de autoridade fornece à burocracia o caráter de um sistema firmemente ordenado de mando e subordinação, no qual as autoridades superiores supervisionam os postos inferiores e auxiliam na tomada de decisões das autoridades inferiores, de forma regulada.

A administração burocrática requer e pressupõe de seus funcionários, empregados e diretores modernos a realização de um treinamento especializado e rígido e a elaboração de exames especiais, que na maioria das vezes são pré-requisitos para a ocupação de algum cargo administrativo, sendo este regulamentado por documentos escritos. Observa-se que os processos requeridos para a inserção do funcionário no sistema burocrático têm caráter elitista e preconizam uma formação de qualidade – a qual não pode, em vários locais, ser observada nas redes públicas – que requer uma boa reserva financeira de antemão.

Dentro da ordem hierárquica burocrática de serviço, o funcionário prepara-se para uma carreira, na ocupação de seu cargo representado pelo tipo de sua função e tempo de serviço, recebe um salário fixo e regular, e no período da velhice é contemplado com a segurança de uma pensão. Segundo Weber (1982a), o trabalho burocrático assalariado é mais preciso e, frequentemente, mais barato do que qualquer outra espécie de trabalho. Desta forma, a ocupação de um cargo administrativo é uma profissão, nos quais os mais altos são ocupados pelos governantes, cujos encargos e o nível de suas autoridades não são aspectos delimitados com precisão. Os governantes necessitam de pessoas de sua confiança pessoal, comensais ou servo-cortesãos ao seu lado para executar as medidas mais importantes com segurança, numa determinada instituição. Aqueles que obedecem aos governantes são os dominados, em outras palavras, os funcionários, cujo desempenho de seus cargos administrativos seguem regras gerais e o conhecimento destas regras por tais indivíduos equivale a um aprendizado técnico especial.

A posição de um funcionário tem a natureza de um dever. Para maior clareza, de forma jurídica e prática, a ocupação de um cargo não é considerada uma fonte de renda e nem uma troca habitual de serviços por equivalente. Desta forma, o ingresso num cargo é considerado, tanto na economia pública como na privada, como aceitação de uma existência segura, sendo decisivo para a natureza específica da fidelidade moderna do cargo que o funcionário não estabeleça uma relação pessoal, mas sim uma lealdade com finalidades impessoais e funcionais.

A atividade oficial do funcionário exige a plena capacidade de trabalho no período de tempo delimitado de permanência em uma repartição, a qual é constituída por um quadro de

funcionários que ocupa um cargo público, juntamente com seus documentos e expedientes; e que, no setor privado, é denominada de escritório. De acordo com Weber (1982a), a burocracia segregava a atividade oficial como algo discrepante do ambiente da vida privada, como, por exemplo, no âmbito da economia privada, o escritório executivo localiza-se separado fisicamente da residência do empregado ou do diretor, a correspondência comercial e os bens da empresa são distintos da correspondência pessoal e da fortuna privada.

Em síntese, o funcionário é aquele que possui formação profissional; suas condições de serviço são baseadas em contratos; seu pagamento é fixo; é hierarquizado pelo cargo e não pela quantidade de trabalho; possui direito de ascensão; deve agir de forma que seus motivos pessoais não interfiram no desempenho de sua atuação profissional; deve seguir regras racionais, ou na ausência destas, ter pontos de vista marcados pela objetividade; e, por último, deve ser disciplinado. Nesse diapasão, Weber concebe o funcionário nomeado como o tipo puro do funcionário burocrático, diferentemente do funcionário eleito que não é exclusivamente considerado burocrático, pelo fato de sua designação se dar por uma eleição entre os governados (eleitores, subordinados). Com outras palavras, neste processo o funcionário eleito não deve sua posição a uma influência ou autoridade superior, mas sim a um inferior ou ao chefe político. Pode-se constatar, também, que a carreira do funcionário não depende – principalmente – de seu chefe na administração e, assim, tal processo modifica o rigor da subordinação burocrática, adentrando na forma pela qual funciona o mecanismo partidário.

De acordo com Weber (1982a), o funcionário nomeado é mais preciso pela perspectiva técnica e seus aspectos funcionais e qualidades determinam seu processo seletivo e desempenho na carreira, quando comparado com o funcionário eleito. Em relação à sua carreira, todas as circunstâncias nas quais está envolvido, perpassando o âmbito burocrático, propiciam uma preparação para uma carreira inserida na ordem hierárquica do serviço público, demonstrando um tempo indefinido de permanência, discrepante do funcionário eleito, que possui mandato fixo, delimitado temporariamente.

3. Burocracia racional e outros modelos de administração weberianos

Como anteriormente dito, Weber (1999) elabora três tipos de dominações legítimas: a racional, a tradicional e a carismática. Dentre as três formas, a dominação racional já foi explanada nas seções anteriores e, neste momento, o objetivo é confrontá-la com as outras duas formas de administração weberianas. Nesta lógica, a segunda delas, a dominação tradicional, tem como base sólida de formação a crença numa santidade estabelecida através da tradição, sendo que o poder da autoridade é justificado e legitimado em virtudes de costumes – como, por exemplo, a primogenitura – e, por conseguinte, tal autoridade não depende da escolha dos habitantes de determinado local.

A relação presente nessa dominação é composta pelo senhor, que ordena segundo um conteúdo pré-estabelecido, e pelo súdito, que obedece às ordens fixadas pela tradição e transcorridas pelo senhor. O cenário administrativo na dominação legal segue outro caminho, uma vez que o dominador é eleito ou nomeado e o dominado obedece ao dominante segundo

regras, leis, regulamentos estatuídos. Assim, há um direito formal cuja função é regulamentar todas as ações solicitadas e cometidas.

Segundo Weber (1999), na dominação tradicional é impossível criar uma nova ordem ou modificar o conteúdo delas diante da tradição, por outro lado, a vontade do senhor pode ocorrer somente se estiver fincada nos limites das normas pré-estabelecidas. A violação do conteúdo das ordens pré-estabelecidas pela tradição por parte do senhor põe em perigo sua legitimidade e seu poder perante seus súditos, pois essa legitimidade repousa exclusivamente na tradição e se for violado, por consequente, o poder do senhor é desprovido.

O quadro administrativo é formado pelos servidores, identificados como dependentes pessoais do senhor, familiares, parentes, funcionários domésticos, amigos particulares de estima e pessoas que tem uma relação de fidelidade com o senhor. Nesta lógica, não há, como na dominação legal, um estabelecimento racional de seleção de funcionários de acordo com sua competência em determinada área. Assim, rege o quadro administrativo a fidelidade pessoal entre o servidor e o senhor, e não a disciplina e as regras estatuídas presentes na administração legal. A relação de fidelidade está presente na mente das pessoas desde sua infância, através da educação e do hábito, e isso, segundo Weber (1999), é o ponto de maior discrepância quando comparado com a dominação legal e a dominação carismática.

Corresponde à dominação tradicional a estrutura patriarcal de dominação, caracterizada como seu tipo puro, na qual a administração é heterônoma e heterocéfala – assim como pode ser encontrada no mecanismo burocrático: em empresas capitalistas e serviços públicos – ou seja, *“não existe direito próprio do administrador sobre o cargo, mas tampouco existe seleção profissional nem honra estamental para o funcionário; os meios materiais de administração são aplicados em nome do senhor e por sua conta”* (WEBER, 1999, p. 132). Nesse sentido, o tipo mais puro da dominação patriarcal é o sultanato e sobre isso, afirma Weber (1999, p. 132): *“todos os verdadeiros ‘despotismos’ tiveram esse caráter, segundo o qual o domínio é tratado como um direito concorrente de exercício do senhor”*.

Outro caso de dominação tradicional discutido por Weber (1999) é a estrutura estamental (dominação estamental), no qual – diferentemente da estrutura patrimonial –, os servidores não são de caráter pessoal do senhor, mas pessoas que possuem posição social ou em virtude de algum negócio jurídico recebem direito de um cargo próprio. Sendo assim, sua administração adquire caráter autocéfalo e autônomo, *“exercendo por conta própria e não por conta do senhor”* (WEBER, 1999, p. 132). Nesse caso, em contraposição à burocracia e seu sistema de mérito, a estrutura estamental prioriza a competição de títulos de cargos através da situação política e econômica e, assim, o critério financeiro substitui a competência e a aptidão. Afirma Weber (1999, p. 132): *“falta a categoria de ‘disciplina’”, pois as relações no geral são estipuladas e regulamentadas “pela tradição, pelo privilégio, pelas relações de fidelidade feudais ou patrimoniais, pela honra estamental e pela ‘boa vontade’”* (WEBER, 1999, p. 132).

Em seqüência, a dominação carismática ocorre em virtude de uma devoção baseada no afeto e nos dotes sobrenaturais de uma pessoa, denominada de senhor. Tais dotes sobrenaturais

podem ser revelados em características referentes a dons mágicos, atitudes heroicas, intelectualidade e boa oratória, pertencentes a profetas, príncipes guerreiros, políticos carismáticos e demagogos. Em função disso, afirma Weber (1999, p. 135) que *“o sempre novo, o extracotidiano, o inaudito e o arrebatamento emotivo provocam e constituem aqui a força de devoção pessoal.”* O tipo puro da dominação carismática é identificado, portanto, como de caráter autoritário e imperativo.

A relação presente nessa dominação é composta pelo dominante, sendo este o líder e marcado pelo caráter comunitário e qualidades excepcionais, e pelo dominado, chamado de apóstolo, que é do tipo que obedece ao líder. A obediência funda-se exclusivamente, de acordo com Weber (1999), nas qualidades excepcionais pertencentes ao líder e, diferentemente da dominação legal e carismática, não está relacionada com o estatuto, nem com as tradições e costumes. Isto posto, pode-se afirmar que somente terá poder sobre determinados apóstolos enquanto estes lhe conferirem, atribuírem e acreditarem em seu carisma, caso contrário seu domínio enfraquecerá até se perder totalmente.

Na estrutura carismática, a composição do quadro administrativo é selecionada pelas características carismáticas e vocações pessoais, *“e não devido à sua qualificação pessoal (como o funcionário), à sua posição (como no quadro administrativo estamental) ou à sua dependência pessoal, de caráter doméstico ou outro (como é o caso do quadro administrativo patriarcal)”* (WEBER, 1999, p. 135). Nesse sentido, assim como na dominação tradicional, não há uma estipulação fixa de um conceito de competência, pois somente é levado em consideração o carisma de uma pessoa para conceder-lhe o poder, isto é, o elemento de seleção é irracional.

Tratando-se de uma tomada de decisão, o senhor proclama sua sentença e a comunidade deve aceitá-la, e assim, a sentença torna-se obrigatória. Desta forma, a confiança conferida pela comunidade ao seu senhor é crucial para o cumprimento de qualquer ação e ordem e a partir disso, percebe-se que não há nada que assegure a perpetuação da devoção afetiva do apóstolo para com o líder, pois tal confiança é de caráter instável.

Conclui-se, de acordo com Weber (1982a), que a organização burocrática progride e perpetua-se com sucesso em relação às outras formas de organização, por conta de ter sido sempre superior em quesitos puramente técnicos, pois as funções administrativas eram extremamente especializadas. *“Precisão, velocidade, certeza, conhecimento dos arquivos, continuidade, direção, subordinação estrita, redução de desacordos e de custos materiais e pessoais”* (WEBER, 1982a, p. 249) são qualidades que, na administração burocrática pura, e fundamentalmente em sua forma monocrática, atingem um ótimo nível. Outro motivo para sua perpetuação é o que a cultura moderna, juntamente com a especificidade de sua base técnica e econômica, fornece a possibilidade de calcular os resultados, e na medida em que ocorre a eliminação de aspectos pessoais, irracionais e emocionais do funcionário, torna-se mais preciso tal cálculo, portanto a burocracia é *“desumanizada”* (WEBER, 1982a, p. 251).

4. Burocracia, meritocracia e as possíveis consequências desta relação no cenário político-econômico brasileiro

No mecanismo burocrático, a natureza técnica e científica da legitimidade de sua autoridade funda-se no recrutamento e na ascensão de funcionários públicos através de critérios universalistas de competência técnica. Com outros termos, os funcionários públicos são selecionados para serem admitidos e promovidos em cargos através do seu grau de competência numa área do conhecimento, a qual é mensurada via exames, concursos, testes e títulos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica. Esse sistema de gestão, que confere importância ao mérito e aos valores vinculados à educação, à moral e a uma aptidão específica numa determinada atividade, é denominado de meritocracia. Dessa forma, organizações e administrações públicas que aderem a esse sistema não enfatizam diferenças existentes como classe social, riqueza, renda, etnia ou sexo, rompendo radicalmente com os critérios particularistas e clientelistas, com qualquer forma de privilégio hereditário, trajetórias e biografias sociais.

De acordo com Prates (2004, p.121),

[a] base da legitimidade do sistema democrático-liberal está na existência de um sistema jurídico-formal, que regula o comportamento do Estado, cujo princípio básico é o tratamento de todos os cidadãos como iguais perante a lei. A expressão concreta desse princípio somente foi possível através da criação da burocracia racional-legal que, por definição, é cega para os critérios de recrutamento e ascensão funcional de caráter não-meritocrático.

No cenário brasileiro, a reforma administrativa promovida por Getúlio Vargas estabeleceu as bases do sistema público organizado no Brasil e implantou o modelo burocrático, repleto de normas e ordens, com o intuito de coibir as práticas patrimonialistas realizadas na época. Porém, o objetivo idealizado não foi obtido de forma plena e a reforma não logrou êxito. Somente a partir da década de 1970, é que se desenvolveria de forma embrionária a meritocracia na administração pública brasileira. Tempos depois, em 1988, a elaboração da nova Constituição Federal garantiu aos funcionários públicos a ampliação de direitos ao passo que o serviço público foi enrijecido, comprometendo a flexibilidade pertencente à administração dos recursos humanos.

Entretanto, como sugeriu Bresser Pereira (1996, op. cit), embora essa estratégia de governo tenha sido uma tentativa de administrar a “coisa pública” de forma gerencial, em contraposição à forma burocrática, também produziu, pelo menos, duas consequências indesejáveis e não-previstas: a volta de práticas clientelistas no recrutamento de pessoal e a marginalização política da administração direta que, vista como sistema inoperante e muito caro, foi relegada, sem receber qualquer atenção governamental em termos de investimento e renovação (PRATES, 2004, p. 127).

No cenário mundial, entre as décadas de 1980 e 1990, com o advento da globalização e a disseminação das teses neoliberais, as administrações públicas priorizaram, em suas respectivas agendas, a consolidação da lógica meritocrática. Países em desenvolvimento, como o Brasil, viram-se diretamente afetados por esse processo, sendo pressionados pelos organismos

internacionais, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, entre outros, a elaborarem amplas reformas estatais.

Assim, no Brasil, o processo foi iniciado ainda no governo Fernando Collor (1990-1992), com a extinção de ministérios e cargos, a demissão de servidores públicos, a privatização de empresas estatais e a abertura de mercado, fato que provocou o setor produtivo nacional a se adequar às exigências do novo processo de expansão capitalista, através da reestruturação de quadros administrativos; dos crescentes investimentos em ciência e tecnologia; da exigência de melhor qualificação das forças de trabalho e da disseminação de valores relacionados à produtividade; à competitividade e à qualidade. Todavia, o impeachment de Collor e a ascensão do nacionalista Itamar Franco ao poder reduziram a velocidade do processo, que só seria retomado no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado, criado exclusivamente para coordenar os esforços governamentais no propósito de implementar uma ampla reforma estatal (Cf. SOUZA e CARVALHO, 1999).

Segundo Bresser Pereira (1998, pp. 49-50), tal reforma do Estado brasileiro era desafiada por quatro problemas: o econômico-político, relativo à “*delimitação do tamanho do Estado*”; outro da mesma natureza – “*a redefinição do papel regulador do Estado*”; um de ordem econômico-administrativa – “*a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo*” e, por fim, um problema exclusivamente político – “*o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar*”. Com base nesses pressupostos, o que se viu no Brasil foi um processo de readequação da capacidade de intervenção estatal na sociedade, cujo objetivo era o de combater práticas patrimonialistas e clientelistas; promover a desburocratização e, finalmente, assegurar maior eficiência e qualidade na prestação de serviços. Resulta daí a tentativa de substituição do modelo estatal intervencionista de outrora, responsável por fomentar a ideologia nacional-desenvolvimentista, pelo modelo “gerencial”, mais adequado às teses neoliberais vigentes.

Apesar de seu caráter inovador, a reforma estatal brasileira encontrou obstáculos que dificultaram sua total implementação. Entre eles a própria classe política, principal beneficiária do antigo modelo intervencionista, impôs dificuldades à construção do projeto. Afora isso, determinados setores da sociedade – sobretudo àqueles mais ligados ao espectro político de esquerda – entenderam a reforma como um avanço rumo à despolitização da administração pública, à precarização do trabalho e à adequação do Estado a um modelo empresarial estimulado e financiado pelos grandes organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, entre outros). E também prevaleceu no país um modelo estatal híbrido, caracterizado pela coexistência de práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas – que foram combatidas, mas não eliminadas – com a crescente profissionalização da burocracia, a exigência de qualidade na prestação de serviços, a cobrança por produtividade e o avançar dos processos de desregulamentação e descentralização das ações da administração pública.

Tendo em vista que a metodologia weberiana realiza construções “típico-ideais” que apresentam diferenças significativas, mas intencionais, em relação à realidade, pois suas utilidades residem em disponibilizar um referencial analítico que permite a identificação de um fenômeno social que se aproxima ou não de um tipo ideal (Cf. SAINT-PIERRE, 2004). Nesse sentido, a meritocracia deveria romper radicalmente com os critérios particularistas e clientelistas e com formas de privilégio hereditário, trajetórias e biografias sociais. O caso brasileiro ilustra bem o distanciamento entre a teoria e a prática. Embora os governantes, sobretudo nas últimas décadas, tenham afirmado a necessidade de se combater – ou mesmo eliminar – práticas assistencialistas, clientelistas e patrimonialistas, através de projetos de reformulação do aparelho estatal e da implementação da meritocracia. Contudo, os resultados frustraram seus proponentes: as velhas práticas permaneceram presentes na rotina governamental, caracterizando, assim, um modelo estatal híbrido.

O último grande projeto de reforma do Estado, concebido em 1995, visava à redução das intervenções estatais em concomitância com o aumento da eficiência, além de disseminar valores como qualidade e produtividade no cotidiano da administração pública. Desse modo, burocratas e funcionários públicos, muitas vezes responsabilizados pela ineficiência estatal brasileira, tiveram suas rotinas amplamente modificadas, sendo obrigados a atuarem sob novos regimes de trabalho e planos de carreira melhor adequados à lógica meritocrática. Essas ações não os enfraqueceram ou mesmo os eliminaram, o que torna evidente o quão difícil é estabelecer novos princípios estruturadores para um mecanismo burocrático. É possível constatar, portanto, que os constructos weberianos acerca da perpetuação do mecanismo burocrático, com efeito, são referenciais analíticos, de caráter típicos-ideais, que permitem ser identificados e articulados com um fenômeno social, no caso, o cenário brasileiro, de modo a viabilizar uma articulação entre a teoria e a prática.

5. Poder, estratificação social e o funcionário público

O mecanismo de funcionamento de uma comunidade ou sociedade, conforme Weber (1982b), sofre influências e motivações por parte do poder, o qual pode ser definido como “*a possibilidade de um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação*” (WEBER, 1982b, p. 211), e por parte de honras e prestígios sociais. De acordo com a distribuição do poder entre os indivíduos de uma comunidade ou sociedade, são desencadeados fenômenos de estratificação social – castas, estamentos e classes.

O primeiro fenômeno, denominado de castas, é baseado na ordem social, sendo que os elementos sagrados e religiosos e a vocação assumem os papéis responsáveis para categorizar indivíduos nos devidos segmentos, para definir suas posições sociais nos planos econômicos e políticos e a estrutura das instituições. Cada casta refere-se “*uma atividade vocacional específica, uma atividade religiosa, uma ética que valoriza o sagrado, derivando-se daí um conjunto de normas e etiquetas, usos e costumes, símbolos e signos sociais que compõe regras ritualísticas que definem os sentidos subjetivos*” (HIRANO, 2004, p. 31). Nesta lógica, os elementos puros e

impuros, tanto mágicos e religiosos como alimentícios, são utilizados como justificativa para a diferenciação entre as castas.

A unidade de análise weberiana leva em consideração a representação que indivíduos possuem num determinado espaço, sendo que esta representação é feita por meio da coerção religiosa e prescrita pela vontade divina, por deuses específicos. Dessa maneira, não há liberdade e muito menos possibilidades de movimentação entre as castas, ou seja, um indivíduo de determinada casta permanecerá nela até seu falecimento e passará seus costumes às gerações seguintes que também permanecerão da mesma. Se não há mobilidade social, nem a possibilidade de ações de solidariedade e de fraternização e o casamento entre indivíduos de diferentes segmentos é estritamente proibido (Cf. HIRANO, 2004), uma comunidade de castas é, portanto, caracterizada como tendo uma hierarquização extremamente rígida e *“orientada pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo”* (WEBER, 1982b, p 215).

No segundo fenômeno, o estamento, pertencente à dominação estamental, pode ser entendido como um *“conjunto de homens que, dentro de uma associação, reclama de um modo efetivo: uma condição estamental exclusiva – e, eventualmente também, um monopólio exclusivo de caráter estamental”* (WEBER, 1994, p. 246), na qual partilha de uma situação de status determinada por uma estimativa específica de honra que se estratifica pela usurpação dessa honraria. Desta forma, tanto categorias sociais e culturais como tradição, hereditariedade, linhagem, vassalagem e honra como convenções, leis e rituais são elementos fundamentais que orientam e organizam as classificações dos indivíduos e as relações estabelecidas entre os diferentes segmentos.

A estratificação dos estamentos está relacionada com o monopólio de bens e oportunidades ideais e materiais, mas tal monopólio depende do fechamento por parte de um agrupamento, *“em limites variáveis, com vistas a aumentar as oportunidades de sua atividade contra os que ficam do lado de fora”* (FREUND, 1980, p.115). Assim sendo, a propriedade torna-se um fator influenciador, determinante e exclusivo das qualificações estamentais, garantindo também restrições nos relacionamentos sociais entre os indivíduos dos segmentos. *“Essas restrições podem limitar os casamentos normais ao círculo de status e podem levar a um completo fechamento endogâmico”* (WEBER, 1982b, p.220), porém há uma possibilidade de mobilidade social na comunidade estamental, mesmo que seja mínima e reduzida.

Portanto, o sistema estamental é composto por *“grupos de status [...] que são normalmente comunidades”* (WEBER, 1982b, p. 212), orientados *“pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo”* (WEBER, 1982b, p 215). Nesse sentido, Weber aponta que são conduzidos por *“condições de consumo economicamente irracionais e impedem dessa forma a formação do mercado livre pela apropriação monopolista e pela eliminação da livre disposição sobre a própria capacidade aquisitiva”* (WEBER, 1994, p.246).

Por último, a classe social é compreendida como um conjunto de pessoas que possuem em comum *“um componente causal específico em suas oportunidades de vida [...] esse componente é representado exclusivamente pelos interesses econômicos de posse de bens e*

oportunidades de renda, e é representado sob condições de mercado de produtos ou mercado de trabalho” (WEBER, 1982b, p. 212). O interesse econômico citado por Weber é o fator que origina uma classe social, referindo-se às condições da existência do mercado. Então, “classe” é um agregado de indivíduos que partilham de uma mesma relação com o mercado, e como consequência, somente ocorre com o surgimento do mercado. Pela partilha de um mesmo elemento, uma situação de classe é criada e como esse elemento é definido em moldes econômicos, tal situação de classe é em última análise uma situação de mercado.

Situação de classe, que podemos expressar mais sucintamente como a oportunidade típica de uma oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica. A palavra classe refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontram na mesma situação de classe (WEBER, 1982b, p.212).

A classe social não pode ser considerada como pertencente a uma comunidade, mesmo que as situações de classe somente apareçam em base de ação comunal. Com efeito, uma classe pertence a uma sociedade guiada pela ação societária, ou seja, “*orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivado*”, enquanto uma comunidade, identificada pela ação comunitária weberiana, é “*orientada pelo sentimento dos agentes de pertencerem a um todo*” (WEBER, 1982b, p 215). Vale ressaltar que o aparecimento de uma ação societária ou ação comunitária que parte de uma situação comum de classe reflete somente um momento em particular, não sendo classificado como um fenômeno universal (Cf. WEBER, 1982b).

Em síntese, as classes se estratificam de acordo com as relações de produção e a aquisição de bens e, portanto, estão relacionadas com a ordem econômica, sendo esta somente a maneira como os bens e os serviços de caráter econômico são organizados e distribuídos numa determinada sociedade. Na concepção weberiana, a estratificação ou segregação das classes sociais, de acordo com Weber (1982b), é identificada, de uma forma prioritária, em duas categorias básicas ancoradas no fator econômico, resultando em oportunidades específicas de vida e também no próprio mercado, são elas: os proprietários, responsáveis pela detenção da propriedade utilizável para o lucro e aqueles que não são proprietários, encarregados de oferecer os serviços no mercado. Amparado por essa classificação, o autor nomeia três tipos de classes sociais: a classe proprietária, a classe lucrativa, e a classe social.

A classe proprietária, “positivamente privilegiada”, promove seu faturamento a partir de escravos, terras, minas, instalações, frotas mercantes, créditos e valores e monopoliza a compra de objetos de consumo de valores elevados, das vendas monopolística e politicamente planejadas, das probabilidades de construção de patrimônios e de formação de capital por meio da poupança. Em contrapartida, a “negativamente privilegiada” firma-se em indivíduos considerados objetos de propriedade, como servos, escravos, devedores e pobres. A segunda, classe lucrativa, “positivamente privilegiada”, envolve empresários, comerciantes, industriais, banqueiros, profissionais liberais com capacidade intelectual, entre outros, que monopolizam a direção da produção de bens com fins lucrativos próprios e o asseguramento das oportunidades lucrativas

tratando-se das políticas econômicas e entre outras. Por outro lado, a “negativamente privilegiada” abarca trabalhadores qualificados, semi-qualificados e não-qualificados ou braçais (Cf. WEBER, 1994). Por último, é apresentada “*a classe social, pela ‘totalidade daquelas situações de classe entre as quais um intercâmbio, a) pessoal b) na sucessão das gerações, é fácil e pode ocorrer de um modo típico’*” (HIRANO, 2004, p. 106).

Nos interstícios dos polos positivos e negativos, encontram-se, para Weber (1994), a classe média que é composta por indivíduos com pouca qualidade na educação escolar: camponeses, artesãos e detentores de pequenas propriedades, como alguns profissionais liberais, funcionários públicos e privados.

Por fim, nesse diapasão o funcionário público pertence, com efeito, ao âmbito da “classe” por conta das oportunidades de vida que lhe é oferecido, da aquisição de bens e oportunidades de renda sob as condições de mercado e do sistema burocrático. Também usufrui de benefícios em relação aos seus interesses pessoais, relacionados à recompensas materiais, sendo que seu cotidiano é marcado pelo desfrutar da estabilidade no emprego, pois além de receber salário normalmente fixo e a pensão como uma segurança na velhice, também pode vir a ter carreira dentro da ordem hierárquica do serviço público. E estão, indubitavelmente, inseridos numa ação societária que, como já explanado, é “*orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivado*” (WEBER, 1982b, p. 215).

6. O funcionário público, o político e as condutas éticas

O pensamento weberiano apresenta dois tipos de condutas – a ética da convicção e a ética da responsabilidade – que poderiam servir de modelo para a atuação do político e também do funcionário. Ambas referem-se a formas de agir e de pensar em determinados casos que geram específicas consequências e resultados, podendo estes ser positivos ou negativos para o âmbito em que cada personagem está inserido. A ética da convicção remete aos valores inegociáveis, que são baseados numa crença ou numa religião, isto é, numa determinada ideologia própria. Enquanto a ética da responsabilidade – própria da atividade política – é guiada pelos resultados e consequências da ação do agente.

A ética da responsabilidade calcula os meios e os fins, sendo estratégica e racional, enquanto a ética da convicção é classificada como incondicional e despreocupada com os resultados, devido ao fato de um erro ser sempre colocado num fator externo, ou seja, não recairá sobre o agente que executou a ação, mas sim sobre o mundo, a tolice dos homens ou a vontade de Deus. Não obstante, Weber afirma, em *Ciência e Política: Duas Vocações*, que “*isso não quer dizer que a ética da convicção equivalha à ausência de responsabilidade e a ética da responsabilidade, a ausência de convicção*” (WEBER, 2011, p. 113).

Para caracterizar a burocracia numa orientação ética, usa-se da ética da responsabilidade, pois esse tipo encaixa-se na orientação da ação que norteia o aparato burocrático e não se preocupa com a “*determinação dos fins últimos, e sim com a efetividade para o logro dos fins dados*” (SAINT-PIERRE, 2004, p. 121). Nesta lógica, o verdadeiro funcionário deve administrar de forma não partidária, ou seja, não deve “fazer política” caso sua vocação esteja focada em

outros aspectos. De acordo com Weber (2011), sua missão deve ser desempenhada sem ressentimentos e sem preconceitos, e, em consequência, não deve combater, tomar partido, lutar ou apaixonar-se, visto que essas são características do homem político.

O homem político está subordinado a um princípio de responsabilidade totalmente diferente ao que norteia o funcionário, devido ao fato da honra deste último residir em sua capacidade de executar uma ordem, recebida de uma autoridade superior, como se correspondesse às suas próprias convicções, numa demonstração de disciplina moral sem a qual toda a organização burocrática ruiria. Em contraposição, a honra do homem político consiste na responsabilidade pessoal e exclusiva por suas ações.

Percebe-se sobre a teorização de Weber que, pela hierarquização dos cargos e do sistema burocrático, a aceitação das ordens pelo funcionário é resultado de um comando próprio, e desse modo, suas opções confundem-se com as de seu superior. Segundo Weber (2011, p. 114), “os funcionários [...] não se dispõem, com efeito, a assumir responsabilidades no sentido político do termo e, desse ponto de vista, são, conseqüentemente, políticos moralmente inferiores”.

No entanto, “o nível das decisões do aparelho burocrático é meramente técnico” (SAINT-PIERRE, 2004, p. 121). Isso significa que toda complicação ou problema que exceda a competência de certo cargo de autoridade hierárquica passa a ser considerado dever e competência de outro cargo superior, e assim, sucessivamente, passando de nível em nível, até alcançar o vértice do aparato burocrático. As últimas decisões encontradas no vértice são tomadas a partir de um posicionamento pessoal sobre determinado assunto, na qual a escolha dos valores não é racional. Sobre isso afirma Weber, em *Economia e Sociedade*: “a dominação burocrática tem em seu vértice inevitavelmente um elemento, quando menos, que não é puramente burocrático” (WEBER, 1994, p. 177).

Conclui-se que esse tipo de ação encontrada no vértice da máquina burocrática encaixa-se de melhor forma no âmbito da ética da convicção, enquanto a ética da responsabilidade caracteriza o restante da estrutura. Com efeito, pode-se afirmar que os funcionários públicos que agem como meios de execução são considerados conduzidos pela ética da responsabilidade, pois agem racionalmente e são orientados exclusivamente pelos fins (Cf. SAINT-PIERRE, 2004). Por isso, a presença das duas condutas éticas no mecanismo burocrático não pode ser considerada contraditória, uma vez que Weber, em *Ciência e Política: Duas Vocações*, afirma que ambas se complementam: “Desde esse ponto de vista, a ética da responsabilidade e a ética da convicção não são termos absolutamente opostos, e sim elementos complementares que concorreram na formação do homem autêntico, do homem que pode ter ‘vocação política’” (WEBER, 2011, p. 176).

Considerações Finais

O funcionário público está inserido numa ordem econômica, que rege e localiza-se numa classe social, mais precisamente, na classe média. Nesse âmbito, juntamente com outros funcionários, compartilha das mesmas oportunidades de vida, da aquisição de bens, oportunidades de renda sob as condições de mercado e de estabilidade no emprego, pois além de

receber salário normalmente fixo e a pensão na velhice, também pode vir a ter carreira dentro da ordem hierárquica do serviço público.

Assim, está firmado numa ação societária, que é “*orientada no sentido de um ajustamento de interesses racionalmente motivado*” (WEBER, 1982b, p. 215). Tal classe social pertence a uma sociedade cuja dominação reside na probabilidade estável de encontrar obediência a um determinado mandato, sendo esta de caráter legal-racional. A relação presente nessa dominação é composta pelo dominante, que é eleito ou nomeado e ocupa os cargos mais altos, e pelo dominado, que obedece ao dominante segundo regras, leis, regulamentos estatuídos e, assim, o funcionário público enquadra-se nesta última categoria de dominado.

A estrutura moderna do Estado corresponde à dominação legal e é composta pelo mecanismo burocrático, definido por Weber como um sistema regido por um princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenado por normas administrativas ou por leis, que se desenvolve em comunidades políticas, eclesíásticas e na economia privada. A presença de funcionários é necessária nesse aparato e se dá através de exames que tem por objetivo comprovar seu grau de competência. A partir de sua admissão, esse agente pode ser promovido a outros postos, devido à meritocracia – um sistema de gestão que confere importância ao mérito e aos valores vinculados à educação, à moral e a uma aptidão específica numa determinada atividade. Desta forma, a natureza técnica e científica da legitimidade da autoridade do funcionário funda-se nesse processo de recrutamento e ascensão através de critérios universalistas de competência técnica.

Dentro da ordem hierárquica e burocrática de serviço, o funcionário prepara-se para uma carreira, recebe um salário fixo e regular, e sua ocupação torna-se, portanto, uma profissão na qual os mais altos postos são ocupados pelos governantes, cujos encargos e o nível de suas autoridades não são aspectos delimitados com precisão. Ademais, cabe ao funcionário o dever de trabalhar em um determinado período de tempo numa repartição, na companhia de outros ocupantes de cargos públicos, lidando com documentos e expedientes. Neste âmbito, suas atividades devem ser pautadas na ética da responsabilidade, não envolvendo lutas ou paixões, estando compromissadas não com a “*determinação dos fins últimos, e sim com a efetividade para o logro dos fins dados*” (SAINT-PIERRE, 2004, p. 121).

Nesse sentido, percebe-se que a burocratização permeada no sistema capitalista, tal qual afirmou Cohn (1979a), desencadeia uma racionalização não somente do trabalho, mas também da vida, de forma plena. Tanto a vida profissional do funcionário público, como sua vida pessoal, são guiadas por ações sociais baseadas na calculabilidade dos resultados. Por conseguinte, o principal problema do corpo é a consolidação da rotina, pois o conhecimento cada vez maior das regras e procedimento e de sua repetição diária impõe aos funcionários públicos e burocratas profissionais o modo rotineiro de operar.

Contudo, a política não pode depender da rotina e, em função disso, constrói-se o choque entre o político e o burocrata, cujo resultado tende a favorecer o político (Cf. COHN, 1979a), tal qual vem ocorrendo no Brasil, após as sucessivas tentativas de reformulação do aparelho estatal. Desse modo, não há espaço para a ruptura das práticas clientelistas e patrimonialistas

historicamente difundidas nas rotinas administrativas do Estado brasileiro. Consequentemente, a classe política continua a usufruir disso, ampliando seus poderes políticos e econômicos em nome de interesses particulares, da mesma forma que determinados burocratas, instalados em cargos de confiança, também se beneficiam dessa lógica, ao se manterem em seus postos e se guiarem pela ética da convicção em detrimento à ética da responsabilidade. Com isso, perde o país a oportunidade de tornar seu aparelho estatal menos letárgico e mais eficiente no atendimento às demandas da sociedade. 🌐

NOTAS

* Aluna do 5º período do curso de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: luisa.dezopi@hotmail.com

[1] Segundo Saint-Pierre (2004, p. 110), Weber utiliza-se diversas vezes em suas obras o termo “autoridade” como sinônimo para o termo “dominação”.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia: A ética do desempenho nas sociedades modernas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Lua Nova, São Paulo, n. 45, Dec. 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/ao4n45.pdf>>. Acesso em: 16 Jan. 2014.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**. São Paulo, SP: T.A. Queiroz Editor, 1979a.

COHN, Gabriel. Introdução. In: COHN, Gabriel (org.). **Weber. Sociologia**. São Paulo. Editora Ática. 1979b. pp. 7-34.

EVANS, Peter. **O Estado como problema e solução**. Lua Nova, São Paulo, n. 28-29, Apr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 15 de Jan. de 2014.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

HIRANO, Sedi. **Castas, Estamentos & Classes Sociais – Introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber**. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

PRATES, Antonio Augusto P. Administração Pública e Burocracia. In: AVELAR, L. e CINTRA, A. O. (Org.). **Sistema Político brasileiro: uma introdução**. Editora UNESP e Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **MAX WEBER: entre a paixão e a razão**. 3ª Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

SOUZA, Celina; CARVALHO, Inaiá M. M. de. **Reforma do Estado, descentralização e desigualdades**. Lua Nova, São Paulo, n. 48, Dec. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451999000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 Jan. 2014.

WEBER, Max. Burocracia. In: GERTH, Hans H.; MILLS, C. Weight (Org.). **Max Weber: Ensaios de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 1982 (a). pp. 229-282.

WEBER, Max. Classe, Estamento e Partido. In: GERTH, Hans H.; MILLS, C. Weight (Org.). **Max Weber: Ensaios de Sociologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan. 1982 (b). pp. 211-228.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva – Volume I.** 3ª ed. Brasília: Editora da UnB. 1994

WEBER, Max. **Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída: Uma Contribuição à Crítica do Funcionalismo e da Política Partidária.** São Paulo: Nova Cultural. 1997.

WEBER, Max. Os três tipos de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (Org.). **Weber. Sociologia.** 7ª ed. São Paulo: Editora Ática. 1999. pp. 128-141.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas Vocações.** 17ª ed. São Paulo. Cultrix. 2011.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2004.

Recebido em 10 de Agosto de 2013

Aprovado em 10 de Abril de 2014

O NASCITURO ENQUANTO ATOR: A AGÊNCIA DO PROJETO DE LEI 478/2007

THE UNBORN CHILD AS ACTOR: THE AGENCY OF THE BILL OF LAW
478/2007

*Ricardo José Braga Amaral de Brito**

Cite este artigo: BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. O NASCITURO ENQUANTO ATOR: A AGÊNCIA DO PROJETO DE LEI 478/2007. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.53-67, junho. 2014. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de junho. 2014.

Resumo: O presente artigo pretende analisar a existência de agência dentro do Projeto de Lei 478/2008, atribuindo a este actância. Tal compreensão permite pensar como este Projeto de Lei modifica as interações sociais entre atores humanos e suas relações com outros objetos, instituições e textos ao afirmar uma proposição sobre o nascituro, uma concepção do momento em que se inicia a vida e de qual o papel dos pais, e principalmente da mulher, nesta relação. Foram analisados os Projetos de Lei que compõem o Projeto de Lei 478/2007, um parecer da Comissão de Bioética e Biodireito da Ordem dos Advogados do Brasil e extensa bibliografia na área de Sociologia da Ciência.

Palavras-chave: Nascituro; Projeto de Lei 478/2007; Sociologia da Ciência; Teoria Ator-Rede.

Abstract: The aim of this article is to analyze the existence of agency within the Bill of Law 478/2008, attributing actancy to it. This understanding allows us to think how this Bill of Law modifies the social interactions between human actors and their relationships with other objects, institutions and texts as it asserts a proposition about the unborn child, a conception of when life begins and also which is the role of the parents, especially the women, in this relationship. In this regard I analyzed the bills of Law that make up the Law 478/2007, a report of the Comissão de Bioética e Biodireito da Ordem dos Advogados do Brasil and also an extensive bibliography in the field of Sociology of Science.

Keywords: Unborn child; Bill of Law 478/2007; Sociology of Science; Actor-Network Theory.

Introdução

Bruno Latour (2005 [2012]) toma a definição informal de Sociologia de Laurent Thévenot, como a "ciência da vida em comum". Seria objeto desta ciência tudo aquilo que disser respeito e interferir de alguma forma na vida cotidiana. Esta iniciativa de Latour parte dos estudos de Sociologia da Ciência e da tarefa de compreender como a ciência

ocupa um papel central nas relações sociais, seja como objeto materializado, seja como texto ou como base para políticas, afetando e mediando as relações entre humanos e estes objetos.

A Teoria Ator-Rede (TAR), na qual Latour filia sua teoria, pretende se afastar da concepção durkheimiana e bourdieusiana que dominaram o pensamento sociológico, em especial o francês. A TAR busca, por meio de um novo corpo teórico, retirar a sobredeterminação de uma estrutura social sobre a ação dos agentes nestes dois autores, deslocando a análise para o ator e a sua capacidade de ação e de agrupamento (LATOURET, 2012, LAW, 1993). A concepção de ator, contudo, como será visto mais adiante, extrapola a limitação humana, atribuindo também agência aos objetos de que se utilizam, de que se falam e de que estão de alguma forma presentes durante a associação, mediando-a e tornando-a possível e minimamente estável.

Harry Collins e Trevor Pinch (1993 [2009]), em um esforço de desmistificar a ciência e a sua metodologia, utilizam a metáfora do golem - criatura mítica criada pelo homem a partir do barro e da água e que obedece àquele que o criou, sendo muitas vezes desajeitado e perigoso; é impulsionado pela verdade, ainda que não a compreenda. A ciência para estes dois autores é como um golem. Muitas vezes inconsequente, impulsionada pela verdade sem, no entanto, compreendê-la de fato. Alertam que, desta forma, por a ciência não ser capaz de alcançar a verdade - apesar disso não diminuir os inúmeros avanços alcançados neste campo - deve-se compreendê-la a partir do seu funcionamento metodológico, entendendo a forma como ela é realizada. Isto é, compreender que a ciência não é à parte dos erros humanos, mas que dela fazem parte o convencimento, o acaso e o conflito em torno de dois ou mais paradigmas científicos que exercerão influência nas explicações e ações práticas a partir da vitória de uma das explicações. Os autores pretendem, portanto, desconstruir o discurso da ciência como portadora absoluta de uma verdade inquestionável, revelando-a como uma prática social que está sujeita às idiosincrasias da vida social.

Revelando o mito metodológico da ciência ao revelar os acasos e conflitos entre as teorias concorrentes, explicando simetricamente o porquê de uma ganhar e o porquê de outra perder, é tornar possível a compreensão dos debates políticos contemporâneos. Collins e Pinch enfocam nos debates da física nuclear e do uso da energia nuclear para a criação de bombas e artefatos bélicos. Pretendem desta forma aproximar os atores que estão fora do debate científico hiperespecializado, identificando que estes também estão sendo afetados pelas decisões tomadas com bases unicamente, ou assim se pretendem, científicas.

No ano de 2005 foi criado um projeto de lei (PL) no Brasil acerca da criação de um Estatuto do Nascituro. O Projeto de Lei 6150/2005 foi criado pelos deputados Osmânio Pereira (PTB/MG) e Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP) e apresentava uma versão radicalizada de uma criminalização do aborto e até mesmo daqueles que fizessem alguma forma de propaganda, insinuação ou incitação do aborto.

O mesmo projeto de lei foi novamente retomado por outros dois deputados: Luiz Bassuma (PT/BA) e Miguel Martini (PHS/MG). O PL 478/2007 foi alvo de inúmeras críticas, tanto de movimentos sociais quanto órgãos institucionalizados, como a Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB). Este PL é composto de oito páginas e 32 artigos, dividido em cinco partes, são elas: das disposições preliminares (conceitualização do nascituro e daqueles que tem o dever de assegurar o seu bem estar – principalmente o Estado), dos direitos fundamentais (acesso aos bens e serviços públicos, casos possíveis para adoção, limites do Estado), dos crimes em espécie (ações referentes ao nascituro que podem se caracterizar como crime e suas respectivas sentenças e penas), disposições finais e justificação. Esta última seção apresenta experiências de projetos de lei referentes ao nascituro nos Estados Unidos da América e na Itália, além de comentar as motivações e desejos para a aprovação do PL, interpretando o início da vida e do indivíduo enquanto portador de direitos.

Em 2010 a Comissão de Seguridade Social e Família aprova o PL fazendo inúmeras alterações e reduzindo os 32 artigos dos projetos de lei de 2005 e 2007 para 14, retirando, principalmente, a criminalização do aborto e a criminalização das alusões ao aborto. Ainda assim, mesmo com as alterações, os movimentos sociais consideram o projeto um retrocesso para a Constituição de 1988, especialmente no que diz respeito aos direitos da mulher, limitando a sua capacidade de agência, em torno da atribuição de direitos pessoais ao nascituro, garantindo a sua condição humana no momento da fecundação.

Os projetos de lei foram e podem ser encontrados no portal eletrônico da Câmara dos Deputados, bem como o nome e a filiação partidária dos seus autores. O texto da Comissão de Seguridade Social também foi encontrado no mesmo portal. Já o texto da Comissão promovida pela OAB foi primeiramente encontrado em uma publicação do blog Viomundo em 14 de Maio de 2013. Todos os links podem ser encontrados nas referências bibliográficas.

1. Determinação da vida

Em *As palavras e as coisas* (1966 [1981]) Michel Foucault pretende progredir a sua obra filosófica analisando a história do “homem” (conceito datado e, portanto, apto a ser compreendido no seu sentido histórico e apto a ser substituído), afastando-se da “história do Outro” (o louco: o perigo interior e a alteridade a ser excluída), e aproximando-se da “história do Mesmo - daquilo que, para uma cultura, é ao mesmo tempo disperso e aparentado, a ser portanto distinguido por marcas e recolhido em identidades” (FOUCAULT, 1966, p. 14).

A história do homem, para Foucault, seria melhor apresentada à luz do seu próprio conceito de episteme, que nada mais é que o campo epistemológico, ou seja, as condições de possibilidade para a compreensão, explicação e prática no mundo, determinada histórica e geograficamente. A ciência moderna seria marcada por uma episteme moderna, diferenciando-se das formas de pensamento clássico. Esta transição é o objeto de estudo d'*As palavras e as coisas*, apresentando-se contra as teses de continuidade do pensamento. A sua análise abarcará três áreas do conhecimento: a formação da Filologia, da Biologia e da Economia Política, porém analisando a episteme clássica, anterior a estas áreas.

A representação, e não mais uma associação direta entre as palavras e aquilo que elas designam (as coisas), será a forma autorizada a tratar o conhecimento nos séculos XVI, XVII e XVIII (período clássico). A ciência se consolidará na nomeação do visível, do que pode ser

observado e anotado. A taxonomia, método da História Natural (precedente da Biologia), seria o projeto de empiria científica. As anotações minuciosas seriam representadas por palavras fiéis e neutras. O pensamento é sistematizado e organizado em quatro variáveis dos elementos observados: a sua forma, a sua quantidade, a sua distribuição relativa no espaço e a sua grandeza relativa.

A História Natural reduzia por meio da taxonomia a distância entre a palavra e a coisa designada, construindo uma segunda linguagem, mais apta a representar o mundo de forma científica. Foucault aponta para a inexistência de um conceito de vida na episteme clássica e, portanto, da incapacidade de uma continuidade natural desta forma de ciência para a Biologia. É apenas no final do século XVIII que a transição do pensamento, criando um novo campo epistemológico que dê conta das explicações do mundo, possibilita a noção de vida, obtendo autonomia em relação aos conceitos de classificação. São as leis internas do organismo (e não mais a estrutura de elementos diferenciais) que constituem o objeto da Biologia: a vida, um conceito estritamente relacional.

Longe de pretender modificar o conceito de vida, o Estatuto do Nascituro apresenta uma nova definição para quando a vida começa a acontecer, compreendendo o início desta no momento da concepção/fecundação (penetração do espermatozoide no óvulo), e não mais no momento do nascimento ou na formação de órgãos vitais.

Ao apresentar uma nova concepção do instante de surgimento da vida, o Estatuto pretende estender aos fetos em formação os direitos estabelecidos na Constituição de 1988, colocando-os sob a proteção do Estado. Nascituro abrange também os seres humanos concebidos *in vitro* ou por clonagem. O feto, portanto, terá inúmeros direitos que dizem respeito à sua personalidade jurídica, reconhecido como titular de direitos pessoais e patrimoniais, independente da idade ou da vontade dos pais, caso esta seja contrária ao exercício dos direitos.

O projeto de lei trata de forma indistinta o nascituro (encontro de gametas masculino e feminino) e o embrião (no contexto da gestação), atribuindo a ambos o mesmo status jurídico e moral de pessoas nascidas e vivas. Quanto à inconstitucionalidade do projeto, o Supremo Tribunal Federal (STF), conforme o acórdão da Ação Direta de Inconstitucionalidade número 3510 (ADI 3510)[1], atribuindo à Constituição a impossibilidade de precisar o instante em que a vida começa, concedendo à pessoa humana concreta os direitos fundamentais, enxergando neste a dimensão biográfica mais do que a biológica, contraindo direitos e obrigações em seu próprio nome, a partir do nascimento com vida. Ainda que apresente o entendimento de proteção da vida humana anterior ao nascimento, percebendo como um bem a ser protegido, não admitindo o sentido biográfico ao feto ou ao embrião.

É, portanto, dentro da episteme moderna que o debate levantado pelo Estatuto do Nascituro se encontra, devido à utilização do conceito de vida e que, se aprovado, exercerá enorme influência nas práticas cotidianas, exigindo uma punição daqueles que realizarem aborto, mesmo que proveniente de estupro e neste caso alterando a relação entre o estupro e o estuprador. As

modificações na prática cotidiana seriam ainda mais abruptas e radicais sem as alterações que a Comissão de Seguridade Social e Família realizou para a aprovação do projeto.

Contudo, pela episteme permitir algumas destas variações nas possibilidades de explicação e de conhecimento, é preciso pensar na existência de paradigmas dentro da episteme moderna que permitam este choque: as divergências entre os argumentos utilizados pelos atores sociais que são a favor do PL e os usados pelos que são contra, compreendo que cada linha de argumentação apresenta uma forma de estar e explicar (n) o mundo.

2. A concepção do indivíduo

O Estatuto do Nascituro está inserido dentro da episteme moderna/iluminista (BLOOR, 1976 [2008]). Seu caráter mais marcadamente iluminista [2] é o estabelecimento do instante exato em que os direitos inalienáveis devem ser personalizados pelo indivíduo: o nascituro como “ser humano concebido, mas ainda não nascido” (PL 478/2007, art. 2º). A sua tentativa de generalização dos direitos civis transborda a tentativa da Constituição de 1988 de pensar o ser humano como processo biográfico. Desta forma, para a consolidação dos direitos do nascituro, inúmeros direitos já estabelecidos seriam revogados ou retirados, principalmente os direitos conquistados pelas mulheres. Contudo, é interessante que sejam tecidos alguns comentários sobre o papel do indivíduo na cosmologia moderna.

O PL traz à tona também a categorização de pessoa, que na cosmologia ocidental moderna se confunde com a noção de indivíduo. Letícia Cesarino (2007) ao tratar sobre os debates nos parlamentos britânico e brasileiro acerca da pesquisa com embriões que, apesar de não tratar de aborto, aborda a discussão de qual o momento em que o embrião se torna uma pessoa. As teses movimentadas pelos debates apresentam a categoria de indivíduo em quatro características: racionalidade (capacidade de pensar, presente na tese neurológica, de formação do sistema nervoso), individualidade (o embrião como ser independente da mãe, presente na tese embriológica), identidade (tese genética, acerca das características únicas) e autonomia (presente na tese ecológica, apresentando o embrião como independente da mãe e do ambiente em que vive).

O Estatuto apresenta o mesmo debate ao conceber o estatuto legal e moral do nascituro enquanto indivíduo que passa a existir no momento da concepção (penetração do espermatozoide no óvulo), apresentando, tal qual no debate sobre o uso de embriões congelados e descartados para pesquisas, um discurso moral e ontológico como puramente biomédico e técnico. Naara Luna (2009; 2010), discutindo também sobre a categorização do embrião como indivíduo e sobre a legitimação do discurso biomédico e técnico, diz: “a biologia torna-se a base para a construção cultural de categorias sociais” (LUNA, 2009, p. 311). O discurso biologizante se apresenta como natural e científico, portanto verdadeiro, porém revela as noções de indivíduo do liberalismo, especialmente a “ontologia substancialista” (o ser humano está contido em germe no embrião) e a noção de viabilidade ou autonomia: capacidade do feto de sobreviver sem a necessidade da mãe, diminuindo o papel da mulher à simples incubadora e negando a influência do ambiente. “Antes embutidos no corpo materno, esses entes biológicos parecem adquirir vida própria, autônoma e

individual" (idem, p. 329). A crença na base biológica da condição humana e na noção de pessoa como indivíduo permeia todo o debate público, excluindo principalmente a dimensão de gênero da discussão e a agência da mulher.

Susana Rostagnol (2008) compreende que a discussão sobre o aborto versa entre o "controle patrimonial dos corpos" e a "autonomia de todos os indivíduos". O principal argumento contrário à descriminalização é o momento em que a vida começa (amplamente debatido entre a comunidade científica e também com organizações religiosas, especialmente as igrejas católica e evangélica). Discutir sobre o momento em que a vida se inicia é discutir sobre quando o humano, enquanto pessoa, passa a existir. Contudo, ao tratar a sexualidade e o corpo feminino como públicos a discussão se torna sobre quem tem a competência de decidir a continuação ou a interrupção da gravidez. No caso do Estatuto do Nascituro tenta-se, com base em argumentação biomédica, dar esta competência ao Estado, fazendo-o decidir quando é lícito abortar, compreendendo que o nascituro já é um indivíduo e que portanto é sujeito de direitos. Desconsidera-se, contudo, o papel da mulher, colocando-a em um patamar inferior ao nascituro (compreendido no momento da fecundação, não sendo considerado, portanto, embrião), a sua autonomia de decisão sobre o seu corpo e também a presença ou não de afeto pelo nascituro o que irá, para a mulher, fazer com que ela considere-o ou não como pessoa.

A privação da autodeterminação da mulher, o controle patrimonial do seu corpo e a sua subordinação social são reflexos da exclusão da agência da mulher, tornando-as mulheres-receptáculos, vistas como assassinas, sem princípios morais, irresponsáveis e egoístas quando abortam (ROSTAGNOL, 2008).

Tânia Salem (1997) ao discutir a fertilização in vitro e as pesquisas com embriões promove também uma discussão sobre a categoria de indivíduo e o debate sobre os limites da dicotomia natureza/cultura. Os argumentos favoráveis às pesquisas, e que também são apresentados nas discussões sobre aborto (ROCHA, ROSTAGNOL, GUTIÉRREZ, 2009; ROSTAGNOL, 2008) apresentam uma concepção de pessoa que é gradual: "a vida humana como um continuum no qual o indivíduo emerge gradualmente" (SALEM, 1997, p. 83). Os discursos versam entre dois polos: o ponto inicial de quando a vida e a pessoa começam e a vida como processo, compreendendo a rede de relações do feto, da mãe e do ambiente. O embrião, para Salem, e podemos pensar também no nascituro, é concebido como indivíduo racional e autônomo, ser único e que se afirma independente das relações sociais em que está imerso, é um ente pré-social (idem), anterior às relações sociais e presente na ordem natural, escondendo a intermediação fundamental do outro, em especial a da mãe, compreendendo um "processo de autoconstrução intrínseco" do embrião, independente das relações e do ambiente (LUNA, 2010) excluindo a compreensão de que o "sujeito - qualquer sujeito - pressupõe o polo da alteridade para se definir e, nessa medida, *só se 'existe' em relação*" (SALEM, 1997, p. 87, itálico no original).

A discussão parlamentar sobre aborto e pesquisas com embriões e células-tronco no Brasil (CESARINO, 2007; ROCHA, ROSTAGNOL, GUTIÉRREZ, 2009; LUNA, 2010) se deram sempre entre a comunidade científica, divergindo entre um polo a favor e um contra que costuma ter uma grande presença de cientistas que assumem posições anunciadas por organizações

religiosas. Para Rocha, Rostagnol e Gutiérrez (2009) é a partir da redemocratização do final dos anos 80 que ocorre a intensificação do debate sobre a descriminalização e/ou legalização do aborto, incorporando também movimentos feministas e de mulheres e corporações médicas, crescendo a participação da sociedade civil. Tais discussões apresentam, de ambos os lados, o discurso biomédico e técnico, compreendendo que assim está se falando apenas da natureza, de fatos naturais que não permitem as discussões moral, ontológica e política implícitas.

Se nos atermos primeiramente ao substitutivo do PL 478/07, apresentado pela Comissão de Seguridade Social e Família tendo como relatora a deputada Solange Almeida (PMDB/RJ), como tentativa de unificar outros PL quanto ao Estatuto do Nascituro (489/2007), à assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de estupro (1763/2007) e à autorização ao Poder Executivo de conceder pensão à mãe que mantenha o filho decorrente de estupro (3748/2008). O próprio projeto de lei fere a sua argumentação básica de princípio de igualdade ao se propor a aplicar tratamento idêntico a situações diversas e sem critério de proporcionalidade [3]. Não só o ser humano ainda por nascer tem direitos reconhecidos pelo Estado, o que o projeto de lei reconhece (ainda que o acusem de ser brandos), como os direitos do nascituro acabariam por atacar os direitos da gestante, restringindo o seu direito à liberdade ao ter de ser monitorada e supervisionada na sua gravidez para cumprir os dispositivos do Estatuto. Reduz-se a mulher ao papel de incubadora e não considera os riscos à sua saúde e muito menos a restrição da sua autonomia.

Segundo o artigo 13 do Estatuto a gravidez por resultado de estupro tem a paternidade reconhecida e assume a responsabilização do Estado para que o pai (aquele que cometeu o estupro, caso fique provado) pague pensão alimentícia até os dezoito anos da criança. Não só o Estatuto não apresenta nenhuma condenação ao estupro como sujeita a mulher a manter relações pessoais com o estuprador e a manter o fruto de tal relação de violência. O Estatuto também tenta inviabilizar o aborto legal e o desenvolvimento das discussões acerca da descriminalização do aborto e da criação de clínicas especializadas, mais baratas e mais seguras.

O PL 478/07, antes do seu substitutivo pela Comissão de Seguridade Social e Família, previa a criação de novas modalidades penais, a do aborto culposo (prisão de um a três anos), a de anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto (detenção de um a dois anos e multa), congelar, manipular ou utilizar nascituro – e, portanto, também o embrião - como material de experimentação (detenção de um a três anos e multa), referir-se ao nascituro com palavras ou expressões manifestamente depreciativas (detenção de um a seis meses e multa). Outras atividades que se relacionem a veicular imagens ou informações depreciativas ao nascituro, fazer apologia do aborto ou incitar a sua prática e induzir mulher grávida a praticar aborto ou oferecer-lhe ocasião para que o pratique (independente da vontade desta), também são criminalizadas e preveem detenção e multa. Apesar do substitutivo do PL 478/07 ter excluído as disposições de criminalização estas ainda podem ser objeto de votação ou inclusas em projeto de lei autônomo.

Refletindo o fazer científico enquanto campo de conflito político e científico (com práticas voltadas para a maximização do reconhecimento científico; da autoridade de ter o discurso

legitimado), Bourdieu (1976 b [2003]) irá apresentar o papel da ciência oficial na estrutura de dominação de classe. A ciência funciona como imposição legítima de um arbitrário cultural, mas que aparece como puramente técnica, mascarando a sua hierarquização e imposição de práticas e hábitos.

A disputa pela autoridade se concretizaria em uma estrutura de variação das posições ocupadas dentro do próprio campo científico (entre aqueles que detêm autoridade e mais capital cultural, ou seja, os cientistas acumulariam maior capital científico conforme a sua posição na hierarquia, a sua trajetória educacional e acadêmica). É, portanto, também, um campo político - pela *praxis* correta, a prática científica mais adequada – ainda que a ciência oficial se pretenda apolítica, o que Bourdieu analisa como dogmatismo epistemológico, produzindo, impondo e inculcando a representação legítima do mundo social como isento de conflitos e imerso na naturalidade da acumulação e pretensa igualdade de possibilidades. O fazer científico é reflexo da estrutura de classes, da distinção como projeto das classes dominantes, objetivando naturalizar esta distinção ao tentar passar o fazer científico como não político e como não interligado às desigualdades dos sistemas educacionais, econômicos e sociais. O próprio campo científico designa aos agentes as estratégias a serem tomadas e os problemas e as respostas possíveis de serem resolvidas.

“A ideia de uma ciência neutra é uma ficção interessada que permite aparentar como científica uma forma naturalizada e eufêmica (simbolicamente muito eficaz porque particularmente irreconhecível) da representação dominante do mundo social”. (BOURDIEU, 1976 b, p. 137)

O Estatuto do Nascituro tal como diretamente proposto nos PL 478/07 e 6150/05 pretende orientar a ação de forma a não atingir o feto, atribuindo a sua justificativa à proteção deste. O Estatuto, contudo, sob a pretensão de definir o momento em que a vida começa e a segurança legal desta vida (ainda que esta já exista na atual Constituição) legitima uma dominação de gênero e perda de autonomia e de liberdade de um grupo já historicamente subjugado, realizando um retrocesso nas lutas e conquistas históricas deste. Está em jogo um projeto de verdade que se pretende apolítico, mas que na verdade exerce influência e restrição concreta às práticas cotidianas. Este é um conflito que ainda está em curso e que precisa ser analisado dentro do seu próprio discurso, analisando-o enquanto processo com influências externas de ordem mais macroestrutural (como desenvolvimento econômico e técnico, a cultura, a cosmologia, etc. do contexto) e influências do próprio desenvolvimento do conflito (os atores e os objetos envolvidos na mediação das suas relações).

3. O Estatuto no Nascituro como ator

O Estatuto do Nascituro, mesmo que ainda como projeto de lei, deve ser compreendido como um ator dotado de agência e cujo papel é de enorme relevância nas relações entre os agentes humanos. O PL 478/07 deve ser analisado conforme um objeto e, como tal, um mediador, cuja ação sempre transforma os elementos da relação, transformando os significados e os elementos da relação em jogo.

Efetuada uma crítica às teorias sociológicas tradicionais e críticas, a Teoria Ator-Rede (LATOUR, 2005; LAW, 1993) pretende retomar o significado de Sociologia e fugir dos pontos de fuga comuns àquelas tradições, como explicações pelo “social”, “poder” e “sociedade” reificados. A Teoria Ator-Rede (TAR) resignifica “o social” não como uma substância (um tipo específico de fenômeno), mas como as associações entre coisas que não são em si mesmas sociais. Pensando a relação, por exemplo, que uma nova substância descoberta terá no tratamento da AIDS e, desta forma, a influência que exercerá na vida prática dos portadores. Para a TAR, contudo, não só isso é objeto da Sociologia (“busca por associações”) como é preciso expandir o conceito de ator social, agregando neste também os objetos, as substâncias, os textos, os materiais que exercem alguma influência nas relações sociais.

Latour pretende retomar a disputa que houve no surgimento da Sociologia francesa [4] entre Émile Durkheim e Gabriel Tarde. A vitória de Durkheim – pela facilidade dos textos escritos, pela idade inferior à do seu oponente e pelo seu projeto de civilização – levou ao abandono da “tarefa de explicar a sociedade ao confundir causa e efeito, substituindo a compreensão do vínculo social por um projeto político voltado para a engenharia social” (LATOUR, 2005, p. 33). Precisasse, então, retomar Tarde e o seu projeto de explicar a sociedade, sem, no entanto, atribuir relações de causa e efeito, admitindo que existam inúmeras variáveis que devem ser igualmente explicadas e explicitadas.

É preciso, portanto, retirar o monopólio dos analistas sociais para a explicação das associações e garantir a importância dos atores. Estes possuem um vocabulário completo e uma teoria social completa para entender e explicar os seus comportamentos [5]. É preciso, então, escutar e compreender o que estes têm a dizer pelo seu próprio discurso e analisá-los enquanto exercem a formação de grupos, nunca definidos e, portanto, sempre em processo de significação. A TAR pretende atribuir à vida social movimento e instabilidade, definindo os grupos enquanto performances, enfatizando que estes agrupamentos devem ser analisados pelos modos que os atores lhe dão existência. O Estatuto do Nascituro, materializado em forma de projeto de lei, portanto em um papel, e em discurso, deve ser compreendido como objeto que transforma e modifica as associações, recriando-as. Só pode ser pensado enquanto objeto utilizado por humanos, mas não pode ser retirado dessas relações, por exercer influência na vida cotidiana. É, portanto, um ator [6]. É preciso analisar estas relações, mediadas por não humanos, de forma simétrica, atribuindo, durante a relação, simetria na análise dos atores humanos e dos atores não humanos.

Para Bourdieu (1966 [2011]) a estrutura social deve ser compreendida como a organização da sociedade estratificada (em classes ou em grupos de *status*), determinando a ação individual conforme a posição do agente na estrutura, cujas propriedades de classe são apenas relativamente independentes às práticas profissionais ou às condições materiais de existência. Às diferentes posições no espaço social (hierarquia da estrutura social) correspondem estilos de vida (condições de existência; *status*) que se baseiam no *habitus* produzido pelas preferências dentro do sistema de necessidades objetivas.

O Estatuto do Nascituro propõe a entrada de um novo ator, o nascituro, propondo também a assimetria das relações humanas, garantindo ao nascituro maior importância e direitos do que à mulher adulta. A transformação da interação entre atores humanos só se torna possível pela mediação e materialização de objetos não humanos, formando uma rede de interações que não pode ser determinada em uma única interação ou agente. A rede deve ser compreendida em todas as suas relações e interações, sem a necessidade de encontrar um centro no qual seja organizada e comandada por uma figura única ou uma causa única. A rede proposta pelo Estatuto deve ser compreendida em toda a extensão do seu tempo de atividade, ou seja, enquanto ela estabelece e modifica formas de interação.

A Sociologia das Associações proposta por Bruno Latour pretende analisar o social como a relação ou interação entre coisas e pessoas, tornando-as mais duráveis por meio de negociações e uso de objetos, analisando a desigualdade como a assimetria na capacidade de mobilização de outros atores que garantam esta distinção. Esta proposição possibilita compreender o PL 478/07 como a mobilização de agentes – constituição, projetos de lei, Congresso, deputados – para a modificação nas relações entre humanos, aumentando de forma significativa a assimetria entre homens e mulheres, dificultando a estas o acesso a decisões que digam respeito ao próprio corpo, estabelecendo uma rede, que apesar de sempre provisória pode ter sua durabilidade estendida pelo uso de tais objetos, que garanta a assimetria entre os gêneros, inserindo nesta relação um novo agente.

A separação entre um mundo totalmente Natural (objeto da ciência, cujos fatos são criados artificialmente em laboratório) e um mundo totalmente Social (objeto das ciências sociais e da política, também artificial) é a proposição da Constituição moderna e do próprio estabelecimento da Modernidade. Cria-se, portanto, uma imagem duplicada do mundo ao mesmo tempo em que o divide, entre humanos e não humanos. Para a Sociologia das Associações e a TAR esta separação é impossível, pois não existe (LATOURE, 1991 [1994]; LAW, 1993) [7], negando a própria noção de Modernidade tal como vem sendo utilizada. Seus efeitos, contudo, existem e constituem a própria formação das ciências naturais e sociais de forma a se manterem separadas. A dupla separação promovida pela Constituição Moderna é o nascimento da humanidade e, em contraposição, o nascimento da não humanidade, constituindo também por exclusão o que é o outro. A separação que a Constituição promove, para Latour, toma ares de ontológica ao propor respostas para o que é o ser (o eu/sujeito que não é o outro/objeto).

Propõe-se, então, como foi exposta aqui, a análise dos diversos mundos em jogo através das interações entre atores humanos e não humanos, e não a separação destes. Para Latour, “deixamos de ter sido modernos” ao afastarmos o exercício da purificação (polarização eu/sujeito e outro/objeto) e ensejar o da hibridização (LATOURE, p. 16, 1991). O Estatuto exemplifica bem este caso ao tentar resignificar e delimitar o ponto exato em que a vida começa, mobilizando o discurso científico, que se propõe apolítico, e ingressando-o na constituição nacional. Pensar esta separação artificial como real seria impossibilitar a análise do Estatuto (e por trás deste as técnicas, procedimentos, clínicas e realizadores do aborto) enquanto agente transformador da

vida social, adequando-o a uma estratégia de purificação que nada tem de inocente, cuja pretensão é a simplificação e o agravamento desta dicotomia Natureza e Sociedade.

Pierre Bourdieu em *A dominação masculina* (1998 [2010]) também analisa a divisão dos sexos conforme a sua naturalização nas coisas (materialização sem, contudo, abrir espaço para a agência dos objetos), no mundo social, nos corpos e nos habitus, criando uma correlação entre estruturas objetivas (conformação do ser) e estruturas cognitivas (formas de conhecer). A força masculina se evidencia sem precisar ser justificada, enunciada e legitimada constantemente; ela já se apresenta "como se" fosse natural, portanto, legítima e impregnada nas relações sociais.

A Sociologia Crítica de Bourdieu pretende apresentar os mecanismos de dominação através das suas presenças simbólicas. No caso da dominação masculina a construção do corpo sexualmente definido nos homólogos opostos (masculino x feminino) é um trabalho de construção prática, constituindo-se como habitus delimitados e diferenciados, conforme a epistemologia dominante, a do habitus viril ou do habitus feminino, instituídos por ritos de passagem que visam distinguir o agente conforme a sua definição social (distinção sexual e posição na estrutura de produção) pela introdução do agente no mundo masculino (virilizando-o) ou pela introdução do agente no mundo feminino (toda uma série de gestos, movimentos, tons, falas, roupas e atividades associadas a determinado habitus sexual), mundo este baseado na disciplina incessante do corpo feminino de submeter-se (ao contrário de "pôr-se acima de"), da "*arte de 'se fazer pequena'*" (BOURDIEU, 1998, p. 39). O corpo feminino é regido por um confinamento simbólico. A teoria de Bourdieu apresenta um agente (seja a mulher ou as classes populares) constantemente inculcado por uma posição de submissão objetiva e subjetiva, sendo esta apresentada por uma expectativa coletiva propagada pela dominação masculina que submete o agente feminino a objeto simbólico e o coloca em constante insegurança corporal (estado de dependência simbólica), constituindo-o enquanto ser como objeto receptivo e disponível (sorridentes, simpáticas, atenciosas, discretas e submissas). A dependência se torna uma parte constitutiva do seu próprio ser. As mulheres que passam do corpo passivo e agido (domesticado e moralizado) para o corpo ativo e agente são vistas como "não femininas". O acesso das mulheres ao poder as expõem à perda de feminilidade e põe em questão o direito do homem ao poder, tal perda esta relacionada com o seu papel, ou não, de incubadora como o PL 478/07 pretende induzir.

Apesar de Bourdieu (1998) propor a mudança desta relação de dominação a partir de uma historicização das relações (compreendendo os processos de violência simbólica) não emite nenhum juízo acerca dos objetos de mediação que tornam possíveis tais relações. A análise do Estatuto do Nascituro para Bourdieu provavelmente seria apenas uma expressão da dominação sexual de domesticação do corpo feminino. Apesar de dever também ser assim compreendida, a análise do Estatuto não deve perder de vista a sua existência e importância enquanto ator que modifica as relações estabelecidas, transformando-as constantemente conforme é mobilizado por outros atores.

Latour (1991) considera esta tentativa de purificação das relações sociais como uma das garantias da Constituição moderna que só existe enquanto teoria, ainda que seus efeitos existam.

Afastar os objetos das relações entre humanos é não compreender as associações que ocorrem o tempo todo entre os polos artificiais de Natureza (conhecimentos exatos) e Cultura (exercício do poder). É preciso analisar de forma simétrica os objetos e os sujeitos, a natureza e a cultura da forma como são: imbricados e não dicotômicos. [8]

"A Grande Divisão interior [sujeitos/objetos] explica, portanto, a Grande Divisão exterior [Nós/Eles]: apenas nós diferenciamos de forma absoluta entre a natureza e a cultura, entre a ciência e a sociedade, enquanto que todos os outros, sejam eles chineses ou ameríndios, zandés ou barouyas, não podem separar de fato aquilo que é conhecimento do que é sociedade, o que é signo do que é coisa, o que vem da natureza como ela realmente é daquilo que suas culturas requerem. Não importa o que eles fizerem, por mais adaptados, regrados e funcionais que possam ser, permanecerão eternamente cegos por esta confusão, prisioneiros tanto do social quanto da linguagem. Não importa o que nós façamos, por mais criminosos ou imperialistas que sejamos, escapamos da prisão do social ou da linguagem e temos acesso às próprias coisas através de uma porta de saída providencial, a do conhecimento científico. A partição interior dos não-humanos define uma segunda partição, desta vez externa, através da qual os modernos são separados dos pré-modernos. Na cultura Deles, a natureza e a sociedade, os signos e as coisas são quase coextensivos. Em Nossa cultura, ninguém mais deve poder misturar as preocupações sociais e o acesso às coisas em si" (LATOUR, 1991, p. 99).

Latour propõe que se abandone a imanência dos seres e as dicotomias humano/não humano e natureza/cultura, possibilitando compreender que os laços sociais não se sustentam sem os objetos e que, ao invés de imanência (essência) o que há é transcendência em redes e em devir, marcadas pela mediação dos objetos e pela performance dos atores [9]. É a esta inculcação das possibilidades de ação, reação e pensamento a qual Bourdieu insere nos agentes individuais que Latour exerce a sua crítica. Para a Teoria Ator-Rede os indivíduos, compreendidos enquanto atores por seu desempenho e mediação, não são agidos e nem agem conforme uma força social externa, anterior e coercitiva que lhes serve de modelo para todas as ações. [10]

A modificação na vida cotidiana é bem expressiva, principalmente se analisarmos o PL 478/07 antes do seu Substitutivo, onde o uso de expressões que remetessem ao aborto ou que o incitasse poderia ser punido com prisões e multas. Em relação ao nascituro ser proveniente de estupro o Substitutivo também estabelece a necessidade de se manter a gravidez (ainda que assegure à mãe o direito de encaminhá-lo à adoção, caso assim deseje), facilitando os possíveis gastos com o estabelecimento de uma pensão alimentícia paga pelo pai da criança, caso identificado, ou pelo Estado, até o pai ser identificado. Infelizmente tal proposição pode levar à mãe a possibilidade de continuar relações com o seu agressor ao identificar o responsável pela agressão como genitor e pai.

Conclusão

A Sociologia das Associações e a Teoria Ator-Rede oferecem um arsenal teórico que possibilita a análise das interações sem que se caia no vazio das estruturas e ausência de pensamento crítico e noção da própria realidade pelos atores.

Apesar de neste trabalho ter se dado especial importância ao Estatuto do Nascituro enquanto objeto transformador das interações, e, portanto, enquanto mediador e ator, a rede em que ele está inserido é muito maior e tem a sua atuação muito mais extensa do que a apresentada, envolvendo as clínicas, técnicas e profissionais que realizam o aborto, e dentro destas as que são mais seguras e caras e as que são menos seguras e mais baratas; envolvem-se também movimentos sociais feministas e LGBTs, mas também movimentos sociais contrários ao aborto; envolve o Congresso e as bancadas a favor e contra, envolvendo, portanto, partidos políticos e parcelas expressivas da população; envolve reportagens, documentários, livros e artigos acadêmicos, mobilizando meios de comunicação de massa, produção e técnicas cinematográficas e editoriais, universidades, entre outros.

Contudo, a análise do Estatuto e da sua transformação proposta permite compreender como a rede está para além do efêmero momento da ação. O PL 478/07 ainda está em processo de votação, contudo já modifica inúmeras relações, trazendo à tona novos discursos e performances a todo o momento em projeto de significação, apresentando a extensão de uma relação e de uma rede de agentes, cuja possibilidade de extensão se dá pelo uso de novos objetos e significações, apresentando-se dados e experiências que corroborem para a mobilização de atores para os grupos envolvidos. A agência do Estatuto não deve, contudo, diminuir a importância e presença de outros atores citados ao longo do artigo, mas que não foram analisados com a devida importância. Deve, pelo contrário, possibilitar a análise de todos eles de forma simétrica, permitindo a compreensão das inúmeras variáveis que compõem uma rede heterogênea de atores, afastando-se da causa única e do ator único. 🌀

NOTAS

*Ricardo José Braga Amaral de Brito é estudante de graduação do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e atualmente está participando da pesquisa "Justiça Autoritária?" da FND-UFRJ.

[1] COMISSÃO DE BIOÉTICA E BIODIREITO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (CBB/OABRJ). *Parecer da comissão de Bioética e Biodireito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção do Estado do Rio de Janeiro acerca (da inconstitucionalidade) do Projeto de Lei do 478/2007, do seu substitutivo e dos seus apensos (2011).*

[2] A ideologia iluminista que surge no século XVIII como contraponto à sociedade de estamentos do Antigo Regime estabelece a noção de contrato social, estabelecendo assim o instante, e não o processo estrutural, em que os direitos inalienáveis surgem. Princípios gerais abstratos tendem a esclarecer particularidades, sendo estas apagadas no atomismo e individualismo do iluminismo. A máxima do iluminismo pode estar em: racionalidade, moralidade e propensão para buscar o prazer e evitar a dor.

[3] “(...) não se afigura adequado se aplicar a um ser humano ainda em desenvolvimento os direitos da criança, pessoa dotada de existência própria e plena autonomia, pois estaríamos equiparando arbitrariamente situações distintas e merecedoras cada uma de tutela condizente com o grau do desenvolvimento da vida, se ainda potencial ou se já configurada a pessoa humana”. (CBB/OABRJ, 2011, p. 8).

[4] Este método segue o Programa Forte, invocado por BLOOR (1976) e COLLINS & PINCH (1993), entendendo que, para que se explique o funcionamento da ciência moderna, é preciso explicar como as atuais teorias venceram. Para isso é preciso analisar de forma imparcial e

simétrica as teorias vencedoras e perdedoras, analisando os acasos, as estratégias políticas, as condições econômicas e culturais.

[5] Este é o pressuposto da Etnometodologia de Garfinkel. Latour retoma na forma de crítica a Durkheim e Bourdieu, enquanto que Garfinkel, sob a influência da Fenomenologia de Schütz, criticava Talcott Parsons. Ver HERITAGE, John C. Etnometodologia. In: Teoria Social Hoje. GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan (orgs.). São Paulo: Unesp, 1987 [1996]. (pp. 321 – 392)

[6] “qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator” (LATOURE, 2005, p. 108. Ênfase no original).

[7] “Se a Constituição moderna inventa uma separação entre o poder científico encarregado de representar as coisas e o poder político encarregado de representar os sujeitos, não devemos tirar disto a conclusão que os sujeitos estão longe das coisas” (LATOURE, 1991, p. 35).

[8] “A natureza e a sociedade não são dois pólos distintos, mas antes uma mesma produção de sociedades-naturezas, de coletivos” (LATOURE, 1991, p. 138).

[9] “Quando abandonamos o mundo moderno, não recaímos sobre alguém ou sobre alguma coisa, não recaímos sobre uma essência, mas sim sobre um processo, sobre um movimento, uma passagem, literalmente, um passe, no sentido que esta palavra tem nos jogos de bola” (idem, p. 127).

[10] Para ver mais sobre as críticas à sociologia bourdieusiana ver os trabalhos: BOLTANSKI, Luc. *El amor y la justicia como competencias: Tres ensayos de sociología de la acción*. Buenos Aires: Amorroutu, 2000; BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Éve. *O novo espírito do Capitalismo* [1999]. São Paulo: Martins Fontes, 2009; BOLTANSKI, Luc e THÉVENOT, Laurent. *The Sociology of Critical Capacity*. European Journal of Social Theory, Vol. 2, 1999, pp. 359-377.

REFERÊNCIAS

BERNARDO Campinho: **Estuprador aparecerá como pai na certidão de filho**. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/campinho-estuprador-tera-nome-na-certidao-de-nascimento-como-pai.html>>. Acessado em 01/02/2014.

BLOOR, David. **Conhecimento e Imaginário Social**. São Paulo: Unesp, 2008 [1976].

BOURDIEU, Pierre. “**Condição de classe e posição de classe**” [1966]. In: *A economia das trocas simbólicas*. MICELI, Sergio (org.). São Paulo: Editora Perspectiva, 2011, 7ª edição (pp. 3-25).

_____. “**Gostos de classe e estilos de vida**” [1976 a]. In: *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Olho d'Água, 2003 (pp. 73-111).

_____. “**O campo científico**” [1976 b]. In: *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. Renato Ortiz (org.). São Paulo: Olho d'Água, 2003 (pp. 112-143).

_____. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2010, 7ª edição [1998].

CAMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei nº 478, de 2007**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=443584>. Acessado em: 24/07/2013.

_____. **Projeto de Lei nº 6150, de 2005**. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=7FoAE7589187259C1EA6570283631643.node1?codteor=355238&filename=Avulso+-PL+6150/2005>. Acessado em: 24/07/2013.

CESARINO, Leticia. **Nas fronteiras do “humano”: os debates britânico e brasileiro sobre a pesquisa com embriões**. Mana, v. 13, n. 2, p. 347-380, 2007.

COLLINS, Harry; PINCH, Trevor. **O Golem: o que você deveria saber sobre ciência**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2009 [1993].

COMISSÃO DE BIOÉTICA E BIODIREITO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (CBB/OABRJ). **Parecer da comissão de Bioética e Biodireito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção do Estado do Rio de Janeiro acerca (da**

inconstitucionalidade) do Projeto de Lei do 478/2007, do seu substitutivo e dos seus apensos (2011). Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/141632471/Parecer-Estatuto-do-Nascituro-Comissao-de-Bioetica-e-Biodireito-da-OAB-RJ-2011>>. Acessado em: 24/07/2013.

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA. **Substitutivo do Projeto de Lei nº 478, de 2007.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=770928&filename=Parecer-CSSF-19-05-2010>. Acessado em: 24/07/2013.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** São Paulo: Martins Fontes, 1981 [1966].

HERITAGE, John C. **“Etnometodologia”.** In: *Teoria Social Hoje*. Anthony Giddens e Jonathan Turner (org.). São Paulo: Unesp, 1996 [1987]. (pp. 321 – 392)

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1994 [1991].

_____. *Reagregando o social.* Bahia: Editora EDUFBA/Edusc, 2012 [2005].

LAW, John. **Notas sobre a teoria ator-rede: ordenamento, estratégia e heterogeneidade** (1993). Disponível em: <<http://www.necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%20teoria%20Ator-Rede.htm>>. Acessado em: 24/07/2013.

LUNA, Naara. **Fetos anencefálicos e embriões para pesquisa: sujeitos de direitos?.** Revista Estudos Feministas. v. 17, n. 2. p. 307-333, 2009.

LUNA, Naara. **Embriões no Supremo: ética, religião e ciência no tribunal.** Teoria & Sociedade, v. 18, n. 2 p. 168-203, 2010.

ROCHA, Maria Isabel Baltar da; ROSTAGNOL, Susana; GUTIÉRREZ, Maria Alicia. **Aborto y Parlamento: un estudio sobre Brasil, Uruguay y Argentina.** Revista Brasileira de Estudos Populacionais. v. 26, n. 2. p. 219-236. 2009.

ROSTAGNOL, Susana. **El conflicto mujer-embrión en debate parlamentario sobre el aborto.** Estudos Feministas. v. 16, n. 2, p. 667-674. 2008.

SALEM, Tania. **As Novas Tecnologias Reprodutivas: O Estatuto do Embrião e a Noção de Pessoa.** Mana, v. 3, n. 1, p. 75-94. 1997.

Recebido em 7 de novembro de 2013

Aprovado em 22 de fevereiro de 2014

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS EM NORBERT ELIAS E PIERRE BOURDIEU PARA UMA SOCIOESTÉTICA DO MODERNISMO NO BRASIL

THEORETICAL AND METHODOLOGICAL ELEMENTS IN NORBERT ELIAS AND PIERRE BOURDIEU FOR A SOCIALAESTHETIC OF MODERNISM IN BRAZIL

*Camillo César da Silva Alvarenga **

Para Marcelo Lacombe (in memoriam)

Cite este artigo: ALVARENGA, Camilo César da Silva. Fundamentos teóricos e metodológicos em Norbert Elias e Pierre Bourdieu para uma socioestética do Modernismo no Brasil. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.68-80, junho. 2014. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de junho. 2014.

Resumo: Este artigo trata de uma proposta metodológica de leitura da arte moderna no Brasil - que parte da hipótese da existência de um “atrelamento” ente a obra de arte, as tendências estéticas da época e a figura do artista no papel de mediador entre as condições de produção e a recepção – adequada para a compreensão do Modernismo no Brasil. Com o objetivo de identificar a relação entre as condições sociais modernas de existência e a produção desta arte, articulando a análise do método sócio-histórico biográfico de Elias em função da leitura de Bourdieu do processo de formação da arte na sociedade burguesa. A revisão bibliográfica, através da descrição exploratória dos supracitados teóricos além de outros pontualmente, permite traçar um cenário das correntes teóricas de interpretação sociológica e suscitar a conformação da arte moderna brasileira.

Palavras-chave: N. Elias; P. Bourdieu; Sociologia da Arte; Modernismo no Brasil.

Abstract: This article deals with a method’s proposal for reading modern art in Brazil – assuming as a hypothesis the existence of a “linking” between the artwork, the aesthetics tendencies of a period and the figure of the artist in the role of mediator between the production’s conditions and reception – suitable for understanding of Modernism in Brazil. The aim is identify the relation between modern social conditions of this art’s existence and ways of production, articulating Elias’s social-historical methodology in function of Bourdieu’s analyse of the process of art’s conformation in bourgeois society. Through an exploratory description of the these authors, and also the punctually mention of others, the bibliographic revision, allows us tracing a sociological interpretative theories’scenery and also evoke the confirmation of modern art in Brazil.

Keywords: N. Elias; P. Bourdieu; Sociology of Art; Modernism in Brazil

O Moderno sob o olhar do contemporâneo: obra de arte e teoria social

O presente artigo realiza reflexões acerca do que se entende pelo conjunto de processos sociais que formam a modernidade sob o prisma teórico e metodológico da sociologia da arte, na busca de indícios que projetem uma leitura crítica sobre como ecoam no campo artístico do Brasil as transformações, na esfera das relações sociais. Aquelas que interessam mais especificamente são as que dão margem às ondas da emergência da modernização das estruturas da sociedade burguesa que influenciam na produção da obra de arte no contexto brasileiro, bem como ao levante cultural gerado pelo modernismo predominante do país – que se constitui com destaque especial na cidade de São Paulo.

Tendo em vistas as possibilidades de interpretação do contexto artístico moderno do Brasil em decorrência do complexo processo histórico e social que se deflagrara no seio da sociedade europeia, primeiramente as revoluções políticas e econômicas, Burguesa e Industrial, na França e na Inglaterra que dão “novo” desenho para o todo social. As consequências desse macro processo se fazem sentir em todo mundo, e no Brasil não é diferente. A disseminação de novos valores, formas e ideais para o establishment social reverbera em todos os campos da sociedade, e na arte de sobre maneira essa influência aparece como uma quebra de paradigmas na atividade artística em seus modos de fazer e apreender a obra de arte.

O modernismo, esta concepção de mundo observado criticamente pelo olhar da ideologia da modernidade burguesa e seus avanços, desenvolvimento de tecnologias e transformações na arquitetura urbano-moderna, é objeto para expor os métodos de proceder, produzir e processar o social tecnicamente engendrado por um espólio de heranças culturais. E a arte, aqui ou na Europa, é espaço de profundas reflexões sobre as condições sociais de produção da vida material e sua sustentação, além de ser campo para as revoluções estéticas no plano de ver o mundo e agir sobre ele de forma a metaforizar o real e criar o homem e as soluções para a prática de estar em sociedade no mundo moderno.

Em tempos de alterações no regime dos sistemas sociais, aspectos relevantes da cultura se manifestam. Transformam-se em formas cada vez mais necessárias e históricas as quais atingem uma dimensão tal que o que é estabelecido para a ordem vigente se renova e se reproduz. Não diferente acontece com a arte e suas formas mais específicas, artes plásticas, música e literatura. O que salta aos olhos é a inadequação entre os outsiders e o corpus social que se mantém no poder, seja do Estado ou da dominação social, o que gera a necessidade de entender como é dado o desenvolvimento da situação social, para entrever na arte como se operam rituais, geografias de sentido e atribuição de valor dentro daquele grupo social ao qual pertencem os artistas ligados pela necessidade de desenvolvimento intelectual e material.

Nesse sentido, se parte a vasculhar, em um momento específico da modernidade ocidental, a situação da obra de arte pela complexa metodologia da sociologia da cultura que envolve trabalho, capital, mercados de bens simbólicos, urbanicidade e modernas arquiteturas.

Características do meio aonde esta obra de arte se realiza – Paris, Londres, Nova York, São Paulo – as grandes metrópoles do modernismo cultural onde se revoluciona o modo de ser dessas sociedades, transformando seus habitus.

Para tanto, mobilizam-se Norbert Elias, Pierre Bourdieu e os brasileiros Sergio Miceli e Maria Arminda, entre outros cientistas que com suas teorias sobre as formas de transformação social colocam-se bem perto da consciência do fenômeno, evidenciando pela ciência, ainda que obscura sobre o fazer artístico, que a “nossa opinião é de que convém ao homem supor que há algo de incognoscível, mas ele não deve colocar limite à sua busca” (BOURDIEU, 2002,p.13).

1. Pressupostos do Argumento: sobre a Modernidade e as Novas Formas Sociais da civilização

Na sócio-gênese e emergência do campo artístico moderno do Brasil estão distribuídas, de modo singular, características decorrentes de um fenômeno conhecido sob a categoria: Modernidade, esta "refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII" (GIDDENS,1991, p.8). Acompanhada de perto pelo advento da “modernização” nas relações sociais desde seus aspectos políticos – emergência da burguesia como classe dominante – e econômicos – redefinição do trabalho e da hierarquia do poder econômico da nobreza para a sociedade burguesa na ordem social – além de uma coleção de modificações nos arranjos estruturais que norteiam as formas de perceber a vida em sociedade. Em A condição Humana, destaca

O surpreendente florescimento da poesia e da música, a partir, de meados do século XVII até quase o último terço do século XIX, acompanhado do surgimento do romance, a única forma de arte inteiramente social, coincidindo com um não menos impressionante declínio de todas as artes mais públicas especialmente a arquitetura, constitui suficiente testemunho de uma estreita relação entre o social e o íntimo. (ARENDE, 2010: 47-48)

Nova ordenação esta que culmina em novas formas para a cultura, principalmente na revolução dos procedimentos de produção, distribuição e apreciação da obra de arte e seus conceitos, desta forma o modernismo aplica-se ao complexo processo da construção da estética na era moderna.

Na construção de uma sólida concepção de como decorreu o estabelecimento da sociedade burguesa no percurso da história social, econômica e política europeia, observa-se com a devida atenção as alterações do papel da arte por imediato e a constituição de um campo artístico em franca expansão de sua autonomia – entenda-se “autonomia estética” e simbólica – na conjuntura histórico-social, desde o esfacelamento da sociedade de corte, o que tem por consequência a firmação cultural da burguesia e de seus valores.

Chega-se então a perceber sociologicamente como se constroem as condições de vida do artista mergulhado nesta estrutura social e como se pode entrever a arte no contexto social brasileiro em descrição. Por meio de um quadro teórico formado, entre outras obras, pelo Sociedade de corte (2001) e Mozart, a sociologia de um gênio (1995) do teórico alemão N. Elias,

onde se projeta um contorno da “configuração social” do ocidente em que o artista moderno – na análise de Elias toma-se Mozart, compositor na sociedade em “fragmentação” do séc. XVIII – se constitui no período histórico de transformação da sociedade europeia e a correlação deste com as condições sociais específicas do artista e as mútuas influências entre o artista e a sociedade, frente aos outros membros da dinâmica de “figuração social”.

Assim, pretendo com este artigo apresentar uma análise da manifestação da arte moderna da nação brasileira, na transição entre os séculos XIX e XX – suas interferências e heranças – nas complexas relações da história da cultura e da formação social brasileira. Além de realizar uma leitura sociológica do atrelamento das práticas artísticas e as categorias estéticas modernas com fatos que marcam o debate da História e da Sociologia da Arte no Brasil, como a semana de 22. Demonstrando o intercâmbio das diversas linguagens artísticas e as condições sociais da modernidade, suas inter-influências: tensas relações de empréstimos de formas e temas para pensar a cultura e a confluência do dinamismo das formas sociais e artísticas, que aqui se constituem uma linha de força que conduz a reflexão.

Procurando entender o desenvolvimento e percurso dos movimentos estruturais da sociedade europeia como reordenamentos nas esferas que determinam o “contexto das relações sociais”, ou seja, processos que elaboram as “condições sociais de produção e da recepção da obra de arte”. Para a compreensão desta profusão de acontecimentos, observam-se transformações que se aceleram desde a invenção da imprensa germânica e os consequentes redimensionamentos no que tange a religião – protestantismo, reforma, contra reforma – as grandes navegações ibéricas, até a explosão de crescimento das grandes cidades e sua “luta de classe” no interior da formação dos centros urbanos para a grande indústria em veloz ritmo desembocar na dupla revolução – francesa-inglesa, leia-se burguesa-industrial – fatos estes que em voga no continente abrem assim precedentes históricos para a emergência da cultura capitalista.

De modo ainda que sucinto esse conjunto de eventos e seus desdobramentos que o pensamento social de Norbert Elias (2001) descreve através de seu método [1] histórico-sociológico, como processo civilizador ou dinâmica do ocidente, nos deixa perceber com o apoio das categorias de Pierre Bourdieu [2], o que acontece dentro do curso dos fatos históricos e sociais que orientam a cultura e suas trocas simbólicas através do soerguimento da arte na era da reprodutibilidade técnica (BENJAMIN, 1969) da arte industrial, da indústria cultural, da queda da sociedade de corte e a preservação de sua arquitetura ritualística no comportamento burguês principalmente nas cerimônias artísticas – demonstrando a dimensão antropológica observada nos ritos dos salões de arte e eventos como bienais e semanas de arte.

Logo, a concepção da arte moderna é assim a história social da obra de arte, como ponto crítico das expressões produzidas do certame entre a personalidade do artista e as formas objetivas da cultura, gestadas na matriz econômica, delineadas no tecido político, conformando um panorama histórico no qual se desenham as condições sociológicas – burguesa moderna – de observação da modelagem do real. De tal maneira explicitadas as premissas que propõem as bases teórico-metodológicas do presente artigo, aprofunda-se a abordagem da Sociologia da Arte no intuito de elaborar formas de entendimento das repercussões – de momentos peculiares do

fenômeno da modernidade e a emergência de formas particulares da cultura burguesa à luz da teoria social – no desenvolvimento de reflexões acerca do impacto da modernidade e suas implicações no modernismo do Brasil.

2. Arcabouço Metodológico

2.1 Artífice de signos e símbolos, o artista na Modernidade

Na obra *As Regras da Arte* (2002), Pierre Bourdieu entrega uma visão analítica da gênese e estrutura do campo literário – o presente artigo se atém ao setor das artes, por este desenvolver fundamental função no modernismo brasileiro – seu jogo de posições, colocações, deslocamentos, a questão da herança, o poder da escrita e todos esses elementos em torno da conquista de autonomia do campo e sua fase crítica de emergência em face de certa subordinação estrutural às condições sociais de produção e a condição do artista frente à boemia e à necessidade histórica da invenção de uma arte de viver – novo habitus – em busca de uma ruptura com o burguês subvertendo a ordem de seu mundo econômico através de um movimento entre posições e disposições no campo para então fazer surgir uma outra estética sustentada em novas bases éticas que permitissem ao artista a revolução a uma estética pura.

Assim, a leitura crítica sobre o texto do francês e a emergência de uma estrutura dualista de diferenciação dos gêneros e unificação do campo, destrincha também as relações entre arte e dinheiro e suas condicionantes na dinâmica de produção artística na era burguesa industrial. Avista-se então no bojo de sua teoria subsídios como a dialética da distinção desembocando na invenção do intelectual e sua condição ante o mercado dos bens simbólicos e seu funcionamento que opera sobre aspectos como marcar época propondo uma lógica da mudança vinculada a produção da crença no ser artista e as experiências do campo literário no campo de poder além da atribuição à obra de arte de um fetiche. Apontando ainda a existência de lutas internas e um espírito de revolução permanente como inerente ao “campo” influenciado por oferta e procura.

Para amarrar a sua incursão, Bourdieu pontua a transcendência como instituição para o artista moderno envolto num campo ainda preñado de formas de conservantismo desaguardando de tal forma na análise de categorias históricas da percepção artística perpassando assim como Elias os pressupostos weberianos como o fundamento da ilusão carismática e uma ideia de corporativismo universal no mundo da arte.

Logo em todo esse emaranhado de determinações se pode ver a combinação entre o bacharel e o herdeiro, entre arte e política, política e negócios, criando símbolos de representação do espaço social no qual se desenvolvem redes de práticas sociais de cooptação, recepções, saraus tudo isso funcionando a partir daquele movimento social que Elias chama de figuração na sociedade burguesa atraindo assim na descrição de Bourdieu “pintores, compositores, caricaturistas, retratistas, poetas, escultores, advogados, críticos de arte, fabricantes de papel, proprietários e personagens da arte, ciência e política” (BOURDIEU, 2002; p.19).

Com a geração deste campo de poder político e econômico, a arte, o jornalismo e a indústria se mostram enquanto refinado complexo cultural ante o marchand, esse industrial da

arte, produzindo teorias estéticas ou políticas que se elaboram enquanto instâncias de consagração que governam e regem a produção dos escritores e artistas nesse jogo entre arte e dinheiro – lucros materiais versus lucros simbólicos.

Tem-se então uma das máximas do pensador francês, que no mundo das artes, “todas as regras e virtudes burguesas são banidas, salvo o respeito pelo dinheiro que, como alhures a virtude, pode impedir o amor”, muita atenção sobre este postulado, pois do entendimento deste axioma sociológico depende todo o entendimento do que acontece no contexto artístico brasileiro no qual seus artistas são “lançados nesse espaço, como partículas em um campo de forças e suas trajetórias serão determinadas pela relação entre as forças do campo e sua inércia própria” (BOURDIEU, 2002; p.24).

Pois que, este ponto crítico na teoria social moderna que em Elias aparece enquanto “economia psíquica” relacionada ao “autocontrole” e sabedoria de comportamento em sociedade, Bourdieu distingue como um processo de “envelhecimento social” uma representação do “conjunto das propriedades incorporadas, inclusive a elegância, a naturalidade ou mesmo a beleza, e o capital sob suas diversas formas, econômica, cultural, social” (BOURDIEU, 2002; p.24).

Confrontam-se origem e trajetória, família e indivíduo como produto de uma economia psíquica e social tendo como resultante a mediação entre o amor e os negócios assim como nas relações pessoais intersubjetivas desempenhadas, como em exemplo do nosso caso em estudo, por figuras centrais do modernismo nacional como Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade. A propósito disto, as relações de “propriedade” e aspectos psíquicos sociais como a capacidade de fundar identidade social – como no caso dos cabelos de Tarsila, apontado por Miceli (2003; p.128) em seu Nacional Estrangeiro – através do estetismo e a relação entre os polos econômico/político e o polo de prestígio intelectual e artístico.

Doravante, tal análise elabora a fórmula da intuição prática do habitus – o dandismo – da experiência cotidiana de nomes do modernismo brasileiro para pressentir ou compreender as condutas das pessoas no curso de sua vida, ou seja, da história. História esta que organiza a ficção onde a ilusão de realidade dissimula-se sob as interações entre pessoas – illusio – e suas relações sentimentais de modos operandi combinatório e sistemático aonde as estruturas sociais são a chave do sentimento em função dos bens, das relações, da beleza e inteligência num arranjo da produção da obra de arte enquanto um bem simbólico no conjunto do patrimônio cultural do país.

2.2 A Arte Moderna e o Método de Investigação Sociológica

Após apresentar tais apontamentos, discute-se sobre a teoria da obra de arte de N. Elias (1995) e seu método biográfico, sócio-histórico de interpretação, no qual o produto da atividade artística é percebido tal como “expressão das funções e desejos que é comunicada de uma forma inteligível e socialmente adequada e relevante” funcionando assim mediante o processo de civilização, ou seja, socialização servindo de objeto para a identificação de uma unicidade entre artista e obra na representação da cultura.

Condensado no “habitus” – no entender de Elias uma espécie de segunda natureza formada no processo civilizatório para dinamizar jogos sociais impostos ou não – assim mediando as pulsões e desejos numa negociação entre o id, ego e superego diante do contexto social da vida do artista formando as condições necessárias para clarificar por exemplo a distinção entre o insucesso objetivo de Mozart e a consagração ainda em vida de Beethoven.

Avaliando a função social do mecenato aristocrático e a produção artística que mira-se na estética do social desde as concepções de ritos, cerimônias, funcionando com engenho na relação entre outsiders – os que estão fora da configuração oficial mas praticam os jogos sociais ou servem como instrumentos deste – e estabelecidos – que no desenvolvimento da teoria de Elias é a representação da sociedade de corte europeia frente ao ethos burguês moderno que por ora emerge – apresentando para o artista a necessidade de ter um currículo brilhante e reconhecimento factual de seu lugar na “configuração” social em fase de remodelagem.

Dotada de classes sociais caracterizando o indivíduo, a sociedade moderna em gestação tem como consequências propostas artísticas que refletem as hierarquias sociais e processos de corrupção formal da arte, onde as contradições sociais expressas aparecem como aberrações ao gosto estabelecido, que por outro lado condena o artista a pobreza e dívidas vilipendiando a natureza de suas criações (no caso específico de Mozart). Tem-se de sobre modo a passagem da “arte de artesão” para a “arte de artista” numa relação entre arte como mercadoria e a instauração de um mercado com um público consumidor difuso, o que, no entanto proporciona a libertação do artista do mecenato, rendendo novas bases para a relação entre a inovação estética e a proposição do artista do gosto para sociedade.

Essa arte então imersa no mercado burguês, desprendida da aristocracia, exige do artista uma educação estética e, por conseguinte o esforço e trabalho do talento, o que produziria o “gênio” – mítico herói burguês, resultado duma construção ideológica da competência burguesa, não sendo inata esta condição, mas sim decorrente do processo civilizador de educação artística e social do sujeito, onde objeto de arte é produto da interação entre o indivíduo e seu meio social [3].

Reconhecendo de forma categórica os condicionamentos da sociedade “por trás” do processo de criação da obra de arte verifica-se em que sentido as relações sociais dos artistas desde suas relações pessoais – envolvendo “estruturas de sentimento” [4] – como o casamento entre Tarsila do Amaral e Oswald de Andrade e o estabelecimento de pontos de convergência estética que se formam entre Oswald e Mário de Andrade e no bojo desse grupo [5] que se propõem as novas orientações filosóficas, psicológicas e sociológicas no fazer artístico brasileiro pós os movimentos vanguardistas que se desdobram na Europa com a consolidação do campo artístico moderno e seus aspectos estruturais.

Não obstante as considerações macrosociológicas, o que de fato impressiona na metodologia de Elias é a dimensão que o autor dá a elementos biográficos da vida social do artista. O método sócio-histórico biográfico acaba sendo recurso utilizado aqui também para explicar como se processa a adoção pela “elite burguesa brasileira” de concepções de mundo gestadas no

outro lado do atlântico. Através da percepção de que as condições sociais de produção da vida material dos artistas brasileiros e logo, sua produção estética estavam vinculadas a experiências sociais possibilitadas pelo acúmulo de capital de suas famílias e da posição que ocupavam na hierarquia social mediante suas capacidades intelectuais de expressão da obra de arte.

3. Sócio-gênese do Moderno Nacional: contextualização e análise da emergência do Modernismo no Brasil

Exponho nesta seção uma leitura do processo histórico e procuro tecer as redes que se formaram a partir de determinadas ideias socialmente compartilhadas por alguns artistas responsáveis pela virada modernista. Com o objetivo de discutir a produção artística e o pensamento estético do século XX em relação às paisagens históricas e socioculturais em que surge o movimento artístico modernista deste período, pretendo nesta seção explicitar as relações entre arte e sociedade, percebendo os novos meios de produção e circulação da arte. Apresento também uma visão crítica da origem da fundamentação socioestética das manifestações artísticas da modernidade.

A arte moderna compreendida como um desdobramento do pós-impressionismo, a partir do qual se avista no modernismo o desenvolvimento programático de polêmicas envolvendo “rupturas estéticas” históricas e a valorização do imaginário e da expressão no século XX deixando perceber aproximações entre expressionismo e fauvismo. Com o advento dessas novas formas estéticas revelam-se as bases do diálogo sobre as quais se constroem a “illusio” no jogo social com a denegação dos valores, como também a integração e a “unificação do campo” das artes.

O modernismo tem parte na constituição do urbanismo e na arquitetura da nos processos de modernização da “metrópole da cultura” – no nosso caso a cidade de São Paulo. Com a consolidação do modernismo no Brasil diante da figuração social remodelada pela modernidade, as expressões artísticas se vão redefinindo, a partir da intervenção das vanguardas europeias como o Dadaísmo, Cubismo, Futurismo, Surrealismo e abstracionismo que evolui para abstração geométrica ganhando forma em movimentos como o construtivismo e o concretismo.

Distingue-se também em consequência, a “arte pública” através da presença do componente artístico no planejamento do espaço da cidade e sua arquitetura moderna levando em consideração a circulação da arte e sua a transição no século XX através das grandes exposições internacionais e o seu valor para a continuidade cultural.

Entre literatos e músicos, consideram-se também e como destaque, em meio aos principais intelectuais e artistas a ponderação do papel sem igual dos artistas plásticos para as tendências da Semana de Arte Moderna. Podem-se apontar nomes como Lasar Segall que em 1913 dá a São Paulo as primeiras sensações modernas da arte e vem posteriormente a integrar o Modernismo brasileiro com obras como: Figura Feminina com Espelho, Rua, Paisagem Brasileira, Interior de Pobres. Anita Malfatti jovem paulista da classe média alta de vivência nos Estados Unidos e Europa produz uma arte que dialoga com o expressionismo e o cubismo nascentes, em obras como: O Homem Amarelo, A Mulher de Cabelos Verdes, O Japonês, e A

Estudante Russa expondo um estado de “luta e polêmica” o que a torna sem dúvida um nome ímpar no contexto artístico do século XX.

E, principalmente, Tarsila do Amaral que residia em Paris e chegara ao Brasil em julho daquele ano fatídico para a história da arte nacional em fase de sua “revolução estética” fenômenos e figuras que apontam as diretrizes da concepção plástica do objeto de arte em suas formas modernas. Pode-se observar a influencia destes artistas sobre obras como o Manifesto Antropófago (com destaque para o quadro Abaporu de Tarsila) ou sobre Manifesto da Poesia Pau Brasil caracterizando os indícios do movimento do moderno na arte da nação. Outro nome marcante na constelação de artistas é Di Cavalcanti, este que faz a sugestão da mostra de arte e faz o catálogo da exposição, que já de cara denota a ruptura com as formas prontas e “passadistas” do século XIX, na visão dos modernistas.

Sendo assim, a literatura de Mário de Andrade – intelectual comedido e tímido de consistente erudição e sossegado jornalista da classe média gentil e generoso – dedicado na construção e reconhecimento do movimento pela elite paulista e mineira que encontra par no jornalismo do então repórter do “Jornal do Commercio” Oswald de Andrade – iconoclasta bárbaro e agudo, milionário excêntrico e regado ao desregramento da “boemia” – aspectos estes caracterizados acima, que dialogam com os elementos apontados por Bourdieu (2002), como características de uma “arte de viver” do artista na modernidade.

Estes dois atores sociais da cena brasileira, em dezembro de 1917 aparecem na exposição de Anita Malfatti que seria posteriormente bombardeada pela crítica de Monteiro Lobato num dos grandes jornais da época: “O Estado de São Paulo”, e ainda que Oswald se prontificasse a responder as críticas, não pôde impedir que muitos quadros já vendidos fossem devolvidos – o que comprova como a imprensa, os grandes jornais, e neste caso, através da crítica de arte compõe uma etapa na fabricação do “gosto” na modernidade na relação entre autor, obra e público, como alerta Bourdieu em estudos sobre a emergência do campo artístico em *As Regras da Arte* (2002).

O jogo entre arte e sociedade demonstra, em leitura atenta, como ressoam nas camadas altas da sociedade paulista e nacional os conflitos provocados pela emergência da vanguarda. A saber, Menotti Del Picchia, redator chefe do jornal “Correio Paulistano”, que se encontra, num hotel no centro da cidade de São Paulo, com Mário e Oswald no processo de construção do movimento que agitaria as bases artísticas e sócio-históricas da cultura. Por volta de 1920 agrega-se ao coletivo de artistas reunido em torno do modernismo também Vítor Brecheret que virá a ser o autor de um dos ícones monumental paulistano.

Para em pleno Teatro de Municipal de São Paulo, então o espaço mais requintado da “metrópole do café”, erguido no mais puro estilo neoclássico, com capacidade para abrigar mais de 1600 na plateia, este espaço de consagração, enquanto um símbolo do conservadorismo artístico era o perfeito alvo daquela manifestação ruidosa acontecida no país.

Escolhido o palco, fora no Rio de Janeiro que Di Cavalcanti em 1921 realizando exposição, sugeriu à “mocidade artística de São Paulo”, a organização de um evento singular, um espetáculo que pelo sue ímpeto reorientasse a cultura e o povo brasileiro. Tendo assim apoio de figuras como

o cafeicultor Paulo Prado, milionário culto e de vida e mente voltadas para a Paris dos Futuristas. Além do deputado e empresário José Freitas e do presidente do Estado de São Paulo, Washington Luís que tem importante função no poder político da cidade ao modernizar a metrópole cultural e reestruturar o Museu Paulista, aliam-se todos, ao dueto consagrado da música erudita brasileira Villa-Lobos – que nos remete a Stravinski – e Guiomar Novaes – herdeira da tradição musical modernista de Debussy.

Com tamanha interdependência entre o campo artístico do modernismo nacional e as fontes de poder econômico e político a intenção dos artistas denominados “neotupis” ou os “novos canibais” de reunir músicos e poetas, intelectuais, escultores e pintores ganha forma por três dias no “Teatro-Museu” onde Graça Aranha – descendente do Barão do Rio Branco, que vivia em Paris e tinha estreitas relações com os cafeicultores – deu caráter oficial ao movimento com sua palestra “A emoção estética na arte moderna” inaugurando o evento. Mas é com a fala de Menotti Del Picchia “Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, reivindicações obreiras, idealismos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho na nossa Arte” que se encontra os motivos que permeiam o universo material e subjetivo da imaginação dos envolvidos neste macro processo de reconhecimento das “novas” condições sociais de existência e temas que marcarão o fazer arte na modernidade. Abrindo assim as portas para a caçada ao passadismo e tendo como consequência, sonoras vaias sucedidas pelas falas de Oswald e Mário em atmosfera de gritos e reações destemperadas. Em seguida Guiomar Novaes, que atraía maior parte do público com sua música acalma o clima. Até que na última noite, Villa-Lobos, maestro e pianista respeitado, emerge no teatro de fraque e chinelos o que novamente leva os espectadores a raivosa reação. Mas suas composições dão conta das agitações e encerram a Semana de Arte Moderna de 1922 sob fortes aplausos.

4. Sócioestética e a Teoria da Cultura segundo a obra de arte

Mobilizando esforços para a proposição de uma socioestética da cultura, a fim de entender os fenômenos e processos acima descritos, tem-se um regime de formulação teórica e metodologicamente orientado para uma abordagem crítica histórica da arte no contexto da emergência da cultura moderna no Brasil. O texto procurou desenvolver aspectos relevantes da teoria social contemporânea na aproximação entre autores e suas obras no campo da sociologia da arte num exercício de sistematização dos aspectos socioculturais brasileiros revistos numa experimentação epistemológica que procura abarcar uma situação social circunstanciada historicamente no início do século XX. No contexto da dimensão simbólica da constituição da sociedade e a produção das obras de arte que expressam traços da identidade cultural de tal formação social.

Tornaram-se evidentes as tensas relações de identificação na dinâmica cultural da modernidade. Tese que explica como se deu o contato de brasileiros das classes mais abastadas com os movimentos gestados na Europa em plena fase de expansão do capitalismo e suas novas formas de pensar e sentir a realidade social – as relações sociais e suas condições estruturais – na mediação da construção do objeto intelectual artístico. Com devida lógica, a cultura se revela aos

olhos da sociologia enquanto um momento de “mediação” das relações sócio-políticas do homem com o mundo – na relação entre a indústria da cultura de mercadorias e bens simbólicos diante dos consumidores e a realidade que os cerca.

Neste exercício de apreensão sociológica da modernidade, a cultura surge numa interação ideológica das “estruturas de sentimento” e liga o elemento pensado ao sentido – conjunto das experiências sociais cognitivas (intelectuais e emocionais) – elaborando formas de pensar os produtos culturais no fluído das modernas experiências sociais cotidianas que mudam a partir da “cristalização de estruturas” burguesas onde se concebem pensamentos, valores, sentimentos, ideias e práticas sociais e artísticas em formas de expressão, intelectualmente pensadas e emocionalmente sentidas. (WILLIAMS, 2000)

A sócioestética procura chegar à dimensão da realidade social através da análise do contexto social e como tal chega à densidade da obra em sua materialidade simbólica e objetiva. Num diálogo entre obra e sociedade, onde a primeira pode ser duplamente compreendida sendo vista, intrinsecamente no seu teor estético ao mesmo tempo em que se encontra no interior da segunda, organizadora de sua ética e moral, e identificada ao seu contexto de produção enquanto elemento relativo às experiências do artista dentro da coletividade a que ele faz parte.

Produz-se no bojo desta exposição uma íntima interação entre esquemas e temas para análise do universo sociocultural tomando como análise o instante sócio histórico em que se realiza e circunscreve a Semana de Arte Moderna de 1922, ainda que de um ponto de vista macrosociológico. Na linha das Ciências Sociais a cultura apresenta uma maneira de uma dada sociedade constituir aspectos imateriais – sentidos, linguagens – formulados e expressos na coletividade. Podendo-se de tal maneira buscar compreender e explicar as obras pela cultura, *pari passu* a cultura pelas obras que uma sociedade produziu em determinado período da história e sob tal processo de formação social. Percebe-se também a cultura à luz de tais teorias, como conjunto de obras artísticas e intelectuais materializadas que se projeta na história, ou seja, quando a cultura se efetiva a sociedade encontra seu momento de cristalização sustentado na combinação dos modos de vida particular reelaborados dialeticamente entre obra e realidade social.

A partir da aplicação do conjunto de métodos para observação da forma e conteúdo que refletem a práxis cultural, pode-se verificar como se processam as relações do artista com as instituições – política, mercado e imprensa – interferindo na questão estética diante da autonomia de formação do campo artístico e dos interesses e níveis de representação do estilo de vida do artista como objeto da própria arte. É possível estabelecer a sistemática da emergência de transformações estéticas – mudança do passadismo para o modernismo – no conjunto das representações sociais mais amplas, derivadas das condições de mercado e poder. O que constitui na cultura uma linguagem própria para o desenvolvimento artístico e estético da vanguarda. Elencando instituições como o Teatro Municipal de São Paulo como espaço de consagração e reconhecimento dos grupos sociais de artistas e intelectuais.

Em síntese, o tratamento de estruturas de sentimento cristalizadas nas instituições sociais em que se inserem os artistas, desvendando as relações institucionais – mercado, Estado, etc. – onde as condições de produção artística são resultante da atividade social e da criação que atendem as demandas culturais – intelectuais, estéticas, ideológicas de representação – da sociedade burguesa então dominante na modernidade. De forma que em projeções estéticas, as ideologias e representações simbólicas da dialética subjetiva das estruturas de sentimento cristalizam o estilo de vida dessas elites econômicas e políticas.

Enfim, pensar o conjunto de relações – experiências – sociais que se cristalizam nas estruturas de sentimento em sua dimensão pensada e sentida num plano de interpretação da realidade cultural em prisma relacional enquanto chave de entendimento pela obra – fruto criativo, apontamento histórico de uma época e resultado socialmente produzido pela ação criadora do artista diante da realidade – abre espaço para a formulação de uma visão sociológica para condensar um olhar sobre a criação da obra de arte e do surgimento da sociedade em estado de investigação através da experiência individual do artista vivida coletivamente e cristalizada sob a aura de uma experiência trágica, a modernidade. . .

NOTAS

*Camillo César da Silva Alvarenga é estudante de graduação do Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e pesquisador na Fundação Hansen Bahia (FHB).

[1] Esta nota é dedicada ao método de Elias, mais precisamente a sua sócio-análise acerca da vida de um artista para entender o social e a história em torno dela. Em *Mozart, Sociologia de um Gênio* opera-se a investigação científica sobre a égide do método biográfico em ciências sociais ainda que preservando a relação entre a personalidade do artista em face da história e do seu contexto social.

[2] Toma-se como referencial teórico para o estudo a obra *As Regras da Arte*, na qual Bourdieu explora as transformações socioeconômicas, políticas e culturais na organização social para engendrar o avatar do artista moderno e quais são os “espaços”, “habitus” e “campos” que configuram a sua ordenação epistêmica no que toca a arte sob o jugo da sociedade burguesa.

[3] Chama-se novamente atenção a esse ponto da teoria de Elias onde se funda o postulado que rege o movimento artístico moderno tanto na Europa quanto no Brasil. A vida social dos artistas como ponto de interface entre a produção do objeto artístico e seu público.

[4] Ver categoria em WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

[5] Leia-se conjunto de artistas plásticos, poetas, escritores, músico compositores que em pleno teatro Municipal (que podemos identificar como espaço de “consagração” da arte moderna segundo a teoria de Bourdieu) da então moderna e burguesa São Paulo expressaram suas inquietações num ambiente de profusão da modernização das relações sociais de produção – metrópole da cultura moderna no Brasil nas palavras de Maria Arminda. Entre os grandes nomes do modernismo nacional estão figuras como Di Cavalcanti, Anita Malfati (que trava contato com nomes como Duchamp e Górkki), Mario de Andrade e Oswald de Andrade, Ronald de Carvalho (este que se envolve no modernismo português com a publicação do número 1 de *Orpheu* de Fernando Pessoa e Sá Carneiro), e Villa-Lobos (que entra em contato com compositores como Stravinski, Varèse e De Falla) e Guiomar Novaes (aprendiz de Debussy). Lasar Segall e Tarsila do Amaral (esta que trava contato com artistas como Léger, Cocteau, Cendrars e Giraudoux em Paris e influenciada pelo expressionismo e cubismo nascentes culmina por dar contornos permanentes

à revolução estética do modernismo plástico nacional), estes dois últimos retrataram de sobre modo figuras expoentes do movimento.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AMARAL, Aracy. **Artes plásticas na Semana de 22**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

ANDRADE, Mário de. **Movimento modernista**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. **Metrópole e cultura: o novo modernismo paulista em meados do século XX**. São Paulo: EDUSC, 2001.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CAMARGOS, Márcia. **Entre o aplauso e a vaia**. São Paulo: Boitempo, 2002.

FABRIS, A., org. **Modernidade e modernismo no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

MICELI, Sergio. **Nacional estrangeiro: história social e cultural do modernismo artístico em São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NORBERT, Elias. **Sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

NORBERT, Elias. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZANINI, Walter, org. **História geral da arte no Brasil**. São Paulo: Walter Moreira Salles, 1983. v.2.

Recebido em 01 de novembro de 2013

Aprovado em 20 de junho de 2014

O ESPAÇO AMBIENTAL E SUAS DIFERENTES FORMAS DE APROPRIAÇÃO: UM ESTUDO A PARTIR DAS RELAÇÕES DE PODER

THE ENVIRONMENTAL SPACE AND THEIR DIFFERENT KINDS OF APPROPRIATION: A CASE STUDY FROM THE POWER RELATIONSHIPS

*Yohanan Sousa Barros**

Cite este artigo: BARROS, Yohanan Sousa. O espaço ambiental e suas diferentes formas de apropriação: Um estudo a partir das relações de poder. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.81-92, junho. 2014. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de junho. 2014.

Resumo: O argumento deste artigo se baseia na tentativa de desmistificar o conceito de racismo ambiental em suas múltiplas facetas e desdobramentos, apontando a relação intrínseca existente entre racismo e poder econômico. Aqui a noção de racismo é ampliada e torna-se mais abrangente, transcendendo uma questão de cor. A vulnerabilidade econômica que se impõe de maneira implacável sobre diferentes populações (ditas tradicionais) insere-as em uma lógica capitalista que ameaça o estilo de vida que construíram e a maneira como ancestralmente aprenderam a organizar-se e a extrair da natureza seus bens materiais de existência.

Palavras-chave: Racismo Ambiental, Ecologia Política, Conflito Ambiental, Território.

Abstract: The argument of this article is based on the attempt of unmistify the concept of environmental racism in its multiple facets and consequences, leading to an existing intrinsic relationship between racism and economic power. Here the notion of racism is larger and broader, transcending a matter of color. The economic vulnerability imposed in such ruthless way over different populations (so called traditional) it's inserted in a capitalist logic that threatens the life style that was built and the way how through their ancestrally they learn and organize and extract from the nature their material escheats to exist.

Keywords: Environmental Racism, Political Ecology, Environmental Conflict, Territory.

Introdução

O argumento deste artigo se baseia na tentativa de desmistificar o conceito de racismo ambiental em suas múltiplas facetas e desdobramentos, apontando a relação intrínseca existente entre racismo e poder econômico. Aqui a noção de racismo é ampliada e torna-se mais abrangente, transcendendo uma questão de cor. A vulnerabilidade econômica que se impõe de maneira implacável sobre diferentes populações (ditas tradicionais) insere-as em uma lógica capitalista que ameaça o estilo de vida que construíram e a maneira como

ancestralmente aprenderam a organizar-se e a extrair da natureza seus bens materiais de existência. É o caso de agricultores familiares, pescadores, marisqueiros, populações ribeirinhas, geraiszeiros, quebradeiras de coco babaçu entre outros, alguns destes já organizados na luta pelo reconhecimento e pela condição de viver as suas diferenças, assim como pela participação acerca dos processos políticos que direta ou indiretamente irão afetar seus modos de vida; outros ainda são cooptados devido às promessas de desenvolvimento e emprego. Esses indivíduos são aprisionados numa lógica de competitividade que não lhes deixa muitas alternativas. Através de lobby e chantagens, as grandes corporações interessadas em afixar-se e explorar determinada parcela de um território, possuidoras de uma maior mobilidade espacial, passam também a ditar algumas regras no que diz respeito às políticas de regulação do território, riscos e condições de permanência do empreendimento.

Assim, por meio da maior mobilidade potencial, o capital aprisiona parcelas importantes da população local no interior dessa “alternativa” de aceitar a promessa de emprego e renda a qualquer custo, mesmo à custa da submissão a riscos ambientais e sociais acrescidos, ou não ter nenhuma fonte de renda apropriada. (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 136)

A questão do poder está para além da dimensão de classe, isto é, não a exclui, mas implica também dimensões étnicas, raciais e de gênero. Nessa perspectiva não há como fazer a discussão acerca dos conflitos, sem pensar a dimensão do poder de maneira ampliada. A luta de comunidades quilombolas e de povos indígenas, por exemplo, é impulsionada pelo direito às condições materiais de existência, mas é também fundamentalmente pelo direito aos bens culturais de natureza imaterial e simbólica que se manifestam através de práticas coletivas e que estão vinculados ao território, assim como às condições materiais de existência.

Conforme ACSELRAD (2008) existem dois espaços onde as relações de poder se definem nas sociedades, sendo estes de apropriação material e simbólica, respectivamente, dos recursos do território. Nesses espaços o modo como o poder é distribuído torna-se objeto de disputas. No primeiro espaço as disputas se dão na esfera social, política e econômica pela apropriação dos diferentes tipos de capital, pela manutenção ou pela transformação da estrutura distributiva de poder. No segundo espaço, a disputa gira em torno de um universo simbólico de categorias que podem ser legitimadas ou não e que implicam na distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital.

Assim, ao investigar as nuances existentes entre o conceito de injustiça social e meio ambiente, é imprescindível o debruçamento sobre as motivações que sustentam o discurso do capital que aponta as populações tradicionais mais despossuídas, que ocupam há gerações territórios que hoje são alvo de disputa, como um entrave e inclusive uma ameaça ao desenvolvimento desses projetos.

A intensa luta dos povos Tupinikin e Guarani que ocorreu ao longo de vários anos no estado do Espírito Santo, pela demarcação e devolução do território indígena, que estava sendo explorado pela multinacional Fibria, formada a partir da fusão entre as empresas Votorantim e Aracruz Celulose, responsável por um extenso plantio de monoculturas de eucalipto, acácia e

pinus, para fabricação de celulose (em grande parte destinada à exportação), é um exemplo de racismo ambiental. A estratégia usada pela empresa, na tentativa de deslegitimar a luta que estava sendo travada pelos indígenas pelo direito ao seu território e modo de vida, foi a de não reconhecer a sua existência, ridicularizando e desqualificando a identidade Tupinikin e Guarani, através de uma intensa campanha difamatória na mídia, nas escolas e junto à sociedade civil em geral, na defesa dos interesses econômicos de uma pequena parcela de empresários.

1. Ecologia política como perspectiva teórico-política

A ecologia política é um campo de discussões teóricas e políticas que aborda o conceito dos conflitos socioambientais, assim caracterizados, pois leva em consideração o confronto existente entre atores sociais e as formas diferenciadas de apropriação e gestão dos recursos naturais e dos bens coletivos de uso comum.

O campo da ecologia política está agora se movimentando para além das situações rurais locais, na direção de um mundo mais amplo. A ecologia política estuda os conflitos ecológicos distributivos. Por distribuição ecológica são entendidos os padrões sociais, espaciais e temporais de acesso aos benefícios obtidos dos recursos naturais e aos serviços proporcionados pelo ambiente como um sistema de suporte da vida. Os determinantes da distribuição ecológica são em alguns casos naturais, como o clima, topografia, padrões pluviométricos, jazidas de minerais e a qualidade do solo. No entanto, também são claramente sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos (MARTÍNEZ-ALIER, 2007, p. 113).

Situada dentro do materialismo histórico e dialético como método, a ecologia política descarta a visão ingênua do sagrado e do simbólico, pois esta ignora o fato de que os aspectos culturais estão intimamente ligados às estruturas sociais e políticas. De forma que os processos socioeconômicos e políticos relacionam-se com os atores sociais em nível local, regional e global, não é possível compreender os problemas ambientais de forma isolada e descontextualizada dos processos políticos e econômicos em que surgiram.

A ecologia política está localizada no campo das contestações e defesa dos grupos reconhecidos enquanto minorias raciais e identifica-se especialmente com o contexto de injustiça social que permite às elites viverem à custa do espaço ambiental das parcelas mais pobres. Conforme ACSELRAD (2008), a desigualdade ambiental pode manifestar-se através de formas de proteção ambiental desigual e também como acesso desigual aos recursos ambientais. São os processos sociais e políticos que dão origem às formas desiguais de proteção ambiental e em decorrência disto os riscos ambientais são direcionados aos mais pobres, moradores de áreas desvalorizadas e aos marginalizados pela condição econômica, social e étnica.

Na esfera da produção e do consumo, o acesso desigual é configurado como um intenso processo de destruição de formas não capitalistas de apropriação dos recursos naturais e comuns. Pescadores artesanais, pequenos agricultores e extrativistas são encarados como um entrave ao desenvolvimento em áreas de expansão do capitalismo e têm suas atividades desestabilizadas devido aos impactos que as monoculturas, barragens e atividades mineradoras geram no território de onde tradicionalmente estas populações retiram seu sustento e que são “responsáveis

pela subsistência direta de contingentes expressivos de pessoas.” (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 74) O acúmulo de riquezas em poucas mãos também é um fator fundamental a ser observado na compreensão do processo de produção de injustiça ambiental. A crescente miséria não se justifica pela natureza das coisas, mas é produzida socialmente através de práticas que permitem que o uso da terra, dos instrumentos de trabalho, capital cultural e dos meios que são necessários para forjar a perpetuação das condições de existência (também o corpo e a mente são disciplinados visando um determinado tipo de comportamento e mentalidade que se integrem com as práticas capitalistas para a produção de bens) sejam expropriados por uma ínfima parcela de pessoas. Assim, existe uma divergência entre a apropriação dos benefícios do ambiente pela elite e a prosperidade dos povos tradicionais. Em contrapartida os malefícios da contaminação ambiental atingem principalmente os mais pobres e enfraquecidos politicamente, isto é, os que não são dotados de poder. Ao adentrar as raízes da desigualdade social é possível traçar uma expressiva linha de relação com o acesso desigual aos recursos de um “meio ambiente injustamente dividido”. (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 76)

2. A questão ambiental interpretada a partir dos conflitos socioambientais

Os conflitos possuem uma base material, mas também uma base simbólica. Existem conflitos que estão situados dentro de uma mesma matriz de racionalidade e há conflitos entre diferentes matrizes de racionalidades. Por isso, é preciso que haja mobilização no sentido do aprendizado de novas linguagens para que seja possível se situar no campo dos conflitos, pois as estratégias existentes nem sempre se dão no confronto, mas também na negociação. A questão ambiental interpretada a partir dos conflitos socioambientais leva em consideração uma variedade de atores envolvidos e a fragmentação existente na natureza desses conflitos (social, político e econômico) pode variar, dependendo dos atores coletivos que estão envolvidos. Também dentro de um mesmo território, podem existir grupos que possuem interesses conflituosos.

É preciso levar em consideração que a questão ambiental não pode ser reduzida a uma mera problemática de relações capital/trabalho, pois as especificidades é que irão condicionar a ação, sejam elas relativas à estrutura, grupais ou individuais. Assim é possível compreender os conflitos de âmbito de interesse e de dimensões culturais.

A questão ambiental sofreu um processo de institucionalização ao longo da última década. Nesse sentido, o foco de análise está voltado para a ação do Estado como mediador de conflitos. A definição de conflito pressupõe interação entre os diferentes agentes. Esta interação pode ocorrer na esfera da conciliação e da cooptação, porém, geralmente ela acontece na esfera do conflito como embate, ou como os militantes das causas populares costumam associar, luta. Essa luta gira em torno de interesses conflituosos, que estão ancorados em diferentes valores. É a esfera das lutas e dos conflitos de interesses que servirá como uma arena para construção de novas identidades e reinvenção das que já se tornaram obsoletas. Isto ocorre, pois o processo de

construção de identidades não é estático, ao contrário, ele está em permanente movimento, assim criam-se novas alianças e o que já não é imbuído de pertencimento fica para trás.

Ainda na tentativa de entender como funciona o processo ocorrido em torno das identidades, partindo do princípio de que a identidade não é um fator determinante para que ocorra o conflito, mas entendendo, sobretudo que o processo de construção de identidades não o é necessariamente anterior.

Agentes, instituições e processos não são “dados” ou condições iniciais. Não há atores ou categorias fixas, como “classes”. Os agentes coletivos se formam durante o próprio processo contencioso e em oposição uns aos outros. A “identidade” é também um resultado do conflito, e não um motivador dela. (ALONSO e COSTA, 2009, p. 13)

O entendimento dos conflitos ambientais e da maneira como os agentes envolvidos se constituem exige que seja levado em conta o modo como ocorrem os processos políticos. Estes podem ocorrer na interação entre populações tradicionais, Ong's, instituições públicas, órgãos e movimentos sociais. A interpretação dos conflitos ambientais não está dissociada do conflito social, trata-se, no entanto de interpretá-lo como uma modalidade específica inserida em um novo contexto teórico-metodológico.

Alguns conflitos chamam atenção devido ao seu caráter indicativo de graves desigualdades sociais, que estão relacionadas diretamente ao acesso e ao modo como são distribuídos os recursos naturais. Estes chamam a atenção para o modo como o espaço ambiental [1] está sendo utilizado, por quem e com qual intensidade. Dados da ONU alertam para o consumo exacerbado de uma parcela equivalente à 20% da população mundial que consome 80% dos recursos, enquanto os 20% restantes têm de ser divididos entre 80% da população.

Essa abordagem por conflitos ambientais distributivos fornece um panorama teórico e quantitativo para que seja possível repensar questões como consumo, segurança e soberania alimentar, assim como a própria estrutura material em que estão assentadas as sociedades ditas modernas.

Segundo ZHOURI e LASCHEFSKI (2010), os conflitos ambientais espaciais estão relacionados aos efeitos e impactos ambientais, que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais. A poluição das chuvas e das águas dos rios, que ocorre devido à pulverização de agrotóxicos por aviões é um exemplo; um caso recente ocorreu em Rio Verde (GO) quando um avião pulverizador despejou o veneno em cima de uma escola e deixou dezenas de crianças intoxicadas. O agrotóxico que foi utilizado na pulverização havia sido proibido pelo IBAMA na prática da pulverização aérea, em virtude da morte de abelhas. Porém, devido à pressão por parte das empresas foi liberado em seguida. O uso indiscriminado de agrotóxicos traz danos não só para a saúde das pessoas que consomem tais alimentos, mas contamina o ar, o solo, os rios e as plantações agroecológicas, devido ao fato de que 70% do agrotóxico aplicado por avião não atinge o alvo, segundo dados do relatório produzido pela subcomissão especial que tratou do tema na câmara federal.

Assim, a divisão espacial da degradação ambiental faz surgir conflitos que não necessariamente estão relacionados ao modo como o espaço foi apropriado, mas aos danos que determinadas atividades ou instalações industriais causam ao meio ambiente e que tendem em sua grande maioria a atingir principalmente as populações mais despossuídas.

No entendimento das populações tradicionais o território representa um bem necessário para produção e reprodução do seu modo de vida e onde será possível extrair os recursos necessários para garantir a sobrevivência de toda a comunidade. A remoção ou deslocamento desses grupos caracteriza um processo de desterritorialização, devido não apenas às possíveis condições físicas diferentes que tornam impossível a retomada dos modos de vida, mas também a identidade se perde quando têm de abandonar suas memórias e a base material e simbólica que caracterizam o território de origem.

Assim, conforme ZHOURI e LASCHEFSKI (2010), a luta dos grupos não inseridos ou parcialmente inseridos no sistema urbano-industrial-capitalista está frequentemente vinculada ao modelo de desenvolvimento hegemônico que esmaga as formas de reprodução de vida não capitalistas.

O Estado também assume papel fundamental na ação do capital contra as territorialidades de grupos indígenas, quilombolas entre outros povos e comunidades tradicionais por meio de uma regulação fundiária que não acompanha as variadas dinâmicas dessas comunidades. A propriedade privada da terra que se estabeleceu através da Lei de Terras de 1850, que ainda está em vigor no Brasil, entra em contradição com a função social da propriedade constitucionalmente garantida.

Em contrapartida, a capacidade de desterritorialização e reterritorialização empresarial ocorre principalmente devido a um processo de globalização econômica, num contexto em que grandes corporações ultrapassam as fronteiras de seu Estado-nação e ampliam sua atuação instalando-se em diferentes países, as chamadas empresas “transnacionais”. Muitas vezes os Estados passam inclusive a “competir entre si para atrair o capital externo, facilitando a aquisição de terrenos através da isenção de taxas e impostos ou disponibilizando terras públicas/devolutas para o setor privado, na forma de concessões, com a finalidade de exercer determinadas atividades econômicas”. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p. 24) Quase sempre esta atitude é justificada em nome do desenvolvimento econômico e a promessa da geração de renda e emprego.

3. Território, conflitos e justiça ambiental - Um estudo de caso

A relação entre biodiversidade e as tecnologias de produção que manipulam os recursos naturais ocorre no campo da interdependência, ao contrário do que boa parte dos “empreendedores da floresta” costuma difundir. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, as comunidades indígenas e camponesas fazem uso dos recursos disponíveis na natureza para tirar o seu sustento e satisfazerem suas múltiplas necessidades. A mecanização do trabalho no campo, em conjunto com a acelerada produção de *commodities* para exportação, as monoculturas de árvores, de soja, milho, cana e gado ameaçam a subsistência de quem vive no

campo, aumentam o custo de vida de quem está nas cidades ao mesmo tempo em que acaba com a biodiversidade.

No Mato Grosso, os impactos socioambientais causados pela produção de agrocombustíveis alcançam níveis alarmantes de contaminação de rios, concentração de terra, e danos causados pelo uso indiscriminado de agrotóxicos nas monoculturas de soja e cana de açúcar, principais matérias primas dos agrocombustíveis produzidos no Brasil.

O discurso da sustentabilidade dos combustíveis feitos com plantas é questionado por agricultores familiares, movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Os impactos socioambientais são inúmeros e vão desde a contaminação da água e do solo até danos sérios na saúde das populações que vivem no entorno das áreas de plantio das monoculturas. Além disso, as monoculturas necessitam de grandes extensões contínuas de terra, devido a isto ocorre nessas regiões um processo intenso de concentração de terra e de forte especulação.

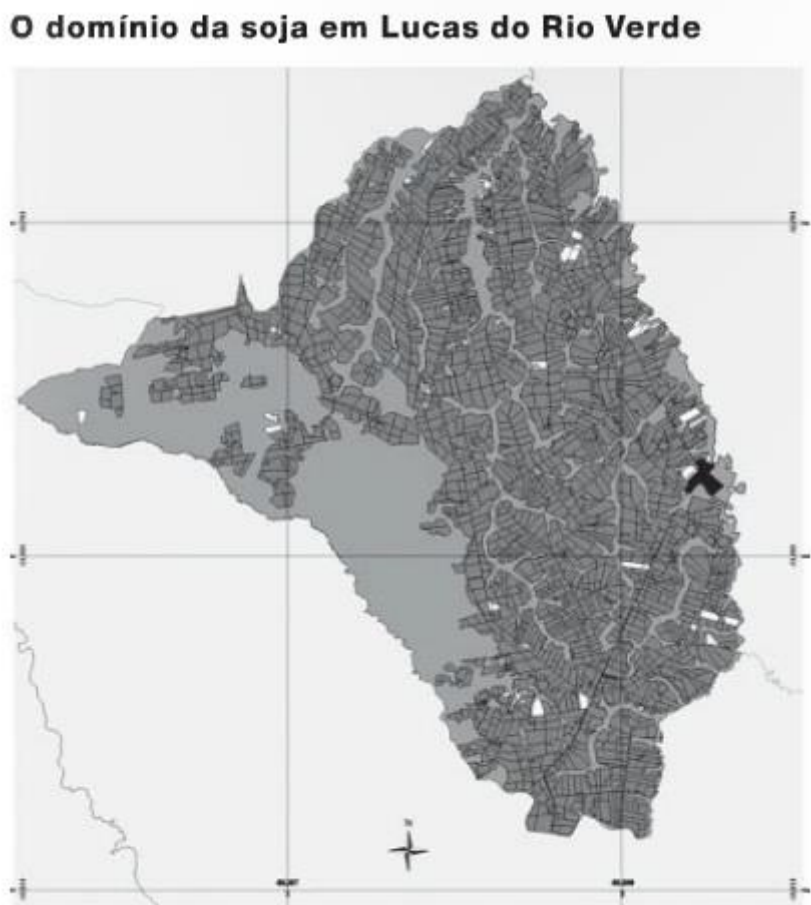
No cenário internacional, os países pertencentes à União Européia, por exemplo, já esgotaram seus recursos naturais e não dispõem de meios para substituição de combustíveis fósseis por outros mais sustentáveis. O uso do petróleo está se tornando cada vez mais inviável, devido à sua escassez, às complicações geopolíticas que está associado e ao seu caráter altamente poluente. Os combustíveis fósseis ainda fornecem grande parte da energia consumida no mundo, porém devido a estes fatores, as principais empresas petrolíferas do mundo estão mudando seu enfoque e procurando cada vez mais investir em energias alternativas, como por exemplo, a Petrobrás que criou a Petrobrás Biocombustível, empresa subsidiária que tem como objetivo desenvolver e gerir projetos de produção de biodiesel e etanol. Assim, o Brasil faz planos para ser o principal exportador mundial dos novos combustíveis e atender à demanda internacional por fontes de energia alternativas. Novas fronteiras agrícolas vêm avançando e a produção de soja e cana-de-açúcar vem crescendo de forma intensa nos últimos anos.

No entanto o avanço das fronteiras agrícolas sobre áreas de floresta e/ou voltadas para produção de alimentos, têm causado problemas sociais e ambientais como, por exemplo, a supressão da produção familiar de alimentos, contaminação do meio ambiente e de pessoas por agrotóxicos, redução dos postos de trabalho no campo, êxodo rural, entre outros. A existência desses problemas levou a população civil, sobretudo da Europa, a pressionar seus governos a adotar medidas e critérios de sustentabilidade nas importações de agrocombustíveis. Contudo, as soluções encontradas até agora por empresas e governos, como o do Brasil, não têm sido suficientes e os problemas têm resultado em sérios conflitos e aumento da tensão no campo.

O município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso é um dos maiores produtores de soja do Brasil, com mais de 80% de sua produção agrícola voltada para o plantio do grão. Localizado na região Médio Norte do Estado do Mato Grosso a cerca de 350 km de Cuiabá, possui um território de 3.645 Km² de extensão o equivalente a 364,5 mil hectares e uma população de 45 mil habitantes. Situado às margens da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), a história do município possui ligação estreita com as políticas governamentais de ocupação da região. As famílias oriundas do projeto de colonização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(INCRA), em Lucas do Rio Verde, nos anos 1980, não conseguiram se estabelecer na região, devido principalmente às grandes dificuldades relacionadas à falta de infraestrutura para agricultura, saneamento básico e postos de saúde. Em contrapartida, famílias mais abastadas vieram da região Sul do país, venderam suas terras e compraram lotes maiores em Lucas passando posteriormente a constituir a elite agrária da região.

FIGURA 1 – O domínio da soja em Lucas do Rio Verde



Fonte: Globalsat.

A economia do município de Lucas do Rio Verde é baseada fundamentalmente na produção de grãos, sendo responsável por 1% da produção total do país. Na região estão presentes empresas nacionais e multinacionais do agronegócio, como o Grupo Maggi, Brasil Foods, JBS Friboi, Cargill e Bunge.

No Mato Grosso, a relação entre domínio do meio ambiente e de recursos naturais, não se expressa só em poder econômico, mas também em poder político. O senador Blairo Maggi, também conhecido como “rei da soja” é senador pelo estado do Mato Grosso, e durante oito anos governou o estado. O empresário Otaviano Pivetta, que ocupou o cargo de prefeito de Lucas do Rio Verde entre 1997 e 2004, voltou a ser eleito em 2012. Otaviano acumula, entre áreas próprias e parcerias, 330 mil hectares de terras e segundo a Folha de São Paulo, é o prefeito mais rico do país. O livro “Partido da Terra” (2012), do jornalista Alceu Castilho, faz um mapeamento preciso dos políticos donos de terra no Brasil e as graves consequências sociais e ambientais que a

concentração de poder político nas mãos dos grandes empresários do agronegócio causa às populações mais despossuídas.

As injustiças ambientais em Lucas do Rio Verde são expressas pela falta de incentivo e políticas públicas para os agricultores familiares, que cultivam uma série de alimentos diversificados, mas que têm dificuldade de vender ao governo do município até mesmo para o fornecimento de merenda escolar, o que colabora para que o estado do Mato Grosso, mesmo com considerável capacidade de produção, importe 80% dos produtos hortifrutigranjeiros (verduras e legumes).

O uso intensivo de agrotóxicos afeta a saúde da população do município, além de causar danos ambientais como a poluição dos rios, contaminação do solo, da água da chuva, dos animais e de outras plantações. A soja está entre as culturas que mais consomem agrotóxicos, e dentre os principais produtos utilizados no Mato Grosso, vários já foram proibidos na União Européia, Estados Unidos e Canadá, devido ao alto potencial tóxico à saúde humana. Uma pesquisa recente da Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT mostra a relação existente entre o uso intensivo de agrotóxicos e a contaminação do leite materno das mulheres de Lucas do Rio Verde. Foram coletadas amostras de leite de 62 mulheres, 3 delas da zona rural, entre fevereiro e junho de 2010. A presença de agrotóxicos foi detectada em todas. Em algumas delas havia até seis tipos do produto.

Além de ser a maior produtora de soja do país, a região Centro-Oeste também é líder na produção do Biodiesel. O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, apesar de ter sido lançado com o objetivo de incluir os agricultores familiares na dinâmica da produção de matérias-primas necessárias à produção deste agrocombustível, como a soja, tem na realidade representado um disparate no que diz respeito às políticas públicas de incentivo a estes agricultores. O plantio da soja para produção de biodiesel na região de Lucas do Rio Verde se dá hoje em grandes áreas contínuas, extensões muito superiores ao limite que caracteriza uma propriedade familiar, que é inferior a 400 hectares naquela região. O que ocorre é que muitos lotes de assentamentos estão sendo arrendados para os grandes produtores, devido à extrema dificuldade e falta de alternativas de sobrevivência, abandono e carência de incentivo que os agricultores familiares sofrem. Entre alguns dos problemas estão a pouca oferta e a burocracia das linhas de créditos para pequenos produtores, a assistência técnica precária, o endividamento crescente e a pressão que sofrem por parte dos grandes empresários interessados na compra das terras para o plantio de grãos.

A utilização de áreas de assentamento (mesmo caracterizando um procedimento irregular) para a produção de soja no Mato Grosso, e o enquadramento do biodiesel produzido a partir dessas propriedades como originário da agricultura familiar, constitui uma vantagem para os grandes empresários que através deste procedimento conseguem obter o Selo Combustível Social e desfrutar de uma série de benefícios, entre eles a isenção de alguns impostos.

O Selo Combustível Social é um componente de identificação criado a partir do Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004, concedido pelo MDA ao produtor de biodiesel que cumpre

os critérios descritos na Portaria nº 60 de 06 de setembro de 2012. O Selo confere ao seu possuidor o caráter de promotor de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados Pronaf.

A concessão do direito de uso do Selo Combustível Social permite ao produtor de biodiesel ter acesso as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados para o biodiesel, que varia de acordo com a matéria prima adquirida e região da aquisição, incentivos comerciais e de financiamento.

Como contrapartida destes benefícios o produtor assume algumas obrigações descritas na Portaria nº 60 de 06 de setembro de 2012, a destacar: Adquirir um percentual mínimo de matéria prima dos agricultores familiares no ano de produção de biodiesel; Celebrar previamente contratos de compra e venda de matérias primas com os agricultores familiares ou com suas cooperativas e com anuência de entidade representativa da agricultura familiar daquele município e/ou estado; Assegurar capacitação e assistência técnica à esses agricultores familiares contratados; entre outras. Fonte: MDA

Os agricultores familiares em situação irregular estão sujeitos a terem suas propriedades expropriadas pelo INCRA, que pode questionar legalmente a situação fundiária e o modelo produtivo destes assentamentos a qualquer momento. O conceito de racismo ambiental neste caso diz respeito à maneira desigual com que são distribuídos os custos sociais e ambientais em contraste com a concentração dos benefícios de atividades econômicas nas mãos de poucos. O sucesso econômico das atividades do agronegócio, especificamente do plantio da soja para produção de biodiesel deve-se fundamentalmente às ações de incentivo construídas pelo Estado, por meio de políticas como o Selo Biocombustível. Estas políticas acabam por naturalizar o pressuposto de que os riscos ambientais advindos deste tipo de atividade econômica são destinados principalmente aos mais pobres e frequentemente aos grupos étnicos mais despossuídos.


Em resistência à persistência do “modelo monocultural exportador e ambientalmente desigual” (ACSELRAD, MELLO e BEZERRA, 2009, p. 143), os agricultores das regiões do entorno do município de Lucas do Rio Verde, passaram a se organizar em redes de cooperação e decidiram criar uma instituição coletiva. Organizados em sindicatos, os pequenos produtores realizaram atividades de formação e capacitação de lideranças. Desse movimento surgiu a ideia da Coperrede, Cooperativa Regional de Prestação de Serviços e Solidariedade, fundada em março de 2011, com o objetivo de ser uma entidade de representação em nível regional e apontar caminhos aos trabalhadores rurais que lutam bravamente para resistir ao modelo de desenvolvimento agrícola mecânico e excludente do agronegócio e em prol de alternativas viáveis de produção sustentável de alimentos saudáveis e diversificados, com criação de trabalho e renda através da agricultura familiar. A cooperativa também tem o objetivo de prestar serviços às instituições associadas, aprofundar atividades de formação e capacitação e somar forças entre os trabalhadores para cobrar do poder público medidas de assistência técnica e incentivo à produção familiar. Além disso, a cooperativa também trabalha no sentido de legalizar as propriedades agrícolas em situação irregular junto aos órgãos ambientais e ao INCRA, de modo que seja

possível produzir e comercializar a produção, através do acesso aos programas públicos como o PAA – Programa de Aquisição de alimentos.

Diante da crescente organização dos pequenos produtores do município de Lucas do Rio Verde em cooperativa, torna-se possível perceber que mesmo nos locais onde os sujeitos apresentam maior vulnerabilidade (política, econômica e/ou social) surgem movimentos de adaptação, transformação e resistência em oposição à aparente uniformização dos espaços e tempos no meio rural. Assim, paralelamente aos conflitos ocorridos em torno de diferenciados tipos de uso do território, há também uma crescente diferenciação dos modos de vida (identidades) e de trabalho no campo.

Segundo DIEGUES (2001), os agricultores familiares se caracterizam por possuir um tipo distinto de apropriação e uso do território. Os territórios constituem espaços onde os grupos de pessoas se reproduzem econômica e socialmente. Além disso, estes grupos possuem uma relação de dependência e intimidade (conhecimento e saberes) com a natureza por meio dos ciclos naturais de que suas atividades produtivas e de subsistência necessitam para se desenvolverem. Trata-se ainda de um tipo de cultura tradicional que associa-se “a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total”.

No entanto, existe ainda uma complexidade em torno desses grupos que apesar de se diferenciarem pelos modos de produção, não constituem “tipos puros” de sujeitos rurais. BRANDÃO (2009) afirma que muitas das representações que já foram abolidas pela cultura “moderna e racionalizada” ainda são essenciais entre grupos de indígenas, quilombolas e seringueiros. E, ainda, mesmo as comunidades camponesas tradicionais que já foram integradas no mercado como economias de excedente, mantêm culturalmente vivas as tradições de trocas de produtos por produtos. A antropologia se faz presente ao lembrar que a própria economia é uma das muitas dimensões de uma cultura.

As lutas por justiça ambiental se expressam por meio das lutas por condições de trabalho que não ofereçam riscos e danos à saúde do trabalhador e pelo direito a viver em um ambiente limpo e saudável. No município de Lucas do Rio Verde, os pequenos agricultores muitas vezes se veem obrigados a escolher entre sofrer as consequências da exposição direta aos agrotóxicos e da contaminação ou permanecer no desemprego. Contudo, a relação existente entre riscos ambientais, inseguranças e desigualdades sociais está se tornando cada vez mais clara para os setores populares mais organizados que passaram a questionar não apenas as injustiças sociais, o acesso desigual aos recursos naturais, mas o próprio modelo de desenvolvimento hegemônico capitalista. Tais lutas significam e desmistificam as formas de resistência de um campesinato modernizado que é em parte subjugado pelo grande capital, mas que vive, adapta-se e se transforma. 

NOTAS

* Estudante do 7º período do Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: yohanab@gmail.com.

[1] Como “espaço ambiental” entende-se os espaços não artificiais do planeta, onde os homens relacionam-se e reproduzem-se material e simbolicamente

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília; BEZERRA, Gustavo. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALONSO, A.; COSTA, V. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**. In: ALIMONDA, H. Ecología Política. Naturaleza, sociedad y utopía. CLACSO. 2002.

BRANDÃO, C. R. **“No rancho fundo”**. **Espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

DIEGUES, A. C. S. & ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade, série Biodiversidade nº 4. Ministério do Meio Ambiente-MMA. USP/NUPAUB.

JATOBÁ, Sérgio; CIDADE, Lúcia; VARGAS, Glória. **Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, jan./abr. 2009.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

SCHLESINGER, Sergio. **Dois casos sérios em Mato Grosso: a soja e a cana de açúcar**. 1. Ed. Mato Grosso: Formad, 2013.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente – Perspectivas da biodiversidade e biotecnologia**. 1. Ed. Gaia, 2007.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Org.). Desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Recebido em 20 de setembro de 2013

Aprovado em 18 de maio de 2014

TEATRO DA AGRESSÃO: A GUERRILHA ARTÍSTICA “COMBATIVA E COMBATIDA” NA OBRA DE JOSÉ CELSO MARTINEZ CORREA

THEATRE OF AGGRESSION: ARTISTIC GUERRILLA "COMBATIVE AND COMBATED" IN THE WORK OF JOSÉ CELSO MARTINEZ CORREA

*Arthur Fontgaland Gomes**

*Máira Pereira da Costa***

Cite este artigo: GOMES, Arthur Fontgaland. COSTA, Máira Pereira da. Teatro da agressão: a guerrilha “combativa e combatida” na obra de José Celso Martinez Correa. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.93-103, junho. 2014. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de junho. 2014.

Resumo: Este artigo se debruça sobre o lugar político das peças teatrais brasileiras no final da década de 1960, período de recrudescimento do regime militar brasileiro, concentrando-se no teatro violento proposto por José Celso Martinez Corrêa, diretor e presidente do Teatro Oficina. Dessa forma, partimos da análise de duas peças - O rei da Vela (1967) e Roda Viva (1968) - montadas por Zé Celso e circunscritas em um contexto sociopolítico efervescente, a fim de apreender os elementos políticos por elas acionados. Busca-se, portanto, compreender em que medida o “Teatro da Agressão” se posiciona frente a complexa e ambivalente relação entre as chamadas cultura cooptada e cultura de resistência.

Palavras-chave: teatro de agressão; José Celso Martinez Correa; resistência e cooptação.

Abstract: This article focuses on the political place taken by Brazilian theater at the end of 1960s, period of intensification of the Brazilian military regime, concentrating on the violent theatre proposed by José Celso Martinez Corrêa, director and president of Teatro Oficina. This way, we start from the analysis of two plays - O rei da Vela (1967) e Roda Viva (1968) - set up by Zé Celso and circumscribed in a effervescent sociopolitical context in order to apprehend the political elements triggered by them. It seeks, therefore, to understand to what extent the “theater of beating, violence and bigness” plays a part in the complex and ambivalent relationship between the so-called coopted culture and culture of resistance.

Keywords: theatre of aggression; José Celso Martinez Correa; resistance and cooptation.

Prólogo: Introdução

O final da década de 1960 foi marcado por uma efervescência social, econômica, cultural e política no Brasil e no mundo. As transformações no sistema capitalista, cujos processos de produção se alteravam; os sinais de crise no regime político e econômico soviético, os quais reverberavam nos países do leste europeu; as barricadas estudantis que tomaram as ruas de Paris no aguerrido Maio de 1968; a Guerra no Vietnã; e a eclosão de regimes autoritários na América Latina compuseram esse cenário de transformações profundas.

Se em todo o mundo, a juventude lutou contra o autoritarismo, no Brasil foi elemento importante para mudanças comportamentais e culturais. Ela se inseria na luta por transformações por baixo, pela ótica dos oprimidos, questionando as estruturas arcaicas existentes no âmbito familiar, nas instituições universitárias e no sistema político.

As novas ideias acerca das liberdades civis e democráticas no Ocidente também repercutiram no campo das artes. O teatro que se consolidava no Brasil, em consonância com o Cinema Novo, a Literatura, a Música e a Imprensa Alternativa, se comportava como uma esfera privilegiada da expressão cultural de seu tempo e, portanto, um termômetro da vida cotidiana em ebulição.

Tais manifestações artísticas de vanguarda conviviam, em 1968, com um regime autoritário em vias de recrudescimento, haja vista o decreto do Ato Institucional nº 5, principal instrumento legal da repressão brasileira, que ocorreria em dezembro do mesmo ano. Nesse sentido, voltaremos nossos esforços para a compreensão do que representou, politicamente, o teatro violento, de confronto e de cobrança de atitudes, presentes na obra de José Celso Martinez Correa - comumente chamado de Zé Celso [1]- frente a uma situação sociopolítica tensa e insustentável.

Optamos pela análise das peças *O rei da Vela* (1967) e *Roda Viva* (1968), dirigidas por Zé Celso, no intuito de apreender e discutir os elementos políticos acionados pelas propostas e intervenções teatrais do referido diretor. A escolha se justifica pela perspectiva defendida por Zé Celso acerca da arte enquanto instrumento político de contestação e transformação. A primeira carrega em si um caráter político incisivo e intencionalmente vanguardista, uma vez que resgata, 30 anos depois, a obra homônima de Oswald de Andrade, atentando-se para uma mudança nas perspectivas interpretativas sobre os dilemas do Brasil daquele período; tal leitura, que reverberou em um espetáculo libertário e anárquico, é o marco de um movimento artístico-cultural denominado Tropicalismo. A segunda, escrita pelo jovem Chico Buarque de Holanda, dá sequência a um teatro engajado politicamente, inaugurando uma nova vertente teatral no Brasil, o “Teatro da Agressão” [2]. Portanto, partimos da hipótese que ambas redimensionaram o circuito da dramaturgia brasileira por equacionarem, a seu modo, a conjuntura político-econômica-social com a arte.

A realização dessa pesquisa contou, estritamente, com a manipulação de dados secundários. Primeiramente serão analisados os espetáculos e as peças elencadas. Concomitante a isso, serão discutidos os elementos políticos e/ou politizadores por elas mobilizados, a partir das entrevistas com o diretor contidas em reportagens da época (em jornais e revistas), livros com

temáticas adjacentes, documentários e o blog do Zé Celso, bem como a página do Teatro Oficina [3].

1. I Ato: Cultura, Estado e Sociedade.

Para empreender nossas análises, é central admitir um entrelaçamento entre cultura, sociedade e Estado, em que o teatro é mais um dos nós que compõem esta rede. Assim nos aproximamos das preconizações de Marcos Napolitano (2010) que parte da

premissa de que a compressão crítica das lutas culturais do período [1968-1978] não deve ficar refém da dicotomia entre “resistência” e “cooptação”, pois revela um processo mais complexo e contraditório, no qual uma parte significativa da cultura de oposição foi assimilada pelo mercado e apoiada pela política cultural do regime. (NAPOLITANO, 2010, p. 147)

O autor defende que, apesar de estar havendo a consolidação de uma sofisticada e vigorosa cultura de esquerda responsável por uma difusão de valores antiautoritários e democráticos, é preciso ter o cuidado com o uso da expressão “resistência cultural”, uma vez que essa pode ser limitada para explicar a dinâmica cultural do autoritarismo militar no Brasil.

Muito já foi dito e estudado (nos âmbitos da Literatura, Artes Cênicas, História, etc) sobre a vanguarda teatral e contestadora de Zé Celso e o Teatro Oficina, apontando uma relação causal entre cultura de resistência e opressão no período da Ditadura Militar (SCHWARZ, 1989). Porém, se tratando de cultura de modo geral, é possível afirmar que esta tinha uma importância tanto para o regime militar quanto para a oposição civil, ainda que por motivos diferentes.

Para a oposição, a esfera cultural era vista como espaço de rearticulação de forças sociais de oposição e reafirmação de valores democráticos. Para o governo militar, a cultura era [...] parte do campo de batalha da “guerra psicológica da subversão” e parte da estratégia de “reversão das expectativas” da classe média, dado o esgotamento do ciclo de crescimento econômico que a beneficiava e garantia seu apoio à ditadura. (NAPOLITANO, 2010, p.149)

Além disso, se fazia presente uma contradição: de um lado os militares politicamente vitoriosos estavam perdendo a batalha no campo da memória e do imaginário. Já a esquerda, dilacerada politicamente, encontrou na cultura um meio de afirmar-se na memória social dominante, o que sugeria a existência paradoxal de uma “hegemonia cultural de esquerda”.

Dessa forma, a cultura não estabeleceu diálogo apenas com os setores da oposição civil. Os militares reinterpretaram essa ideia de “hegemonia cultural de esquerda” de modo instrumentalizado, dialogando com os intelectuais e produtores culturais da oposição, para aproveitar-se do nacionalismo cultural preconizado pela esquerda.

Para entendermos a complexa relação entre “cultura, sociedade e Estado” é importante nos debruçarmos sobre a política cultural do regime. O aparelho do Estado coordenou frentes para lidar com a questão cultural em duas dimensões: a repressiva e a proativa. Acrescidas a essas, houve também um plano indireto de política cultural baseado num projeto modernizador em

comunicação e cultura que operava por meio do Estado ou incentivando o desenvolvimento capitalista privado.

O sistema repressivo atuou diretamente sobre a vida cultural através da ‘produção de suspeita’. A repressão não progrediu linearmente ao longo do regime, se diferenciando na intensidade do silêncio sobre certos temas, linguagens e produtos culturais entre 1964 e 1985. Assim, num primeiro momento, pode-se falar em uma dissolução das conexões da “cultura de esquerda” com os movimentos sociais e as organizações políticas - aqui se destaca o controle da atividade intelectual escrita. Posteriormente, percebe-se um período objetivado na repressão do movimento da cultura que agia como mobilizador do radicalismo da classe média, principalmente entre os estudantes organizados e cada vez mais radicalizados.

No campo da cultura proativa o objetivo era a promoção da integração nacional, um dos pilares da Doutrina de Segurança Nacional - arcabouço teórico de cunho ideológico norteador das práticas do Regime Autoritário Brasileiro, que tinha como um de seus objetivos vencer a guerra travada contra as ideias comunista (ALVES, 1984). Nesse sentido, o campo da cultura possuiu papel central. Por outro lado, para a esquerda, a cultura era tida como instrumento de defesa contra o imperialismo norte americano, promovendo conscientização das massas. Dessa forma, governo e oposição compartilhavam valores que convergiam para a defesa da nação, mesmo que por perspectivas ideológicas distintas.

Ainda a respeito de cultura proativa, pode-se dizer que a elaboração da Política Nacional de Cultura, pelo Ministério de Educação e Cultura em 1975, foi o principal momento de tal vertente. Essa política se centrava na busca de uma cultura nacional popular sem lutas de classes (NAPOLITANO, 2010). Tal política estava em consonância com as ideias da Escola Superior de Guerra e, conseqüentemente, com a Doutrina de Segurança Nacional. Incidia sobre o teatro, o cinema e música popular (considerados o tripé da cultura engajada de esquerda), com o intuito de conter os efeitos politizadores desse tripé, a partir do controle dos circuitos socioculturais que poderiam se criar através dele.

Em relação ao teatro, portanto, também é possível perceber ações proativas e repressivas por parte do Estado. No âmbito proativo, podemos citar a necessidade de se estabelecer um diálogo com a dramaturgia por entenderem esta enquanto um grande laboratório que concederia capital humano à televisão, tomada enquanto um importante instrumento difusor (e de consolidação) do projeto político e ideológico estatal. O próprio Zé Celso, em entrevista à revista *Sala Preta* (2012), afirma que os grandes artistas de Teatro foram comprados pela TV, evidenciando tal estratégia. Já na esfera repressiva, a intencionalidade da ação está atrelada ao fato de que os militares consideravam o teatro um dos eixos centrais da cultura de esquerda, merecendo então, uma atenção especial aos espetáculos, censurando o que fosse considerado subversivo e/ou ameaçador ao governo vigente. A preocupação com essa expressão artística revela a importância política que ela vinha adquirindo especialmente a partir de 1967, ano da montagem de *O rei da Vela*.

Em vista do que foi dito, cabe entender o teatro de Zé Celso enquanto parte constitutiva das relações complexas entre cultura, sociedade e Estado, a qual nos revela elementos importantes para compreender a intencionalidade do teatro dentro do referido contexto político.

2. II Ato: A guerrilha no teatro de Zé Celso

Zé Celso, ressignificando a compreensão brechtiana do rompimento com a tradição teatral, a qual acreditava que “o mundo [...] poderia ser como sempre reproduzido pelo teatro sob a condição de que fosse entendido como suscetível de ser transformado” (BRECHT, 1967, p. 70), orientou uma nova forma de dramaturgia brasileira que acreditava no estabelecimento de um diálogo político quando a plateia reagia às investidas provocadoras do elenco. Sua arte possuía uma intencionalidade, um alvo claro. Nas palavras do dramaturgo,

o objetivo então seria abrir uma série de Vietnãs no campo da cultura. Uma espécie de guerra contra a cultura oficial, guerra contra o consumo fácil. O sentido da eficácia do teatro hoje é o sentido da guerrilha teatral ser travada com as armas do teatro anárquico, cruel, grosso como a grossura e a apatia em que vivemos. (CÔRREA, apud VENTURA, 1968, p. 90)

Ao fazer uma analogia entre teatro e a Guerra do Vietnã, o dramaturgo propõe um teatro detentor de um poder contestador frente às convenções da educação de massa. Uma guerrilha aberta, cujo alvo era a classe média, a qual acionou valores morais e religiosos, se constituindo como principal base civil de legitimação do regime militar (PRESOT, 2010). Voltava-se à “deseducação das massas”, provocando o espectador, seu recalque, desconstruindo o culto à estética bem acabada, bonita, desnudando o feio, a miséria em que o povo estava inserido. Sem o que ele chamava de “cartilhismo e pedagogismo”, e armado da violência, o novo teatro poderia despertar a sensibilidade dessa “plateia morta e adormecida”. Ele propunha substituir o “proselitismo” pela “porrada” (VENTURA, 1968).

Na guerrilha teatral travada por Zé Celso as armas passaram a ser a violência performática em cena que sublinha elementos politizadores de seu teatro; a elaboração de uma estética não convencional, grotesca e inacabada, em oposição à estética burguesa e elitista; textos estrategicamente definidos (como *O Rei da Vela* e *Roda Viva*); e a substituição da palavra como elemento central da dramaturgia, uma vez que a censura também incidia sobre o teatro. Tais elementos são percebidos durante a montagem das peças, suas exposições e os desdobramentos a partir da receptividade (ou não) do público e da crítica.

3. III Ato: Elementos políticos em *O rei da Vela* e *Roda Viva*

No tocante à peça *O Rei da Vela*, é possível dizer que o diretor utiliza o texto de Oswald de Andrade consciente da realidade política e da efervescência cultural que vivenciava, como se risse do integralismo, da esquerda festiva, do culto da pátria a qualquer custo, da própria ideia de “cultura brasileira” excessivamente ufanista, tradição do Estado Novo. Em entrevista à revista *aParte* (1968), Zé Celso consegue problematizar sobre o lugar do teatro dentro da esfera da comunicação de massa. Segundo ele, o teatro na verdade é o único lugar fora desse ciclo. Sem as

artimanhas dos produtores e sem necessidade de ver o espectador como aquele que compra, apenas compra, em suas palavras “como simples cifras do consumo”.

O interessante é que a montagem da peça de Oswald de Andrade, de 1933, era uma espécie de espetáculo-manifesto, lançando uma nova proposta estética que misturava teatro de revista, a farsa, a ópera, a chanchada e o programa do Chacrinha, tudo isso através de uma linguagem anárquica, agressiva e debochada. (CÔRREA apud VENTURA, 1968, p.86)

Em *O Rei da Vela* a crítica mordaz à burguesia brasileira e suas relações com o capital estrangeiro podem ser percebidas a partir dos diálogos irônicos e da construção das personagens, alegorias da estrutura social vigente. A peça, organizada em três atos, se distanciou da dramaturgia brasileira produzida até então. Sob esse aspecto, “temas como exploração do capital estrangeiro, burguesia subserviente, aliança entre latifundiários e industriais foram construídos, tanto no texto quanto cenicamente, com irreverência e distanciamento, o que possibilitou a exacerbação da ironia” (PATRIOTA, 2003, p. 145).

O primeiro ato se passa no mundo urbano subdesenvolvido de São Paulo, onde se encontra uma massa de sujeitos tentando se agarrar a uma civilização europeia. Nesse contexto, o cenário é um escritório de agiotagem, espécie de metáfora de um país vendido ao capital estrangeiro. Assim, a burguesia brasileira é representada de modo caricatural, exacerbando juros, amor, intelectualidade, socialismo e natureza, tudo posto em hipoteca a um patrão (credores internacionais) que não se faz presente. O ato é futurista, alegoria da intensificação da vida urbana, representado em um estilo que vai do brechtiano ao circense.

O segundo ato se passa na Guanabara e foi denominado Frente Única Sexual. Nele se enfatiza a forma como vive a burguesia brasileira, sobretudo seu tempo ocioso utilizado para as articulações políticas.

A burguesia rural paulista decadente, os caipiras trágicos, personagens de Jorge de Andrade e Tennessee Williams vão para conchavar com a nova classe, com os reis da vela e tudo sob os auspícios do americano. A única forma de interpretar essa falsa ação, essa maneira de viver pop e irreal, é o teatro de revista, a praça Tiradentes. Assim como São Paulo é a capital de como opera a burguesia progressista, na comédia da seriedade da vida do business man paulistano, na representação através dos figurinos engravatados e da arquitetura que [...] parece ter sido feita para se rodar um filme (CORREA apud ANDRADE, 2003, p. 29).

Ao fim da peça, Zé Celso resume a intencionalidade da releitura de uma obra antropofágica, do mesmo modo antropofágico, completando com a necessidade de demonstrar “um imenso cadáver que tem sido a não-história do Brasil destes últimos anos, à qual nós todos acendemos a nossa vela para trazer, através de nossa atividade cotidiana, alento. De 1933 a 1967: são 34 anos” (CORREA apud LEMOS, 1968, p.97). Assim, o diretor brinca com o fato de utilizar uma peça do período do Estado Novo, numa releitura, em outra roupagem, para sua realidade, mas acendendo a mesma vela para o mesmo “corpo que continua gangrenado”. Brinca com a história de seu presente remontada em uma narrativa que seria datada historicamente,

apropriando-se de novos elementos, porém, mantendo uma “consciência cruel e antifestiva da realidade nacional e dos difíceis caminhos de revolucioná-la. Tal consciência não está ainda totalmente conformada em somente levar sua vela” (CORREA *apud* LEMOS, 1968, p.97).

Organizado dessa forma, o espetáculo conseguiu desorganizar o universo estético e tradicional no qual a cultura e arte no país eram representadas até então. Nesse sentido, a montagem de *O rei da Vela*, só existiu, segundo o próprio Zé Celso, devido ao fluxo dos acontecimentos históricos e políticos.

Sem o golpe, sem o desgaste da festividade do pós-golpe, sem talvez o incêndio do Teatro Oficina [incendiado por grupos paramilitares em 1967 e reaberto com na estreia de *O rei da Vela*] que nos obrigou a rever o nosso trabalho anterior, através das nossas remontagens, sem as reflexões em todos os sentidos – do político mais imediato ao estético mais profundo – e, principalmente, sem o enfado absoluto de tudo que fizemos até então, como forma e conteúdo, o *Rei da Vela* talvez não tivesse existido. (CÔRREA, 1968, p. 99)

Assim, é possível observar que a montagem desse espetáculo funcionara como um laboratório estético e político, pois foi a peça que inaugurou o estilo batizado Tropicalismo de profunda repercussão nas outras artes (MAGALDI, 2003), haja vista a trilha sonora encabeçada pela música *Tropicália* de Caetano Veloso e o cenário do artista plástico Hélio Eichbauer. Mais do que isso, a montagem desse espetáculo acenou para uma radicalização e transgressão teatral que se confirma na estreia de *Roda Viva* no ano seguinte.

A partir da estréia de *O rei da Vela*, e o início da montagem de *Roda Viva*, a crítica passou a afirmar que o teatro brasileiro se fazia sem texto, e ainda assim, “valia mais do que mil manifestos redigidos, dentro de toda a prudência que a política exigiria” (VENTURA, 2008, p.91). Tal fato é útil para elucidar a concepção de que a “palavra” deixava de ser o centro da dramaturgia, cedendo lugar ao corpo, à atuação, à performance: “o corpo do ator, a cenografia, adereços, luz, ganharam proeminência, e o diretor assumiu o primeiríssimo plano na hierarquia da criação teatral” (PONTES; HOLANDA, 1975, p.6). Isso porque, com o advento da censura, o ato de falar ou verbalizar adquiriu um status subversivo. O texto *Roda Viva*, escrito por Chico Buarque de Holanda em 1968 e montado no mesmo ano por Zé Celso, é conciso e não exige mais de uma hora de leitura. Entretanto, deu origem a um espetáculo com duas horas e meia de duração, representando o marco da radicalização teatral de Zé Celso. Segundo Rosangela Patriota

O texto [*Roda Viva*], em princípio, era uma peça bem simples, com uma estrutura dramática pouco desenvolvida. As personagens não eram complexas, as situações e condições sociais eram primárias e de narrativa pouco sofisticada, com seus objetivos expostos de maneira simples e direta: mostrar que na sociedade de consumo as expectativas e os ídolos são fabricados para que com eles o público se identifique. Todavia, este texto ingênuo, sob o aspecto dramático, nas mãos de Zé Celso ganhou dimensões agressivas, com o intuito de radicalizar a cena, transgredir os limites entre palco/platêia, e principalmente romper com a ideia do teatro como contemplação. Instaurou, assim, uma proposta que ficou conhecida como teatro de agressão. (PATRIOTA, 2013, p. 149)

Sendo assim, o termo “Teatro de Agressão” é utilizado para designar as rupturas com os paradigmas artísticos e culturais até então desempenhados pelo teatro brasileiro. Tratava-se de agressão não no sentido simbólico e/ou figurado, mas uma agressão física e moral ao público, antes acostumado ao belo, ao distanciamento do palco e dos atores e atrizes. Tal público, habituado a espetáculos com estética tradicional, se depara com o grotesco, o inacabado, com o esteticamente “sujo” e subterrâneo.

Essa radicalização assumida em *Roda Vida* está sugerida em diversos momentos da peça. Armando Sérgio da Silva em sua obra *O Oficina: do teatro ao te-ato* afirma que o “espetáculo de José Celso utilizou com prodigalidade as sugestões de encenação contidas nos manifestos do ‘Teatro da Crueldade’ (SILVA, 1981, p. 161). Trata-se de um conjunto de perspectivas sobre teatro idealizadas por Antonin Artaud [4], as quais vão de encontro às características do teatro tradicional, propondo, por sua vez, embasamentos para um novo teatro e uma outra maneira de apreender o mundo. O termo “crueldade”, então, se relaciona aos instrumentos dos quais o teatro pode se valer para abalar as certezas acerca do mundo ocidental e seu olhar para a vida (ARTAUD, 1999). Assim, em coro com diversos diretores e grupos ao redor do mundo, o Teatro Oficina reinterpretou e utilizou essas ideias segundo suas peculiaridades, se tornando o principal representante do Teatro da Crueldade no Brasil.

Em relação à recepção do espetáculo, essa agressão ao público fica evidente no comentário abaixo, tecido pelo crítico Marco Antônio de Menezes (1968):

A cortina já está aberta quando você chega: enormes rosas à esquerda, enorme garrafa de Coca-Cola à direita, enorme tela de TV no fundo, uma passarela branca avançando até metade da plateia. Aparece o Anjo da Guarda, o empresário de TV, com asas negras, cassetete de policial na cintura, maquiagem de palhaço de circo: 'Benedito não serve, nós precisamos de um ídolo! Você será Ben Silver!' E o coro joga para trás as túnicas e mantilhas, é agora um grupo de jovens iê-iê-iê que canta: 'Aleluia, temos feijão na cuia!' [...] O espetáculo não está somente no palco, o coro invade a plateia, conversa com ela, e o empresário pede um minuto de silêncio em homenagem ao ídolo: cada participante do coro olha fixamente um espectador (agora todos já entendem por que a bilheteria insistiu em vender ingressos da primeira fila). [...] Ben Silver, esgotado pelo sucesso, procura o consolo de sua mulher [...] para um linda cena de amor que é repentinamente interrompida pela câmara (sic) de TV e pelo Capeta (o jornalista desonesto) [...]. E juntos, o jornalista e o Ibope decretam o fim da carreira de Ben Silver: 'O ídolo é casado! E além de tudo, é bêbado!' Uma procissão de três matronas antipáticas tenta salvar o ídolo exigindo que ele faça caridade. Mas nada adianta, Ben Silver acabou. Só há uma solução: transformá-lo em Benedito Lampião, o 'cantor de protesto', vestido de nordestino, falando de 'liberdade' e de 'vamos lutar'. A esquerda festiva o aclama, o jornalista vendido perde sua porcentagem e a vontade de elogiar o Lampião. O Ibope, vestido de papa, decreta novo fim para Benedito Lampião. Para manter o prestígio, ele deve suicidar-se. [...] A plateia sai do teatro evitando sujar os saltos dos sapatos Chanel nos restos do fígado de Benedito Silva que o coro das fãs devora no final. (MENEZES, 1968, p. 1)

Tanto o crítico quanto o público presente naquela noite presenciaram não só duas horas e meia de espetáculo, da polêmica montagem de *Roda Viva*, mas perceberam que a metáfora não

seria apenas uma figura de retórica, assim como a “agressão” a que foram submetidos não era mais apenas um gesto simbólico.

Com o enredo que narra a história de um [cantor](#) que decide mudar de nome para agradar ao público, em um contexto de uma indústria cultural e televisiva nascente no Brasil dos anos 60, a peça pode, a princípio, não parecer carregar consigo um caráter marcadamente político. Entretanto, suas críticas se voltam para a comunicação de massa e a predação promovida pelos avanços da indústria cultural, alienante e reificadora do cidadão brasileiro. Essas críticas promovidas pelo teatro de Zé Celso são interessantes, por revelarem a perspectiva do diretor a respeito da arte por ele elaborada, concebendo o teatro, como isento e distante da indústria cultural, podendo ter a posição privilegiada de atacá-la.

Epílogo: considerações finais

Considerando todos os elementos politizadores mobilizados pelo teatro de Zé Celso (tais como a nova estética, a agressão enquanto uma forma de “acordar o público para a realidade”, entre outros) acreditamos ser possível enquadrar as duas obras analisadas no limite entre o combativo e combatido. O primeiro, por fazer duras críticas ao regime político vigente de uma forma não institucional, valendo-se da arte enquanto expressão política que possui dispositivos dotados de objetivos denunciativos e contra hegemônicos, sequiosos de liberdade sexual, política, artístico-cultural, ou seja, ansiando por uma liberdade inexistente. Por outro lado, também amplamente combatida, seja por parte do público não acostumado a essa proposta agressiva e questionadora da vida cotidiana do indivíduo da classe média brasileira, seja pela crítica ainda ligada aos padrões do teatro tradicional. Além disso, o elenco foi alvo de violência e ataques de grupos paramilitares tanto na encenação do Rio de Janeiro, quanto na montagem da peça em Porto Alegre, o que evidencia outra face do caráter combatido enfrentado pela peça (MARTINS, 2012).

Contudo, não sejamos totalmente ingênuos de acreditar que o teatro foi o único alicerce cultural que não manteve relações de diálogo com o regime vigente e/ou da indústria cultura, tal como acredita Zé Celso (NAPOLITANO, 2001). Exemplo disso é a vinculação da imagem do jovem Chico Buarque e de seu texto à peça dirigida por Zé Celso, que acabou por ser responsável pelo sucesso de público da estreia de *Roda Viva* no Rio de Janeiro, público este, composto por fãs do compositor, que esperavam por um musical bonito e se deparou com a irreverência e ousadia do diretor. Outro exemplo oportuno é a incorporação da arte e de artistas da dramaturgia de esquerda para a teledramaturgia, como ocorreu com Zezé Mota, Marieta Severo, Marília Pêra e Raul Cortez (todos envolvidos nas obras do dramaturgo) que expressam o contato direto entre a resistência cultural com a cultura hegemônica.

Essa “ida ao mercado”, de intelectuais do teatro e artistas de esquerda, segundo Napolitano, pode ser justificada (hipoteticamente) principalmente pelo rompimento, pós-golpe, dos direitos culturais não mercantilizados; da nova estrutura de oportunidades profissionais que se abria devido à expansão do mercado e da indústria cultural; ilusão ou perspectiva de certos

artistas e intelectuais de ocupar espaços de mídia de massa levando conteúdo minimamente politizado e crítico para os consumidores.

Especulações a parte, o fato é que como todos os elementos estruturais existentes no Brasil, importados ou nativos, nada é totalmente translúcido, sendo sempre passível de hibridismo. Portanto, na dimensão cultural não seria diferente. Em se tratando de valores, manifestações e políticas culturais em tempos de autoritarismo no Brasil, o teatro de Zé Celso foi um marco, não passando despercebido pelo regime. Ainda hoje, sua proposta questionadora, de caráter antropofágico (herança dos tempos de *O rei da Vela*), continua provocando reações adversas naqueles que vivenciam seus espetáculos. 🌀

NOTAS

* Aluno do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa. Quando submeteu o artigo cursava o 12º período. Orientado pela Profa. Daniela Leandro Rezende.

** Aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa. Quando submeteu o artigo cursava o 10º período. Orientada pela Profa. Daniela Leandro Rezende.

[1] Dramaturgo, ator e diretor teatral, uma das figuras mais polêmicas do teatro brasileiro contemporâneo. Nasceu em Araraquara (SP), em 1937, filho de um diretor de colégio. Fundou o grupo de teatro Oficina em 1958, com a peça de sua autoria *Vento forte* para um papagaio subir, junto com Carlos Queiroz Telles, Renato Borghi e outros atores. Formou-se em Direito em 1961. Neste mesmo ano dirigiu *A vida impressa em dólar* (C. Odets). Encena em seguida *Os pequenos burgueses* (Górki) e *Andorra* (M. Frisch). Em 1967, dirige *O rei da vela* (Oswald de Andrade), cuja montagem é um marco no teatro brasileiro. No ano seguinte, dirige *Galileu Galileu* (Bertolt Brecht) e *Roda viva*, com músicas compostas por Chico Buarque, que sai de cartaz depois que o teatro é invadido e os atores são agredidos por anticomunistas. Dirigiu ainda *Na selva das cidades* (Bertolt Brecht) e, no início dos anos 1970, *Gracias Senõr*. Enfrentando problemas com a censura, foi preso em 1974 e exilou-se em Portugal, onde forma o grupo Oficina Samba. Realizou o documentário *O parto*, sobre a Revolução dos Cravos, produzido pela Rádio Televisão Portuguesa e pelo Oficina; e ainda realizou o filme *Vinte e cinco*, sobre a independência de Moçambique. Voltou ao Brasil em 1978. Em 1980 escreveu *Cinemação*, junto com o dramaturgo Noíton Nunes. Mantendo-se na vanguarda do teatro brasileiro, iniciou movimento para manter aberto o Teatro Oficina, tombado em 1982 e reinaugurado em 1993 com a peça *Ham-Let*. Recebeu mais de 20 prêmios, como melhor autor por *A incubadeira*, em 1958 (Festival de Teatro de Santos); melhor direção no Festival Latino-Americano por *Os pequenos burgueses* e *Andorra* (1965); Prêmio Shell de melhor direção por *Ham-Let* (1993); Mambembe de melhor ator em 1998 por *Ela* (Jean Genet); e Prêmio Shell de melhor autor e diretor por *Cacilda!* (1999). Outras informações sobre a biografia do diretor podem ser acessadas a partir do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930 produzido pela Fundação Getúlio Vargas disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx>>

[2] Termo utilizado por Zuenir Ventura (2008); Marcos Napolitano (2001); Rosângela Patriota (2003).

[3] Os blogs de José Celso e do Teatro Oficina estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, respectivamente: <<http://blogdozelcelso.wordpress.com/>>; <<http://blog.teatrooficina.com.br/>>. Neles é possível verificar fotos e dados históricos sobre o grupo e suas personagens principais, além de fácil acesso ao documentário *Evoé! Retrato de um antropófago* (2011) sobre José Celso e o Oficina, dirigido por Tadeu Jungle e Elaine Cesar.

[4] A teoria elaborada pelo ator e diretor Antonin Artaud (1896 - 1948) que insere o elemento “crueldade” nos espetáculos teatrais foi publicada no primeiro Manifesto do Teatro da Crueldade em 1932 e reelaborada em uma coletânea de textos intitulada *O teatro e seu duplo*, publicada em 1938.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANDRADE, Oswald. **O rei da vela**. São Paulo: Globo, 1990.
- ARTAUD, Antonin. **O Teatro e seu Duplo**. São Paulo: Martins Fontes, 1999
- BRECHT, Bertolt. **Função Social do Teatro**. In: VELHO, Gilberto (org). Sociologia da Arte, III. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.
- BUARQUE, Chico. **Roda Viva (Comédia Musical em dois atos)**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- BUARQUE, Chico; PONTES, Paulo. **Gota D'água**. 28ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- CORREA, José Celso Martinez. **O rei da vela: Manifesto do Oficina**. In: ANDRADE, Oswald. O rei da vela. São Paulo: Globo, 2003.
- LEMONS, Tite de. **O Poder de Subversão da Forma: entrevista com Zé Celso**, São Paulo, n. 1, TUSP, mar./abr. 1968. In: STAAL, A.H.C. Op. cit., pp. 98-99
- MAGALDI, Sábado. **Depois do Espetáculo**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- MARTINS, Marcos Bulhões. **O terreiro eletrônico e a cidade: o olhar do mestre antropófago**. Revista Sala Preta/USP, São Paulo, vol. 12, n. 1, p. 209-223, jun 2012. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/viewFile/57566/60624>> Acesso em 18 dez. 2013.
- MENEZES, Marco Antônio de. **Roda Viva**, de Francisco Buarque de Holanda. Jornal da Tarde, São Paulo, 2 fev. 1968. Divirta-se, p. 1.
- NAPOLITANO, Marcos. **A arte engajada e seus públicos (1955/1968)**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.28, p.103-24 Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- _____. **Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970**. In: ROLLEMBERG, D; QUADRAT. S.V. (orgs). A construção Social dos Regimes Autoritários – Brasil e América Latina, vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PATRIOTA, Rosângela. **A cena tropicalista no Teatro Oficina de São Paulo**. Revista História, São Paulo: v.22, n.1, pp. 135 a 163, 2003.
- PRESOT, Aline. **Celebrando a 'Revolução': As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964**. In: ROLLEMBERG, D; QUADRAT. S.V. (orgs). A construção Social dos Regimes Autoritários – Brasil e América Latina, vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- SCHWARZ, Roberto. **Cultura e Política 1964-1969**. In: HOLLADA, Heloísa Buarque de. & GONÇALVES, Marcos A. (orgs). O Pai de Família e outros estudos. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- SILVA, A. S. da S. **Oficina: do teatro ao te-ato**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- VENTURA, Zuenir. **1968 – O ano que não terminou**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

Recebido em 30 de março de 2014

Aprovado em 05 de junho de 2014

DA EXCLUSÃO À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: AVANÇOS E OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO EFETIVA DAS MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

FROM EXCLUSION TO THE PRESIDENCY OF THE REPUBLIC: PROGRESS AND OBSTACLES TO EFFECTIVE PARTICIPATION OF WOMEN IN BRAZILIAN POLITICS

*Aline Campelo Bandeira Lopes**

Cite este artigo: LOPES, Aline Campelo Bandeira. Da exclusão à Presidência da República: avanços e obstáculos à participação efetiva das mulheres na política brasileira. **Revista Habitus:** revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p.104-117, junho. 2014. Anual. Disponível em: <www.habitus.ifcs.ufrj.br>. Acesso em: 30 de junho. 2014.

Resumo: O trabalho que segue objetiva trazer uma reflexão acerca do processo de luta e conquista das mulheres ao direito de participação e representação política no Brasil, destacando a atuação do movimento feminista nesse contexto. Através de dados estatísticos é analisada também a conjuntura atual da situação feminina no cenário político brasileiro salientando os obstáculos ainda presentes para uma ocupação efetiva das mulheres neste espaço.

Palavras-chave: Feminismo, Gênero, Política.

Abstract: The aim of this work is to bring up a reflection on the women fighting and struggling process on their rights of political participation and representation in Brazil, highlighting the feminist movement's actuation in this context. Through statistical data, the actual conjuncture of the women's situation in the Brazilian political scenario is also analyzed, pointing the obstacles that are still present in an effective women's occupation in this space.

Keywords: Feminism, Gender, Politics.

Introdução

Quando falamos em participação na esfera pública, temos a noção de que em qualquer sociedade existem limites e fronteiras hierárquicas que delimitam espaços de competência femininos e masculinos. As diferenças de gênero são avaliadas pela lente do preconceito e do estereótipo e não pela ótica da cidadania. Sem que determinados indivíduos ou grupos sejam visualizados como sujeitos de direitos, capazes de contribuir para a construção de justiça e igualdade social. (BENEVIDES, 1998, p.140)

O papel das mulheres nas mudanças, sociais, políticas e culturais das sociedades tem sido tema de inúmeros estudos, principalmente nas últimas décadas. O surgimento de novos arranjos

familiares, os debates sobre saúde sexual e reprodutiva, as novas formas de produção no âmbito do trabalho e as conquistas femininas contribuíram para uma ressignificação das estruturas seculares sobre as quais se assentavam a dominação masculina nas esferas públicas e privadas.

Com isso a questão da sub-representação feminina na esfera política brasileira tem ganhado destaque, principalmente ao longo desta década. Pois a política, mesmo em meio a tantas transformações, continua sendo um espaço refratário à participação efetiva das mulheres.

A política não é apenas uma dinâmica referente aos processos eleitorais e à vida partidária. Ela é muito mais ampla, envolvendo toda a vida em sociedade. No entanto, em um sistema político baseado na democracia representativa, como é caso do sistema brasileiro, a participação na política partidária e nos processos eleitorais é fundamental para a garantia de direitos e a promoção de algum nível de justiça social. Neste sentido, a candidatura de mulheres aos diversos cargos eletivos no Executivo e no Legislativo se faz importante. Porém contrapondo o fato de termos como presidente da República uma mulher, o quadro em que encontram-se as mulheres a partir de um panorama geral é inercial e pouco substancial.

Nesse sentido, o presente trabalho objetiva analisar o percurso das mulheres na política brasileira, destacando a importância da organização dos movimentos de mulheres e do empenho do movimento feminista para a conquista do direito a participação e representação política. Hoje temos ocupando o cargo máximo da política institucional em nosso país uma mulher, mas será que isso reflete em um impacto positivo nas demais instâncias de poder?

1. A luta pelo direito de representar e ser representada politicamente

Ao longo da história brasileira as mulheres não permaneceram passivas ou omissas diante das discriminações e opressões sofridas. Elas fazem parte de um dos segmentos que mais se destacaram na luta pela universalização dos direitos sociais, civis e políticos (PINSKY, PEDRO, 2003, p.267). Lutaram de forma mais ou menos organizada por seu direito à cidadania, a uma existência legal fora de casa, único lugar em que tinham algum reconhecimento como esposas e mães.

No Brasil durante as primeiras décadas do século XX o movimento feminista em sua primeira fase teve como foco a luta pelos direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras. Neste contexto uma figura de destaque foi Bertha Maria Júlia Lutz que após alguns anos de estudo fora do país voltava ao Brasil veiculando as idéias das campanhas pelo sufrágio e reivindicando o direito das mulheres de assumir responsabilidades políticas.

Neste contexto o reconhecimento de uma imprensa feita por mulheres, e não somente para as mulheres também é um elemento de destaque neste processo e que demonstra o grau de organização das mulheres neste período assim como a criação de algumas instituições que comprovaram a importância da luta pelo direito de representar e ser representada das mulheres como o Partido Republicano Feminino e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino [1].

Em 1927 o presidente do estado do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine articulou para que os parlamentares estaduais elaborassem uma nova lei eleitoral que permitia o voto

feminino e atendendo aos anseios femininos ele iguala para ambos os sexos, o direito de votar e ser votado. Paralelamente a isso em todo país intensificava-se a campanha pelo direito da mulher ao voto. E finalmente em 24 de fevereiro de 1932, por meio de um decreto do presidente Getúlio Vargas as mulheres adquirem o direito de votar.

Além de tardia a conquista do voto feminino no Brasil ela foi interrompida devido ao golpe de Estado de 1937 e a ditadura Vargas, esse momento histórico inibiu o incipiente movimento de mulheres que estava se consolidando. Apenas em 1942 com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, as mulheres voltaram a reorganizar-se.

O período que sucede a Segunda Guerra Mundial foi marcado por uma intensificação das atividades relacionadas à conquista das liberdades democráticas e o fim da ditadura Vargas. As mulheres ganham destaque no cenário político com a luta pela anistia para os presos políticos. No Rio de Janeiro, foi fundado o Comitê das Mulheres pela Anistia, que, uma vez conquistado seu objetivo, transformou-se no Comitê das Mulheres pela Democracia, mais uma vez as organizações de mulheres ganha força e destaque na sociedade, consolidando e permitindo às mulheres uma capacidade maior de articulação na luta por seus objetivos. (PINTO,2003)

Os objetivos dos comitês e das ligas femininas atuantes até 1964 eram mais genéricos, tinham como pauta a luta contra demolição das favelas, campanhas para instalação de creches e de bibliotecas infantis e contra a carestia. Dessa forma, as mulheres atuavam mais por objetivos de suas organizações políticas e partidos do que pelos direitos das mulheres propriamente em si.

As crises políticas enfrentadas pelo Brasil e os embates entre as forças conservadoras e os movimentos sociais em prol de reformas estruturais, no começo da década de 60 causaram um clima de tensão entre diversos setores da sociedade, nesse contexto os movimentos conservadores ocuparam as ruas e lutaram contra o governo do presidente João Goulart. E a organização das mulheres conservadoras estruturou-se em torno da defesa da família e religião, indo contra as manifestações de jovens e universitários na época marcando assim um período delicado e tenso de embate entre as forças conservadoras e os movimentos de contestação (MORAES, 2003, p.496-500).

Em abril de 64 com o golpe de Estado e a instauração da ditadura militar, as mulheres de classe média e alta mobilizadas cedem a cena para as estudantes universitárias e a resistência aramada ao regime. A partir daí emerge uma nova vertente do movimento de mulheres, as organizações feministas ganham força e a luta pelo direito de representar e ser representada ganha novos contornos.

As condições impostas pela ditadura militar impediram o exercício da política pelos seus canais normais e é neste momento que se desenvolve o trabalho comunitário, realizado nos bairros, com apoio de alguns setores da Igreja Católica [2]. Neste período a luta feminista ganha destaque no Brasil, pois contribui para uma nova experiência de cidadania (ALVAREZ, 1990; SARTI, 1988; 1998 apud SACCHET, 2009, p.308). Sem jamais deixar de lado suas pautas, - igualdade salarial, melhores condições de trabalho, direitos sexuais e reprodutivos etc. -, o movimento de mulheres foi o primeiro a levantar a bandeira da anistia política, atuando

conjuntamente com outras forças e movimentos políticos que faziam oposição à ditadura militar de 64. Com isso o movimento feminista constituiu-se como uma das forças que inovaram o campo das lutas sociais e renovaram as práticas políticas.

Com o fim da ditadura militar e o período de redemocratização os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos alcançaram vitórias significativas com relação aos direitos das mulheres. Houve campanhas denunciando a morte de mulheres por crimes de “honra”, denúncia de sexismo nos livros escolares e as campanhas contra o assédio sexual, essas foram algumas das conquistas que marcaram a década de 80 como a década da mulher.

Embora a luta pela igualdade de direitos, fosse materializada no ato de votar e ser votada, não criou práticas de participação com direito à representação política, no mesmo nível da participação masculina. As razões para explicar essa desigualdade são encontradas nos argumentos que denunciam a domesticidade feminina e a presença massiva das mulheres nas tarefas domésticas, nos espaços privados do lar. O mundo da casa como um espaço da mulher tornou-se um dos fundamentos centrais da formação de estereótipos ligados à definição dos papéis sexuais dos modelos tradicionais de comportamento. A maioria das mulheres aceita o modelo tradicional, onde se inscrevem idéias, valores, conceitos e explicações científicas que indicam um comportamento feminino visto como específico do gênero. (ÂLVARES, 1999, p.51)

Ainda neste momento histórico um marco importante para o país é a elaboração da Constituição de 1988, a mobilização do movimento feminista durante os preparativos para a Constituinte e durante o próprio período dos trabalhos constituintes possivelmente é um dos melhores exemplos na então jovem democracia brasileira de organização da sociedade civil com o objetivo de intervir diretamente no campo político. (PINTO, 2003)

O legado deixado pelas primeiras lutas feministas constitui-se como um marco na história do movimento e as sementes plantadas pelas mulheres em relação à conquista pela participação e representação política deitaram várias outras raízes. A luta das mulheres pela participação na política vêm ganhando força desde as primeiras organizações feministas e apesar da sub-representação feminina nas esferas estritas da política, em cargos eletivos e institucionais, as formas alternativas de participação política como conselhos comunitários, ONGs e movimentos sociais ganham um espaço expressivo quando analisamos a participação das mulheres. (AVELAR, 2001)

Mesmo com essas desigualdades de gênero presentes no cotidiano brasileiro, as mulheres obtiveram conquistas em muitas dimensões da vida social, porém a esfera política e os espaços de poder continuam sendo campos extremamente refratários às mudanças. E embora as mulheres sejam maioria da população e tenham conseguido direito ao voto em 1932, aumentando desde então progressivamente o número de eleitoras, elas continuam sendo minoria em cargos eletivos, isso porque o político e a política são moldados por símbolos e estereótipos que obstaculizam a entrada e ocupação feminina neste espaço. A forma como são concebidas as posições exercidas por homens e mulheres é sempre atravessada pela perspectiva dualista público e privado e pelos papéis que são designados a estas esferas.

2. Muitas formas de ser cidadã

Um aspecto importante que deve ser levado em consideração quando analisamos o processo de conquista de autonomia e direitos das mulheres é o reconhecimento de uma multiplicidade de sujeitos que, desde sua opressão específica, questionam e atuam para transformar a realidade da qual fazem parte (SOARES, 1998, p. 37). Como foi exposto acima a presença das mulheres na arena política foi construída no período da ditadura, a partir dos anos 60, sendo, esta forma de organização, um dos elementos que contribuíram para os processos de mudanças no regime político.

O movimento feminista no Brasil emerge sobre influencia dos movimentos na Europa e Estados Unidos, mas aqui, como em vários países da América Latina, as mulheres se fizeram e se fazem visíveis por meio de uma multiplicidade de expressões organizativas, uma infinidade de reivindicações e formas de luta. Assim, o feminismo no Brasil trouxe uma reflexão sobre a complexidade da dinâmica social e da ação dos sujeitos sociais, revelando o caráter multidimensional e hierárquico das relações sociais e a existência de uma grande heterogeneidade de campos de conflito. Toda a situação política, social e econômica vivida neste período mobilizou tanto as mulheres de classe média como as operárias.

Dentro deste contexto de luta, surgimento e consolidação de um movimento organizado e combativo as feministas fizeram do conhecimento e da eliminação das hierarquias sexuais seu objetivo central, e a partir daí se articulam com as outras vertentes do movimento de mulheres (SOARES, 1998, p.50), mas tudo isso se deu de maneira complexa no que tange as diversas formas de ser mulher e conceber a identidade feminina como algo que não é fixo e muito menos singular.

Diante disto, a organização que ganha o protagonismo na história da luta pelo direito de representar e ser representada, é a luta da mulher jovem, branca e de classe média. No movimento feminista as dificuldades de lidar com a diversidade existente entre as mulheres (por exemplo as diferenças: raciais, étnicas, condições sociais, orientação sexual, geração ou culturais) e mesmo de ter uma visão mais ampla dos processos organizativos, veio a reforçar a imagem da feminista como branca, de classe média, intelectualizada. Sendo assim, as questões raciais e étnicas são vistas como responsabilidade das mulheres negras (AZEREDO, 1994 *apud* RIBEIRO 1998, p. 203).

Os processos organizativos dos movimentos sociais tiveram como tendência histórica colocar as questões relativas à raça e/ou etnia em sua agenda política sem o devido destaque; salvo situações em que os principais agentes os negros em geral e as mulheres negras em particular assumiram um papel vigilante de pressionar pela visibilidade de sua existência e de sua participação política. (RIBEIRO, 1998, p.190). As mulheres negras sempre estiveram presentes neste movimento, porém suas questões específicas foram secundarizadas e o surgimento e iniciativa deste segmento vieram acompanhados de articulações marginalizadas.

Por outro lado os encontros nacionais feministas propiciaram a articulação das mulheres negras. O feminismo branco, no seu início, não viu as mulheres negras, referenciado que esteve no feminismo europeu e no viés de classe. Foi a organização própria das mulheres negras no

âmbito dos encontros feministas que propiciou a articulação das categorias classe, gênero e raça para uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres[3].

Outro aspecto importante que caracteriza esse contexto é a relação do movimento feminista com a esquerda da época. Diferentes grupos que questionavam a ordem vigente se encontravam condição de repressão, tanto em relação a expressões culturais, passando pela educação, chegando a movimentos políticos, todos tiveram suas formas de atuação reprimidas.

Toda a literatura que aborda o surgimento e consolidação do movimento de mulheres e em especial o movimento feminista na luta pela participação política no Brasil, mostra a complexidade de sua formação. Em meio à ditadura militar, ele chegou a ser considerado como um desvio pequeno-burguês. As pautas e agendas “específicas das mulheres” representavam um risco para a luta central que, naquele momento, era contra o governo ditatorial.

Assim, o feminismo brasileiro nasceu e se desenvolveu em um difícilíssimo paradoxo: ao mesmo tempo em que teve de administrar as tensões entre uma perspectiva autonomista e sua profunda ligação com a luta contra a ditadura militar no Brasil, foi visto pelos integrantes desta mesma luta como um sério desvio pequeno-burguês. (PINTO, 2003)

A esquerda carregava como objetivo central romper com a ordem capitalista e havia o receio de que o movimento feminista pudesse ser um risco, desta perspectiva, o acréscimo das feministas à luta, trazia uma novidade: buscava romper também com o tradicionalismo político socialista e comunista, somando novas bandeiras. E embora tenha havido a evidente participação feminina nos corredores da ditadura, o movimento feminista foi várias vezes questionado por parte da esquerda.

Todavia muitas barreiras também foram rompidas no que tange o feminismo e a esquerda brasileira. As mulheres já inseridas na vida pública através do mercado de trabalho acabam tornando-se sujeitos políticos ao reivindicarem melhorias neste espaço. Como Vera Soares salienta:

As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate. Elas introduziram a discussão do cotidiano do trabalho, da desvalorização do salário, da segregação ocupacional, da ausência de infra-estrutura de assistência à trabalhadora gestante, da violência no local de trabalho e também das práticas sindicais que as excluem de uma participação mais ativa nos postos de decisão. (SOARES, 1998, p. 41).

Ou seja, as mulheres estiveram presentes nas lutas democráticas e, simultaneamente, mostraram que diversos setores se inseriram diferentemente na conquista da cidadania e que os efeitos do sistema econômico foram sentidos diferenciadamente de acordo com as contradições específicas nas quais estes setores estavam imersos (SADER, 1988 apud SOARES 1998, p.37).

Nesse sentido a luta das mulheres pela cidadania representou um grande avanço histórico, principalmente no que diz respeito à apropriação da esfera política revelou a ocupação

das mulheres dos espaços públicos, e da esfera do trabalho, havendo por assim dizer, uma ressignificação destes espaços.

Despontava naquele cenário um novo sujeito social, transcendendo ao cotidiano doméstico onde eram anuladas e silenciosas. Agora, emergiam como mulheres inteiras, múltiplas, combativas. Saíam, portanto, da invisibilidade do espaço privado e doméstico, emergindo no espaço público, social e político, como fruto de sua organização (SOARES, 1998, p. 35).

Este período de efervescência política revelou um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres que incorporaram elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos foram construídos. As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas.

Assim, a grande dificuldade naquela época é também um desafio para os dias atuais, é a construção de um diálogo dentro da pluralidade. A busca da igualdade e organização de agendas e pautas que considerem as especificidades de ser mulher, e a compreensão de que ser mulher não é algo fixo nem imutável.

3. Obstáculos atuais à participação das mulheres

A República brasileira se constrói sem o voto das mulheres e essa desigualdade é um reflexo da expressão do Estado patriarcal dominador das manifestações políticas da sociedade. O Estado, por meio de suas instituições exerceu uma opressão milenar, principalmente sobre as mulheres, através de uma ideologia que as inferiorizava e as colocava como cidadãs de segunda categoria dentro da sociedade, cabendo a elas a tarefa de reprodução e cuidado da família.

A forma como foi construído e mantido o sistema de gênero serve para impedir a plena participação da mulher na esfera pública, logo a atuação feminina nos espaços de poder é sempre avaliada pela ótica do preconceito e do estereótipo e isso dificulta uma participação efetiva e das mulheres. Elas são maioria da população e do eleitorado e só estão distantes dos postos de comando da política, devido a uma discriminação histórica, à falta de experiência acumulada nestas áreas de atuação e à resistência dos velhos ocupantes do poder em compartilhar os espaços de participação e decisão. (PRÀ 2001, p. 45-47)

E quando analisamos a situação das mulheres na política brasileira nas últimas décadas nos deparamos com um quadro contraditório, pois se de um lado temos uma mulher, Dilma Rousseff, ocupando o mais alto cargo político do país, por outro a sub-representação feminina nas demais instâncias de poder também é um dado evidente. O impacto simbólico desta conquista é sem dúvida de extrema importância para transformações nos valores de gênero que rodeiam o espaço político e a sociedade como um todo, porém muitas outras barreiras necessitam ser transpostas.

É muito vasta a literatura que tem se dedicado a analisar os elementos que compõem a entrada e trajetória feminina na política e nesse sentido a ênfase na necessidade de se considerar uma perspectiva multicausal para a sub-representação das mulheres é um elemento que ganha destaque. Araújo (2010, p.120-122), em linhas gerais, considera alguns aspectos que influenciam o cenário político inercial em relação à presença das mulheres, como: fatores históricos, relacionados a exclusão das mulheres da condição de cidadãs e conseqüentemente do direito a participação e representação política; fatores culturais, relacionados com valores e percepções sobre igualdade de gênero, impactando diretamente sobre a cultura política do país; aspectos relacionados a fatores socioeconômicos e por último a autora chama a atenção para o tipo de sistema político, sistema de representação, sistema partidário e sistema eleitoral. Mas o importante é que esses elementos não podem ser considerados de forma isolada, todos eles são devem ser considerados ao analisarmos a situação das mulheres no cenário político de qualquer país.

As explicações relativas à baixa presença feminina na política institucional servem de referencia para quase todos os países. No geral são explicações ligadas às estruturas familiares, à vida pessoal, aos sistemas econômicos, às estruturas do Estado, aos tipos de regimes políticos e ao grau de tradicionalismos e/ou conservadorismo dos países. Outras, sob enfoques institucionalistas, afirmam sobre a dificuldade de se conseguir dos partidos a adoção de desenhos institucionais que mudem os princípios de representação democrática. (PHILLIPS, 1995 *apud* AVELAR, 2001, p.151).

A tabela 1 mostra o quantitativo de homens e mulheres eleitos ao cargo de Deputado Federal do ano de 1994 ao ano de 2010. Pode-se constatar que nos anos que seguem não há uma evolução substancial no percentual de eleitas, mesmo após a adoção da Política de Cotas por sexo adotada a partir de 1998 para cargos proporcionais no Brasil. O gráfico 1 representa, de modo comparativo, os dados da tabela 1. No ano de 1998 ocorreram as primeiras eleições para a Câmara dos Deputados sob a Lei de Cotas. Nota-se que: i) em 1998 houve um incremento razoável no percentual de candidatas; ii) ao mesmo tempo houve um decréscimo no percentual de eleitas; iii) após 1998 e até 2006 o crescimento das candidaturas foi muito pequeno; iv) o crescimento das eleitas ocorreu em 2002, ano em que o Presidente Lula foi eleito para o seu 1º. mandato; v) o percentual de eleitas não muda desde então e praticamente se estabiliza; vi) em 2010 ocorreu um crescimento importante no percentual de candidaturas, provavelmente refletindo dois fatores: a Lei de Cotas aprovada em 2009 e as candidaturas de 2 mulheres entre as três candidatos com mais chances de eleição; vii) apesar da mudança no percentual ainda não alcançou a cota de 30%; viii) o incremento significativo de candidaturas não teve impactos sobre o número de eleitas que permaneceu o mesmo.

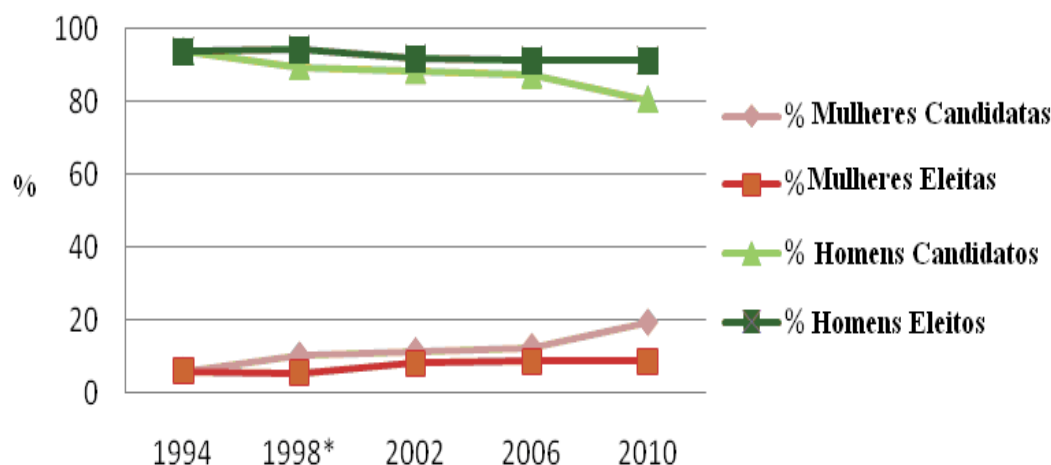
ELEITAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS, NÚMERO ABSOLUTO E % - DE 1994 À 2010

Ano	Mulheres		Homens		Total de Eleitos
	N.A.	%	N.A.	%	

1994	32	6,24	481	93,76	513
*1998	29	5,65	484	94,35	513
2002	42	8,19	471	91,81	513
2006	45	8,77	468	91,23	513
2010	45	8,77	468	91,23	513

(*)Primeras eleições com a adoção cotas por sexo para os cargos proporcionais no Brasil. Fonte: Tribunal Superior Eleitoral/TSE. Disponível em: www.tse.gov.br

COMPARATIVO DE MULHERES E HOMENS CANDIDATOS E ELEITOS PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS NAS ELEIÇÕES DE 1994, 1998, 2002, 2006 E 2010



4. Lei de Cotas: entraves e potencialidades

Nas últimas décadas as cotas por sexo na competição legislativa constituíram um dado importantíssimo na esfera política. Essa iniciativa contribui para ampliar o debate sobre a democracia representativa e a inclusão das mulheres enquanto um grupo social historicamente excluído das esferas de representação.

No Brasil, a primeira experiência de política de cotas para aumentar a presença da mulher na política aconteceu logo após a VI Conferência Mundial de Mulheres, em Beijing, no ano de 1995. O Congresso Nacional aprovou a Lei 9.100, de 1995, na qual, em seu § 3º do artigo 11º, ficou estabelecido que vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser preenchidas por candidaturas de mulheres. Desta forma como estava redigida a lei estabeleceu um tratamento diferenciado para o sexo feminino, expressando uma visão focalizada e não universalista da representação de gênero.

A visão não universalista acerca da representação de gênero dois anos depois desta primeira formulação, o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.504, de 30 de setembro de 1997, sofrendo sua primeira reformulação ficou estabelecido que "Do número de vagas resultantes das

regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo".

Esta nova formulação abandonou a política focalizada e assumiu um caráter universalista, evitando questionamentos sobre a constitucionalidade da lei, já que foi estabelecida a mesma regra de representação para os dois sexos. Ou seja, homens e mulheres são iguais perante a lei de cotas.

O movimento feminista e as forças sociais que defendem uma maior equidade de gênero na sociedade, buscando um maior aperfeiçoamento da Lei de Cotas se mobilizaram para promover alterações na legislação eleitoral aplicável ao pleito de 2010 no Brasil. E depois de diversas discussões e negociações foi aprovada uma nova redação na Lei 12.034, de 29 de setembro de 2009, que regula as eleições de 2010, ficando redigido que "Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo". A mudança do verbo reservar, para preencher parece pequena, mas contribui de forma substancial na política de cotas.

Apesar dos significativos avanços desta lei, - no que tange a reflexão sobre debate em torno da participação da mulher na esfera política e sua sub-representação, contribuindo e incentivando com isso uma maior conscientização e conseqüentemente uma demanda da sociedade a respeito da igualdade de direitos -, seus resultados de um ponto de vista quantitativo ainda são insuficientes para desencadear fortes mudanças no cenário político brasileiro [4]. Com isso torna-se necessário a adoção de um conjunto de políticas públicas e de intervenções que possam ser eficazes na promoção da participação política das mulheres.

As tabelas 2 e 3 mostram, assim como na tabela 1, um aumento no número de candidatas, mas um resultado inercial e pouco substancial em relação número de eleitas. Estes resultados revelam a necessidade da criação e aperfeiçoamento de mecanismos que garantam às mulheres o acesso às estruturas de poder, permitindo a elas a consolidação de uma trajetória política e a possibilidade de competir em condições de igualdade com os candidatos homens.

ELEITAS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, NÚMERO ABSOLUTO E % - DE 1994 À 2010					
Ano	Mulheres		Homens		Total de eleitos
	N.A.	%	N.A.	%	
1994	82	7,85	963	92,15	1.045
1998	106	10,01	953	89,99	1.059
2002	133	12,56	926	87,44	1.059
2006	123	11,61	936	88,39	1.059
2010	136	12,85	923	87,16	1.059

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral/TSE. Disponível em: www.tse.gov.br

ELEITAS À CÂMARA MUNICIPAIS, NÚMERO ABSOLUTO E % - DE 1994 À 2010					
Ano	Mulheres		Homens		Total de eleitos
	N.A.	%	N.A.	%	
1996	6.598	10,99	53.316	88,84	60.012
2000	7.001	11,61	53.266	88,35	60.287
2004	6.556	12,65	45.252	87,35	51.808
2008	6.508	12,52	45.457	87,48	51.965
2012	7.648	13,33	49.705	86,66	57.353

Fonte: Cfemea.

A inserção partidária, presença e participação exigem tempo, construção de redes de apoio, captação de recursos financeiros entre outros suportes e estímulos institucionais e pessoais. Com isso as mulheres já saem em desvantagem na competição eleitoral e o desafio é justamente criar e ampliar as condições para que homens e mulheres possam competir mais igualmente e esse quadro de sub-representação seja transformado.

A lei de cotas por sexo é um avanço na conjuntura política brasileira, porém sozinha não é o suficiente para que se haja um avanço significativo. Do ponto de vista simbólico é um instrumento impulsionador para o debate acerca da sub-representação feminina, porém ainda é necessária uma série de medidas de aperfeiçoamento como a criação de outros mecanismos de promoção das mulheres, que possibilitem o acesso a recursos financeiros, espaço na mídia, processos de recrutamento partidário que garantam a inclusão das mulheres etc., para que possamos constatar uma ocupação significativa das mulheres nos cargos políticos. (ARAÚJO, 2005, p.215)

A partir da observação e avaliação dos dados, podemos concluir que ainda são grandes os obstáculos enfrentados pelas mulheres nas esferas de poder, mesmo após tantas conquistas, a política obedece a uma dinâmica que desfavorece as mulheres em vários aspectos. O fato de termos uma mulher ocupando o cargo de maior autoridade do poder Executivo é uma enorme vitória, porém um diagnóstico mais amplo revela o número de mulheres ocupando os demais níveis eleitorais ainda é muito baixo.

Considerações Finais


Busquei neste trabalho mostrar quão árduo e difícil foi o processo enfrentado pelas mulheres até a conquista de seus direitos políticos. E apresentar alguns aspectos que evidenciam a existência de elementos que permeiam toda a dinâmica política e obstaculizam a ocupação efetiva das mulheres em cargos eletivos. Muitos foram os obstáculos ultrapassados pelas brasileiras até a conquista de seus direitos políticos e do próprio reconhecimento enquanto cidadã. É impossível não considerar em termos deste avanço o fato de termos uma mulher comandando o mais alto cargo da política institucional em nosso país, - o que revela uma mudança de valores -, porém as dificuldades e os desafios persistem.

A cidadania política das mulheres evidencia uma história de exclusão da representação parlamentar, fato político que tem sido sempre pensado de forma sexista. Essa exclusão configura-se como um comportamento naturalizado da mulher vista de fora do processo de representação política.

A baixa representação política das mulheres no Brasil contrasta com o poder organizativo e articulatório do movimento feminista no país e com todo seu histórico de lutas e conquistas, pode-se então apontar para a não-passividade feminina que reflete um pressuposto: mulher e política não apresentam uma relação de excludência. A exclusão poderá ser buscada no longo processo que a manteve de fora das práticas parlamentares, no Brasil, restringindo-a a espaços que determinavam um modelo clássico de comportamento. Da rua ao lar, ontem e hoje, os espaços e os fazeres perderam a referência. O momento é de mostrar para a sociedade que a mulher transcende esses modelos.

Como dito anteriormente a lei de cotas por sexo é um avanço na conjuntura política brasileira, porém sozinha não é o suficiente para que se haja um avanço significativo. Do ponto de vista simbólico é um instrumento impulsionador para o debate acerca da sub-representação feminina, porém ainda é necessária uma série de medidas de aperfeiçoamento para que possamos constatar uma ocupação significativa das mulheres nos espaços da política institucional.

Enquanto a presença e participação política das mulheres não for encarada como parte essencial do sistema democrático e os partidos e demais instâncias de poder, em suas dinâmicas cotidianas, não alterarem suas percepções e ações sobre o assunto, as mulheres continuarão alijadas dos espaços representativos formais de poder (JONAS, 2005, p.300). Por isso, é necessária a busca constante pelo aperfeiçoamento das políticas que garantam a inclusão feminina.

Desconhecer o potencial feminino é negligenciar o debate sobre a importância das formas participativas construídas pela cidadania e para a democratização da sociedade e das relações de poder. Portanto, garantir uma maior representação feminina é, no mínimo, uma medida de aperfeiçoamento da democracia (ALVES, 2009, p. 10-15). 

NOTAS

* Aluna do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Quando submeteu o artigo cursava o 8º período. Bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Estudos de Desigualdades e relações de Gênero (NUDEG), sob orientação da Profa. Dra. Clara Araújo, no projeto “Relações de Gênero, Esfera Pública e Vida Cotidiana - tensões e reconfigurações do privado”.

[1] Meu objetivo neste trabalho não é tratar a fundo das etapas e processos do surgimento do movimento feminista, mas sim trazer um panorama geral de alguns momentos fundamentais na conquista da representação e participação feminina na política.

[2] A Igreja católica foi um dos poucos espaços que permitiram a articulação da resistência não-armada ao governo militar. Assim, as mulheres pobres, a partir da ação política para melhorar

suas vidas e a de seus familiares, se redefiniam para si mesmas como legítimas atrizes públicas e modificavam as normas tradicionais que limitam a mulher ao âmbito privado do lar.

[3] O trabalho de RIBEIRO (1998) traz uma cronologia dos encontros de mulheres negras mais importantes da história. Através desses encontros as mulheres negras puderam fortalecer o movimento propiciando acúmulo de debate e articulação necessários às reivindicações de pautas e agendas concretas.

[4] Araújo e Alves (2007) em seu trabalho investigam e analisam a relação entre o sistema de representação, sistema partidário e sistema eleitoral e o impacto destes sobre a Lei de Cotas no Brasil, avaliando o como essa relação impacta sobre a presença das mulheres na política formal. O presente artigo não se propõe a construir uma análise sobre tais fatores e sua relação com esta ação afirmativa.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. Mulher e Participação Política. In: FERREIRA, Mary (Org). **Mulher, Gênero e Políticas Públicas**. São Luís : Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero da UFMA / Grupo de Mulheres da Ilha, v.1, p. 47-52, 1999.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **Inserção social e exclusão política das mulheres brasileiras**. In: APARTE - Inclusão Social em Debate. julho, p.1-15, 2009. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/insercao_social_e_exclusao_politica_das_mulheres_julo9.pdf.

ARAÚJO, Clara. **Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política**. In: Revista de Sociologia e Política, p. 193-215, jun. 2005.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas**. In: Dados – Revista de Ciências Sociais, v. III, n. 50, p. 535-577, 2007.

ARAÚJO, Clara. **As Mulheres e o poder político – Desafios para a democracia nas próximas décadas**. In: O progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010. UNIFEM. Brasília, p.91-136, 2010.

AVELAR, L. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Konrad Adenauer; Unesp, 2001.

BENEVIDES, Maria Victória. **Democracia dos iguais, mas diferentes** In: BORBA, Angela, FARIA, Nalu, GODINHO Tatau (Orgs.). Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo. Editora Fundação Perseu. p .137-152, 1998.

JONAS, Eline. **A democracia paritária: empoderar as mulheres para a construção de uma sociedade fraterna e de igualdade**. Fragmentos de Cultura. Goiânia. vol.15,nº2,p.285-303, 2005.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Cidadania no Feminino** In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da Cidadania. São Paulo. Contexto Ed. pp. 496-515, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi, PEDRO, Joana Maria **Igualdade e Especificidade** In: PINSKY, Jaime, PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). História da Cidadania. São Paulo. Contexto Ed. p.265-309, 2003.

PINTO, Celi Regina **Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil** In: BRUSCHINI, Cristina, UNBEHAUM, Sandra (Org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo. Editora 34. p. 81-96, 2002.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRÁ, Jussara Reis **Gênero, Cidadania e Participação Na Esfera Pública** In: CARVALHO, Marie Jane Soares, ROCHA, Cristiane Maria Famer (Org.). Produzindo Gênero. São Paulo. Editora Sulina. p.45-54, 2001.

RIBEIRO, Matilde. **Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política**. In: BORBA, Angela, FARIA, Nalu, GODINHO Tatau (Orgs.). Mulher e política: gênero

e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.189-209, 1998.

SACCHET, Teresa “**Capital social, gênero e representação política no Brasil**” In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 15, nº 2, Novembro, p.306-332, 2009.

SOARES, Vera. “**Muitas faces do feminismo no Brasil**”. In: BORBA, Angela, FARIA, Nalu & GODINHO, Tatau.(orgs.). Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Perseu Abramo. p.33-54,1998.

Recebido em 31 de março de 2013

Aprovado em 14 de abril de 2014

RESENHA DO LIVRO ANTROPOLOGIA DA VIAGEM – ESCRAVOS E LIBERTOS EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

BOOK REVIEW
ANTROPOLOGIA DA VIAGEM – ESCRAVOS E LIBERTOS EM MINAS GERAIS
NO SÉCULO XIX

*Bruna Santos de Andrade**

Referência completa da obra resenhada: LEITE, I.B. **Antropologia da Viagem – Escravos e libertos em Minas Gerais no Século XIX**. Belo Horizonte: UFMG, 1996

A obra *Antropologia da Viagem* de autoria da antropóloga brasileira Ilka Boaventura Leite é composta por nove capítulos, e versa sobre as representações (idéias e imagens) que os viajantes europeus presentes em Minas Gerais no período do século XIX, tiveram sobre os negros.

A autora elabora sua obra com a perspectiva de que os relatos das viagens são textos pré-etnográficos, e servem de sustentação para as teorias histórico-culturais que vêm surgindo ao longo do tempo, assim sendo, cabe ao pesquisador levar em conta as narrativas buscando os elementos ideológicos que as constitui, bem como o contexto ao qual esta inserido, pois não há garantias de que os relatos encontrados e analisados estejam isentos de intencionalidades, assim sendo:

Cada viajante constrói o texto, sistematizando fragmentos da experiência da viagem de outros, de suas vivências, expectativas e frustrações. A viagem enquanto texto, adquire uma fascinante multidimensionalidade. (LEITE, 1996 p. 15)

Leite ressalta em seu estudo, que os viajantes são a peça fundamental para recomposição do relato e que o diário de viagem é peça chave na construção da identidade do viajante, pois nele continha todas observações e inquietudes destes, bem como informações importantíssimas sobre a cultura brasileira:

Os relatos de viagem ao Brasil, enquanto fontes de informações, permitem leituras inesgotáveis. É possível extrair delas inúmeras informações e impressões. São como “jazidas” de ouro contendo grandes variedades de pedras preciosas. (LEITE, 1996 p. 14)

Neste sentido, os relatos são considerados como pontos de vista, pois tudo o que esta sendo observado e escrito, parte da perspectiva particular dos sujeitos, e estes tem por sua vez, experiências, interesses e atribuições de formação e critérios que de algum modo são produtores de intencionalidades e sentidos. Segundo Ilka Boaventura, pelo menos quatro variáveis devem ser consideradas na análise discursivas dos viajantes:

- O interesse pessoal – Este tem por características os interesses individuais do viajante, como por exemplo, determinado assunto que possibilita o mesmo um aprofundamento maior;
- O lugar visitado – A cultura local a qual esta sujeita a ser analisada, onde cada viajante determina o mesmo;
- O interesse financiador da viagem – Parte da perspectiva de aproximar temas de abordagens aos quais caminham de acordo com os interesses do patrocinador, e ainda;
- Os interesses do público leitor – Procurava-se preencher a curiosidade a qual julgava o leitor possuir sobre determinado assunto. Esta curiosidade era julgada muitas vezes e disseminada ao leitor através do que consideravam exóticos á cultura européia.

Desta forma, tomando como base um ponto de vista eurocêntrico, os estrangeiros escreviam seus relatos muitas vezes se voltando para o que consideravam “exótico”, surgindo assim, uma série de interpretações enviesadas acerca do território brasileiro e sua gente, sendo assim, cita a autora:

Interessa-me sim, principalmente, chamar a atenção para a multideterminação de aspectos que interagem no momento de elaboração da diferença. E nessa fase de transitoriedade e indeterminação, é em estado de “liminar” que eram forjados, pelo viajante, os critérios, portanto, os limites da diferença. (LEITE, 1996 p. 98)

Contudo, apesar do caráter ideológico de seus escritos, eles revelam detalhes importantes da realidade sócio-cultural brasileira, possibilitando a ampliação do conhecimento de certos aspectos históricos culturais nacionais que nos são ignorados, como por exemplo, a formação social dos sujeitos naquela época, suas relações sociais, bem como as estruturas hierárquicas existentes naquele período.

Segundo Leite, estes relatos possuem algumas características próprias, como a apresentação de homogeneidade, a confiabilidade limitada, ilustrações dos relatos para dar uma interpretação mais efetiva e por fim a noção de tempo como condução da narrativa, e estes detalhes, por sua vez, efetiva sua originalidade.

Com relação à representação dos negros na sociedade brasileira das Minas Gerais do Séc. XIX, os viajantes centralizavam suas narrativas no papel social desempenhado pelas mulheres. Tal olhar estava voltado apenas para a procriação, trabalho, casamento e o prazer sexual, porém havia certas hierarquizações entre as mulheres brancas, mulatas e negras, as primeiras eram para casar e muitas vezes não refletia o prazer sexual, e sim a figura da sensibilidade e fragilidade, a segunda tinha o estereótipo de sensualidade, onde de maneira geral era tida apenas para o prazer sexual, sendo que muitas vezes eram submetidas a determinadas situações contra sua própria vontade, e as terceiras que eram direcionadas a qualquer tipo de trabalho, como cozinhar, limpar e até mesmo eram levadas a fazer sexo com os seus senhores.

Desta forma podemos analisar através destes pressupostos que tanto a mulher quanto o homem negros, mesmo dentre os escravos, tinham uma função menos privilegiada perante aos outros, confirmando assim a idéia de que as representações e perspectivas de análise do outro, feitas pelos viajantes tinham um cunho racista branco europeu, e que estas análises consequentemente foram repassadas de gerações em gerações e estão presentes ainda contemporaneamente em nossa sociedade, um exemplo a citar seriam as novelas nacionais, onde na maioria das vezes o indivíduo negro assume um papel subalterno, ou seja, de representações que resultam em sua marginalização e estigmatização.

As descrições feitas pelos viajantes em relação aos negros, parte da perspectiva de condições de trabalho, costumes e suas práticas culturais, sendo assim pode-se perceber que os mesmos frisavam que a cor da pele também refletia nas respectivas organizações e condições sociais dos sujeitos, ou seja, os negros quase que em sua maioria quando não eram escravos, moravam nas periferias e subúrbios clandestinamente e eram marginalizados pela sociedade e seus senhores.

Pode-se analisar atualmente, sem generalizações, pois se sabe que a situação financeira do indivíduo também influencia nas relações sociais, que a condição social negra na sociedade brasileira ainda continua segregada, principalmente em relação às ofertas de trabalho que na maioria das vezes, quando não são braçais, são escassas. Desta forma, o contexto histórico-social progrediu, mas os papéis sociais em relação à população negra, ainda continua idêntica.

Na obra, fica evidenciado a figura da negritude como um problema social. Enfocando diferentes aspectos da vida em sociedade, os viajantes descrevem cenas e situações onde os sujeitos em destaque viviam clandestinamente na miséria e em condições sociais mínimas de sobrevivência. Segundo a autora, é necessário então, ter um posicionamento crítico ao ter-se contato com estes relatos, pois muitas vezes os aspectos abordados, tratam apenas de interesses individuais ou políticos da época, sempre levando em conta que estes foram resultantes da ótica de europeus que possuíam perspectivas próprias de sua época, e buscavam além de interesses, estratégias de subalternizar e justificar os sistemas de dominação de povos, grupos sociais e culturas.

Porém, deve-se destacar que todas as representações realizadas pelos viajantes não deixaram de influir nas representações sociais sobre o sujeito negro na sociedade brasileira. Houve a partir daí, uma grande onda de disseminação estereotipada para os brasileiros, partindo na maioria das vezes, de uma visão branca européia que reproduziam em seu interior o “racismo oculto” podendo ser ainda fortemente observado contemporaneamente. É possível observar atualmente que o racismo está presente em vários setores da sociedade brasileira, e nesse sentido a obra mostra-se como de fundamental importância para a compreensão dos esquemas que buscam justificar e naturalizar as desigualdades e preconceitos raciais.

Sendo assim, somos provocados a (re)pensar as representações com as quais estamos habituados, pois a naturalização destes estereótipos está cada vez mais presente, como por

exemplo, nos filmes nacionais brasileiros que em sua maioria retratam a violência e a marginalidade como estando associada aos homens, mulheres e crianças negras.

Neste sentido, através da leitura da obra, somos conduzidos a problematizar os sistemas de hierarquização, as perspectivas baseadas na visão branca européia, os interesses particulares, a procura do exotismo, os papéis sociais, as representações dos sujeitos, o papel da mulher, etc. Há, portanto, de se levar em conta que tais relatos são movidos por interesses que não deixam de constituir sentidos, representações e imaginações, cabendo-nos analisar estas representações e perspectivas para termos, condição suficiente de tentar entender a realidade do negro em nossa sociedade.

Assim sendo, trata-se aqui de uma breve discussão pautada na obra referenciada, onde retrata a realidade de uma determinada época baseada em relatos de europeus que buscavam o exotismo em nossa sociedade, e que através de seus relatos reproduziram suas inquietudes por meio de suas perspectivas. Todavia estas informações foram passadas em gerações e que hoje certamente resultam na naturalização de determinados estereótipos que causam um efeito devastador na formação sócio-cultural brasileira. Enfim, é necessário ressaltar que houve grandes mudanças e conquistas resultantes da união negros, a exemplo disso, a reforma constitucional de 1988, onde torna o racismo como crime inafiançável, no entanto, viver em uma sociedade onde em sua maioria não aceita a existência do preconceito racial é um obstáculo a ser superado, pois o primeiro passo certamente é aceitar, e então posteriormente achar a solução, no entanto, algo é certo, o preconceito esta ladeado com a falta de conhecimento. 🌐

*Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Email: andrade.br.cs@gmail.com

Recebido em 14 de outubro de 2013

Aprovado em 27 de maio de 2014

A RUA ÀS PORTAS DA UNIVERSIDADE: ENTREVISTA COM BRUNO CARDOSO E WALLACE MORAES

THE STREET AT THE GATES OF THE UNIVERSITY:
INTERVIEW WITH BRUNO CARDOSO AND WALLACE MORAES

Entrevista realizada por Camila Bevilaqua e Paulo Couto

Wallace Moraes e Bruno Cardoso são professores do IFCS/UFRJ, respectivamente dos departamentos de Ciência Política e Sociologia. Nessa entrevista respondem alguns dos nossos questionamentos sobre o momento político recente do Brasil e da cidade do Rio de Janeiro, abordando temas como manifestações, mídias sociais, exército na rua e Copa do Mundo. Bruno Cardoso é pesquisador do Núcleo de Estudos de Cidadania, Violência e Conflito (NECVU), com experiência nos temas de comportamento desviante e sistemas acusatórios, polícia e vigilância. Wallace Moraes é coordenador do Observatório Do Trabalho Na América Latina (OTAL), especializado em teoria libertária, relações trabalhistas na América Latina e chavismo.

Esta entrevista nos foi concedida presencialmente, nas dependências do IFCS, em maio de 2014.

* * *

Revista Habitus: *Vocês poderiam falar um pouco sobre suas trajetórias acadêmicas - quais foram os lugares de formação, por onde vocês passaram e como vocês começaram a se interessar pela área que vocês estudam agora?*

Bruno: Minha trajetória acadêmica é uma trajetória bem monótona, digamos assim. Eu entrei aqui no IFCS em 99, no primeiro semestre de 99. Ao longo da minha graduação, digamos que eu passei um pouco pelas três áreas. Eu comecei mais interessado pela Ciência Política, ao longo da graduação eu fui me aproximando da Sociologia, e eu terminei a graduação tendendo mais pra Sociologia, mas com uma certa simpatia pela Antropologia. Mestrado e doutorado eu fiz aqui no PPGSA, também. Mestrado eu dei mais uma caminhada em direção a Antropologia. Já nesse momento eu tinha me afastado completamente da Ciência Política, e eu considero que a minha formação é um tanto híbrida, entre a Sociologia e a Antropologia.

No mestrado eu fiz uma dissertação sobre, eu comecei estudando pitboys de forma geral e eu acabei fazendo uma dissertação com uma discussão sobre sistemas acusatórios na imprensa carioca em torno dos casos, de alguns casos que, em 2004 foram classificados como ataques de pitboys. Tinha um viés bastante voltado para o interacionismo simbólico, puxando bastante pro Becker, principalmente, pro Goffman, um pouco, outros autores também, mas esses um pouco central. Já aparecia um pouco o Elias e o Foucault, também. No doutorado, eu fui orientado pelo Michel Misse, assim como no mestrado. No doutorado, até na própria coisa que aconteceu no meu

campo, no meio da minha discussão sobre pitboys, surgiu uma lei, uma discussão legislativa, em torno da obrigatoriedade de instalar câmeras de vigilância dentro de boates, por causa desse ataques. Isso me chama atenção, eu começo a ver que o governo, a secretaria de segurança instala um sistema de videovigilância, vigilância por câmeras em Copacabana, isso me deixa com uma pulga atrás da orelha e eu resolvi estudar isso no doutorado. Então, eu faço o doutorado sobre o sistema de videovigilância no Rio de Janeiro, oficial da polícia, da secretaria de segurança, com campo, eu sou bastante partidário do trabalho de campo, com uma análise qualitativa, com campo no centro de comando e controle, que era onde todas as imagens das câmeras da polícia eram reunidas e observadas, e no 19º Batalhão da Polícia Militar em Copacabana, que era um lugar mais específico que essa vigilância era realizada. Faço também uma discussão sobre circulação de imagens na internet, focalizando principalmente o Youtube, pensando como essas imagens circulam de forma diferente. A gente costuma achar que elas são bastante parecidas, mas em regimes bastante contrários. Uma parte desse doutorado eu estudei também na École de Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, um doutorado sanduiche.

Logo depois que eu termino o doutorado, eu sou um dos poucos da minha geração que não fez pós-doutorado, eu fiz concurso mesmo. Primeiro eu entrei como professor substituto aqui no IFCS mesmo. No segundo semestre de 2010, eu termino a minha tese em 2010, no segundo semestre eu sou professor substituto aqui. Faço concurso em 2011, e a partir do meio de 2011 eu me torno professor adjunto do departamento de Sociologia. E o tempo inteiro, quer dizer desde 2003, eu faço parte, como pesquisador, como mestrando, como doutorando, e posteriormente como coordenador de pesquisa do NECVU, o Núcleo de Estudo de Cidadania, Conflito e Violência Urbana. Eu digo que a minha formação é híbrida também por que tanto no mestrado quanto no doutorado eu fui orientado por um sociólogo, mas as minhas bancas foram todas compostas por antropólogos. Inclusive no doutorado o meu diploma saiu como antropologia cultural, por que eu, enfim, passei por um processo ali dentro, eu pedi pra não fazer as disciplinas obrigatórias de Sociologia e fazer as de Antropologia. Só pra marcar esse hibridismo da minha formação que eu acho que é fundamental, até pra forma como eu me compreendo.

Wallace: Primeiro eu quero agradecer o convite da Revista Habitus.

Bruno: Eu também quero (risos).

Wallace: Minha trajetória é um pouco diferente da do Bruno, quer dizer é próxima e diferente ao mesmo tempo. Eu sou do IFCS, mas aqui fiz História na minha graduação, entrei em 95, um pouco antes. Em história, eu já tinha todo um interesse pela Ciência Política. A minha monografia de final de curso foi sobre as eleições, a campanha eleitoral de 89 no Brasil. Então, eu já tinha todo um aspecto político envolvido, tinha toda uma formação marxista, embora não fosse o momento do marxismo, muito pelo contrário. A década de 90 foi um momento de extrema crítica ao marxismo, mas como eu sempre estive envolvido com movimento social - inclusive fui militante, fui do centro acadêmico de história e do DCE da UFRJ -, então sempre procurei o próprio marxismo para a minha formação. Fui orientado pela Anita Leocádia Prestes, que é uma grande marxista daqui do instituto. Formado, eu comecei a dar aula, inclusive no ensino fundamental e médio, como historiador. Depois fiz uma pós lato sensu na UFF, em História

Contemporânea, com discussão em torno do nacionalismo. Naquele momento, saio da discussão de campanha eleitoral e vou discutir nacionalismo, sobretudo a partir de Hobsbawm, mas não só, Ernest Gellner, Benedict Anderson, e outros autores foram muito importantes nessa minha monografia. E eu resolvi fazer mestrado e doutorado. Foi quando fui para o IUPERJ, atual IESP. Fiz mestrado em Ciência Política. O IUPERJ tem uma formação muito bacana, muito ampla, e ao mesmo tempo é um curso que você faz nove disciplinas no mestrado, tem que defender uma dissertação, tudo isso em menos de dois anos, e foi bastante importante para minha própria formação dentro das Ciências Sociais. Eu já tinha uma formação em História, não tinha uma entrada nas Ciências Sociais, que eu passei a ter nesse momento, no mestrado. Eu fiz uma dissertação, orientado pelo Cesar Guimarães, sobre teoria política, e fui discutir aquele que a gente pode chamar de o pai do liberalismo político, que é John Locke. A questão da propriedade, especificamente a teoria da propriedade privada, no pensamento lockiano. A partir daí, bem, eu fui Bolsista Nota 10 no IUPERJ, no mestrado, depois entrei no doutorado direto. Discuti teoria política com Locke, evidentemente dialogando com Hobbes, com Rousseau, com outros teóricos modernos, da Ciência Política, sobretudo, sobre a questão da propriedade. Eu tinha até uma perspectiva de ampliar, debater com os antigos e depois com os contemporâneos, todavia, quando estava no doutorado, em algumas aulas me interessei sobre América Latina. Então, migrei mais uma vez de objeto de estudo. Aí passei para uma pesquisa comparada, saio do campo teórico e volto para o empírico, como já tinha realizado na minha graduação. No doutorado, discuti a relação capital/trabalho no Brasil e na Venezuela, de forma comparada, especificamente nos governos Lula e Chávez. O chavismo estava muito em voga naquele momento. Defendi a tese em 2009, todavia comecei a estudar em 2006, 2007, quando redefini meu objeto de estudo. Então, o que Chávez fazia na Venezuela estava sendo muito discutido no âmbito político. O que era aquilo, qual modelo, se era um populismo, neo-populismo, se era efetivamente um governo que atendia as demandas da classe trabalhadora, ou se era social-democrata, ou marxista. Enfim, a questão do socialismo no século XXI, que estava posta. Evidentemente, como toda questão muito politizada, existia uma grande polêmica se era um governo bom para a classe trabalhadora, ou ruim.

Nesse momento, existia toda uma literatura na Ciência Política de que viveríamos num momento pós-neoliberal, no Brasil e na América Latina. Os casos do governo Chávez, Morales, Rafael Corrêa, principalmente, mas também Lula, a própria Bachelet, também no Chile, o Kirchner, a família Kirchner, na Argentina. Enfim, existia todo um processo e fui tentar empiricamente perscrutar isso. Efetivamente concluo na tese que o governo Chávez atendeu em grande medida interesses dos trabalhadores na Venezuela. Sobretudo em função da criação de novos direitos, da ampliação dos direitos trabalhistas naquele momento.

Ao mesmo tempo em que eu estou no doutorado, eu continuo – ainda que em menor intensidade - na militância política e social. Já tinha sido de partido político, mas tinha rompido. Saí em função de toda a burocratização dos partidos. Robert Michels até me influenciou bastante nessa leitura. É um autor que a gente discute muito na Ciência Política. E passei a ter toda uma discussão sobre o anarquismo. Passei para uma leitura de Bakunin, por exemplo, de Kropotkin,

Proudhon, os clássicos da teoria anarquista, que eu não tive acesso na minha graduação. Então busquei isso em função do que via no mundo, e aí acabei achando muito interessante essa perspectiva anarquista, ou o resgate dela, que foi alijada da academia durante muito tempo. Acabei entrando muito nesse campo e tentando construir algo nesse veio anarquista ou libertário. Tem o Castoriadis, o Deleuze, o próprio Foucault, em grande medida, que dialogam, que têm algum tipo de crítica ao modelo de um modo geral, críticas aos sistemas autoritários, críticas ao capitalismo, etc. Então, mais ou menos é isso. Acho que a minha formação é essa. Para finalizar, eu começo muito interessado pelo marxismo e depois eu vou militando mais nesse campo mais libertário, anarquista, com algumas críticas às perspectivas autoritárias, em todos os sentidos.

Revista Habitus: *A cidade do Rio, assim como outros lugares, tem passado por um momento de efervescência política – com os protestos de junho de 2013, as greves e a Copa do Mundo, esse ano. Que autores vocês acham que são bons para pensar esse momento?*

Bruno: Eu vejo essas transformações que a cidade do Rio, essa efervescência política que a cidade do Rio de Janeiro está passando, o Brasil de forma geral passou no ano passado, e que isso se fortalece um pouco no Rio de Janeiro, de muitas formas eu vejo como um movimento, entre aspas, de globalização. Não a globalização como se fala o que é a globalização, mas no sentido de, há uma proximidade muito grande entre o que acontece no Rio de Janeiro, proximidade e diferença, quero enfatizar a proximidade num primeiro momento, entre o que acontece no Rio de Janeiro e o que acontece, chega a ser até um clichê o que eu vou falar, e o que aconteceu na Turquia, o que aconteceu no Egito, o que aconteceu na Tunísia, de certo modo o que aconteceu em Seattle, de certo modo o que aconteceu em Wall Street, uma série de locais diferentes, na Espanha. E inclusive na França, também, com um viés completamente diferente. A mobilização na França foi uma mobilização conservadora. Foi uma mobilização anti-casamento homossexual, mas que está numa mesma onda, na minha concepção. A Ucrânia também. E eu acho que o cerne disso tudo, é uma coisa que eu venho insistindo, é uma revolução. Não uma revolução no sentido da Revolução Bolchevique, ou da Revolução Francesa, que são revoluções majoritariamente políticas. Eu vejo um componente de uma revolução tecnológica, digamos assim. Uma revolução à la Revolução Industrial. E seria uma revolução lenta, uma revolução que a gente não percebe com, enfim, quedas, embora tenha acontecido. Mas que o cerne dessa transformação toda está nas formas de mobilização. Bom, aí é óbvio que num primeiro momento surge a teoria do Castells, com a qual eu concordo até a página dois.

Então, eu acho que tem um componente tecnológico que está juntando uma série de insatisfações relativamente fragmentadas, relativamente plurais, numa junção, no espaço público, de pessoas que estão mobilizadas através da tecnologia, mas eu acho que tem mais do que isso, eu acho que tem um componente de composição mesmo. E aí, eu vou pegar, não apresentei isso, mas digamos que a minha aproximação com o Wallace se dá também com o Foucault, a gente já tinha falado, mas principalmente uma concepção um pouco deleuziana do que está acontecendo. Um pouco não, bastante deleuziana do que está acontecendo. Deleuze fala, no *Conversações*, eu não me lembro mais em qual texto, não é difícil descobrir, é poder e alguma

coisa, que há uma transformação, no final do século XX, que é um século que ele nem chegou a ver terminar, uma passagem do homem do carbono para o homem do silício. O homem do carbono é o homem da Revolução Industrial, formado basicamente pela, enfim, pela emissão de gases decorrente, não apenas pela emissão de gases, mas pela exploração das matérias primas de forma industrial. E o homem se organiza dessa forma, se organiza em torno dessa sociedade industrial. E o homem do silício é o homem do computador, que de alguma forma se organiza em torno do computador. Ele até fala que há uma diferença entre as formas de luta política no século XIX até metade do século XX, que são principalmente a greve, a sabotagem, e que não são mais gramaticais, não fazem mais tanto sentido na passagem do século XX pro século XXI, e que as formas principais de luta política seriam o hackerismo, seria a pirataria, seria distribuição de vírus, enfim.

Então, há uma outra, eu diria que há uma outra arena de luta bastante nova, que não é necessariamente só a rede, só a rede social, mas é a tecnologia de forma geral. É obvio que a tecnologia sempre esteve em disputa, sempre esteve como parte fundamental numa arena de luta. Mas eu vejo, por exemplo, um caso específico: no Rio de Janeiro você tem, aí eu vou puxar um pouco pra área que eu trabalho, você tem historicamente uma tendência da polícia a impor sua autoridade arbitrariamente, inclusive forjando flagrantes. Se prende uma pessoa, a pessoa não está cometendo crime nenhum, não tem nada de errado, você coloca uma trouxinha de maconha, ou de cocaína, ou, uma pessoa que foi executada numa favela você coloca uma arma na mão dele e diz que ele estava em confronto, e todo mundo sabia que era isso. No mundo acadêmico, os jornalistas, os moradores, de forma geral na cidade, todo mundo sabia que isso acontecia, mas, enfim, ficava entre aquelas coisas "é assim", "não tem como lidar", "é um contexto de guerra". A polícia tinha, em relação à população que ela deveria reprimir, estou falando num caso micro, mas que isso pode ser pensado de forma macro, também, em relação à população que ela deveria reprimir havia uma certa permissividade pelo contexto de guerra. Estamos numa guerra, logo pode fazer isso, não há nenhum problema. Ao longo das manifestações, de forma surpreendente, a polícia tenta fazer isso em determinadas situações, tenta forjar flagrantes, ou então tenta passar uma determinada visão, um determinado discurso sobre o que estava acontecendo, e ela é desmontada, o argumento dela é desmontado, uma série de vezes, através de mecanismos tecnológicos, da tecnologia digital.

Num primeiro momento, quando as manifestações eclodem e que os jornais, tanto do Rio quanto de São Paulo, estão tratando essas manifestações como baderna, antes mesmo de surgir essa idéia de vandalismo, nas primeiras manifestações do passe livre em São Paulo e no Rio, o que prevaleceu na imprensa foram cenas do metrô queimado, da Alerj pichada (antes da Alerj ser atacada com molotov), da Alerj pichada, do metrô quebrado, de vitrine quebrada, de loja quebrada. Esse era o discurso. Era o discurso dos baderneiros que estavam na rua. Não tinha se partidariado ainda o discurso. A partir do momento em que esse discurso oficial da imprensa, que estava no O Globo, na Folha de São Paulo, no Estado de São Paulo, ele começa a ser contraposto pelo discurso das ruas, não tem novidade nenhuma, as ruas sempre se contrapuseram a esses meios de imprensa, mas não só com argumentos, mas com uma série de imagens que

demonstravam uma ação arbitrária da polícia contra jornalistas, principalmente. Tem um caso que é bem curioso, tratado num artigo escrito com a Fernanda Bruno, de uma enquete que estava tendo ao vivo no programa do Datena, em que o Datena tentava de qualquer maneira forçar que as pessoas respondessem que eram contra baderna nos protestos e as pessoas só respondiam que eram a favor, e o Datena não entendia. Ele não entendia por que essas imagens, esses discursos já estavam circulando, principalmente pelo Facebook e pelo Youtube.

Eu me lembro que, aqui no Rio de Janeiro, teve um ponto que eu considero de inflexão, que vem antes do dia 17, que foi a repressão aos manifestantes pró Aldeia Maracanã, no dia do jogo da Itália e México no Maracanã. Primeiro jogo da Copa das Confederações no Maracanã. Do lado de fora teve uma manifestação pequena contra Copa do Mundo, em defesa da Aldeia Maracanã, e ela foi reprimida com muita violência pela polícia. As pessoas foram perseguidas, inclusive, na Quinta da Boa Vista. E essas imagens circularam e tiveram um impacto muito grande. Elas foram responsáveis, não só elas, mas elas foram responsáveis, pelos 100 mil que compareceram no dia 17 de junho na Rio Branco, naquela jornada histórica, épica, que terminou com o ataque, eu diria o assalto à Alerj. Junta com isso, também, uma insatisfação sem cabeça, digamos acéfala, que percorria o Facebook, as redes sociais, uma insatisfação, aquilo que a gente chama de "contra tudo isso que está aí", que junta pautas de esquerda tradicional, pautas apolíticas e pautas de direita.

Então, no dia 17 de junho tem uma mobilização bastante surpreendente, muito mais do que as pessoas tradicionalmente mobilizadas no Rio de Janeiro. Enfim, nesse próprio dia você tem, também, digamos uma imagem bastante impactante do ataque à Alerj, você tem uma série de outras coisas, manifestações que acontecem no Brasil e que vão mobilizando mais gente pro dia 20 de junho que têm aquela grande passeata na Presidente Vargas. Também tem o jogo da Copa das Confederações, Espanha e Taiti. Há uma junção das duas coisas. E aquele dia também, num primeiro momento as imagens que prevalecem no noticiário são as imagens da destruição da Cidade do Samba, por exemplo, por vândalos. Enfrentamento, enfim, quebra-quebra de todas as vitrines de banco da Presidente Vargas. E, a partir do dia seguinte, principalmente, uma série de outras imagens daquele mesmo dia que mostravam a arbitrariedade e violência policial tem mais uma vez a capacidade de mobilizar pessoas. Bom, é obvio que as ruas se esvaziaram um tanto nesse momento, mas foi havendo também uma certa radicalização de quem ficou na rua. E, posteriormente, começa uma nova fase em que a tecnologia digital, a internet, tem um papel ainda mais preponderante na minha visão, que é o surgimento dos midiativistas. O surgimento forte dos midiativistas em streaming. Eu lembro que a primeira vez que eu vi de casa uma transmissão por streaming foi na semifinal da Copa das Confederações, Brasil e Uruguai, se eu não me engano, que aconteceu em Belo Horizonte. Aquilo, transmitido via streaming, foi uma grande novidade. Ver agência de carro sendo saqueada, carro sendo quebrado. E uma narrativa bastante diferente da narrativa da imprensa, da narrativa oficial. E essa narrativa ela tem um peso, ela tem efeito, ela desconstrói um pouco a assimetria de poder da imprensa oficial. Como ela já tinha feito com a destruição da narrativa policial e que tinha respingado na imprensa. Nesse momento eu acho que fica muito forte.

Continuando um pouco pra não me alongar mais, mas chegando num caso que eu acho bastante específico disso tudo, no dia 22 de julho, no dia da chegada do Papa Francisco no Brasil para a Jornada Mundial da Juventude, têm um grande confronto entre policiais e manifestantes em frente ao Palácio Guanabara, em Laranjeiras, logo depois da saída do Papa. É muito impactante, nesse dia, as imagens de coquetéis molotov sendo jogadas na polícia. Enfim, têm um policial queimado, têm um fotografo japonês ou chinês, não me lembro, da agência France Press que é atingido. A polícia diz num primeiro momento que ele é atingido por um coquetel molotov. E você tem algumas prisões sendo efetuadas naquela região. Uma delas de um estudante chamado Bruno Teles, acusado de ter arremessado o primeiro coquetel molotov, e de ter sido preso portando uma mochila com vinte coquetéis molotov.

Nesse mesmo dia, dentre esses outros manifestantes que são presos, são presos dois midiativistas, da Mídia Ninja. Então, eles são levados para a 9ª DP, que aquela que fica ali no Catete. Os midiativistas chamam as pessoas que estavam assistindo por streaming para irem para lá, protestar. Um grupo de 200 ou 300 pessoas, ficou em volta da delegacia, pedindo para liberarem as pessoas. Todo mundo que é preso é liberado, menos esse Bruno Teles, que teria tacado o primeiro coquetel molotov, e teria sido preso com 20, com a mochila com 20 coquetéis molotov. Dentre os que são liberados estão esses midiativistas. Um deles faz um discurso dizendo que uma pessoa estava presa injustamente lá dentro, e que essa pessoa que estava presa injustamente disse que não tinha jogado coquetel molotov, não tinha mochila, e que muitas imagens tinham sido feitas dele que seriam capazes de mostrar isso. Nesse momento junta o discurso desse midiativista com o do advogado ativista que estava lá dentro. Os dois chegam a uma conclusão, que eu não sei se combinada, mas os dois falam a essa imprensa via streaming ao mesmo tempo: “gente, vamos tentar encontrar essas imagens que relatam essa nova narrativa”.

Então, essas imagens são buscadas, há esse apelo à internet para essas imagens serem buscadas. Essas imagens são buscadas num trabalho de pesquisa distribuída. Aí eu vou mais uma vez me aproximar de uma concepção não só deleuziana, mas latouriana, da teoria ator-rede de forma geral. Há uma vigilância, digamos assim, há uma vigília, como diz a Fernanda Bruno, por que ao longo dessa madrugada essas imagens apareceram. Não só essas imagens apareceram. Essas imagens apareceram de forma rizomática, digamos assim, sem um centro. Elas aparecem de várias câmeras diferentes. E essa narrativa, a narrativa da polícia, que inclusive estava no Twitter da polícia, estava no jornal, ela começa a ser reconstruída, e reconstruída de uma forma bastante inovadora, no sentido de ter vindo a público. Era uma coisa que todo mundo sabia que acontecia. Como ela foi reconstruída? Bom, primeiro: muitas imagens mostraram que o acusado de ter jogado o coquetel molotov realmente, em vários momentos do dia, estava sem mochila nenhuma. Segundo: apareceram imagens do momento que o coquetel molotov é arremessado, e ele está parado, xingando os policiais na frente. Ele não estava implicado naquilo, inclusive, se assusta e foge. Em outro momento, começam a aparecer imagens de pessoas acendendo coquetéis molotov e arremessando, e essas imagens são comparadas com outras imagens daquele dia, e chega-se a conclusão de que quem teria arremessado e jogado os coquetéis molotov eram policiais disfarçados. Policiais que foram identificados, foram filmados, foram fotografados, tiveram sua

imagem compartilhada. Então, o compartilhamento dessas imagens, o que não necessariamente é novo, o compartilhamento de imagens, mas, principalmente, a busca distribuída dessas imagens e a junção dessas imagens em torno de um determinado eixo narrativo, inclusive a montagem das imagens, a edição, ela foi feita de forma colaborativa, também. Então, no dia seguinte a essa prisão você já tem um habeas corpus sendo emitido em favor do Bruno, você já vê morrendo o assunto para a polícia de quem tinha jogado o coquetel molotov, por que estava evidente que tinham sido policiais disfarçados, e a própria imprensa mudando completamente o discurso, repetindo essa nova versão que tinha surgido, inclusive pela primeira vez a imprensa oficial colocando o nome, dando nome ao midiativismo, a Mídia Ninja, que na época era o sinônimo de midiativismo.

Então, eu vejo esses autores, principalmente, que estou citando, o Castells, por que ele identifica algo de semelhante entre todas essas formas de mobilização, o que eu acho que têm, e acho que têm algo de tecnológico. Eu não concordo muito com as implicações políticas que ele vê nisso, nem com o que ele vê por trás disso tudo. E eu acho que têm um componente não explícito, mas que a gente olhando pelo ângulo, e eu não consigo olhar por outro ângulo, pela minha própria formação teórica, e pelos meus interesses de pesquisa, tecnologia e imagem, olhando por esse ângulo você tem uma recomposição a partir das novas tecnologias de compartilhamento, de captação de imagem, de compartilhamento de informação, de informação em tempo real, que cria uma nova, deleuzianamente, guatarianamente falando, uma nova máquina de guerra, uma máquina de guerra para enfrentar o Estado, que age de forma ilegal, por trás das próprias leis do Estado, e para enfrentar a imprensa brasileira que é mais poderosa do que o Estado, a gente pode dizer assim, você têm uma máquina de guerra formada por pessoas individualmente incapazes de combater, mas que através da tecnologia, dos meios tecnológicos contemporâneos, são capazes de compor um novo ator, ou novos atores que são móveis. Mas enfim, nesse momento você consegue juntar um composto de pessoas, de smartphones, de redes de 3G, de redes de wi-fi, de plataformas de internet, de computador, de pessoas agindo à distância, pessoas postando coisas, sei lá, na Austrália, no Japão.

Enfim, a tecnologia, ela proporciona a criação, a composição de uma máquina de guerra híbrida entre pessoas, máquinas e até ondas de wi-fi, ondas de 3G, que surpreende os poderes constituídos, que não estavam acostumados com essa forma. Eles estavam acostumados a combater, no máximo, o que? Arma. E os smartphones se convertem ao longo das manifestações simultaneamente em armas contra a polícia, que provocam uma desestabilização da assimetria clássica, e em escudos. Em vários momentos a violência policial foi refreada por um smartphone levantado, ou foi punida por um smartphone levantado. “Punida”, enfim, a gente não sabe por causa da militarização. Embora não sejam autores que falem diretamente nisso eu vejo uma referência bastante forte, tanto ao Deleuze e ao Guattari, quanto ao Latour, na minha concepção do que estava acontecendo.

Wallace: Hoje tem uma grande discussão sobre qual foi o significado do movimento. Está em disputa a narrativa da revolta popular. E, aliás, eu estou escrevendo um livro sobre isso. Participei ativamente de praticamente todos os protestos. Então, há uma perspectiva, muito comum inclusive naquilo que eu chamo de esquerda oficial - não governistas, mas oficial,

institucionalmente -, de que os protestos não tinham pauta. Houve a crítica de que o movimento não tinha pauta, não tinha direção, portanto, não poderia avançar. É uma crítica clara dessa esquerda. E eu tento contrapor isso dizendo que o movimento tinha pauta sim, e essa pauta foi posta pela ação direta, outro conceito clássico do anarquismo, desde Bakunin, Proudhon, etc. Esse é só um introito pra gente poder depois discutir um pouco mais, ampliar o horizonte.

Bom, o que a ação direta, portanto, explanou para todos os cantos em praticamente todos os protestos, desde os primeiros que nasceram com 100 pessoas, e foram crescendo? A gente chegou a ter, na semana antes do dia 17 de junho, antes do ápice, chegou a ter 5 mil pessoas, depois com 30 mil, foram crescendo, e desde de os primeiros protestos o confronto com a polícia estava dado. Esteve presente, em todos eles. A polícia reprimiu com toda a sua força. Claro, sem tiro de bala letal, mas com bala de borracha, gás lacrimogêneo, gás de pimenta, etc. E, diferente do que a gente percebia no Brasil nas décadas anteriores, sobretudo na década de 90, mesmo a década de 2000, esses manifestantes entraram em confronto com a polícia. Era repressão sobre os manifestantes, que por consequência resistiam, e quebravam vidraças de bancos. E quebrar o banco, desde as primeiras passeatas é algo significativo. É uma ação direta que explica, que talvez mostre para todo mundo, pra quem quiser ver, evidentemente, que o banco é a instituição mais favorecida nesse tipo de capitalismo no qual vivemos atualmente. Esse é o primeiro ponto.

Depois, o ataque à própria polícia. E aí, entra na pauta a crítica a militarização da polícia, a truculência, a sua força empregada, na resistência a ela, na crítica que vinha das palavras de ordem desse movimento desde o seu início.

Junto com isso nós podemos perceber que todos os jornalistas da imprensa, do que eu chamo dos grandes oligopólios de comunicação de massa no Brasil, foram prontamente expulsos, quando identificados, de todas as manifestações. Além disso, vários carros das emissoras foram queimados nessas manifestações. Isso é outro ponto. E, junto a isso vinha uma mensagem que era o seguinte: “queremos a democratização dos grandes oligopólios de comunicação desse país”. A ação direta estava mostrando isso. A ação direta mostrou, e vinha também seguida pela palavra de ordem.

Então, a gente já tem a crítica aos bancos, que são a representação do capital financeiro, a crítica aos oligopólios de comunicação, a crítica às forças de repressão, aí representada pela polícia militar, e nós temos um quarto elemento que é fundamental: a crítica ao Estado como um todo. Quando, no Rio de Janeiro, tenta-se atear fogo na Alerj, quando em Brasília tenta-se destruir o Congresso Nacional, em São Paulo a prefeitura, e por aí vai, por todo o país, isso tem um significado. Uma crítica contundente ao Estado. E quando se pega prefeitura, Congresso Nacional e Assembleia Legislativa, isso diz que essas casas não nos representam. Essas casas que, a princípio, eram para ser de representantes da população não representam a sua população. Acho que isso é outro sinal muito claro que é uma crítica contundente às instituições estatais e, sobretudo, às instituições representativas.

A gente tem outros vários pontos que a ação direta nos mostrou: quebrar McDonalds; quebrar multinacionais; quebrar concessionárias de carro de luxo; quebrar, no dia 20 de junho,

no Rio de Janeiro, todos os pardais (câmeras de multas de trânsito). Nesse dia, eu vi os soldados do exército que ficam resguardando o Pantheon correrem das pedradas da população. Então, uma crítica contundente ao exército, que representaria as forças de repressão de um modo geral. E ao mesmo tempo, nesse 20 de junho, por exemplo, - e aí não dá para ter dúvida -, tinha pelo menos 1 milhão e meio de pessoas, nas seis pistas da Presidente Vargas tomadas, desde a Candelária até a prefeitura. Um estudo da COPPE-UFRJ disse que tinha pelo menos 1 milhão e duzentas mil pessoas. E a imprensa, com uma cara de pau, disse que tinham 300 mil pessoas. Só pra entender a discrepância. Bom, o que está posto? O movimento tinha uma pauta, e é claro que ela era muito heterogênea, foi infinitamente heterogênea. Tinha ali tanto populares sem nenhuma ideologia; tinha pessoas, digamos, com muita ideologia, militantes de partidos políticos; tinha os anarquistas, aliás em número muito pequeno, infinitamente pequeno. Não tinha nem como dirigir o processo, mesmo se quisessem. E têm grupos autônomos, autonomistas, dos mais diversos. Coletivos que surgiram há muito tempo, que vêm trabalhando no Brasil há muito tempo para construir algo. Acho, na verdade, que ninguém poderia prever que aconteceria aquilo, mas isso vinha sendo trabalhado por diversos coletivos há muito tempo. Então, como a gente pode agora associar isso a uma perspectiva teórica?

Só mais um dado importante: até 2013, como é que se caracterizavam os protestos no Brasil? Vamos falar do Rio de Janeiro especificamente. Os manifestantes se concentravam na Candelária, saíam em carro de som, o carro de som tinha os seus dirigentes, ou aqueles que se colocavam como dirigentes do movimento. Estavam lá os deputados, vereadores, os representantes de DCEs, de centros acadêmicos, os sindicalistas, todos disputando o carro de som, o microfone, e iam da Candelária pela Rio Branco até a Cinelândia. Na Cinelândia, tinha um palanque previamente montado. Esses políticos, enfim, esses dirigentes, ou pseudo dirigentes, desciam e subiam no palanque e de lá faziam outro discurso para a base. É a forma como se trata, eu estou só utilizando os termos, não são termos meus; eu estou só utilizando termos da política. E essa base não tinha direito à voz. Na verdade ela acompanhava, batia palma e escutava os discursos ou cantava as palavras de ordem entoadas por esses dirigentes. Bom, e ali os políticos estavam em campanha eleitoral.

Junho teve um significado absolutamente distinto disso! Primeiro, que as primeiras passeatas não tinham carro de som, não tinham. Então, diversos coletivos ou agrupamentos, enfim, eles cantavam as suas palavras de ordem na palma da mão, e cada grupo entoava a sua palavra de ordem. Tanto que você vai ver diversas palavras de ordem ao longo da passeata. Se você circulasse a passeata toda, veria coisas diferentes: umas mais radicalizadas, outras mais reformistas, outras mais dentro do sistema, como a defesa da PEC, etc, enfim. Umas mais nacionalistas, outro componente também encontrado nas passeatas. Bom, o que está posto? Claro que depois, esses mesmos que dominavam a política até então, levaram seus carros de som para tentar dirigir o movimento, mas em junho eles foram amplamente rechaçados.

Quando acontece o 20 de junho, que é a de 1 milhão e meio, aí se criou, a meu ver, o fantasma do fascismo, pela esquerda oficial. As argumentações diziam: "bom, não podemos mais fazer a passeata", "a direita está dominando", etc. Nesse momento, ocorreu a união entre os

governistas e esquerda oficial, que por decreto cancelaram as manifestações. Até então tinham duas passeatas por semana, na segunda e quinta. Depois do dia 20, só foi acontecer outra no dia 11 de julho. Foi a famosa passeata das centrais sindicais, que alguns setores falaram: “agora os trabalhadores estavam presentes”. Como se na passeata de 1 milhão e meio não tivesse trabalhador. Como se o trabalhador representasse apenas quem faz parte do sindicato, e quem é direção do sindicato. Que é uma concepção de interpretação de movimento muito fechada dentro da perspectiva do século XX.

Então, qual é o ponto que eu quero trazer? Se a gente vê que não tem... se esse movimento negou, desde o seu início, que se tivesse uma direção, e ao mesmo tempo foi extremamente radicalizado pela ação direta, por tudo que fez, seja pelo enfrentamento com a polícia, seja pela quebra de vidro das vidraças dos bancos, do ponto de vista teórico, os pensadores anarquistas são os que melhor podem nos ajudar a entender o próprio movimento, pois já discutiam isso há muito tempo. E essas ações foram efetivamente, involuntariamente ou não, casadas com as perspectivas anarquistas. Por quê?

Porque, primeiro, houve uma descentralização do movimento, que é uma das bandeiras principais do anarquismo, assim se garantia que não tivesse hierarquia entre os manifestantes. Ainda presenciamos a ação direta, seguida pela crítica contundente ao sistema capitalista, ao Estado, a crítica contundente aos monopólios de comunicação. Aí, todavia, você perguntaria: “mas, Wallace, tinha gente que não tinha a menor ideia disso”. E eu respondo: tinha. Existiam pessoas nacionalistas etc. Sem embargo, quais foram as expressões mais emblemáticas do movimento? Eu gosto de fazer um paralelo, por exemplo, com a Comuna de Paris. O que aconteceu na Comuna de Paris? Foi um movimento que nasce na Guerra Franco-prussiana, na qual os trabalhadores estavam em armas, muitos operários, e a França perde para Prússia, só para contextualizar. Depois os trabalhadores franceses, em armas, criam a comuna e se insurgem contra o próprio governo. Ao mesmo tempo eles se negaram à criação do Estado, se negaram a criação da própria representação política, negaram diversos fatores tradicionais ao que uma esquerda marxista clássica defenderia. E, apesar do número de anarquistas naquele momento ser menor do que das demais organizações, a pauta do anarquismo foi praticamente a hegemônica na Comuna de Paris. Não totalmente. Acho que esse é um paralelo com que aconteceu aqui no Brasil, também, nesse seguinte sentido, de tentar entender isso.

Queria agora ampliar um pouquinho o horizonte. Acho que o Bruno até já falou isso, mas eu queria só reforçar o que ele falou. Esse não é um movimento típico brasileiro. Isso tem um significado mundial e vem acontecendo, pelo menos, desde Seattle. Ou a gente pode pegar um exemplo num âmbito de Europa e Estados Unidos, ou a gente pode pegar um exemplo do que aconteceu em Chiapas, que é um dos principais exemplos para a América Latina, em 94. Seattle em 99 e Chiapas em 94. E aí, o zapatismo, o Subcomandante Marcos têm vários escritos que referendariam. Se eles estivessem escrevendo sobre esse processo, referendariam isso por completo: o caráter de insurgência, que não é dependente de representação, portanto, daí a crítica também, de maneira geral, aos partidos políticos. Veja, aqui é importante criar um parêntese: não que se defenda que se bata em militante, muito pelo contrário, foi abominável o que em certa

medida aconteceu. Mas, na sociedade de modo geral, existe uma crise atualmente da representação política, seja no Brasil, seja no mundo. Onde não há voto obrigatório, a ampla maioria, mais de 50% das pessoas, não vai votar; ou se vão, votam nulo ou branco. Exemplo disso agora foi o Chile, há pouco tempo. A própria França, e por aí vai. Mesmo no Brasil, em 98, 40% da população ou se absteve, ou votou branco, ou nulo. O Fernando Henrique, portanto, foi eleito em 98 com menos votos do que os votos que a grande imprensa julga como inválidos. Como se não pudesse ter um componente de crítica, de maneira geral, ao sistema.

Então, tem muita gente pensando sobre o que está acontecendo hoje no mundo. Teóricos novos, o Bruno está aqui pensando, enfim, eu estou tentando pensar... mas eu acho que será um erro para qualquer pessoa que queira encontrar uma explicação, ou apontar para o que isso pode levar, quer dizer, ao que pode levar no futuro. É difícil. Primeiro, que ninguém previa que isso aconteceria. Agora, você apontar para o que pode acontecer é muito difícil. Claro, a gente pode estabelecer, com base no que vêm acontecendo, algumas projeções. Isso é possível que se faça, em função das tendências estabelecidas pelo movimento. Mas apontar com certeza que vai acontecer isso, aí você partiria para um determinismo, enfim, que não é muito salutar.

Bruno: Queria só complementar uma coisa, rapidinho. Não sei se o Wallace vai concordar comigo. Eu acho que ele vai. Mas, além mesmo, por que você diz que têm uma influência dos teóricos anarquistas, eu acho que têm, mas você diz que a grande maioria das pessoas não estava consciente disso. E acho que por trás até da influência dos teóricos anarquistas, digamos que o espírito do tempo nosso, ele está marcado pela horizontalidade, pelo desejo de horizontalidade, o horizonte da horizontalidade, e isso favorece a retomada dos autores anarquistas, e favorece a tomada de posições bem próximas as dos autores anarquistas por pessoas que não conhecem, e que se falassem que estão seguindo o que dizem os autores anarquistas diriam: "Deus me livre", "longe de mim". Algo semelhante.

Então, eu acho que essa horizontalidade ela de alguma forma, ela está relacionada com isso que eu chamei, a partir do Castells de uma outra revolução, como uma revolução tipo Revolução Industrial, no sentido de, assim como em, sei lá, 1790, as primeiras máquinas produzindo muito, máquina à vapor já posta em funcionamento, os teares mecânicos tudo isso, poucas as pessoas, se é que alguém olhou para aquilo e disse: "bom, temos uma revolução acontecendo". Eram mudanças. Se eu não me engano o Engels é o primeiro a utilizar o termo "Revolução Industrial" em "A situação da classe trabalhadora na Inglaterra", de 1845. Ou seja, leva muito tempo. Levou quase 75 anos até chamarem aquilo de revolução. Então, eu acho que a revolução tecnológica que a gente está vivendo, a grande maioria das pessoas acha que é como com as primeiras máquinas. É alguma coisa diferente, provoca uma mudança, mas a concepção de uma revolução a gente está começando a sentir agora. E essa horizontalidade ela marca muito as novas gerações, que são as gerações já formadas através desse novo paradigma da internet, que nem sabem como era o mundo antes da internet. E se a gente pensar essas revoltas todas, elas têm um componente geracional impressionante. Eu não digo que é uma revolta dos jovens contra os mais velhos, não. Mas o componente geracional é o componente da mudança.

Na França, que é um país liberal, que é um país, digamos, com um perfil de esquerda intelectualizada, os jovens estão se revoltando contra esse perfil de esquerda, em busca de um conservadorismo. Na Venezuela a juventude está contra o chavismo. No Brasil, está de alguma forma contra o PSDB e o PT, que são a fonte de poder que a gente conhece. Na Ucrânia, é contra a Rússia. Então, é sempre, essas mobilizações elas são sempre contra o status quo, não importa se o status quo é mais a direita, se é mais a esquerda. Por que eu acho que é um mal estar geracional, dessa confrontação, desse desejo de horizontalidade, esse horizonte de horizontalidade, com um mundo estabelecido que quer impor verticalidades. Vários tipos de verticalidades. Então, é por isso que a gente não tem nem como saber, concordo 100%, não têm como fazer prognóstico nenhum, e ao mesmo tempo não tem como identificar algo unitário. Por isso eu ponho a tecnologia como o que une tudo. Eu vejo que têm alguma coisa que une, mas não é política. É uma política num sentido que a gente não compreendia. É esse desejo de horizontalidade difuso, não sempre organizado, mas às vezes organizado também.

Quando têm, logo depois do dia 20, esse dia de 1 milhão e meio de pessoas, e logo depois em São Paulo acontece algo parecido, que há uma percepção, digamos que é o dia em que os “coxinhas” vão para a rua, que surge também esse termo, e há uma percepção de uma transição daquele movimento para algo muito próximo do fascismo, todos nós ficamos preocupados com o surgimento de um fascismo. Percebeu-se, ou houve uma percepção difusa de que aquilo estava saindo do controle.

Então, a primeira coisa que teve no Rio antes dessa passeata do 11 de julho, teve uma assembléia aqui no IFCS (tem uma foto de todo o Largo tomado), e foi uma assembléia em estilo antigo, em que as pessoas se inscreveram para falar, foi aquela chatice insuportável. Eu nunca participei de assembléia por causa disso. Para mim é insuportável, é chato. E as pessoas ficam falando para impedir que a discussão avance, e adentrou a noite. Foi o que? Foram os movimentos de esquerda, que eram os donos das ruas desde sempre, que viram essa “coxinhização”, digamos assim, essa possibilidade de fascismo, que estava decorrendo da própria situação de horizontalidade. Então, houve uma verticalização muito forte, retrograda na minha concepção, para controlar esse movimento que estava saindo de controle, que estava podendo virar um movimento de direita, podendo virar um movimento de extrema direita. Ninguém sabia mais o que estava acontecendo. Então, eu acho que ao mesmo tempo, dentro da própria esquerda que tradicionalmente se manifestava, houve um medo muito grande da horizontalidade. Eu acho que esse conflito verticalidade/horizontalidade marca o conflito político que nasce das manifestações.

Wallace: Eu queria falar três coisas. Começar, então, pelos anarquistas. Eu não achei que os anarquistas tivessem influência, tivessem influenciado...

Bruno: Eu entendi isso, eu concordei com o que você falou. Você falou que eles tinham influência...

Wallace: Não, não. Eles não têm influência nenhuma. O que eles podem é explicar isso. Porque aqui na universidade não têm anarquismo. Os autores anarquistas não são apresentados para os alunos. Eu me formei aqui sem ler nenhum. Ninguém falou: “lê aqui”. Então, assim,

popularmente, o anarquismo não existia. Por outro lado, o movimento anarquista é muito pequeno, ele não tem a influência que alguns imaginam. A influência do anarquismo para isso foi, não vou dizer nula, porque aí já é muito, mas foi, enfim, ínfima. Todavia, o resultado do levante popular foi muito anarquista. Acho que esse que é o ponto. Aí entra a questão da horizontalidade, da descentralização. E indo para o segundo ponto que eu acho que talvez, não sei, é uma polêmica nossa: eu tenho desacordo da leitura que os partidos, que eu chamo da esquerda oficial, fizeram, dizendo que tinha componente de fascismo no dia 20. Eu acho que quando eles frearam o movimento, dizendo “não vamos mais participar”, foi porque eles não conseguiram dirigir o movimento. Eles estavam acostumados a dirigir naquele modelo tradicional, em grande medida hierárquico e centralizado, como já falei anteriormente. Como eles não conseguiram dirigir o movimento em momento nenhum, e pior, ainda estavam sendo rechaçados pelo movimento - o movimento como um todo não, mas por parte dele -, aí eles falaram: "não, isso é de direita". Eu acho que eles não compreenderam que a horizontalidade não permite tentativas de direção, e quem tenta dirigir é amplamente rechaçado. Como a assembleia que teve aqui no IFCS com 5 mil pessoas, eu também estava. Aquela disputa pelo microfone, todos ali de partidos políticos, que se conhecem de movimento estudantil, disputando a tapas, porque no fundo todo mundo queria dirigir. E aí, a massa: "eu rechaço isso". Eu vi muita gente indo embora...

Bruno: Desmobilizou. Essa assembléia desmobilizou.

Wallace: Desmobilizou. Esse é um dos fatores, mas têm outros.

A esquerda - é muito polêmico, as pessoas não vão nem gostar quando eu falar isso - mas essa esquerda oficial, a esquerda governista sem dúvida trabalhou o tempo inteiro para desmobilizar, porque não interessa ao governo que tenha movimento popular na rua reivindicando coisas. Não interessa a governo nenhum. Nesse sentido, teóricos da Ciência Política, como Lipset, Huntington, Kurt Weyland e mais algumas dezenas deles defendem em comum uma grande tese, que ajuda demasiadamente aos governos da hora. Trata-se da perspectiva da democracia minimalista, segundo a qual o papel ideal do povo deve ser "ir votar de tempos em tempos e depois voltar para casa, e esperar que o seu governante cumpra o que prometeu. Se ele não fizer, volte a votar e escolha outro candidato". Simples assim. A demanda popular, principalmente se vier por meio de protestos, segundo esses autores, é o pior cenário para a democracia, pois gera um problema para o Estado que não pode atender a determinadas demandas. Então, a esquerda governista, seguindo ou não esses teóricos, tentou desmobilizar e conseguiu. Agora, o problema foi que a esquerda oficial também trabalhou nesse sentido, infelizmente. Como explicar isso? Porque ela também não conseguiu dirigir o movimento que era horizontal, que era heterogêneo, e que tinham várias demandas.

Agora, dizer que era fascista eu acho que é um grandioso equívoco. Por quê? Antes de mais nada, é necessário entender o que é o fascismo para evitarmos ficar a reboque do senso comum. O que foi o fascismo na Itália e na Alemanha? É hierarquia, é disciplina, é enfim, verticalidade, é respeito às instituições, é exaltação do Estado, do líder, do chefe, do Führer. O fascismo é por natureza hierárquico e centralizado. Então... todos esses componentes não estão postos em nenhum momento pela insurreição popular. Normalmente o fascismo está atrelado a

essas estruturas hierárquicas, policiais. Não ataca exército, não ataca as estruturas. Porque, aí é que está: teria que fazer uma discussão, que é o que eu estou escrevendo no meu livro sobre o movimento. Um movimento fascista significaria a valorização extremada da polícia e de toda força de repressão. E o movimento mostrou exatamente o oposto. Eu nunca vi um momento em que a polícia estivesse tão desmoralizada, quer dizer, na minha pouca história de vida, nunca vi uma polícia tão desmoralizada quanto em junho.

A partir dessas reflexões, não dá para caracterizar como fascista nem do ponto de vista prático, nem teórico. Agora, por que essa esquerda oficial chama de fascismo? Porque ela não dirige. E como ela não concebe que ninguém à esquerda dela tenha predominância: "bom, a esquerda sou eu, eu tenho o monopólio da esquerda, então, se é diferente de mim está à minha direita, está no fascismo". E foi triste desmobilizar um movimento desse, tão forte. Tanto que em 11 de julho, que foi o ato das centrais sindicais, e eu também estava, o que aconteceu lá? Aconteceu algo muito emblemático, que é muito grave. A polícia reprimindo, naquele momento já tinha nascido os black blocs, reprimindo fortemente os black blocs com tiros de balas de borracha e gás lacrimogêneo, e o carro de som do sindicato botou o hino nacional para tocar. Naquela repressão covarde! Aí eu fui e falei para o carro de som: "amigo o que é isso? Isso aqui não é ditadura. Como você vai botar o hino nacional se os manifestantes estão apanhando?" O cara tacou uma garrafa de água em cima de mim: "não temos nada a ver com esses black blocs, não". Enfim, evidentemente, depois de tudo isso, os black blocs quase derrubaram o carro de som. Ele teve que sair correndo. Ali houve um racha muito grande. Quer dizer, eu tô dizendo o black blocs, mas não só o black bloc, mas todos os movimentos autônomos, não hierarquizados, enfim, que estavam ali e que estavam apoiando, e que viram aquela cena, tocando o hino nacional diante da repressão, ficaram indignadíssimos. E aí, houve um grande racha naquele momento, entre quem até então estava em conjunto: a esquerda oficial, junto dos movimentos autônomos, que estavam com a mesma bandeira. Ali teve um corte, aí teve uma separação, tanto que criaram a FIP, criaram outras organizações para se juntar. E os próprios partidos também se organizam juntos, para fazer a auto-defesa.

Revista Habitus: *As mobilizações políticas recentes parecem mostrar um descrédito quanto às instituições políticas tradicionais, além de recorrentes demonstrações de violência. Vocês poderiam falar um pouco sobre os limites da participação política numa democracia, principalmente sobre a questão da violência?*

Bruno: Só finalizando uma coisa. Eu não falei dos fascistas, não era quem enfrentava a polícia, era mais quem estava de verde e amarelo.

Wallace: Sim, sim. Mas quando eu falei, não foi em contraponto a você, não.

Bruno: Mas, eu acho que uma coisa que marca esse descrédito, que era muito evidente naquele momento, talvez a gente não dê a devida importância para isso, é que a democracia como está posta tem determinadas regras, e essas regras, como em qualquer jogo, você pode manipular elas sem estar indo contra elas. E chegou um momento que eu acho que esse modelo de democracia

ele estava relativamente desgastado, no sentido de: aprendeu-se a lidar com essas regras de forma que elas se tornem democráticas, elas continuam democráticas por que elas não estão indo contra o que está estabelecido, mas elas se transformaram em profundamente antidemocráticas. Vou dar um exemplo: não tem nenhuma ilegalidade no fato da bancada evangélica dominar a comissão de direitos humanos. Não tem nenhuma ilegalidade no fato da bancada ruralista comandar a comissão de meio ambiente. Não têm. O filho do Bolsonaro comanda a Comissão de Direitos Humanos na Alerj, ou na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, não sei. Mas, enfim, se a gente for ver a composição de todas essas comissões, onde o principal da atividade legislativa acontece, a gente perde a noção disso, que o principal, por que as discussões deliberativas para a formação de um projeto de lei acontecem nessas comissões, elas estão dominadas pelos interessados em não fazer aquilo funcionar. A Constituição de 88, muito bonita, muito legal, a democracia representativa é ou não é, é um debate, a melhor forma conhecida de governo, a mais democrática, mas o fato é que se descobriram, usando uma metáfora horrível do futebol, os “atalhos do campo” para se chegar nos interesses, sem estar impondo esses interesses de uma forma aparentemente antidemocrática.

Então, quando a gente vê que as pessoas mais interessadas em não existir uma política para o meio ambiente estão na comissão de meio ambiente, quem é militante de meio ambiente fica desesperado. O descrédito é quase que uma consequência natural daquilo. É uma impressão de: “ta, a gente vai votar em determinada pessoa pra botar ela lá”. Mas se ela não estiver fechada com a bancada ruralista, estou dando o exemplo do meio ambiente, ela não tem nenhuma possibilidade de fazer nada. Então, acho que há uma compreensão, além do que tem essa compreensão de que a justiça não chega no dia-a-dia do cidadão, aí que vai gerar linchamento, o que é bastante complicado. Eu não sei se é mais uma sensação de ausência de justiça ou se é uma forma tradicional de se lidar com o conflito no Brasil, que é na base da porrada mesmo. Mas, eu acho que esse descrédito fez com que uma série de pessoas, principalmente jovens, não conseguissem ver outra forma. Outra questão, poderia ter sido um grande ganho das manifestações localmente no Rio de Janeiro, a CPI dos ônibus, que não saiu. Não saiu por quê? Por que o presidente da CPI dos ônibus era diretamente implicado com a FETRANSPOR, com a Rio Ônibus.

Então, percebeu-se, de alguma maneira, que as formas tradicionais de atuação política, de luta política, elas estão todas viciadas, elas continuam ali, elas continuam com determinadas regras que são regras democráticas, mas elas estão viciadas, e a atuação através desses mecanismos ela está cada vez mais bloqueada. Ou melhor, ela não está bloqueada, ela está se bloqueando para um determinado grupo, e abrindo bloqueios para outros grupos. Se a gente pensar na discussão legislativa em torno, o Brasil passou anos discutindo uma PEC do trabalho escravo. Um problema histórico, gigante no Brasil. A gente no Rio de Janeiro não tem noção. Respinga alguma coisa na gente, na cana no norte fluminense, os bolivianos que trabalham aqui. Mas no Brasil, em geral, o trabalho escravo é um problema seríssimo. A gente passou anos e anos discutindo isso na Câmara e no Senado, e uma das coisas, só um exemplo para finalizar, uma das coisas, o que determina um trabalho escravo? Era uma série de características: a pessoa ter seus

documentos retidos, a pessoa não ter opção de onde comprar seus víveres, ter que comprar naquela venda, não saber o preço das coisas, receber tal coisa, ter condições degradantes de trabalho, uma série de coisas que marcavam o trabalho escravo. Só que na legislação que passou, num primeiro momento, era: condições degradantes de trabalho, vírgula, retenção de documentos, vírgula. A bancada ruralista conseguiu bloquear essa PEC, que não foi aprovada até agora, não sei se eu não acompanhei, tentando colocar um "e" entre cada coisa, ou seja, não bastava você estar em condição degradante. Você tinha que estar em condição degradante, você tinha que ter o documento retido, tinham que todas as coisas coincidirem para o trabalho escravo estar sendo determinado. Foi o Fernando Henrique que começou com o combate ao trabalho escravo no Brasil. Foi um trabalho bonito, de certa forma, que juntou o PSDB e o PT, os dois grandes partidos nessa direção, e esse trabalho todo passa anos sendo construído para na hora que isso vai ser votado você vê mais uma vez esse vício, essa política viciada. Os ruralistas intervêm no momento exato para anular todo esse trabalho. Então, eu acho que nesse sentido a violência, talvez, seja uma ansiedade de participar politicamente, e uma concepção de que não é possível participar politicamente, ou não é possível participar politicamente, não é possível combater politicamente esses grupos que dominam as regras do jogo. Por que eles dominam, a questão é essa, eles dominam o jogo por que eles conseguiram, através das regras estabelecidas, se inserir nos pequenos vácuos para estar dominando tudo. Ou no jogo político partidário.

Wallace: Vou pegar carona com o Bruno, de novo. Acho que a gente tem muito acordo nas nossas análises. Vou começar pela bancada ruralista. Quando Victor Nunes Leal, em "Coronelismo, enxada e voto", mostrava a força dos coronéis no interior do Brasil, é importante frisar que ela não acabou. Acho que é isso. A bancada ruralista é uma representação disso. Embora Getúlio em 1937 tenha feito o ato simbólico da queima das bandeiras estaduais que, portanto, para alguns, representaria o fim do poder das oligarquias, é importante destacar que isso não se efetivou. As oligarquias continuam existindo. Então, podemos perceber o quanto que essa democracia está viciada, e o quanto que ela está dominada por esses grupos.

A democracia que deveria ser o governo do povo, é na verdade o governo de algumas pessoas/corporações com grande poder econômico. Essa é real representação da democracia. Fazendo um pouco o histórico: a gente passou por 20 anos de ditadura militar. Mas ela não acabou com o instituto do voto, por completo. O Congresso foi fechado em 1977, mas continuou funcionando durante o restante do período. A ditadura conseguiu conciliar perfeitamente o instituto do voto com censura e ausência de liberdade. Por isso, teimo em defender que o oposto à ditadura não é democracia, pois se ela é reduzida no limite ao direito de voto ela, é compatível com regimes autoritários. O oposto à ditadura portanto é a autogestão.

Tem um texto que é muito bom, que eu recomendo, que é de um brasileiro, Luiz Felipe Miguel, que foi publicado na Dados, já tem tempo, foi em 2003, se não me engano. O título, se eu não estou errado, é "A democracia domesticada com bases antidemocráticas", algo assim, não lembro exatamente o título [1]. É um texto fantástico que vem fazendo a discussão do quanto a democracia contemporânea atual foi reduzida ao aspecto do voto. Ao ato de votar. Isso não é democracia. Então, ele faz uma comparação com a democracia grega, dos antigos, que

evidentemente tinha os seus problemas, com a exclusão das mulheres e com a exclusão dos escravos, passa por essa discussão da questão democrática na Idade Média, e depois mesmo no liberalismo.

É importante frisar que a democracia nasce em oposição ao liberalismo. Os democratas, no século XIX, estão em extrema oposição aos liberais. Depois, acaba confluindo, mas essa confluência que acontece no século XX ocorre em detrimento da própria democracia, enquanto tal. Por quê? Porque aí ela se resume ao ato de votar e não engloba nenhum mecanismo de participação efetiva da população, a não ser a de mero expectador dos atos dos políticos. Isso na prática não significa que o povo governe, como induz a entender a etimologia da palavra democracia.

Voltemos agora para o Brasil. Então, acabou a ditadura. Qual foi a grande esperança da geração anterior a minha? Era eleger o presidente desse país. A grande esperança da juventude da década de 80, das pessoas de um modo geral, era eleger o presidente: “a minha possibilidade de escolha vai mudar os rumos desse país”.

E todos sabemos que a ditadura concentrou renda exorbitantemente. O Brasil cresceu muito sim, mas com riqueza concentrada. De modo que o país passou a ter ou a pior distribuição de renda do mundo, ou uma das piores. Variava entre as três piores.

A possibilidade de escolha do presidente foi o que movimentou a geração inteira. Em 1989, existiam 21 candidatos concorrendo às eleições. Inclusive tinham partidos coligados. Bom, era a grande esperança. E aí a esquerda deposita toda sua esperança no Lula, por exemplo. Por que o Lula? A simbologia do Lula era espetacular: nordestino, retirante, operário, fundador de um dos maiores partidos de massa do mundo, que era o PT. Fundador da Central Única dos Trabalhadores para aglutinar a luta contra o Capital. Tem um discurso do Lula em 89, aqui na Candelária, na campanha, que foi muito emblemático. A grande mídia, dizendo que se o Lula ganhasse, ia ser a pior coisa dos mundos. A nossa mídia é muito partidarizada, como toda grande mídia no mundo inteiro. Se eu não me engano, o Mário Amato, que era o presidente da FIESP na época, falou assim: se o Lula ganhar, vão sair 100 mil empresários do país. E o Lula veio e falou no comício aqui da Candelária: “olha... nós queremos ganhar porque, se os empresários saírem do país, nós trabalhadores vamos ocupar as fábricas e geri-las a nossa maneira.” Olha só! Que discurso! Que ponto! E aí, como todos sabem, o Lula não ganhou em 89, ganhou o Fernando Collor, candidato das grandes elites, candidatos dos ruralistas, candidato, enfim, da Rede Globo de Televisão e por aí vai.

A perspectiva que ficou para a esquerda popular foi: tudo bem, não ganhou agora, vamos trabalhar para ganhar no futuro. O Collor cai em 1992, sofre o impeachment. Em 1994, o Lula perde de novo. Perde em 98, mas ganha em 2002. Era a grande esperança. Aliás, o slogan era a “esperança venceu o medo”. Então, percebam a simbologia para toda aquela geração, e para os filhos dela que apostaram na vitória de um partido que tinha como lema a ética. A ética na política, não tem roubo pra gente. Muito parecida até, tentando lembrar um pouco com o Jânio

Quadros, o da vassourinha, limpar a corrupção. Fazendo um paralelo rápido, mas era a questão da ética.

Bom, Lula chega ao poder, agora vai mudar. A esperança, o sinal que foi emitido para a sociedade era de alternância, de mudança profunda. Qual foi a mudança profunda estabelecida pelos dois governos Lula? Essa é a grande pergunta! A grande mudança foi transformar o Bolsa Escola do Fernando Henrique Cardoso em Bolsa Família. E aí, quais foram as outras? É claro que os governistas/ petistas elencaram que o Brasil cresceu.

Eu acho que junho põe à prova, põe em dúvida todos os números divulgados pelos governos. Porque não é possível que simultaneamente em todas as capitais do país milhões de pessoas vão pras ruas protestar contra tudo! Contra o governo, contra a Copa, contra os gastos da Copa, contra o aumento do custo do transporte público, etc, etc. Então essas pessoas não estão satisfeitas. Não é possível que estejam.

Aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, voltando um pouco aos protestos, daqui a pouco falo um pouco mais da democracia. Os protestos aconteceram em praticamente todas as cidades: Niterói, Nova Iguaçu, Caxias, São João de Meriti. Em bairros: Irajá, Bonsucesso. Os protestos ocorrem nas favelas Rocinha, o Santa Marta, tudo nesse momento. Quer dizer foi muito emblemático, é uma insatisfação generalizada que perpassou por todas as classes sociais. Evidentemente, num segundo momento, a grande mídia consegue controlar e estabelecer uma falsa pauta para o movimento. Que aliás, o governo adota: Ah, o povo queria a reforma política. Então vamos fazer a reforma política. Foi a primeira medida do discurso da Dilma.

Bom, aí voltando à democracia. Então o povo elege um nordestino, retirante e operário para fazer mudanças profundas e o Brasil continuou sendo o paraíso dos banqueiros. Essa é a marca fundamental do governo. Continuou sendo o paraíso dos banqueiros. Se você pegar, os números do Bradesco, Banco do Brasil, perceberá que os lucros estão se superando a cada semestre. E é por isso que grande parte desse movimento se indigna contra as vidraças desses bancos. Atentam contra eles.

Bom, depois do Lula, então, foi eleita a primeira mulher brasileira, primeira mulher a ocupar o principal cargo Executivo do país. Quem foi Dilma? Ela foi para luta armada, contra a ditadura militar. Olha que simbologia. Não tem símbolo maior do que isso. Então é, uma mulher agora, é o que muitos falam: “ah, mulher tem mais sensibilidade etc”, e o Brasil continuou sendo o paraíso dos banqueiros! Esse é o marco fundamental.

Ah! Dizem os petistas, o Bolsa Família tirou não sei quantas mil famílias da miséria. Para tirar essas pessoas da miséria absoluta o governo implementou um programa que o próprio PT criticava na década de 80. Isso é importante frisar. Um programa assistencialista que atendendo seus anseios de poder lhe rendeu uma indústria do voto. Os mesmos milhões que recebem o bolsa-família continuam sem a emancipação social, dependentes do Estado e fiéis do petismo. Uma verdadeira indústria do voto miserável.

Veja, não estou dizendo que sou contra o Bolsa Família. Não sou! Eu acho muito importante tirar pessoas da miséria, todavia acho que ela deve ser feita por outros meios e é por isso que sou socialista. Defendo que as pessoas tenham acesso aos meios de produção e possam geri-los coletivamente, com o fim da alienação.

E veja, o programa Bolsa Família não é algo que foi pensado pelo petismo. Ele existe no Brasil, na Colômbia, na Venezuela, na Argentina, em praticamente todos os lugares da América Latina com nomes distintos ou com um amálgama de programas assistencialistas. Isso é para garantir o mínimo de reprodução social dessas pessoas, senão a violência tinha uma explosão. Tal como foi na década de 90. O que foi a explosão da violência? Foi a explosão do desemprego, das desigualdades, das políticas neoliberais.

E por que estou falando tudo isso? É só para a gente poder entender as causas de a grande massa popular não confiar mais na democracia representativa. Esse é o ponto. Peguei o empírico para explicar a teoria. Fiz uma inversão da relação mais comum. Veja, você elege um deputado e não existe nenhum mecanismo de prestação de contas com o seu eleitor. Nenhum. Percebe? No fundo não existe nenhum compromisso. O que os críticos anarquistas dizem é que a redução ao ato de votar significa que você dá um cheque em branco para aquele deputado, ou vereador, ou para o cargo Executivo, sem qualquer compromisso.

Essa crise da democracia representativa não é um fenômeno exclusivo brasileiro, como eu falei anteriormente. É um fenômeno mundial. Na Venezuela, que eu estudo um pouquinho, a vitória do Chávez, portanto, foi o que salvou a democracia. Na Venezuela, por exemplo, tinham apenas dois partidos que concorriam praticamente sozinhos nas eleições. A AD, que é o partido da Ação Democrática, e o Copei. A AD era tida como centro-esquerda e o Copei de centro-direita. Desde o pacto de "Punto Fijo" em 58, só eles dois concorriam nas eleições e a maioria da população nem sequer votava, falava: não tem opção. E Chávez apareceu como a grande esperança para grande maioria da população venezuelana. Tal como o exemplo da chegada de Chávez ao poder na Venezuela temos outros pelo mundo. Não sei se foi tentativa deliberada ou não, mas é algo simbólico para gente analisar. Tivemos Lula no Brasil, Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, e, pasmem, um negro, conseguindo o cargo Executivo de maior expressão nos Estados Unidos: Barack Obama. O país mais racista do mundo, foi exatamente aquele que elegeu um negro para presidência. Que também estava naquele último suspiro de esperança de garantir a democracia representativa nos EUA, onde a maioria das pessoas opta por não votar. Podemos ampliar essas representações simbólicas que a gente vê na América Latina e nos EUA para os exemplos do Labor Party, partido trabalhista britânico, o Partido Socialista francês, Partido Social-Democrata alemão, o Socialista espanhol. Todos eles alcançaram o poder na década de 90 e implementaram as reformas neoliberais, que foram contra os interesses dos trabalhadores. Então a crise da democracia representativa significa que aqueles representantes não nos representam. No fundo, eles estão muito mais comprometidos com os donos do poder, sejam eles ruralistas ou não. Não só os ruralistas, mas os próprios banqueiros, e empresários capitalistas de um modo geral pelo mundo.

Então, para finalizar, tento trazer um conceito: o dos governados, que tento trabalhar a partir da dicotomia entre governantes e governados. No fundo, 2013, no Brasil, representou a revolta dos governados, claro, muito difusa, em parte nacionalista, por diversas questões, mas representou uma insatisfação com toda forma de governo. Depois dessa explosão em outros países, ela chegou ao Brasil e representa a crise da democracia representativa. A conexão entre governante e governado está impossível. Daí a importância do anarquismo, dos autonomistas, apontarem para auto-gestão, como solução para esse processo. Mas essa é uma outra discussão.

Revista Habitus: *Queríamos pedir para vocês falarem um pouco mais das mídias sociais e as novas tecnologias, em contraposição com o papel da mídia clássica, na cobertura dos movimentos políticos.*

Bruno: Nesse momento está se evidenciando uma coisa indiscutivelmente nova, nesse campo. Por que? É óbvio que essa divisão entre emissão e recepção ela é muito problemática. O receptor é passivo, não é passivo... Isso tem que pegar teorias da comunicação e a gente debate isso por muito tempo. Mas se a gente tomar essa dicotomia entre emissor e receptor de uma certa mensagem, de modo básico, analiticamente pra gente não se complicar muito. As redes sociais, o midiativismo, não necessariamente, chama-se jornalismo independente, mas é óbvio que não é independente, não é imparcial, é ativista mesmo. O que traz de muito diferente, em um primeiro momento já é que você quebra a unicidade do emissor. É óbvio que não é único, você tem vários oligopólios da mídia, mas que são únicos. Tem a antiga TVE que agora é a TV Brasil que é um canal petista, digamos assim, eu me sinto muito mais a vontade assistindo a TVE do que assistindo a Globo, a TV Brasil do que assistindo a Globo, porque tem uma perspectiva de esquerda minimamente.

O fato é que a mídia brasileira - quem me chamou atenção pra isso foi mais uma vez a Fernanda Bruno, pra essa questão do Datena - estava acostumada a que? Você fazia uma pesquisa dessa: você é a favor de protesto com baderna? Ela estava acostumada a que simplesmente as enquetes servissem para corroborar o que elas estavam dizendo. Era uma outra forma de dizer: “está vendo como é verdade, está vendo como o que a gente está falando é o que o povo pensa. Não é a gente que está tentando impor uma visão qualquer”... E a partir do momento que um outro regime de discurso estava acontecendo nas redes sociais, e cada vez mais acontece, que você desestabiliza, vou usar de novo essa expressão, mas essa profunda assimetria de poder que existe entre receptores e emissores de informações, de comunicação.

Então os receptores, os que tradicionalmente são receptores, passam a ser também não só emissores, como produtores de conteúdo. Por que não é só você estar reproduzindo o que outros veículos talvez menos comprometidos com essas oligarquias estão dizendo. Você está produzindo conteúdo e o conteúdo que você está produzindo pode circular independente dos meios materiais, que tradicionalmente eram usados (Canais de televisão, de rádio, jornal impresso). Então a internet, se em um primeiro momento a internet surge mas não consegue desestabilizar isso porque, o esquema de blog funcionava, o esquema de site em um primeiro

momento e depois de blog, funcionava, sim, funcionava, você podia ter um blog e conseguir ter sei lá 50 mil pessoas, difícil, 500 pessoas que assinassem o seu blog. Elas podiam receber um email, dizendo que você colocou alguma coisa, mas dificilmente as pessoas, ou uma parcela reduzida ia clicar no link e ia entrar efetivamente no seu blog e ia ler. A partir do momento que você tem o facebook e o twitter - eu estou resumindo, não é só facebook, twitter e youtube - as imagens também passam a ter uma outra conotação completamente diferente. São imagens que partem de um cinegrafista fragmentado, cinegrafista distribuído. Qualquer um pode ser cinegrafista. Então você tem uma nova possibilidade não só de emissor, e você desconstrói a tradicional divisão, que era uma divisão concentradora de poder no emissor, e o receptor era passivo ou no máximo influenciável, manipulável. Eu não estou dizendo que a grande mídia deixa de ter prevalência sobre a rede social, ainda tem prevalência, mas essa assimetria de poder tão grande, ela começa a ser mais complicada de ser mantida. Dá mais trabalho, muito mais trabalho pra grande mídia manter essa assimetria de poder que pra ela é quase natural, porque você teve a distribuição, durante a Ditadura, das concessões de rádios e televisão, e essas concessões eram dadas pra pessoas que estavam dispostas a apoiar, diria num primeiro momento o Estado e a partir de um determinado momento, pelo próprio desenvolvimento desses oligopólios políticos, a apoiarem a economia, digamos assim, economia entre aspas, um determinado modelo econômico.

Então acho que essa é a principal transformação trazida. É uma transformação que a gente começa nesse momento a sentir os primeiros efeitos, porque eu vejo cada vez mais, pessoas confiando mais numa notícia de facebook transmitida por militante, ativista, do que naquilo que chega nos jornais. Mais ainda, eu vejo as pessoas assistindo o jornal, eu não vejo, eu constato, as pessoas assistindo o jornal com o facebook ligado pra estar comentando a manipulação do jornal, comparando uma notícia com a outra. Então, eu acho que isso já basta pra dizer qual é a minha concepção desse impacto. É um impacto que a gente já está começando a sentir. Essa é minha grande esperança, a pluralidade do discurso. A desconstrução do discurso único da mídia. Eu acho que a médio e longo prazo, isso vai provocar um abalo, que a gente não tem ainda a condição de ver, pode ser pra um lado, pode ser pra outro, mas um abalo nesse mundo, que a gente conhece aqui no Brasil, que é um mundo dominado por três ou quatro, dizem que são onze famílias que dominam todo o sistema de comunicação no Brasil. Essas onze famílias que dominam de alguma forma a realidade que chega pras pessoas. É bastante problemático falar isso, dominam a realidade, mas é isso, dominam, elas tem um monopólio de construção da realidade. Se esse monopólio funciona perfeitamente ou não é uma outra questão.

Wallace: Vou concordar literalmente com tudo com o que o Bruno colocou. Vamos pegar o protesto, o levante popular, enquanto objeto para análise e responder essa sua pergunta.

Eu acho que os protestos só foram possíveis em função desse midiativismo, no seguinte sentido: na medida em que a gente tem claro que o papel dos grandes oligopólios de comunicação de massa no Brasil, historicamente se colocaram contra toda forma de protesto popular, contra toda forma de greve, contra toda forma de contestação do sistema como um todo, podemos inferir muito facilmente que sem o midiativismo não existira o Levante de 2013. Na lógica dos

oligopólios, é possível até criticar o governo A, B ou C, mas não se pode contestar o sistema como um todo. Em função desse papel histórico e da consequente censura que existe nesses oligopólios, dificilmente seria mostrado um policial batendo em um manifestante, como covardemente aconteceu, em uma grande rede de televisão.

Como isso foi possível? No facebook estava todo mundo vendo a repressão que tinha acontecido, repressão totalmente desproporcional, covarde, dos aparelhos de repressão do Estado sobre os manifestantes. Os manifestantes pediram: “não bata não, não bata” e o policial dando tiro a queima roupa, de bala de borracha. Uma coisa absurda. Isso indignou a população. Além do mais, entrou o corporativismo da categoria, pois alguns jornalistas foram gravemente feridos pelos policiais. E os meios de comunicação foram obrigados a mostrar isso. Nunca tinha visto isso, eles tiveram que ir a reboque do que estava sendo já divulgado amplamente pelo facebook. Essa postura dos oligopólios deu maior impulso para os protestos. Naquela semana foi o ápice, de 17 a 21 de junho.

Em função das novas revoluções tecnológicas, o midiativismo altera significativamente a percepção da política. Acho que cada um com um smartphone na mão e uma rede social, ele vira um jornalista em potencial. Esse é o grande diferencial.

Vamos pegar como exemplo uma passeata da década de 90 no Rio em que participei. Foi em 1998 e contra o governo Fernando Henrique Cardoso, com dimensões grandes para a época, grande assim, 30 mil pessoas. Para 2013 não era nada, mas em 1998 tinha tempo que não acontecia nenhuma passeata. Aí eu pensei, vou pra casa, ver qual vai ser a repercussão na grande mídia. E aí cheguei lá: nada. Sem nenhuma linha, nada. O Jornal Nacional no dia e o jornal O Globo, no dia seguinte, não disseram nada, como se não tivesse acontecido. E não existia rede social para divulgar aquilo. Então... não aconteceu. Aquela passeata de 30 mil pessoas não aconteceu para o Brasil. O Brasil não soube e nem os cariocas souberam, os que não estavam no Rio Branco na hora. Então... é uma forma de censura.

Todavia, o mais trágico, se não fosse cômico, ao mesmo tempo muito emblemático para mim, foi que na sexta-feira fizemos a passeata, não saiu nada sexta à noite, não saiu nada no sábado... Naquele ano existia uma campanha para castrar pitbull, porque pitbull tinha matado crianças etc, saiu uma lei sobre isso. Então doze caras com pitbull fizeram uma passeata. Doze. E saiu na capa do jornal O Globo do domingo, os doze. Era a capa do jornal O Globo: donos de pitbull fazem protesto. Veja a prioridade jornalística: 30 mil não importava, mas doze era importante.

Então, o papel hoje dessa mídia, do midiativismo, ele é fundamental, pois consegue colocar em xeque as próprias notícias dos meios de comunicação. Junho colocou em xeque. Uma das principais palavras de ordem do movimento desde o seu início era "A verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura". A crítica aos meios de comunicação é fundamental, tomara que continue ganhando corpo. Eu não posso dizer que é irreversível, porque é possível que se crie algum tipo de censura e eles com certeza já devem estar pensando nisso. Porque isso abala. Isso abala o poder. Porque uma das grandes formas de poder é essa: o monopólio da informação.

Tem uma teórica que se chama Elizabeth Noelle Neuman, que tem alguns textos discutindo no campo da teoria da comunicação e ela trata de um conceito que se chama espiral do silêncio. Esse conceito significa que aquilo que não é dito nos grandes oligopólios de comunicação, parece não existir. Portanto, a pessoa que é crítica e pensa diferente daquilo que é difundido, ela se sente intimidada ao expor sua opinião em público. Enquanto aquela pessoa que assiste ao Jornal Nacional todos os dias e reproduz o que o William Bonner fala na televisão fica super à vontade para expor “sua opinião”, pois está falando aquilo que é o senso comum.

Isso também acontecia nos protestos, as pessoas tinham que se colocar contra os vândalos. Nomenclatura criada pelos oligopólios de comunicação de massa. Criou-se esse conceito fluído, completamente descolado de qualquer realidade. Aliás os vândalos, na verdade, foram os que destruíram o Império Romano, portanto, seria algo de positivo, mas enfim... E aí de você que defendesse aqueles que estavam quebrando as vidraças dos bancos. Aí de você! Porque criou-se um consenso de que você não poderia, de maneira alguma, fazer aquela defesa. E isso chama-se espiral do silêncio.

Então pra concluir: essa mídia, esse midiativismo, em que todos nós podemos nos transformar em jornalistas com um smartphone na mão e uma rede social, isso é muito bacana, muito válido, e com certeza, para responder a pergunta, não só tem tirado o poder dos grandes oligopólios de comunicação, tem tirado, junho mostrou isso, mas não tira totalmente. É o que o Bruno falou, eles continuam ainda. Eu acho que a juventude hoje não assiste mais Jornal Nacional, e é muito possível que essa juventude hoje, ela já está nascendo em um novo contexto, um novo mundo, que ela não foi acostumada a assistir o Jornal Nacional, a se informar pela televisão, ela tá acostumada a se informar pelo facebook. E aí isso abre uma grande oportunidade para efetivamente o declínio desses grandes oligopólios. Todavia, as gerações que foram acostumadas a se informar pela televisão, pelos meios tradicionais de comunicação de massa, elas ainda continuam presas a isso, embora aos poucos vão se descolando, mas continuam muito presas. Então eu acho que tem aí um componente geracional. Os mais jovens estão mais descolados desses aparelhos, portanto, eles podem, não estou dizendo que vão, podem, por consequência, se transformar em pessoas mais críticas. Por quê? Porque ao assistir ao Jornal Nacional, se informar pelos grandes oligopólios, você não se transforma em uma pessoa crítica, você se transforma em pessoa adaptada, subordinada ao sistema de maneira a entender que não tem alternativa, não tem solução radical das questões. Você sabe que tem problemas, mas não tem canais de transformação.

Bruno: Só complementando uma coisa, no que ele estava terminando de falar, eu tenho repetido muito que é uma grande diferença tecnológica, a televisão que marcou a geração dos meus pais, ela é uma tecnologia apaziguadora. A internet é uma tecnologia, o contrário de apaziguadora, me fugiu a palavra...

Wallace: Rebelde.

Bruno: Rebelde. Ela traz a rebeldia, ela traz a inquietude. Ela é inquieta, ela não apazigua. Então, por isso que eu insisto nessa questão de uma revolução tecnológica que a gente está vivendo. E os

indivíduos hoje, com todos os problemas que se tem pra falar indivíduo, o indivíduo hoje é diferente do indivíduo que nasceu 10 anos antes, o jovem de hoje, a pessoa que nasceu 10 anos antes dele, a pessoa tem uma diferença, um gap imenso que é muito complicado até de ter uma confluência cognitiva entre os dois. É complicado de conversar e ser a mesma coisa, por que a gente está, aí eu vou na minha referência teórica mesmo, a gente é composto também pelos objetos nossos, da mesma forma que dizem que o homem contemporâneo, enfim o homem anatomicamente moderno, não é o homo sapiens, é já o homo sapiens que consegue utilizar determinados instrumentos. Por que eu estou dizendo isso? Porque na Biologia você tem a concepção que a partir do momento que chega no homo sapiens a evolução está completa. Mas não, a nossa evolução é também uma evolução, que não tem nada a ver com evolução no sentido antropológico, no sentido morfológico, é a gente se adaptar aos nossos objetos, porque enfim, quem trabalha no computador como eu, como todos nós aqui provavelmente, sabe o quanto o computador tem uma tendência a encurvar todo mundo também. Os objetos materiais que circundam a gente eles vão transformando o nosso corpo, não só o nosso corpo, a nossa cognição.

Então esse impacto da internet principalmente, a gente cada vez sente mais ele e inevitavelmente essa geração que já nasce com a internet, ela é uma geração em todos os sentidos diferente da geração anterior. Isso não é determinismo tecnológico. Não é determinismo tecnológico, por que eu acho que a tecnologia, o determinismo tecnológico, você imagina que a tecnologia vai ter um determinado efeito necessariamente. Não! Eu acho que tanto a gente vai transformando a tecnologia. O Steve Jobs quando cria o iphone, porque a gente fala smartphone, mas basicamente o que estava no midiativismo era o iphone, e o iphone é também o primeiro smartphone que surge. Quando o Steve Jobs cria o smartphone ele não tinha a mínima noção que o smartphone tinha a possibilidade de abalar o capitalismo como ele está abalando, pelo contrário, se ele soubesse, talvez ele não ... ou faria, pensando na juventude hippie dele, horizontal. Porque o berço da tecnologia informacional, o vale do Silício, foi formado por hippies, que foram, pelo menos na sua juventude, marcados pelo desejo de horizontalidade. É por isso que todas as tentativas de censurar, de se centralizar a internet tecnologicamente foram burladas, por isso eu acho que é possível que arranjem uma forma de censurar o facebook, mas eu acho que o desejo de verticalização vai sempre estar correndo atrás da horizontalidade tecnológica que é a marca da tecnologia digital.

Revista Habitus: *Sobre a questão da segurança pública e os grandes eventos, vocês podiam falar um pouco dessa questão do exército? O exército esteve na Maré, fazendo a pacificação, e vai fazer a segurança, de certa forma, da Copa. Como é possível ver isso?*

Bruno: Bom, não é que o exército vá fazer a segurança da Copa, vai ser uma composição; o grande cerne, eu estou pesquisando exatamente segurança em megaeventos. O cerne do preparativo todo é o que eles chamam de integração institucional, que é mais uma coordenação. Você tem dois grandes órgãos, que é a SESGE, Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos, que foi criada para a Copa e Olimpíadas, que é subordinada ao Ministério da Justiça, que em tese estaria responsável por todo o planejamento; e o Ministério da Defesa, que seria parceiro. Só que,

ao longo dos preparativos, o Ministério da Defesa foi ganhando mais destaque do que estava previsto num primeiro momento. Acho que tem a ver também com – a gente gostando disso ou não – uma maior competência da burocracia militar. A burocracia militar no Brasil é uma das burocracias que funciona melhor, para o bem e para o mal. Ela é uma das burocracias que funciona melhor. As secretarias de segurança, por exemplo, são muito suscetíveis a influências políticas; o governador tem uma ideia e muda completamente o planejamento, porque o governo teve a ideia, as burocracias militares não. Então acho que o exército vem ganhando, o exército mais que outros, dizem que os militares dizem que como tem muito mais gente no exército do que na marinha e na aeronáutica, quando você faz qualquer coisa conjunta, o exército bota muito mais gente; você bate no liquidificador e fica tudo com cor de vitamina de abacate, fica tudo verde, porque o exército põe 50 pessoas e as outras põe 5.

Então, digamos que as Forças Armadas, de forma bastante inquietante a meu ver, vem ganhando cada vez mais destaque na segurança pública. Por quê? Bom, você tem uma divisão constitucional entre segurança e defesa. Segurança é responsabilidade do Ministério da Justiça através das secretarias estaduais, é mais descentralizado, nos estados principalmente, há uma tentativa de passar isso aos municípios também, através das guardas municipais, mas é basicamente o estado. E o Ministério da Defesa é centralizado. Então, o Ministério da Justiça é a segurança e o Ministério da Defesa é o responsável pela defesa nacional, que são coisas definidas de forma diferente.

Nesse momento, tem uma coisa que eu estou estudando, escrevendo, pesquisando, você tem uma concepção tentando ser criada que seria de defesa social, substituindo segurança pública. Segurança Pública seria muito marcada como um trabalho da polícia, especificamente, seria muito identificado com a polícia. A Defesa Social seria algo que integraria várias instituições, inclusive a educação, por exemplo. A educação passaria a ser vista como responsável pelo trabalho de segurança. Isso é um pouco fruto das críticas que nós, cientistas sociais, fizemos, de que a violência não é questão só de polícia, é pra englobar tudo, é pra todo mundo estar trabalhando, porque senão fica sempre a polícia que só sabe agir de forma violenta, eles são treinados pra isso. Mas só que isso ao mesmo tempo cria uma nova figura jurídica, que rompe as barreiras legais, entre segurança e defesa. Então, esse novo modelo da Defesa Social pressupõe cada vez mais, havendo necessidade, uma participação das Forças Armadas na segurança local. Isso por si só já é uma coisa perigosa. Mas mais do que isso, em relação aos megaeventos, não é uma exclusividade do Brasil. Vários países em que ocorreram megaeventos, a gente pode falar da Inglaterra, pode falar da Grécia, pode falar da África do Sul, a gente pode falar até da Alemanha. Alemanha, por exemplo, o exército alemão – que foi completamente reformulado depois da derrota na Segunda Guerra – só podia atuar externamente, no exterior. Ele manda tropa para o Afeganistão, por exemplo, mas ele não atua dentro da Alemanha. A partir da Copa de 2006 tem a possibilidade dele atuar na Alemanha; na Copa de 2006 ele atuou no território alemão. Ou seja, você tem no embalo dos megaeventos uma série de novas situações que são identificadas por autores estrangeiros – eu citaria aqui Richard Giulianotti e o Francisco Klauser, com coisas bastante interessantes sobre segurança em megaevento – você tem um processo comum de militarização

da segurança pública. Sem dúvida, se toda segurança dos megaeventos ficasse a cargo das polícias, os buracos que existem seriam muito maiores, muito maiores. Então, nesse momento, para enfrentar as ameaças novas, porque megaevento é uma globalização forçada, então a gente agora, por exemplo, está se preocupando com terrorismo, que não era uma questão brasileira. Então, pra todas essas novas ameaças, pensa-se – não sei se é verdade – que as forças armadas são necessárias também.

Uma outra questão que surge, paralela a isso, é que com as manifestações, com a evidência de que foi algo que partiu, foi gestado, foi gerido, foi pensado, foi inflado nas redes sociais, há uma percepção de que essas redes sociais precisam ser monitoradas, precisam ser estudadas. No embalo dos megaeventos, mas não exclusivamente, foi criado pelo Ministério da Defesa um órgão chamado CDC, Centro de Defesa Cibernética do Exército, ou seja, você está formando, através da burocracia militar do exército, essa burocracia eficiente para o bem e para o mal, você está formando oficiais especializados em monitoramento digital, monitoramento cibernético; uma espionagem digital. Isso é com foco também nas ameaças de terrorismo, na investigação pra terrorismo e na defesa do espaço cibernético. Porque o espaço cibernético aparece agora como o quarto espaço após o aéreo, marítimo e terrestre, a doutrina das Forças Armadas já identifica o espaço cibernético. Então, a proteção do espaço cibernético é vista como fundamental pra garantia de funcionamento; pra você não ter um ataque de hacker, por exemplo, sistemas nos aeroportos da Infraero darem pau, pra se criar o caos... É só a gente pensar, vocês não devem se lembrar, o medo que as pessoas tinha daquele “bug do milênio”, ia ser uma pequena coisa que o mundo inteiro ia explodir, praticamente, por causa daquilo.

Então você tem a criação de um órgão chamado Centro de Defesa Cibernética, para os megaeventos um órgão de espionagem na internet, que não precisa seguir as milhões de regras pra você ter acesso as informações na internet, mas que vão acabar os megaeventos e vai continuar existindo, vão continuar treinando pessoas e eles vão fazer o que? Eles vão espionar quem? Vão estar espionando a gente, vão estar espionando os ativistas de rede social, vão estar espionando os novos inimigos, os inimigos pra eles, que são os velhos inimigos e os novos também. Ou seja, isso me inquieta um pouco porque é algo muito pouco divulgado, muito pouco debatido, a grande maioria das pessoas não sabe.

Quando eu começo a falar isso, me perguntam: mas você acha que há uma possibilidade de ditadura militar no Brasil? Não, não acho. Mas estou menos seguro da minha resposta do que em maio do ano passado. Não estou querendo ser pessimista, mas realmente esses tentáculos rizomáticos... Porque até agora o que aconteceu foi o que? Os manifestantes, se a gente pensar no caso das manifestações, os manifestantes se comportaram rizomaticamente, divididos, sem centro, espalhados, se multiplicando, enfim, sem ser pela forma tradicional, institucional. E as instituições se comportaram da forma que elas sabem se comportar, de forma arborescente, radiculares, enfim, centradas. Partindo de um centro você pode querer se espalhar, mas você se espalha a partir de um centro ou através dos galhos; tem a metáfora da árvore e a metáfora da grama, porque a grama não tem centro, não se reproduz da mesma forma. E eu vejo esse Centro de Defesa Cibernética, mais do que qualquer outra coisa, como uma tentativa das instituições de

atuarem no campo do rizoma, no campo do rizomático também. Isso começa a me preocupar, isso começa a acender o alerta. Como, não necessariamente igual, mas que aproximaria com o Brasil de uma NSA, só que uma NSA que não estaria monitorando os muçulmanos, não estaria monitorando os chineses, estaria monitorando o “inimigo interno”. E quem é esse inimigo interno? Bom, a partir do momento que você tem que monitorar o inimigo interno, não existir um inimigo interno é um problema menor. Você cria um inimigo interno, porque tem que fazer aquele sistema funcionar, porque aquele sistema tá montado, é caro, as pessoas são treinadas pra isso, tem um comandante. É algo um pouco aberto, não tenho como fazer um prognóstico; eu só levanto uma situação que a maioria das pessoas não está ligada.

Wallace: Existe toda uma discussão sobre o papel do exército. A gente está vendo hoje isso aqui na academia, diversos eventos contra a ditadura civil-militar, com vários temas: “para nunca mais acontecer”, “para nunca mais se esquecer”, “foi ditadura sim”, etc. Acho que é muito emblemático agora, no dia primeiro de abril de 2014 completando 50 anos do golpe, o exército estar ocupando a favela da Maré. Acho que isso é muito emblemático. Daí o que é importante para gente ver? O exército ocupou a Maré agora, em 2014, mas ocupou favelas no Rio de Janeiro nos últimos 20 anos. Não sistematicamente, mas ocupou, vez ou outra ocupa, desocupa, ocupa, desocupa; foram várias as favelas neste sentido. E a atuação do exército ou das forças policiais nas favelas não deixa nada a perder para atuação que o exército tinha durante a ditadura militar. Acho que isso é importante. Importante fazer esse tipo de denúncia, porque hoje nós vivemos sob o manto de democracia; só que uma democracia para a classe média, uma democracia para as elites. Mas as periferias e favelas do Rio de Janeiro estão sob controle militar praticamente o tempo todo. A UPP é controle militar das comunidades pobres. A UPP significa que o trabalhador que mora na favela corre o risco de ser pego para averiguação o tempo inteiro e isso não tem nada a ver com um regime democrático, com garantia de liberdade. Tem garantia de liberdade no asfalto, mas nas favelas e periferias, não tem. E o fato do exército estar lá ocupando para um megaevento, para Copa, e vir ocupar as ruas, isso é emblemático, tem problema. Então, tem que chamar a força de repressão para garantir um evento? Em qualquer que seja o país, isso significa que sua população está descontente, significa que há descontentamento. Ou que aquele evento ocorre à revelia do interesse da população, o que ficou muito claro com a Copa das Confederações do ano passado e, aparentemente, acontecerá com a Copa do Mundo. E olha que futebol é a maior paixão do brasileiro, acho que ninguém pode ter dúvida disso. Todavia, até nesses momentos de futebol a população se indignou. Embora os grandes oligopólios de comunicação estejam trabalhando dia e noite para fazer com que a população pinte o rosto, pinte a rua, etc., etc., em favor da Copa, curta a Copa, como curtiu no passado. Só que hoje não está dando tão certo, é um ou outro que está pintando, comprando, mas da maneira generalizada como aconteceu em outras Copas, isso não acontece mais. O papel do exército nas ruas é um sintoma muito grave para toda a democracia, para toda a população, para as liberdades. O que é importante dizer é que nas favelas e nas periferias eles continuam sob o manto... como sempre estiveram no Brasil... Ou seja, os escravos do século XV ao XIX, sempre foram objetos de suspeição. Ser negro era ser objeto passível de repressão, de um Estado repressor; depois, no início do século XX, os anarquistas que eram hegemônicos no movimento operário no Brasil, sofreram, foram deportados, torturados,

assassinados; depois tem os comunistas, que ganham força e passam a ter a maioria e vão dominar o movimento, e também foram muitos torturados, o próprio caso da Olga Benário; depois a própria ditadura que pega os estudantes, muitos estudantes vão pra luta armada; e depois, na década de 80 e 90, essa repressão é voltada para a periferia. O Estado enquanto aparelho de repressão esteve sempre presente na história brasileira, sempre contra os segmentos que pudessem ameaçar o sistema de qualquer forma, como esteve contra os manifestantes no ano passado e como estará agora na Copa. Então é isso.

Eu só queria falar mais uma coisa: que é mais uma representação do novo momento atual dessa horizontalidade, que foi a greve dos garis e a greve dos rodoviários. Ambos fazem por fora do sindicato, quer dizer, que significa o declínio daqueles institutos centrais de representação do século XX – que foram instituídos no século XX -, que formam os partidos políticos, os sindicatos e a participação institucional estatal. Praticamente, agora eles estão sendo postos em xeque. Ou seja, os trabalhadores, os garis, rodoviários no Rio, rodoviários em São Paulo, e diversas outras categorias que estão por fora do sindicato, atropelando o sindicato que tem acordo com os patrões etc, estão contestando o próprio corporativismo estatal brasileiro. Contestando essas representações que deveriam representar os trabalhadores, mas não o fazem. Os partidos que estão no poder fazem a mesma coisa: deveriam representar os trabalhadores, mas na verdade não representam e só atendem interesse de quem está em cima. Isso é emblemático. Tem uma frase até do Kropotkin, que é um autor que eu gosto muito e recomendo a leitura. Eu não vou lembrar exatamente do trecho, porque não é uma frase. Na verdade é um parágrafo inteiro, em que ele traz essa perspectiva de quanto o chefe da oposição e o chefe do governo, embora aparentemente em oposição, estão atrelados, muito imbricados, porque ambos defendem toda a estrutura existente, defendem o Estado. Então, um faz a crítica ao outro pelo modo da gestão. A sua gestão é ruim, a minha pode ser melhor, mas não critica a hierarquização, a desigualdade, o autoritarismo, enfim, o próprio Estado e o sistema do capital e tudo mais. 🌀

NOTAS

[1] MIGUEL, Luis Felipe (2002) **A Democracia Domesticada: Bases Antidemocráticas do Pensamento Democrático Contemporâneo**. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 3, pp. 483 a 511.